

Quarta-feira, 31 de Janeiro de 2001

Número 26  
2.º SUPLEMENTO

III  
S É R I E



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## 2.º SUPLEMENTO

### SUMÁRIO

#### PARTE B

#### 4. Empresas — Registo comercial

Porto — 1.ª Secção ..... 2284-(112)

## PARTE B

### 4. Empresas — Registo comercial

#### PORTO

PORTO — 1.ª SECÇÃO

#### **BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.**

Sede: Rua de Júlio Dinis, 705-719, 4050-326 Porto  
Capital social realizado: 1 000 000 000 euros

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 40 043/850717; identificação de pessoa colectiva n.º 501525882; número e data da apresentação: PC-1154/14 de Junho de 2000; pasta n.º 2932.

Elsa Soares, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção):

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas relativas ao ano de 1999, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção) — A Primeira-Ajudante, *Elsa Soares*.

#### **Relatório e contas de 1999**

#### **Corpos sociais**

Mesa da assembleia geral:

Presidente — Luís Francisco Valente de Oliveira.  
Vice-presidente — Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos.  
1.º secretário — Carlos Alberto Bento de Oliveira.  
2.º secretário — Adolfo Nunes Roque.  
1.º vice-secretário — Cristiano José Seabra Van Zeller.  
2.º vice-secretário — Henrique Jaime Welsh.

Conselho fiscal:

Presidente — Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.  
Vogal efectivo — Mário Augusto de Paiva Neto.  
Revisor oficial de contas — Mário Branco Trindade.  
Revisor oficial de contas suplente — José Eduardo Faria Neiva dos Santos.

Conselho superior:

António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves, presidente.  
João Alberto Pinto Basto, vice-presidente.

Pedro Maria Teixeira Duarte, vice-presidente.  
Ângelo Ludgero da Silva Marques.  
António Augusto Dias da Cunha.  
Carlo Salvatori.  
E. Alexandre Soares dos Santos.  
Gijbert J. Swalef.  
Henrique Jaime Welsh.  
Herculano José Fernandes.  
Hipólito Mendes Pires.  
Jaime de Sousa Lima.  
Jassim Mohamed Al-Bahar.  
Jorge Augusto Silva José de Mello.  
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette.  
José João Ferreira de Magalhães.  
José Machado de Almeida.  
José Manuel Pita Goes Ferreira.  
Keith Satchell.  
Luís Augusto da Silva.  
Manuel Roseta Fino.  
Mário da Graça Machungo.  
Vasco Quevedo Pessanha.  
Luís Francisco Valente de Oliveira, presidente da mesa da assembleia geral.  
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, presidente do conselho fiscal.  
Jorge Manuel Jardim Gonçalves, presidente do conselho de administração.

Suplentes:

Ana Maria Sousa Carvalho Cunhal.  
António Baptista Mota.  
Luís Zeferino Pereira Nazaré Marques dos Santos.  
Rogério Manuel Farrajota Condessa.  
Salvador Fernandes Caetano.

Conselho de administração:

Jorge Manuel Jardim Gonçalves, presidente.  
Filipe de Jesus Pinhal, vice-presidente.  
Christopher de Beck, vice-presidente.  
João Luís Ramalho de Carvalho Talone.  
Pedro Manuel Rocha Líbano Monteiro.  
Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães.  
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues.  
António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques.  
Alípio Barrosa Pereira Dias.  
Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza, consultor.

## Síntese de indicadores (a)

	Milhões de euros	Milhões de escudos					Variação (percentagem)
	1999	1999	1998	1997	1996	1995	— 1999-1998
Activo total .....	39 179	7 854 753	6 423 104	5 907 248	5 467 861	5 404 395	22,3
Crédito sobre clientes .....	23 736	4 758 543	3 643 010	2 682 008	2 186 867	1 996 804	30,6
Recursos totais de clientes <sup>(1)</sup> .....	32 483	6 512 218	6 066 582	5 669 503	4 556 039	4 134 939	7,3
Situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados .....	3 482	698 126	553 936	442 460	450 496	378 998	26
Proveitos de operações activas .....	1 648	330 454	350 208	380 369	424 275	426 469	— 5,6
Custos de operações passivas ....	784	157 140	191 121	236 108	289 758	313 341	—17,8
Margem financeira .....	864	173 314	159 087	144 261	134 517	113 128	8,9
Outros proveitos <sup>(2)</sup> .....	2 435	488 179	374 953	298 895	263 455	222 233	30,2
Outros custos <sup>(3)</sup> .....	2 523	505 872	415 348	339 728	318 352	268 550	21,8
Lucro líquido atribuível ao Banco .....	430	86 285	54 205	36 135	23 268	20 273	59,2
Rendibilidade dos activos médios (ROA) (percentagem) .....	—	1,2	0,9	0,6	0,4	0,4	—
ROA antes de interesses minoritários (percentagem) .....	—	1,6	1,2	1,1	0,9	0,9	—
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) (percentagem) .....	—	25	21,7	17,7	12	12,3	—
Margem de intermediação financeira (percentagem) .....	—	2,9	3,1	3,2	3,2	2,9	—
Outros proveitos/proveitos totais (percentagem) .....	—	63,3	61	58,5	58,7	58,7	—
Custos de transformação/proveitos totais (percentagem) ....	—	42,4	45,4	49,7	53	53,1	—
<i>Ratios de solvabilidade:</i>							
Banco de Portugal (percentagem) .....	—	10,1	10,4	9,1	9,7	9,3	—
BIS — Tier One (percentagem) .....	—	8,5	9,2	6	7,2	7	—
BIS — Total (percentagem) .....	—	11	11,1	10	10,4	10,1	—
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total (percentagem) ...	—	1	1,5	2,3	3,7	3,9	—
Crédito vencido total/crédito total (percentagem) .....	—	1,1	1,6	2,6	4	4,6	—
Provisões para riscos de crédito/crédito vencido total (percentagem) .....	—	177,8	143,7	116,1	96	102	—
Provisões para riscos de crédito/crédito vencido a mais de 90 dias (percentagem) .....	—	202,3	157,9	130	104	121	—
Capitalização bolsista (final do ano) .....	5 510	1 104 656	1 033 890	587 208	279 523	223 211	6,8
Resultados por acção .....	0,43	86,5	58,9	49,7	37	35,3	46,7
<i>Valor de mercado por acção:</i>							
Máximo .....	5,76	1 155	1 346	729	389	364	—
Mínimo .....	4,69	940	689	369	309	320	—
Fecho .....	5,51	1 105	1 050	683	371	353	5,2
Cotação/resultados por acção (PER) .....	—	12,8	17,8	13,7	10	10	—
Cotação/cash-flow por acção (PCF) .....	—	2,9	3,3	2,3	1,3	1,3	—
Cotação/valor contabilístico por acção (PBV) .....	—	3	3,2	3,7	1,4	1,3	—
<i>Número de sucursais em Portugal:</i>							
BCP .....	—	455	419	404	394	369	8,6
Grupo BCPAtlântico .....	—	915	826	742	692	749	10,8
<i>Número de colaboradores:</i>							
BCP .....	—	3 877	3 688	4 386	4 260	4 283	5,1
Grupo BCPAtlântico .....	—	12 598	12 006	10 913	11 163	12 304	4,9

(a) Valores extraídos das demonstrações financeiras consolidadas incluindo a actividade seguradora pelo método de consolidação integral. Valores por acção em escudos e euros, justados pelo *stock split*.

(1) Inclui depósitos de clientes, activos sob gestão e seguros de poupança.

(2) Líquido de prejuízos em operações financeiras.

(3) Excluindo prejuízos em operações financeiras.

## Uma palavra do presidente

Em 1999 o panorama do sector financeiro europeu sofreu uma evolução significativa, fruto de operações de concentração em grande escala, que tiveram lugar em alguns dos maiores mercados da zona euro, como a França, a Espanha e a Itália. Embora estas operações tenham vindo no desenvolvimento de tendências já anteriormente definidas e que extravasam o contexto europeu, o ritmo e a escala assumidos em 1999 superaram, no sector financeiro como em outras áreas de actividade, as previsões de grande parte dos observadores para aquele que foi o primeiro ano da moeda única. A aceleração desta tendência teve a vantagem de clarificar, para quem ainda tivesse dúvidas, o sentido que assume e os termos em que se concretizará a construção do mercado único de serviços financeiros na Europa. Assim, verifica-se que os grandes operadores dos países onde a concentração doméstica já foi concluída (ou concluída na sua grande parte) se vão posicionando com vantagem, no contexto da formação de alianças europeias possivelmente embrionárias de futuros grupos com forte presença à escala continental.

Para o Banco e para o Grupo que lidera, 1999 foi um exercício de consolidação e reforço da posição de liderança em diversas áreas de negócio, um período em que pudemos ainda conciliar uma forte dinâmica de crescimento do crédito com uma melhoria da qualidade da carteira e um aumento do grau de cobertura, por provisões, dos riscos identificados, e, em geral, um ano de significativo aumento dos volumes de negócio e da base de proveitos recorrentes, o qual compensou largamente a evolução de custos, influenciada, esta, pela continuação de esforços inerentes à preparação dos sistemas de negócio para o ano 2000 e pelos investimentos realizados em áreas de negócio emergentes, cujo retorno não se fará sentir no imediato. Foi, em síntese, um exercício em que se alcançaram resultados muito positivos na actividade corrente. Além disso, foi um ano em que, por circunstâncias excepcionais, o Grupo realizou ganhos significativos na alienação de participações financeiras, o que permitiu antecipar a integral cobertura de custos com benefícios facultativos concedidos no âmbito do Fundo de Pensões.

No plano da implementação dos vectores orientadores da nossa estratégia, 1999 foi rico em iniciativas, algumas das quais objecto de ampla cobertura nos meios de comunicação social: desde a dissolução do acordo de parceria com o BSCH, passo dado após a constatação da impossibilidade de manutenção dos termos em que o acordo tinha sido celebrado, passando pelas ofertas lançadas sobre o Grupo Mundial-Confiança, que posteriormente circunscrevemos ao Banco Pinto & Sotto Mayor (e cujo desfecho ainda aguardamos), e, finalmente, pelo anúncio de aquisição de 50% do capital social do Interbanco, ocorrido já no final do exercício. Estes passos foram seguidos de outros, anunciados já no decurso de 2000, e que visam o desenvolvimento de um projecto empresarial de raiz nacional, com a dimensão necessária para competir nos planos ibérico e europeu, e para mobilizar, nos mercados internacionais e nas melhores condições, os recursos necessários ao aproveitamento integral das oportunidades de investimento que identificamos, quer no mercado doméstico, quer em outros mercados de reconhecido potencial, onde poderemos conquistar, em associação com interesses locais, posições de relevo geradoras de rentabilidade acrescida a médio prazo.

No momento em que fazemos o balanço da actividade desenvolvida durante o ano que findou, importa termos presente as perspectivas de evolução do enquadramento em que iremos actuar nos próximos exercícios, porque a avaliação do passado faz sentido sobretudo enquanto exercício de preparação do futuro. A continuação da pressão concorrencial com reflexo na erosão das margens unitárias, a necessidade de um esforço crescente e continuado de investimento — que é muito mais do que apenas financeiro — na abordagem às áreas de negócio que despontam com as novas tecnologias (e que exigem nada menos que a capacidade de «reinventar» a prestação de serviços financeiros), a necessidade de permanente melhoria dos níveis de desempenho por forma a atrair e reter clientes e investidores, em mercados onde a oferta é cada vez mais diversificada e competitiva, constituem desafios que temos de vencer todos os dias com profissionalismo, dedicação e com capacidade para inovar criando valor.

Também nesta perspectiva, estamos convictos de que 1999 foi um ano plenamente conseguido.

Em 2000 teremos de fazer muito mais.

*Jorge Manuel Jardim Gonçalves.*

## Principais acontecimentos do Grupo BCP Atlântico em 1999

### Janeiro

Lançamento, pelo Atlântico, de um novo produto no domínio do crédito pessoal: o «Crédito Mealheiro».

Lançamento, pela AF Investimentos, de dois novos fundos de acções internacionais com especialização sectorial — o AF Euro Utilities e o AF Euro Financeiras.

Disponibilização aos clientes do Grupo BCPAtlântico da possibilidade de utilizarem, na sucursal de Nova Iorque do Banco Português do Atlântico, um espaço de apoio às suas deslocações por motivos profissionais e comerciais a esta cidade.

### Fevereiro

Aumento do capital social do Banco Comercial Português de 196,969 milhões de contos para 200 milhões de contos, mediante a emissão de 3 031 000 novas acções, correspondendo ao exercício dos direitos de conversão relativos a parte da emissão de acções preferenciais convertíveis emitidas pelo BCP International Bank, Ltd., em Junho de 1996.

Reforço da participação do Banco Comercial Português de 3% para 7,5% do capital social do Banco Central Hispanoamericano.

Lançamento, pelo Banco 7, do Poupança 7, uma opção de investimento a médio e a longo prazos, com componentes de seguro de investimento e de seguro de acidentes pessoais.

Início do programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) do Banco Comercial Português, com uma emissão inaugural de obrigações no montante de 400 milhões de euros.

Criação da Direcção de Internet, uma unidade de negócio autónoma transversal aos Bancos do Grupo BCPAtlântico e integrada na estrutura da ServiBanca.

Arranque da actividade do serviço «Saúde 24», um serviço telefónico permanente de assistência a crianças, promovido com o Ministério da Saúde, com base numa linha telefónica gratuita a funcionar 24 horas por dia, sendo as chamadas atendidas por um conjunto de enfermeiros integrados na plataforma Médicis.

### Março

Assembleia geral de accionistas do BCP: entre outras decisões foi aprovada a proposta de aplicação de resultados envolvendo o aumento do dividendo unitário para 0,58 euros (116\$28).

Assembleia geral de accionistas do Banco Português do Atlântico: aprovação da proposta de redenominação e renominalização em euros do capital social.

Lançamento de dois fundos de obrigações de taxa variável, com comercialização através das redes de *private banking*: Euro – Short Term e USD – Short Term.

Intervenção do Banco CISF como «senior co-leader» numa emissão de acções preferenciais não cumulativas da Banca Intesa, no montante global de 125 milhões de euros.

Comercialização pelas redes do BCP e do Atlântico de Obrigações de capital garantido PSI20, no montante global de 70 milhões de euros.

Disponibilização através da Internet de informação relevante e completa sobre o Projecto ano 2000 do Grupo BCPAtlântico.

Atribuição ao Banco7 e ao Shopping Direct do primeiro lugar, nas categorias de banca e seguros e de lojas virtuais/comércio electrónico, respectivamente, do Troféu JetNet 99.

Assinatura de um protocolo de cooperação entre o Banco Comercial Português e a Associação Nacional de Direito ao Crédito, tendo por objectivo proporcionar microcrédito pessoal a cidadãos em situação de exclusão económica e social que apresentem projectos de criação de emprego, de actividade económica ou de microempresas considerados viáveis.

Adesão do Atlântico ao «Sistema de pagamentos a conveniados», disponibilizando aos prestadores de unidades de saúde por conta do Estado a facilidade de receberem os créditos sobre as unidades de saúde através do Banco.

Melhoria das notações de *rating* atribuídas pela Standard & Poors às responsabilidades de longo prazo do Banco Português do Atlântico de BBB+ para A, e confirmação da sua notação referente às

responsabilidades de curto prazo (A-2). As classificações atribuídas ao Banco Comercial Português relativamente às responsabilidades de longo e de curto prazos foram igualmente confirmadas (A- e A-2).

Melhoria das notações de *rating* atribuídas pela Moodys Investors às responsabilidades financeiras assumidas pelo Banco Comercial Português e pelo Banco Português do Atlântico — de A para A2, relativamente ao longo prazo, e de P-2 para P-1, relativamente ao curto prazo.

Melhoria das notações de *rating* atribuídas pela Thomson Financial Bank Watch às responsabilidades de longo prazo do Banco Comercial Português e do Banco Português do Atlântico, de A+ para AA-, e confirmação das notações de *rating* atribuídas às responsabilidades de curto prazo destas duas instituições (TBW-1).

#### Abril

Organização e liderança pelo Banco CISF de duas emissões inovadoras denominadas Obrigações Investimento Real/99-06 no montante total de 44 milhões de euros.

Participação do Banco CISF como coordenador global da oferta global da Soporcel.

Inauguração da sucursal da NovaRede situada no Centro Comercial Vasco da Gama, apresentando a nova imagem assumida por esta rede.

Lançamento da solução de Internet Banking do Atlântico, que constituiu um importante avanço relativamente ao sistema de PC Banking anteriormente existente.

Lançamento, pela AF Investimentos, dos primeiros fundos temáticos do mercado português, os fundos de fundos Ciclo de Vida AF Prestige.

#### Maio

Cessação, por mútuo acordo, da aliança estratégica entre o Banco Comercial Português e o Banco Santander Central Hispano (BSCH) cuja origem remontava ao acordo estabelecido em Março de 1993, com o Banco Central Hispanoamericano (BCH).

Após a conclusão do processo de fusão em Janeiro de 1999, entre o Banco Santander e o BCH, foi reconhecida a incompatibilidade de interesses estratégicos entre o BCP e o BSCH, nomeadamente a observância do princípio da não concorrência no mercado português.

Na sequência da dissolução do acordo com o BSCH, o Banco Comercial Português procedeu à alienação de 49 760 040 acções representativas do capital social daquele Banco, correspondentes à sua participação de 2,71% naquela instituição e adquiriu as acções até então detidas pelo BSCH tendo em vista a sua colocação junto de investidores nacionais e estrangeiros.

Emissão pelo BCP Capital Finance Company de acções preferenciais, não cumulativas, sem direito de voto e sem prazo de vencimento determinado no montante de 400 milhões de euros.

Participação do Banco CISF como coordenador global da 3.ª fase da privatização da Brisa.

Concepção e comercialização, pelo Atlântico, de um conjunto de instrumentos alternativos de aplicação de aforro: a Conta Atlântico e a conta Atlântico 80 anos.

Melhoria das notações de *rating* atribuídas pela Fitch IBCA ao Banco Comercial Português, ao Banco Português do Atlântico e ao Banco CISF de F1 para F1+, relativamente às responsabilidades de curto prazo, e de A+ para AA-, no respeitante às responsabilidades de longo prazo.

Comemoração do 80.º aniversário do Banco Português Atlântico, assinalado pela realização de um conjunto de campanhas de *marketing* e de comunicação.

#### Junho

Lançamento, pelo Banco Comercial Português, de uma oferta pública de aquisição sobre 48 600 000 acções representativas da totalidade do capital social da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, oferecendo, em contrapartida, por cada acção a adquirir da sociedade visada, 2,02 acções representativas do capital social do Banco Comercial Português, ou em alternativa o pagamento em dinheiro de 50,1768 euros (10 060\$) por acção.

Redenominação de escudos para euros da totalidade das acções representativas do capital social do Banco Comercial Português, acompanhada do respectivo aumento por incorporação de reservas no valor de 482 000 contos. Após esta operação, o capital social do BCP elevou-se para 1 000 000 000 euros representado por 200 000 000 acções, com o valor nominal de 5 euros cada uma.

Redenominação de escudos para euros das 126 100 000 acções representativas da totalidade do capital social do Banco Português do Atlântico, acompanhada do respectivo aumento, por incorporação de reservas, no montante de 303 901 000\$. Após esta operação, o capital social do Banco Português do Atlântico elevou-se para 630 500 000 euros.

Organização e implementação pelo Banco CISF da oferta pública de subscrição da Deutsche Telekom em Portugal, a primeira oferta pan-europeia dirigida aos investidores de retalho.

Integração das agências do Atlântico em França na rede do Banco Popular Comercial, permitindo assim alargar toda a gama de produtos e serviços financeiros à disposição dos clientes do Atlântico a um total de 30 agências em França.

Início da comercialização, pelo Grupo BCPAtlântico, dos cartões American Express Gold, Green e Blue junto de não clientes.

#### Julho

Escritura pública de renominalização do capital social do Banco Português do Atlântico, que passou a estar dividido em 630 500 000 de acções, como consequência do desdobramento (*stock-split*) de cada acção, anteriormente com o valor nominal de 5 euros, em 5 acções com o valor nominal unitário de 1 euro.

Lançamento de ofertas públicas de aquisição pelo Banco Comercial Português sobre a totalidade do capital social do Banco Pinto & Sotto Mayor (com obrigação de compra das participações minoritárias no Banco Totta & Açores) e do Crédito Predial Português.

Aditamento ao anúncio preliminar de oferta pública de aquisição do Banco Comercial Português, sobre a totalidade do capital da Companhia de Seguros Mundial-Confiança.

Assembleia geral de accionistas do Banco Comercial Português: aprovação da proposta de aumento do capital social até ao máximo de 1 257 115 685 euros, mediante a emissão de até 251 423 137 acções com valor nominal de 5 euros cada uma.

Emissão pelo BCP – Sucursal Financeira Internacional de obrigações denominadas Obrigações de Capital Garantido USD-JPY, que proporcionam um investimento em dólares, por um período de dois anos e cujo rendimento depende da evolução da taxa de câmbio do JPY face ao USD.

Lançamento pelo Banco Comercial Português e pelo Banco Português do Atlântico de uma emissão obrigacionista denominada Obrigações de taxa fixa 3,25%, proporcionando um prazo máximo de aplicação de quatro anos com garantia de reembolso antecipado.

Lançamento do NovaRede EuroNegócio, um novo produto financeiro dirigido às pequenas e médias empresas, aos profissionais por conta própria e aos comerciantes em nome individual.

Celebração de um acordo para o lançamento de uma operação bancária na Grécia, em parceria com a Interamerican, a maior companhia seguradora grega.

Atribuição ao BCP, pela revista *Global Finance*, do prémio de melhor Banco português em 1998.

#### Agosto

Aumento do capital social do Banco Expresso Atlântico de 20 milhões de euros para 40 milhões de euros, integralmente realizado em dinheiro.

Organização pelo Banco CISF de uma operação de financiamento intercalar no montante de 300 milhões de euros para o consórcio Meditelem, a segunda rede móvel em Marrocos, liderada pela Portugal Telecom e pela Telefónica.

Celebração de um acordo de parceria estratégica entre o Banco Comercial Português, a Eureka BV e o Big Bank Gdanski (BBG), com o objectivo de desenvolver a sua parceria no mercado polaco.

Aquisição pelo BCP de 39 208 050 acções do BBG, permitindo reforçar a sua participação para 14,63% do respectivo capital social.

Assinatura de um protocolo entre o CrédiBanco e a Ordem dos Engenheiros, visando o lançamento de um programa de cartões de crédito, integrado na rede American Express.

A revista *Exame* no seu *dossier* anual «Bancos & Seguros» distinguiu o BII, a FactoringAtlântico, a Leasing Atlântico e a BPA Seguros, como as melhores empresas portuguesas nas respectivas áreas de negócio em 1998.

#### Setembro

Concretização da primeira operação de renominalização em euros do capital social de uma empresa cotada na Bolsa de Valores de Lisboa, com o desdobramento das acções do Banco Português do Atlântico de um valor nominal de 5 euros para 1 euro. Após esta

operação, o capital social do Banco Português do Atlântico passou a estar representado por um total de 630 500 000 acções.

Lançamento pelo BCP Finance de um empréstimo obrigacionista a taxa variável no montante de 200 milhões de euros, numa operação liderada pelo Banco CISF e pelo Deutsche Bank.

Comercialização pelo Banco Comercial Português e pelo Banco Português do Atlântico de uma aplicação financeira denominada «Investimento taxa crescente», que proporciona uma remuneração bruta anual crescente de 3% no primeiro ano até 5% no quinto ano.

Lançamento, pela AF Investimentos, do fundo de acções Saúde e Lazer 2004, um fundo fechado, com capital garantido no final dos cinco anos.

Início da comercialização, pelo BCP, de quatro novos produtos de gestão de tesouraria, destinados a médias e grandes empresas: Solução de Distribuição, Edibanca, Corporate Direct e Emissão de Carta-Cheque.

Acordo de parceria entre o BCP e o Commerzbank, visando o lançamento do produto Euro Cash Pooling, que permite centralizar a gestão de tesouraria de empresas multinacionais numa só conta bancária.

Integração do Grupo BCPAtlântico num dos mais importantes sistemas de pagamentos em euros: a EBA (Euro Banking Association).

Atribuição pela Standard & Poors da notação de *rating* A+ às empresas da *holding* Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A.

### Outubro

Assembleia geral do Banco Comercial Português: reiteração e renovação de todas as propostas aprovadas na assembleia geral de 26 de Julho, nomeadamente o aumento de capital necessário no âmbito das ofertas públicas de aquisição lançadas pelo BCP sobre a Mundial-Confiança e as suas participadas.

Autorização, pelo Ministro das Finanças, da OPA lançada sobre a Mundial-Confiança, e, pelo Banco de Portugal, da aquisição de participações qualificadas sobre a Mundial-Confiança e pelas sociedades financeiras que esta *holding* domina.

Assinatura de um protocolo entre o BCP e a Associação Empresarial de Portugal (AEP), que permitirá disponibilizar aos seus associados soluções financeiras na área do ambiente.

Primeiro aniversário do Banco Millennium, uma *joint-venture* entre o BCP e o Big Bank Gdanski, que possui uma rede de mais de uma centena de sucursais em 35 cidades polacas.

### Novembro

Na sequência do acordo entre a Caixa Geral de Depósitos, o Sr. Champalimaud e o Banco Santander Central Hispano, o Banco Comercial Português retirou as ofertas públicas de aquisição lançadas sobre o capital social da Mundial-Confiança, do Crédito Predial Português e do Banco Totta & Açores, mantendo apenas a oferta de aquisição lançada sobre o capital social do Banco Pinto & Sotto Mayor.

Desdobramento das acções do Banco Comercial Português de um valor nominal de 5 euros para 1 euro. Após esta operação, o capital social do Banco Comercial Português passou a estar representado por 1000 milhões de acções.

Alteração da denominação social do Banco CISF para BCPA – Banco de Investimento, S. A.

Comercialização pelas redes do Grupo BCPAtlântico de uma emissão de obrigações no montante de 50 milhões de euros, denominada Capital Garantido Internet 2004, que permite um investimento directo em empresas de Internet, com capital garantido.

Alienação pelo BCP da participação de 50% no capital social do BANIF – Banqueros Personales.

Aquisição de 30% do capital social da Powszechny Zakład Ubezpieczeń (PZU), a maior seguradora polaca, por um consórcio constituído pela Eureko e pelo Big Bank Gdanski.

### Dezembro

Aquisição pelo Banco Comercial Português da participação anteriormente detida pelo Banco Santander Central Hispano correspondente a 50% do capital social da Leasefactor – SGPS.

Fusão por incorporação da Factoring Atlântico na Nacional Factoring, tendo como objectivo a maior racionalização e eficiência das sociedades de *factoring* do Grupo.

Aquisição pelo Banco Comercial Português de uma participação de 30% no capital social da Achmea Bank Holding NV, que consolida todas as operações bancárias do Grupo Achmea, um dos prin-

cipais grupos financeiros holandeses e parceiro do BCP na aliança pan-europeia Eureko.

Celebração de um acordo de parceria entre o Banco Comercial Português e a SIVA – SGPS, S. A., envolvendo uma tomada de participação no capital social do BCP pelo accionista maioritário da SIVA e a aquisição do Interbanco pelas duas entidades, em montantes iguais, com vista ao desenvolvimento desta plataforma de crédito especializado, assente nas suas competências de gestão do negócio financeiro e de distribuição especializada no ramo automóvel.

Liderança pelo BIM Investimento na colocação da primeira emissão de dívida privada no mercado de capitais de Moçambique, para o Grupo Madal, uma das sociedades com maior projecção neste país.

Disponibilização aos clientes de serviços de negociação e custódia de títulos cotados em Bolsas europeias da zona euro.

Resultados líquidos consolidados do Banco Comercial Português aumentam 59,2%, atingindo 86,2 milhões de contos. Capitalização bolsista do Banco Comercial Português ascende a 5510 milhões de euros (1105 milhões de contos). Entre o final de 1998 e de 1999, as acções do BCP valorizaram-se 5,2%.

## Síntese do relatório do conselho de administração

Dando cumprimento às exigências legais, estatutárias e de mercado de prestação de informação rigorosa, completa e oportuna, vem o conselho de administração apresentar às autoridades, aos accionistas, aos clientes, aos mercados de capitais e ao público em geral, o relatório e contas de 1999 do Banco Comercial Português (BCP). A satisfação destas exigências constitui uma oportunidade para expor de forma aprofundada: a descrição pormenorizada do enquadramento competitivo; a apresentação dos objectivos e das estratégias prosseguidas; a caracterização da actividade das diferentes áreas de negócio e empresas do Grupo; a análise da estrutura patrimonial e dos resultados do exercício; e a apresentação das demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, devidamente acompanhadas pelos relatórios e pareceres dos órgãos de fiscalização e dos auditores externos.

Sem prejuízo da exposição pormenorizada nas páginas seguintes sobre o enquadramento macroeconómico e do sector financeiro e sobre a actividade desenvolvida ao longo de 1999, propomo-nos destacar, nesta breve síntese, os aspectos que, de forma mais influente, pautaram a agenda estratégica no ano que findou e que reputamos da maior importância para o futuro próximo do Grupo BCPAtlântico.

No âmbito da reorganização das áreas de negócio, do aperfeiçoamento da estratégia de segmentação do mercado e do reforço e flexibilização da actividade comercial, salientamos: a expansão das redes de distribuição com a abertura de 49 lojas Atlântico, 32 sucursais NovaRede e 7 lojas Expresso Atlântico; a reorientação da rede de Particulares & Negócios, com enfoque na reestruturação da carteira de clientes, visando uma maior especialização e a recentragem nos estratos de particulares com rendimentos elevado e médio/superior; o reposicionamento competitivo da NovaRede no *middle market*, culminando um vasto processo de reformulação estratégica — NovaRede Século XXI; o arranque da centralização da gestão do crédito numa plataforma comum integrada na ServiBanca; e o relançamento da operação HomeBanco 7, traduzindo a evolução da operação telefónica para o conceito de banco directo.

Numerosas iniciativas foram promovidas, com o propósito de alargar a base de negócios e de consolidar a posição de liderança que o Grupo BCPAtlântico tem vindo a conquistar em termos de inovação financeira e de capacidade tecnológica. Destacam-se a promoção de acções de dinamização comercial pelas áreas de negócio em articulação com as empresas associadas, incluindo a realização de campanhas de comunicação transversais a diferentes redes e segmentos de negócio, o desenvolvimento de campanhas de *marketing* e de *merchandising* diferenciadoras, a dinamização de canais remotos e a reconfiguração ou introdução de novas soluções de Internet *banking*, bem como a celebração de acordos e protocolos com diversas instituições — com relevo para os acordos com a Associação Nacional do Direito ao Crédito (ANDC), com incidência no microcrédito pessoal, e para o Ministério da Saúde (serviço Saúde 24) —, favorecendo a fidelização da base tradicional de clientes e propiciando a abordagem de novos segmentos de clientes e de novos negócios.

Em 1999, operou-se a reestruturação de algumas das sociedades financeiras que integram as *holdings* especializadas do Grupo. Neste âmbito, importa referir a fusão de duas sociedades gestoras de fundos de pensões na Pensões Gere e a transferência da mediadora de seguros Luso-Atlântica para a esfera da Corretoresgest, operações

inseridas no processo de desenvolvimento estratégico dos negócios de gestão de fundos de pensões e de corretagem; e a fusão por incorporação da Factoring Atlântico na Nacional Factoring, na sequência da aquisição pela última da totalidade do capital da Factoring Atlântico à Leasefactor – SGPS, alterando-se a designação social para BCPAtlântico Factoring, S. A. Registe-se, também, a alteração da imagem corporativa do banco de investimento do Grupo BCPAtlântico, consubstanciada na redenominação social do Banco CISF para BCPA – Banco de Investimento e, ainda, o acordo de parceria entre o BCP e a SIVA envolvendo a aquisição do Interbanco pelas duas entidades, com vista ao desenvolvimento desta plataforma especializada no financiamento ao sector automóvel.

No quadro da estratégia de internacionalização, procedeu-se à reorganização da estrutura de participações internacionais e estabeleceram-se novos acordos de *joint-venture* em mercados estrangeiros com parceiros locais. Na sequência da cessação por mútuo acordo da parceria estratégica entre o BCP e o BSCH, reconhecida a incompatibilidade de interesses estratégicos após a conclusão do processo de fusão do BCH com o Banco Santander, que conduziu à alienação das participações cruzadas no capital social de ambas as instituições, o BCP procedeu à aquisição de 50% do capital social da Leasefactor – SGPS, participação anteriormente detida pelo BSCH, e alienou a participação de 50% que detinha no capital social do Banco Banif – Banqueros Personales.

No âmbito das parcerias em mercados estrangeiros, em 1999, foi estabelecido um acordo para o lançamento de uma operação bancária na Grécia em parceria com a Interamerican, a maior companhia seguradora grega; em simultâneo o BCP adquiriu uma participação de 30% no capital social da Achmea Bank Holding NV, um dos principais grupos financeiros holandeses e parceiro do BCP na aliança pan-europeia Eureko, criando assim as condições para a promoção de uma *joint-venture*, vocacionada para actuar no segmento de mercado constituído por particulares com rendimentos superiores na Holanda.

Reconhecendo a oportunidade e a exigência de alcançar uma dimensão crítica suficiente não só para continuar a assegurar economias de escala e ganhos de eficiência, mas também para consolidar uma base de negócio sólida e rentável no mercado doméstico e proporcionar uma capacidade acrescida para superar os desafios suscitados pela evolução da estrutura competitiva e pelo processo de concentração a nível ibérico e europeu, o BCP desenvolveu, ao longo do ano, um conjunto de iniciativas com o propósito de conquistar uma maior dimensão. Respeitando as regras de funcionamento dos mercados de capitais e os interesses de todos os accionistas, em Junho de 1999, o BCP anunciou o lançamento de uma oferta pública de aquisição (OPA) sobre a totalidade do capital social da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, oferecendo em contrapartida, por cada acção a adquirir da sociedade visada, 2,02 acções representativas do capital social do BCP, ou em alternativa o pagamento em dinheiro de 50,1768 euros por acção; esta oferta foi reforçada, em Julho, com o lançamento de OPAs sobre a totalidade do capital social do Banco Pinto & Sotto Mayor (com obrigação de compra das participações minoritárias no Banco Totta & Açores) e do Crédito Predial Português. Na sequência do anúncio do acordo entre a Caixa Geral de Depósitos, o accionista maioritário da Mundial-Confiança e o Banco Santander Central Hispano, o BCP retirou as OPAs sobre a Mundial-Confiança, o Crédito Predial Português e o Banco Totta & Açores, mantendo apenas a oferta de aquisição lançada sobre o capital social do Banco Pinto & Sotto Mayor.

Em assembleia geral de accionistas do Banco Comercial Português, realizada em 26 de Julho de 1999, foi aprovada a proposta de aumento do capital social até ao máximo de 251 423 137 acções, com o valor nominal de 5 euros cada uma, proposta esta posteriormente renovada e reiterada em assembleia geral de 28 de Outubro, tendo em vista satisfazer as necessidades de aumento capital correlacionadas com as OPAs lançadas pelo BCP sobre a Mundial-Confiança e as suas participadas.

Independentemente deste processo, tiveram lugar no decurso de 1999, as seguintes operações de aumento do capital social do Banco Comercial Português: em 17 de Fevereiro, o aumento de 196,969 milhões de contos para 200 milhões de contos, em resultado da emissão de 3 031 000 novas acções, decorrentes do exercício dos direitos relativos à emissão de acções preferenciais convertíveis emitidas pelo BCP International Bank, Ltd., em 1996; em 23 de Junho, um aumento, mediante incorporação de reservas, no montante de 482 000 contos, coincidente com a redenominação do capital social para euros, tendo o capital social do BCP após esta operação passado a situar-se em 1000 milhões de euros (200,482 milhões de contos); e posteriormente, em 15 de Novembro, concretizou-se o desdobramento do capital social (*stock-split*) do BCP, passando cada

acção de um valor nominal de 5 euros para 1 euro, elevando-se assim para 1000 milhões o número de acções representativas do capital social.

O Banco Comercial Português e as suas empresas subsidiárias continuaram a submeter-se ao processo de avaliação do grau de risco das suas responsabilidades por parte das principais agências internacionais, de que resultaram: a melhoria das notações de *rating* (notações) atribuídas pela Standard & Poors às responsabilidades de longo prazo do Banco Português do Atlântico (BPA) de BBB+ para A- e confirmação da notação referente às responsabilidades de curto prazo (A-2), e simultaneamente a confirmação das notações atribuídas ao Banco Comercial Português relativamente às responsabilidades de longo e de curto prazos (A- e A-2); a melhoria das notações atribuídas pela Moodys Investors às responsabilidades financeiras assumidas pelo BCP e pelo BPA — de A3 para A2 relativamente ao longo prazo, e de P-2 para P-1 relativamente ao curto prazo; a melhoria das notações atribuídas pela Thomson Financial Bank Watch às responsabilidades de longo prazo do BCP e do BPA, de A+ para AA-, e confirmação das notações atribuídas às responsabilidades de curto prazo de ambas as instituições (TBW-1); a melhoria das notações atribuídas pela Fitch IBCA ao BCP, ao BPA e ao BCPA (ex-Banco CISF) de F1 para F1+, relativamente às responsabilidades de curto prazo, e de A+ para AA-, no respeitante às responsabilidades de longo prazo; e atribuição pela Standard & Poors da notação A+ às empresas da *holding* Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A.

Os resultados líquidos consolidados do Banco Comercial Português atingiram 86,3 milhões de contos (430 milhões de euros) em 1999, registando um aumento de 59,2% em relação aos resultados apurados no ano anterior (a que corresponde um aumento de 29,4% se excluídos os impactos de resultados não recorrentes apurados em 1998 e 1999). Os resultados por acção (EPS) cifraram-se em 86\$50 (0,43 euros) em 1999, o que compara com 58\$90 em 1998, tendo a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) aumentado para 25% e a rentabilidade do activo (ROA) crescido para 1,2%.

Os indicadores patrimoniais revelaram crescimentos assinaláveis com o activo total a atingir 7 076 736 milhares de contos (3528,611 milhares de euros), excedendo em 22% os 5 801 997 milhares de contos apurados no final de 1998. Os créditos sobre clientes atingiram 4759 milhões de contos (23 736 milhões de euros) no final de 1999, comparando com 3643 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1998 (+30,6%), enquanto os recursos totais de clientes (débitos para com clientes, certificados de depósito, seguros de capitalização e patrimónios sob gestão) se cifraram em 6512 milhões de contos (32 483 milhões de euros) no final de 1999, mais 7,3% que os 6067 milhões de contos apurados em 31 de Dezembro de 1998. Os fundos próprios — agregado constituído por situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados — atingiram 698 milhões de contos (3482 milhões de euros) no final de 1999, registando um acréscimo de 26% face aos 554 milhões de contos apurados no final de 1998.

A adequação da estrutura de capitais e do grau de provisionamento dos riscos reflectiu-se na preservação de níveis confortáveis de solidez patrimonial e de cobertura do crédito em situação de incumprimento. O *ratio* de solvabilidade, calculado em base consolidada de acordo com as normas do Banco de Portugal, cifrou-se em 10,1% no final de 1999 (11,1% de acordo com os princípios BIS). Por seu lado, o crédito vencido totalizou 54,6 milhões de contos (272 milhões de euros) no final de 1999, tendo o seu peso no crédito total diminuído para 1,1% na mesma data (1,6% em 31 de Dezembro de 1998). A cobertura do crédito vencido por provisões também registou uma evolução muito favorável, tendo-se cifrado em 177,8% no final de 1999 (143,7% em 31 de Dezembro de 1998).

Não obstante a existência de factores externos adversos, a credibilidade e a atractividade do título BCP motivou a entrada de novos investidores institucionais, tendo-se registado um alargamento da sua base e a entrada de um número significativo de investidores institucionais europeus. Em termos totais, foram transaccionadas, durante o ano de 1999, na Bolsa de Valores de Lisboa, 672 787 646 acções (ajustando os volumes anteriores a 15 de Novembro em função do *stock-split*), num montante total de 3561 milhões de euros. A capitalização bolsista aumentou 6,8% entre o final de 1998 e o final de 1999, tendo atingido 5510 milhões de euros no final de 1999, reflectindo o efeito da valorização do título (5,2%), bem como impacto das operações de aumento do capital social. Como corolário desta *performance*, o BCP alcançou, em 1999, o segundo lugar, em termos de capitalização bolsista, entre as empresas cotadas no mercado português, reforçando a sua posição de liderança entre as sociedades financeiras cotadas.

Já em Janeiro de 2000, ocorreram dois acontecimentos que justificam plenamente uma referência no âmbito desta síntese: o acordo de integração da área financeira do Grupo José de Mello no Grupo BCPAtlântico e a aprovação pelos conselhos de administração do Banco Comercial Português e do Banco Português do Atlântico de uma proposta de fusão por incorporação do Banco Português do Atlântico no BCP. A concretização destas operações, de acordo com propostas que serão submetidas à aprovação de assembleias gerais de accionistas a realizar em Março de 2000, afigura-se inevitável em face das pressões para a consolidação sectorial. Tratam-se não só de passos importantes no sentido de o BCP reforçar o seu posicionamento competitivo nos contextos doméstico e europeu, como também uma oportunidade de criação de valor para os accionistas, suportada pelo aproveitamento de sinergias de custos significativas e pelos benefícios associados a uma melhoria pronunciada da rentabilidade dos negócios bancário, segurador e especializados, não descurando o aproveitamento de novas oportunidades de negócio, cujo impacto na melhoria dos índices de rentabilidade se prevê já para os próximos exercícios.

### Organização da informação

Como instituição bancária líder de um grupo financeiro integrado e sociedade anónima com valores cotados nas Bolsas de Lisboa, Nova Iorque, Frankfurt e Londres, o Banco Comercial Português, está sujeito a uma multiplicidade de exigências e requisitos de organização e prestação de informação que o presente relatório e contas visa satisfazer, dentro dos mais exigentes padrões de clareza, suficiência, objectividade e comparabilidade que tem imposto a si próprio e a que se considera obrigado.

Contudo, algumas notas complementares sobre a organização formal e substancial do presente documento se justificarão.

A primeira é a de que, conforme vem sendo praticado e se considera corresponder a maior fidelidade e clareza na imagem e apreciação da situação da sociedade e do Grupo, os relatórios de gestão individual e consolidado correspondem a um texto unificado, que observa, em ambos os planos, os necessários requisitos de exposição da evolução dos negócios, situação e perspectivas da sociedade e do Grupo, nas diferentes vertentes de actividade exercida.

Em segundo lugar, no que se refere às contas consolidadas do Grupo, continua a acolher-se uma organização das contas sociais consolidadas de acordo com o formato-tipo aprovado pelo Banco de Portugal para a generalidade das instituições de crédito nacionais, sem prejuízo de, para uma melhor e mais correcta informação e compreensão da situação financeira consolidada — no juízo que ao conselho de administração cabe a obrigação e responsabilidade legal de fazer —, se adoptar e apresentar também, integradas formalmente nelas, as demonstrações financeiras consolidadas incluindo as empresas subsidiárias da actividade seguradora pelo método de consolidação integral, de harmonia com a orientação desde sempre seguida pelo Banco Comercial Português e que os accionistas e os mercados, nacionais e estrangeiros, se vêm habituando a encontrar e a utilizar.

O acolhimento integrado destas duas orientações de organização e formato da informação obriga a formular as seguintes anotações orientadoras de leitura:

São incluídas e submetidas à aprovação dos accionistas tanto as contas sociais consolidadas organizadas segundo o formato-tipo aprovado pelo Banco de Portugal para a generalidade das instituições de crédito (sem consolidação integral das empresas seguradoras), como — integrando-se formalmente nelas — as contas consolidadas elaboradas segundo as normas nacionais e o mesmo formato-tipo mas com consolidação integral das empresas seguradoras, sendo estas últimas destinadas a proporcionar uma mais ampla e correcta informação aos accionistas e ao público, bem como a leitura comparativa com a informação prestada em anos anteriores;

A rubrica intitulada análise financeira incluída no relatório de gestão, contendo a exposição detalhada da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do Grupo, é apresentada com base nas contas consolidadas de acordo com o formato-tipo aprovado pelo Banco de Portugal, apresentando-se, adicionalmente, uma análise comparativa das demonstrações financeiras consolidadas incluindo a actividade seguradora pelo método de consolidação integral.

Seguidamente, pela ordem indicada no índice, são abordadas em detalhe as áreas de análise mais relevantes, constando nas páginas precedentes uma síntese de indicadores e uma enumeração cronoló-

gica dos principais factos ocorridos no exercício, que, como apêndice, constituem parte integrante deste relatório.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*.

## Banco Comercial Português

### Missão

Contribuir para o desenvolvimento do sistema financeiro e da economia portuguesa — mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras de diferentes segmentos de mercado, com padrões de qualidade e de especialização superiores —, participando activamente nos processos de consolidação doméstica e de parcerias estratégicas trans-fronteiriças entre instituições europeias.

### Estratégia

#### Objectivos:

- Maximização do valor na perspectiva dos accionistas;
- Manutenção de elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento com os clientes;
- Melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade e de solidez patrimonial;
- Valorização, motivação e compensação dos colaboradores;
- Consolidação da liderança tecnológica sectorial;
- Expansão da base de clientes e dos patrimónios sob gestão nas áreas de negócios tradicionais;
- Participação activa no processo de consolidação doméstica;
- Promoção de novas iniciativas em áreas com elevado potencial de crescimento;
- Desenvolvimento do processo de internacionalização com parceiros estratégicos estrangeiros.

#### Linhas de orientação:

- Forte protagonismo no processo de concentração no sector financeiro português;
- Dinamização e renovação das redes de distribuição tradicionais;
- Aproveitamento das potencialidades comerciais e transaccionais da Internet;
- Lançamento de produtos e serviços financeiros inovadores;
- Unificação e racionalização das unidades de crédito e dos *call-centres*;
- Promoção de *joint-ventures* com parceiros locais em mercados com afinidades.

## Relatório de gestão

### O Grupo BCPAtlântico no mercado de capitais

O mercado de capitais foi fortemente influenciado, no início de 1999, pela participação de Portugal no núcleo de países fundadores da moeda única europeia, pelo início da negociação em euros nos mercados financeiros dos países da zona euro e pela divulgação de cotações e de volumes de transacções nesta moeda, por parte da respectivas Bolsas de Valores. A rápida disseminação de informação permitida pelos desenvolvimentos tecnológicos, a harmonização de procedimentos de negociação, liquidação e administração de valores mobiliários nos diferentes mercados, bem como a globalização de actuação de investidores institucionais, são partes de um processo de rápida convergência dos mercados, com repercussões na actuação das sociedades cotadas e, também, nas suas estruturas accionistas e potenciais investidores. Neste último plano, importa assinalar a realocação de carteiras realizada por investidores institucionais nacionais, que passaram a orientar para mercados estrangeiros — sobretudo da zona euro — parte significativa do investimento anteriormente afecto ao mercado accionista português.



Na primeira semana de 1999 a Bolsa portuguesa viveu um período de euforia, partilhado com as restantes praças da zona euro. A denominação dos títulos em euros e a forte procura de activos com risco nos primeiros dias do ano contribuíram de forma decisiva para que a valorização das acções fosse suportada também pelo incremento da liquidez característico desta época do ano — associado às aplicações de fundos de investimento e outros produtos financeiros com benefícios fiscais. Após esta fase, o mercado accionista português apresentou uma tendência de depreciação patenteando uma *performance* claramente inferior à dos restantes mercados europeus, que se prolongou até ao final do Verão. Diversos factores contribuíram para tal evolução, destacando-se: a diversificação de portfólios por parte dos investidores institucionais, que passaram a focalizar os seus investimentos em sectores de actividade, e não em mercados como até então; o desinvestimento operado por fundos estrangeiros vocacionados para mercados emergentes; o impacto negativo de alterações de preços fixados administrativamente por organismos reguladores; os efeitos da crise brasileira em empresas cotadas com exposição neste mercado; o adiamento das expectativas de concentração, com especial peso para o sector financeiro e a retração por parte dos pequenos investidores, não obstante a manutenção das taxas de juro das aplicações bancárias em níveis muito baixos.

A inflexão da tendência de desvalorização e de reduzida liquidez ocorreu no mês de Setembro, podendo ser explicada por factores como o lançamento de diversas ofertas públicas de aquisição, concentradas em empresas *small caps*; as boas perspectivas de crescimento económico para Portugal e para o conjunto da zona euro; a antecipação de bons resultados das empresas; a entrada das primeiras Internet *stocks* no mercado português; o sucesso das privatizações e o aumento de liquidez induzido pelas diversas operações de *stock splits* operadas durante o último trimestre de 1999.

Durante o mês de Dezembro, o aumento do volume de negócios e a apreciação do índice PSI-20 (proporcionando uma valorização de 26,2% desde o mínimo anual até ao fim de 1999), resultou sobretudo do optimismo generalizado sobre a evolução dos negócios de telecomunicações, das perspectivas de concentração no sector da distribuição e do comportamento favorável das principais praças financeiras internacionais, beneficiando dos bons indicadores económicos divulgados nos EUA e na Alemanha.

#### As acções do BCP na Bolsa de Valores

Não obstante o enquadramento pouco propício no início do ano, o favorável acolhimento dos resultados divulgados pela instituição viria a sustentar uma valorização das cotações das acções do Banco Comercial Português de 10,5% nos primeiros três meses de 1999; a partir de então, verificou-se uma fase de comportamento mais irregular, que se prolongou até ao Verão, registando-se o mínimo do ano, de 23,44 euros (4,69 euros, corrigido do *stock-split*), em 14 de Setembro; até ao final de 1999, o título BCP retomou uma trajectória de valorização sustentada; a sequência de resultados trimestrais divulgados, bem como as iniciativas desenvolvidas pelo Grupo numa lógica de consolidação da sua liderança do sector, levou, na parte final do ano, a uma subida acentuada do volume de negócios e da cotação, reforçada pelo efeito dinamizador do *stock-split* a partir de 15 de Novembro. O máximo do ano foi atingido a 22 de Novembro de 1999, com uma cotação de 5,76 euros. O título BCP encerrou 1999, com uma cotação de 5,51 euros, representando uma valorização de 5,2% face a 31 de Dezembro do ano anterior.

Em 17 de Fevereiro, realizou-se o aumento do capital social do Banco Comercial Português de 196,969 milhões de contos, para 200 milhões de contos, em resultado da emissão de 3 031 000 novas acções, decorrentes do exercício dos direitos relativos à emissão de acções preferenciais convertíveis emitidas pelo BCP International Bank, Ltd., em 1996.

Em assembleia geral de accionistas do BCP, realizada em 24 de Março, foi aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício de 1998, envolvendo o pagamento de um dividendo unitário de 0,58 euros (116\$28 por acção), o que corresponde a um acréscimo de 22,4% em relação ao dividendo de 95\$ respeitante ao exercício de 1997. O dividendo unitário pago em 1999 correspondeu a um *dividend pay-out* de 42,9% e a um *dividend yield* de 2,2%. Foram, ainda, aprovadas pela assembleia geral de accionistas propostas de: constituição de um programa de *stock options* para colaboradores do Grupo, com o concomitante aumento de capital a realizar; redenominação do capital social em euros e a realização de um aumento de capital por incorporação de reservas, viabilizando a alteração do valor nominal das acções representativas do capital social do Banco para 5 euros; e a proposta de subsequente renominalização das acções de 5 euros para 1 euro. Tais medidas demonstraram clara-

mente o empenho da instituição, inequivocamente suportada pelos seus accionistas, de manter uma postura pró-activa face à evolução do mercado de capitais e de assegurar uma consciencialização dos seus colaboradores, associando componentes da sua remuneração à evolução do título.

No seguimento das deliberações tomadas, procedeu-se ao aumento do capital social do Banco Comercial Português, no dia 23 de Junho, mediante incorporação de reservas, no montante de 482 000 contos e, em simultâneo, à redenominação do capital social para euros. Após esta operação, o capital social do BCP aumentou de 200 milhões de contos para 200,482 milhões de contos (1000 milhões de euros). Posteriormente, em 15 de Novembro, procedeu-se ao desdobramento do capital social (*stock-split*) do BCP, de um valor nominal de 5 euros para 1 euro, elevando para 1000 milhões o número de acções representativas do capital social.

Em termos acumulados, foram transaccionadas, durante 1999, na Bolsa de Valores de Lisboa, 672 787 646 acções (ajustando os volumes anteriores a 15 de Novembro em função do *stock-split*), num montante total de 3561 milhões de euros. A capitalização bolsista aumentou 6,8%, passando de 5157 milhões de euros para 5510 milhões de euros, entre o final de 1998 e o final de 1999, reflectindo o efeito da valorização do título (5,2%) e, em menor grau, o impacto dos aumentos do capital social. Como corolário desta *performance*, o BCP alcançou, em 1999, o segundo lugar em capitalização bolsista das empresas cotadas no mercado português, confirmando a sua posição de liderança destacada entre as instituições financeiras cotadas.

Reflectindo o interesse pelo título BCP, na Bolsa de Derivados do Porto foram transaccionados 173 002 contratos de Futuros BCP, o que reflecte um crescimento de 81% face a 1998 (95 666 contratos). Na Bolsa de Valores de Nova Iorque, os American Depositary Receipts (ADRs), representativos das acções do Banco apresentaram um volume de negócios de cerca de 39 milhões de dólares, correspondentes a um total de 1 392 300 ADRs, uma redução face ao ano anterior mas que traduz o facto de, pese embora a importância para o investidor norte-americano da admissão à cotação na New York Stock Exchange, surgir uma crescente aceitação das bolsas europeias como espaço de negociação e de se esbaterem as barreiras ao investimento directo institucional em títulos estrangeiros. Cada ADR passou a representar 5 acções de valor nominal de 1 euro na sequência do *stock-split* realizado.

#### As acções do Banco Português do Atlântico na Bolsa de Valores

A cotação do Banco Português do Atlântico acompanhou as três fases que caracterizaram a evolução do mercado accionista português ao longo de 1999, registando, contudo, uma valorização global claramente superior à média do mercado e do sector financeiro. Assim, nos primeiros dias do ano, o Atlântico valorizou-se 6,9% face ao fecho de 1998, transaccionando-se a 3,73 euros (após correcção do *stock-split*) a 8 de Janeiro. Após este período, as acções do Atlântico iniciaram uma quebra gradual, acompanhando o mercado com fracos níveis de liquidez, até estabilizarem acima de 2,80 euros. O facto de se considerar que o Banco Português do Atlântico não poderia ser objecto de uma operação de aquisição no âmbito de uma possível concentração do sistema financeiro português, condicionado pela posição de controlo do Banco Comercial Português, justificou, de certa forma, algumas vendas por parte de investidores nacionais e estrangeiros. Durante os meses de Verão, as acções do Banco Português do Atlântico registaram uma volatilidade quase nula, sustentada com fracos volumes e confirmando o suporte técnico de 2,80 euros — valor correspondente aos preços a que foram realizados, em Outubro de 1999, o aumento de capital reservado a accionistas e, em Março de 1995, a oferta pública de aquisição por parte do BCP. A admissão, a 22 de Setembro, das acções resultantes da operação de *stock-split* permitiu uma maior visibilidade do título, não só por ter sido pioneira no mercado português, mas também pelos resultados obtidos. As acções do Banco Português do Atlântico fecharam o ano a 4,07 euros com uma valorização de 44,3% entre os dias 21 de Setembro e 31 de Dezembro (no mesmo período o PSI-20 apreciou-se 22,3%), registando um volume médio de transacções diárias de 1,5 milhões de acções, enquanto antes do *stock-split* este valor se situava em 111 000 acções.

Em 1999 foram transaccionadas 202,1 milhões de acções do Banco Português do Atlântico (considerando o valor nominal de 1 euro) no mercado de cotações oficiais da Bolsa de Valores de Lisboa, traduzindo um volume de negócios de 687,2 milhões de euros. O Banco Português do Atlântico atingiu o 9.º lugar no *ranking* do mercado accionista português, em termos de capitalização bolsista, com um valor de 2566 milhões de euros em 31 de Dezembro.

### Estrutura accionista

Em 1999, o mercado de capitais português registou uma *performance* irregular, exceptuando o último trimestre, no qual evidenciou sinais claros de recuperação. Este facto, aliado ao seu *upgrade* de mercado emergente para mercado europeu desenvolvido, motivou a saída de investidores particulares e institucionais para novos mercados emergentes, como a Grécia ou a Polónia, por um lado, e, por outro, a procura de títulos de instituições de sectores congéneres à escala europeia noutras praças, cuja *performance* se esperaria superior à portuguesa.

Não obstante a existência de factores externos adversos, a credibilidade e a atractividade do título BCP foi motora de entradas de novos investidores institucionais, tendo-se registado um alargamento da sua base de proveniência, merecendo relevo o aumento da importância de investidores europeus. O Banco continuou a ser objecto de análise e de recomendações de investimento, por parte de diversos especialistas de instituições nacionais e estrangeiras que regularmente analisam a evolução do Grupo, promovendo de forma activa a inclusão do título BCP em portfólios de investidores particulares e institucionais. Nesse domínio, tem sido notório o aumento do número de instituições a fazerem esse tipo de acompanhamento, tanto em quantidade, como em qualidade, em resposta às exigências dos investidores e do interesse no título BCP, dado o seu posicionamento no sector financeiro europeu.

Estrutura accionista do Banco Comercial Português  
em 31 de Dezembro de 1999

	Número de accionistas	Porcentagem do capital social
<b>Perfil accionista:</b>		
Colaboradores do grupo .....	8 177	1,8
Particulares .....	39 005	17,5
Empresas .....	1 025	20
Institucionais .....	675	60,7
<i>Total</i> .....	<u>48 882</u>	<u>100</u>
<b>Número de acções por accionista:</b>		
>5 000 000 .....	31	64
500 000 a 5 000 000 .....	133	16,9
50 000 a 499 999 .....	526	7,6
5 000 a 49 999 .....	5 604	6,4
<5 000 .....	<u>42 588</u>	<u>5,1</u>
<i>Total</i> .....	<u>48 882</u>	<u>100</u>

Entre o final de 1998 e de 1999 registou-se um ligeiro aumento do grau de concentração da estrutura accionista do BCP, tendo os accionistas que detêm um número superior a 5 000 000 acções aumentado a sua posição relativa, em termos agregados, em 2,3 pontos percentuais (passando a deter 64% do capital social em 31 de Dezembro de 1999, o que compara com 61,7% em 31 de Dezembro de 1998).

### Acções próprias

Em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 318/89, de 23 de Setembro, que estabeleceu para as instituições de crédito a aplicabilidade do regime geral das sociedades comerciais relativamente à aquisição e alienação de acções próprias, as assembleias gerais de accionistas do BCP aprovaram, em anos sucessivos, propostas de deliberação que permitem ao Banco a aquisição de acções próprias até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 1998, o Banco Comercial Português detinha 900 000 acções próprias (correspondentes a 4 500 000 após o *stock-split*).

Em 1999, o Banco adquiriu 95 600 010 acções próprias, ao preço médio unitário de 5,32 euros, tendo desembolsado o montante global de 509,1 milhões de euros; no mesmo período o Banco alienou 54 850 010 acções próprias, ao preço médio unitário de 5,42 euros, pelo montante global de 297,3 milhões de euros. O total de aquisições reflecte a compra de um lote de 19 milhões de acções (95 milhões de acções após o ajustamento pelo efeito do *stock-split*), na sequência da cessação da aliança estratégica com o Banco Central

Hispanoamericano. A aquisição e alienação de acções próprias, em ocasiões pontuais, teve por objectivo contribuir para um acréscimo de liquidez do título.

Em 31 de Dezembro de 1999, o Banco Comercial Português detinha 45 250 000 acções próprias. Estas acções foram alienadas em Janeiro de 2000, tendo sido colocadas junto de investidores institucionais portugueses, no quadro das parcerias estratégicas e iniciativas de consolidação sectorial, que envolveram a aquisição de 50% do capital do Interbanco e a integração da área financeira do Grupo José de Mello e que se traduziram no reforço da componente portuguesa da estrutura accionista do BCP.

### O problema do ano 2000

A importância atribuída à diversidade e complexidade das questões colocadas pela mudança do milénio e o significado e o impacto de uma transição menos bem preparada determinaram que o Grupo BCPAtlântico tenha assumido o Projecto ano 2000 como uma iniciativa de grande dimensão e transversal a todo o Grupo, implementando uma programação e execução rigorosas, dado tratar-se de um processo técnico complexo, implicando a descontinuação, substituição ou correcção e ampliação de sistemas e equipamentos, por forma a eliminar a ocorrência de falhas com impacto ao nível do negócio.

O Grupo BCPAtlântico, em coerência com a sua política de qualidade global, num processo que envolveu as empresas subsidiárias e as representações no estrangeiro, tomou, desde 1996, todas as medidas necessárias para que os níveis de serviço oferecidos não sofressem qualquer perturbação provocada, directa ou indirectamente, pelo manuseamento ou interpretação das datas posteriores a 1999. Para este efeito, foram acompanhados os próprios processos de adaptação de clientes, fornecedores, contrapartes bancárias, congéneres seguradoras e resseguradoras, prestaram-se todas as informações aos agentes de mercado sobre a evolução do projecto, desenvolveram-se esforços no sentido de limitar qualquer forma de perturbação de carácter sistémico e foram criados os planos de contingência necessários.

### O Projecto ano 2000

O Projecto ano 2000, liderado pela ServiBanca e ao qual foi atribuído uma prioridade máxima, assumiu-se como um programa transversal a todo o Grupo BCPAtlântico, envolvendo todas as empresas associadas e sucursais no estrangeiro, bem como todas as companhias da Seguros e Pensões, tendo como objectivo proteger os interesses do Grupo e dos clientes e garantir, do ponto de vista técnico, a continuidade das operações na mudança para o ano 2000.

Foi orçamentado para o Projecto ano 2000, um montante de 2 560 000 contos, com realização escalonada da seguinte forma: 3% em 1997, 29% em 1998 e 68% em 1999. Esta estimativa incluiu os custos internos e externos, de gestão e assessoria do projecto, do programa de certificação operacional e da componente de gestão de riscos e aspectos externos. Do total dos custos orçamentados, cerca de 43% (1 140 000 contos) reportam a investimentos em equipamentos, substituição de aplicações e em outros activos fixos. Os custos incorridos no âmbito deste projecto foram tratados de acordo com as normas contabilísticas adoptadas pelas empresas do Grupo.

Para acompanhamento do projecto foram constituídas duas estruturas, o Technical Steering Committee e o Business Steering Committee, em que intervieram e estiveram representados, além do conselho de administração da ServiBanca, também os conselhos de administração do BCP, do Atlântico, das companhias da Seguros e Pensões e outras empresas associadas. O projecto foi conduzido por três unidades orgânicas: Gabinete ano 2000, Equipa técnica ano 2000 e Task force ano 2000. O Gabinete ano 2000, criado em Dezembro de 1998, assumiu como principais responsabilidades o estabelecimento e controlo do plano e orçamento globais, a comunicação interna e externa, a gestão de riscos e a criação de planos de contingência, enquanto os outros dois órgãos conduziram todo o processo relacionado com os aspectos técnicos. Para além dos órgãos executivos estiveram implicados no projecto mais de 2000 colaboradores do Grupo.

O Grupo BCPAtlântico aderiu, em Fevereiro de 1999, ao grupo de coordenação Global 2000 — um grupo informal e internacional de Bancos, Bolsas de Valores e companhias seguradoras cujo objectivo foi identificar áreas críticas onde a promoção de iniciativas conjuntas e a total conjugação de esforços, por parte da comunidade financeira global, permitissem minimizar os potenciais riscos decorrentes da mudança de data no ano 2000 —, tendo a contribuição do Grupo BCPAtlântico neste âmbito, assumido a forma de publicação trimestral da avaliação dos progressos do Projecto ano 2000, utili-

zando uma metodologia própria, e de divulgação periódica do estado de preparação dos sectores vitais do País.

Não obstante o acompanhamento permanente do projecto pela auditoria interna, o Projecto ano 2000 foi auditado, em Abril e em Setembro de 1999, por auditores externos, de modo a monitorar a eficácia do processo de adaptação e a emitir uma opinião avalizada e independente sobre as medidas adoptadas pelo Grupo BCPAtlântico, tranquilizando as entidades com quem o Grupo interage — accionistas, clientes e outros agentes de mercados; as conclusões apresentadas confirmaram que o Grupo interpretou e seguiu as melhores práticas internacionais.

As entidades de supervisão e de regulação dos sectores — Banco de Portugal, Instituto de Seguros de Portugal e CMVM — acompanharam regular e assiduamente a evolução do projecto através de relatórios periódicos, especialmente no decurso do último trimestre do ano, e com particular intensidade no período de transição.

### Abordagem técnica

Numa primeira fase, iniciada nos finais de 1996 e que se prolongou ao longo de 1997, foi definido o problema do ano 2000 e obtido o necessário suporte quanto à disponibilização dos recursos exigidos pelo projecto; estabelecida a metodologia a utilizar no projecto — incluindo faseamento de alto nível, esquema de inventariação, requisitos do programa de certificação operacional, etc. —, com o apoio de consultores externos, e efectuada a inventariação, com registo em base de dados, do conjunto de equipamentos, sistemas e aplicações a abranger pelo projecto e enquadráveis no programa de certificação operacional.

O programa de certificação operacional — conjunto das acções executadas para assegurar a conformidade dos elementos inventariados, segundo a metodologia definida para cada componente — foi conduzido, dinamizado e controlado pela equipa técnica ano 2000, nas áreas de aplicações informáticas centrais e locais, *software* base e *hardware*, dos equipamentos não informáticos e dos sistemas de comunicações.

Para cada um dos mais de 80 000 componentes identificados — equipamento, sistema ou aplicação — enquadráveis no programa de certificação operacional, foram realizadas acções de (i) avaliação e planeamento, incluindo a avaliação da conformidade com o ano 2000, a definição de procedimentos de correcções, a identificação dos recursos necessários, a avaliação dos custos e planificação, (ii) renovação, validação e implementação, tendo em vista a execução dos procedimentos necessários para correcção dos eventuais problemas existentes, a execução de testes necessários à confirmação da compatibilidade e a entrada em produção do sistema conforme, após aceitação pelos utilizadores, e de (iii) acompanhamento do ciclo de vida, de modo a assegurar a não reintrodução de incompatibilidades ou o ressurgimento de problemas.

A certificação das aplicações informáticas centrais e das aplicações locais consideradas críticas foi conduzida, ao longo do ano de 1999, em regime de *task force*, por forma a garantir a compatibilidade de todas as aplicações e interfaces. Para além de uma equipa técnica de base, foram mobilizados para esta *task force* um conjunto de técnicos de desenvolvimento e de utilizadores experimentados, conhecedores do funcionamento normal das aplicações, num total de 176 colaboradores.

Ao longo de seis ciclos, num período de nove meses, 153 aplicações foram certificadas num ambiente autónomo criado especificamente para o efeito, onde foi possível recriar o ambiente de produção e verificar o modo como essas aplicações se comportariam em 16 datas críticas; no decorrer de todo este processo, foram identificados 73 erros prontamente corrigidos.

Adicionalmente, a Task Force procedeu, durante três meses, a uma certificação complementar, em ambiente de controlo de qualidade, permitindo percorrer, em contínuo, as datas entre o final de 1999 e o 1.º trimestre de 2000, testando o envelhecimento dos dados. O processo de certificação foi concluído com um teste global em ambiente *disaster recovery*, com recurso a dados de produção, de modo a simular em tempo real a transição da data de 31 de Dezembro de 1999 para o dia 1 de Janeiro de 2000.

A partir do final do 1.º trimestre de 1999, foram realizados testes com entidades externas, por iniciativa do Grupo ou em resposta a solicitações recebidas, com destaque especial para os testes institucionais realizados com diversas entidades, entre as quais: Deutsche Bank, membro do Custody 2000 (testes de custódia internacional), Swift, Banco de Portugal (SPGT, subsistemas de pagamentos: TEIS, telecompensação e efeitos), SIBS (MultiBanco), Banco Central Europeu (Target), VISA, EBA (European Bank Association), BVL (Bolsa de Valores de Lisboa), BDP (Bolsa de Derivados do Porto) e Interbolsa (negociação e liquidação).

### Gestão de riscos e aspectos externos

A gestão de riscos potenciais associados ao problema do ano 2000 e a comunicação interna e externa foram conduzidas, dinamizadas e controladas pelo Gabinete ano 2000. O plano de comunicação consistiu num conjunto de acções adequadas a cada alvo — clientes, accionistas, colaboradores, entidades oficiais, parceiros de negócio, fornecedores e mercado em geral —, conduzido de um modo coerente, normalizado e oportuno, com o objectivo de informar, sensibilizar, motivar e assegurar os agentes do processo.

Para o efeito, foram contemplados diversos meios de divulgação e comunicação internos e externos: a referência nos relatórios e contas, a publicação de artigos em revistas de especialidade, o envio de *mailings* personalizados, a elaboração, actualização e distribuição do boletim oficial do projecto intitulado «Grupo BCPAtlântico a Caminho do Novo Milénio», com versões disponíveis em português e em inglês, o envio de questionários de avaliação em *conferences calls* e o desenvolvimento de contactos regulares com diversas entidades oficiais e parceiros de negócios, no sentido de limitar o impacto sistémico do problema.

Os *sites* do Grupo na Internet foram, igualmente, utilizados como meios privilegiados de difusão de informação sobre o estado de preparação do Grupo, sendo periodicamente actualizados com os dados considerados relevantes sobre a evolução do projecto ano 2000, além de constituírem um importante auxiliar metodológico no âmbito da própria preparação de alguns clientes e parceiros de negócios.

Com recurso a apropriados mecanismos de controlo, foi aferida a preparação para o ano 2000 das contrapartes bancárias do Grupo, prevendo, em caso de identificação de potenciais problemas, as medidas recomendáveis para limitar o seu eventual impacto. Foram, também, estabelecidos contactos regulares com os principais parceiros estratégicos no sentido de tomar conhecimento dos progressos verificados nos correspondentes processos de adaptação, trocar experiências, harmonizar conceitos e estabelecer objectivos comuns.

O Gabinete ano 2000 acompanhou a evolução dos projectos de adaptação dos fornecedores do Grupo, especialmente os considerados de maior criticidade, definindo e implementando medidas efectivas nas situações consideradas como de maior risco para o negócio. Paralelamente, foram concretizadas diversas iniciativas de sensibilização junto dos clientes do Grupo, com recurso a diversificados meios: publicação e distribuição do Guia prático do ano 2000 (empresas), envio de monofolhas a acompanhar os extractos de conta (particulares), intervenção em seminários e conferências, brochuras informativas disponíveis na rede de Particulares & Negócios do BCP e bloco informativo na TV Atlântico. Complementarmente, algumas das redes do Grupo BCPAtlântico disponibilizaram linhas especiais de crédito, para financiamento dos encargos suportados pelos clientes no âmbito da compatibilização dos sistemas de informação com o ano 2000.

No quadro da actividade seguradora, foi criado um Grupo de trabalho especial, transversal a todas as seguradoras do Grupo, que desenvolveu esforços nas seguintes áreas: análise das posições de mercados de seguro e de resseguro; inventariação dos riscos (ramos e actividades) de maior exposição e potencialmente mais gravosos; análise presencial de riscos de grande dimensão e exposição do risco; e consequente adopção de políticas de subscrição de riscos recomendáveis.

Foram desenvolvidos planos de contingência para minimizar os riscos associados a hipotéticas falhas das medidas tomadas nas acções de renovação, validação e implementação do programa de certificação operacional da compatibilidade dos diversos sistemas com o ano 2000 ou à eventual ocorrência de falhas dos sistemas nas datas críticas — o *disaster recovery plan*, foi revisto de acordo com as novas vertentes introduzidas com o risco ano 2000. Medidas de prevenção, mitigação, detenção e correcção foram estabelecidas em todas as áreas de negócio do Grupo, mobilizando centenas de colaboradores, em especial no período de transição naquela que foi a mais mobilizadora de todas as acções do projecto — o plano dia zero.

### Regime operacional da transição do milénio

Foi estabelecido um centro de comando com competências alargadas para, se necessário, invocar e executar o plano de contingência ano 2000; este centro de comando foi dotado de rede de comunicação e outras infra-estruturas indispensáveis para coordenar múltiplos centros de controlo — envolvendo o *on-line* e todas as áreas de negócio do Grupo —, e garantir a sua interoperacionalidade, bem como assegurar as relações públicas e os contactos com a imprensa.

Durante o período de transição, foram introduzidos controlos adicionais para detectar e prevenir transacções não conformes com o ano 2000 ou o irregular funcionamento de equipamentos ou funções, antes e durante a passagem do milénio e nos dias imediatamente seguintes; e foram definidas medidas excepcionais relativas à gestão do numerário, destinadas a assegurar que, quer as sucursais e lojas do Grupo, quer a rede de ATMs própria permanecessem em condições de responder às solicitações dos clientes, vindo a garantir disponibilização permanente de numerário em todas as ATMs sob a responsabilidade do Grupo.

### Conclusão do projecto

O período de transição decorreu segundo o plano delineado, todos os testes efectuados foram bem sucedidos e não foi necessário acionar qualquer medida de contingência, todos os sistemas de informação e plataformas tecnológicas do Grupo continuaram a funcionar com normalidade, tendo todas as ocorrências relacionadas com o *bug* do ano 2000, detectadas durante o período de actividade da *task force* ano 2000, sido prontamente corrigidas; o impacto junto dos clientes foi praticamente nulo.

Estabilizada a plataforma transaccional e garantida a conformidade de equipamentos e *software*, inventariado todo o equipamento tecnológico e aplicações *mainframe* certificados e transmitidos os planos de continuidade às áreas de negócio, empresas associadas, companhias seguradoras e áreas de suporte à actividade comercial, o projecto ano 2000 foi dado por concluído, reassumindo a direcção informática o acompanhamento regular e sistemático do estado operacional dos sistemas e equipamentos.

## Enquadramento económico e financeiro

### Economia internacional

O enquadramento internacional em 1999, foi caracterizado pela aceleração e generalização do ritmo de crescimento da actividade, sustentada pela expansão do comércio mundial, dinamizado essencialmente pela robustez da procura interna norte-americana. A aceleração da procura agregada ocorreu num contexto pautado pela continuada moderação salarial, expressivos ganhos de produtividade e ténues tensões inflacionistas. A crise financeira da Ásia e América Latina foi controlada, registando-se um rápido relançamento da actividade económica. Em contrapartida, acentuaram-se diversos factores de risco para a preservação do actual ritmo de crescimento económico: o aumento do endividamento das famílias, o agravamento do défice externo e provável sobrevalorização do mercado accionista nos EUA; as dificuldades de consolidação do crescimento, em face das restrições à expansão monetária e orçamental no Japão; a incerteza sobre a evolução da taxa de câmbio do euro, condicionando a sua plena aceitação como unidade de conta e reserva de valor internacional.

1999 foi marcado pelo início da 3.ª fase da União Económica e Monetária, dando continuidade aos objectivos traçados pela União Europeia no sentido do aprofundamento dos benefícios associados ao desenvolvimento do mercado único. A adopção da moeda única foi potenciada pela convergência sustentada das economias europeias em termos nominais e pela correcção dos desequilíbrios orçamentais, reflectindo os resultados das políticas económicas adoptadas pelos 11 países fundadores. A transição para o euro compreendeu a fixação irrevogável das taxas de câmbio bilaterais entre as moedas dos 11 países e o movimento harmonizado das taxas de juro dos países participantes, preparando a transferência da responsabilidade pela condução da política monetária comum para o Banco Central Europeu.

Para os Estados Unidos, 1999 constituiu o 9.º ano de crescimento económico consecutivo, tendo a taxa de variação real do PIB atingido cerca de 4%, suportado pelo dinamismo do consumo privado, alicerçado no aumento do emprego e do rendimento disponível, no efeito riqueza derivado da valorização do mercado accionista e na facilidade de acesso ao crédito.

A taxa de desemprego situou-se em 4% e o crescimento dos salários foi compensado pelos ganhos de produtividade associados aos investimentos em tecnologias de informação. A aceleração das exportações, não obstante a redução da competitividade derivada da forte apreciação do dólar, não foi suficiente para evitar a deterioração do défice externo (estimado em 3,5% do PIB). Em contrapartida o aumento das receitas fiscais induzido pela expansão económica esteve na origem de um excedente orçamental (cerca de 1,3% do PIB), que tem permitido a amortização antecipada da dívida pública.

A economia japonesa foi estimulada quer por uma política monetária ainda mais expansionista, com o Banco Central a pressionar as taxas de juro para próximo de 0% e cedendo liquidez em montantes muito significativos, por forma a estimular a concessão de crédito ao sector não financeiro, quer pela aposta continuada em programas de redução de impostos e investimentos em obras públicas, com repercussões no agravamento do défice orçamental (cerca de 8% do PIB). O consumo das famílias evidenciou uma melhoria modesta e o escoamento dos *stocks* e a recuperação das economias asiáticas suportaram a recuperação da produção industrial. Os programas de reestruturação do sistema financeiro contribuíram para o reforço das expectativas de consolidação do crescimento económico, se bem que a subida da taxa de desemprego e a valorização do iene possam constituir obstáculos imediatos.

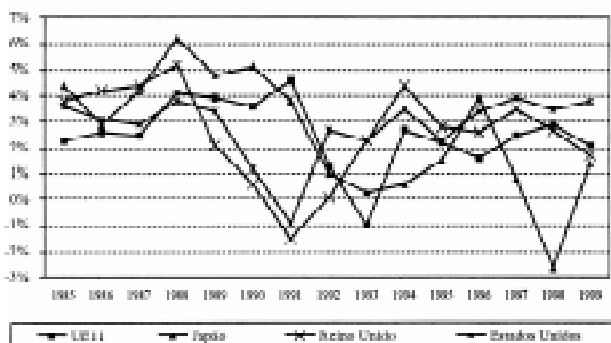
A instabilidade nos mercados financeiros internacionais iniciada com a desvalorização do *baht* tailandês em Junho de 1997, prolongou-se nas primeiras semanas de 1999, com repetidos ataques a sistemas de câmbios fixos ou semi-fixos considerados não sustentáveis. No Brasil, a dependência de capitais externos de curto prazo, o desequilíbrio das contas públicas e a menor credibilidade no compromisso de defesa da taxa de câmbio, induziram ataques especulativos contra o real, que forçaram o abandono do regime cambial e uma desvalorização abrupta do real; o rápido anúncio de programas de redução do défice orçamental e a ajuda multilateral coordenada pelo Fundo Monetário Internacional permitiram restaurar a confiança dos investidores. As economias do Sudeste Asiático manifestaram indícios de recuperação gradual, suportada pelo dinamismo dos sectores exportadores, favorecidos pelas desvalorizações ocorridas em 1998 e pela implementação de reformas estruturais e de programas de saneamento dos sistemas financeiros. As economias em transição da Europa Central, se bem que penalizadas pelas repercussões da crise russa — declínio da procura externa, decréscimo do investimento estrangeiro e aumento dos prémios de risco — e pela instabilidade agravada pela crise do Kosovo, beneficiaram do relançamento da economia europeia, das perspectivas de integração na UE e dos efeitos das políticas de desregulamentação e privatização.

Na União Europeia, o crescimento do PIB situou-se ligeiramente acima de 2% em 1999, embora denotando um comportamento intra-anual diferenciado.

Com efeito, no 1.º semestre assistiu-se a uma desaceleração da actividade, em linha com a redução das exportações, os ajustamentos de *stocks* em face das expectativas de menor crescimento e a influência da crise do Kosovo; no 2.º semestre, assistiu-se a uma retoma vigorosa da procura e da oferta agregada, estimuladas pela aceleração económica mundial, pela melhoria da competitividade dada a depreciação do euro e pela manutenção de condições monetárias muito expansionistas. Não obstante o processo de convergência europeia nas últimas décadas, subsistiram diferenciais de crescimento entre os países da União Europeia, com origem em diferenças de taxas de crescimento potencial, grau de abertura ao exterior, mecanismos de transmissão monetária e natureza da política orçamental. O abrandamento da economia mundial influenciou de forma mais acentuada a Alemanha e a Itália, enquanto que a França e a Espanha terão sido mais sensíveis à redução das taxas de juro. Os diferentes padrões de crescimento do PIB entre os países da UE reflectiram-se também numa aceleração acentuada dos preços nos países com economias mais dinâmicas.

Apesar da expansão moderada da actividade, o emprego aumentou cerca de 1,2% na União Europeia, em 1999, em virtude do crescimento controlado dos salários nominais, da expansão do sector terciário e dos efeitos das políticas activas de apoio à formação e empregabilidade e de formas mais flexíveis de emprego. A União Europeia continuou a beneficiar de um clima de relativa estabilidade de preços, com a inflação medida pela taxa de variação média do

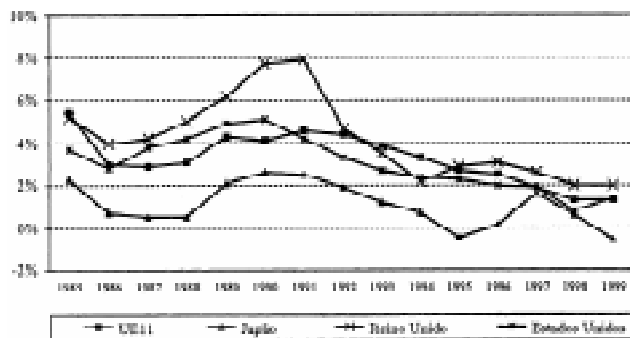
PIB — Taxas de crescimento real



índice de preços no consumidor harmonizado (IPCH) a fixar-se em 1,2% em 1999. A moderação da actividade económica mundial, os efeitos deflacionistas da queda dos preços das matérias-primas e a inexistência de expectativas inflacionistas justificaram a manutenção da inflação em níveis muito baixos durante o 1.º semestre; a subida dos preços das matérias-primas e os efeitos da depreciação do euro terão contribuído para uma ligeira aceleração dos preços a partir do Verão.

A inversão da tendência de evolução do preço das matérias-primas, e em particular do preço do petróleo que registou uma subida de preço na ordem dos 40% face a uma descida de 34% em 1998, deveu-se não só à procura acrescida derivada da recuperação do crescimento mundial, como a uma oferta limitada, que no caso do petróleo, derivou da elevada adesão às quotas acordadas pela OPEC a partir de Março.

### Inflação — Taxas de variação homóloga



O Banco Central Europeu, responsável pela definição e implementação da política monetária na zona euro a partir de 1 de Janeiro de 1999, reduziu em Abril a taxa de refinanciamento em 50 pontos base, num contexto de tendências deflacionistas e revisões em baixa das perspectivas de crescimento. Em Novembro, face à revisão em alta das perspectivas de crescimento da economia europeia, o BCE repôs a taxa de refinanciamento em 3%. O agregado monetário M3 evidenciou uma tendência de aceleração ao longo do ano, tendo registado uma taxa de variação homóloga nos últimos três meses de 6,1%, o que compara com uma taxa de referência definida pelo BCE de 4,5%. Apesar de potencialmente influenciada por uma mudança na procura da moeda resultante da introdução do euro, este comportamento sustenta expectativas de uma política monetária mais restritiva em 2000. Após a redução para níveis historicamente baixos em 1998, as taxas de juro de longo prazo registaram um movimento generalizado de subida, como consequência quer da normalização da aversão ao risco após a estabilização dos mercados financeiros emergentes, quer das melhores perspectivas de crescimento económico.

Durante 1999 registou-se uma depreciação continuada do euro face ao dólar, de 1,18 para 1, não se confirmando as expectativas de aumento de procura do euro como moeda de expressão mundial. Para a quebra do euro terá contribuído a divergência da posição cíclica das economias, os diferenciais de taxas de juro, o impacto da crise do Kosovo e da demissão da Comissão Europeia, e os fluxos de capitais para os EUA, direccionados para o mercado accionista. O iene apreciou-se substancialmente face ao dólar, influenciado por fluxos de capital destinados ao mercado accionista nipónico.

Em 1999, registou-se uma redução do défice orçamental no conjunto dos países da União Europeia para cerca de 1,6% (face a 2% em 1998), continuando todos os países da zona euro a cumprir os limites estabelecidos no pacto de estabilidade e crescimento. Esta evolução foi suportada por factores cíclicos e pela persistência das taxas de juro em níveis muito baixos, limitando os encargos com os serviços da dívida, não tendo nenhum país exercido esforços relevantes para reduzir a componente estrutural do défice das contas públicas.

Na zona euro antevê-se uma aceleração da actividade económica, elevando a taxa de crescimento do PIB para 3% em 2000. Para esta evolução deverá contribuir o dinamismo do sector externo e uma trajectória mais favorável do consumo e investimento, favorecendo a continuação da queda da taxa de desemprego. A economia americana poderá manter um ritmo de crescimento superior a 3%, esperando-se um recrudescimento gradual das pressões inflacionistas,

possivelmente contrariado por subidas das taxas directoras por parte da Reserva Federal.

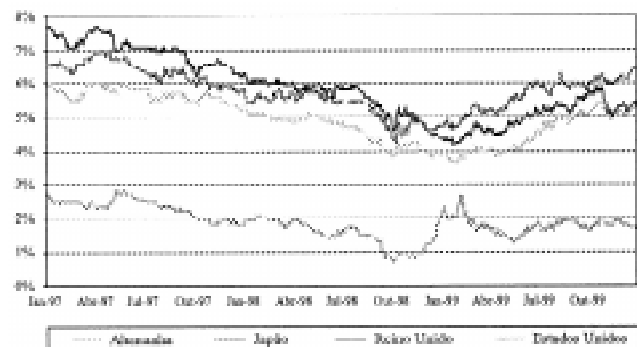
No Japão, em 2000 poderá assistir-se à consolidação da retoma da economia, respondendo a procura interna aos estímulos da política monetária e orçamental.

### Situação monetária internacional

O sistema financeiro internacional registou, em 1999, uma redução acentuada da volatilidade face aos anos precedentes. Apesar da instabilidade, no início do ano, centrada na América Latina, a desvalorização do real não conduziu à queda de outros regimes cambiais similares e os mercados cambiais não foram novamente objecto de ataques especulativos generalizados; se bem que se tenha continuado a registar aflusos de capitais para países considerados mais seguros, não se observaram, com a mesma amplitude, os problemas associados às restrições de crédito e à falta de liquidez e crédito ocorridos em 1998. Em 1 de Janeiro de 1999, iniciou-se a 3.ª fase da União Económica Monetária, com a adopção de uma nova moeda e política monetária comum aos 11 países participantes.

Nos mercados financeiros dos países industrializados, as taxas de juro de longo prazo reflectiram o impacto da revisão em alta das expectativas de crescimento mundial, verificando-se uma subida continuada das *yields* das obrigações do Tesouro norte-americanas e europeias. Esta tendência foi suportada, em parte, pela correcção subsequente à descida das *yields* para níveis historicamente baixos no 2.º semestre de 1998 — resultante quer do afluxo de capitais para mercados considerados mais seguros no contexto da crise financeira dos países emergentes, quer da conclusão do processo de desinflação dos últimos anos, exacerbado pela forte queda dos preços das matérias-primas no final de 1998. A recomposição das carteiras de investimento com a canalização de fundos para os mercados accionistas, a subida das taxas directoras dos Bancos Centrais e os rezeiros de recrudescimento das tensões inflacionistas, também contribuíram para a subida das taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro, quer nos EUA (de 4,8% para 6,4% entre o final de 1998 e de 1999), quer na zona euro (as *yields* dos Bunds elevaram-se de 3,8% para 5,5% entre Dezembro de 1998 e de 1999). É de salientar, igualmente, o alargamento dos diferenciais em relação aos *swaps* de taxas de juro, traduzindo um movimento influenciado por uma maior preferência de liquidez, em parte derivada de incertezas respeitantes à transição do ano 2000, e de uma preferência por activos de menor risco. No Japão, as taxas de juro de longo prazo registaram igualmente uma ligeira subida (de 1,3% em 1998, para 1,7% em 1999), denotando as incertezas sobre a sustentabilidade da retoma da economia e a forte probabilidade atribuída à manutenção das taxas directoras.

### Taxas de juro de longo prazo

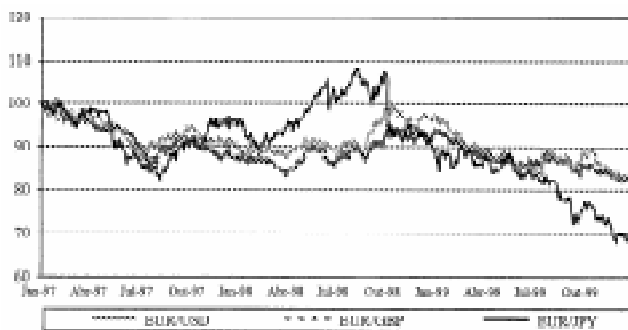


Os Bancos Centrais da Europa e dos EUA aumentaram as suas taxas directoras no 2.º semestre de 1999, corrigindo cortes efectuados desde o Verão de 1998. A subida das taxas de juro reflectiu a preocupação por parte das autoridades monetárias de eliminar os estímulos introduzidos temporariamente em face dos riscos de redução da liquidez e de desaceleração acentuada da actividade, correspondendo aos sinais de relançamento da economia mundial e prevenindo os riscos de acumulação de tensões inflacionistas. O Banco Central Europeu reverteu, em Novembro, a redução de taxas anunciada em Abril (50 b.p.) — fixando a taxa de refinanciamento em 3% —, e nos EUA, a Reserva Federal subiu as taxas por três vezes (num total de 75 b.p.), situando a taxa dos *Fed Funds* em 5,5%. Estas decisões foram amplamente antecipadas pelos mercados financeiros, sendo incorporadas nas taxas de juro de curto prazo.

A depreciação prolongada do euro face ao dólar e a apreciação do iene face a ambas as moedas assumiram-se como as tendências mais relevantes dos mercados cambiais em 1999. O dólar continuou a ser apoiado pelos fluxos de capitais derivados de uma maior atractividade das aplicações financeiras nos EUA, em particular no forte mercado accionista. O euro, que depreciou 14,7% face ao dólar (de cerca de 1,18% para níveis próximos da paridade), foi igualmente influenciado pelo impacto conjugado dos seguintes factores: as perspectivas de maiores pressões inflacionistas nos EUA derivadas de um ciclo económico mais avançado e em consequência de expectativas de subidas mais acentuadas das taxas directoras; a incerteza sobre a condução da política monetária única; o impacto do conflito no Kosovo; a demissão da Comissão Europeia; a discordância de opiniões de responsáveis europeus sobre o valor externo do euro; e o maior refluxo de capitais para as economias emergentes e Japão. A libra patenteou uma forte correlação com o dólar, em parte relacionada com a semelhança do posicionamento cíclico, tendo apreciado cerca de 12% face ao euro.

Apesar da vulnerabilidade da situação económica japonesa, das baixas taxas de juro e do agravamento do défice público, o iene apreciou-se significativamente, não obstante as intervenções das autoridades japonesas, justificadas pelo possível comprometimento da recuperação económica resultante de uma excessiva apreciação cambial.

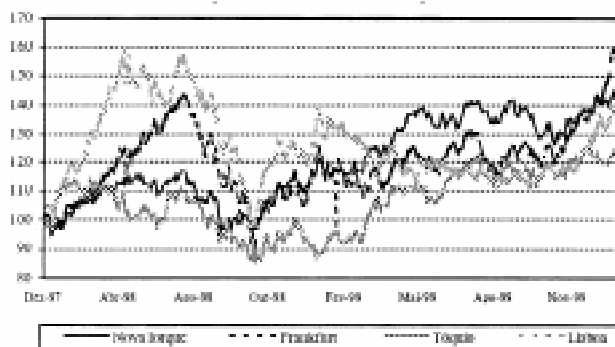
**Taxas de câmbio  
(Base 100 = 02-01-97)**



As principais bolsas internacionais registaram ao longo de 1999 valorizações muito significativas, tendo os índices de cotações superado sucessivamente máximos históricos nos EUA e em numerosos países europeus. O índice Dow Jones valorizou-se 25,2%, terminando o ano num nível recorde; por seu lado, o índice NASDAQ — em cujo cabaz predominam empresas dos sectores de tecnologias de informação e telecomunicações, progrediu 85,6%. A confirmação do relançamento da economia europeia, a intensificação das operações de concentração domésticas e transfronteiriças, a crescente integração dos mercados após a adopção do euro, a maior atractividade das cotações face a empresas congéneres norte-americanas e a dissipação dos receios de instabilidade provocada pela transição do milénio, também estiveram na origem das subidas expressivas dos principais índices bolsistas europeus em 1999.

O arranque da 3.ª fase da União Económica e Monetária desencadeou alterações estruturais nos mercado de capitais da zona euro. A integração dos mercados financeiros permitiu uma diversificação mais eficiente das carteiras dos investidores, que optaram por critérios de alocação por sectores em vez de por áreas geográficas, preferindo assim as maiores bolsas e os títulos das maiores empresas, e desfavorecendo os mercados de menor dimensão. A criação de um mercado de capitais único também veio contribuir para acelerar processos de reestruturação empresarial, para estimular movimentos de consolidação doméstica — em particular nos sectores financeiro, telecomunicações e farmacêutico. A maior integração dos mercados favoreceu igualmente o desenvolvimento do mercado obrigacionista, constatando-se um crescimento sustentado das emissões de obrigações denominadas em euros e o aparecimento de um mercado de *credit spread*. A situação financeira internacional em 1999 foi igualmente influenciada pela continuação de alterações estruturais, nomeadamente, a desregulamentação e globalização dos mercados financeiros, a maior facilidade de transacções e acessibilidade de informação derivadas do grande progresso ao nível das tecnologias de informação e comunicação e a institucionalização das aplicações de poupança, com o reforço da importância relativa dos fundos de pensões e fundos de investimento.

**Bolsas internacionais  
(Base 100 = 31-12-97)**



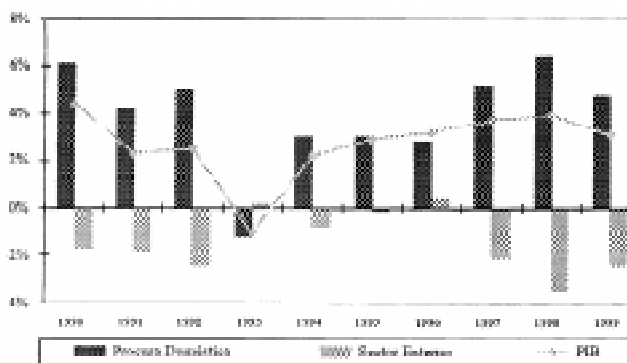
A volatilidade dos mercados cambiais dos países emergentes reduziu-se com a contenção dos efeitos da crise brasileira. Com efeito, a introdução de restrições fiscais e apoios do FMI, reduziram os receios de que a desvalorização do real reavivasse tensões inflacionistas, esmorecendo as pressões sobre as moedas da América Latina. Nos países do sudeste asiático e da Europa central, observou-se uma estabilização ou ligeira apreciação das respectivas moedas. O restabelecimento da confiança e a relativa estabilidade dos mercados cambiais, em conjunto com a evolução favorável da inflação, permitiu flexibilizar as condições monetárias em muitos países emergentes, tendo os Bancos Centrais optado por reduções graduais das taxas directoras. Esta tendência mitigou a saída de fluxos de capitais, atenuando os problemas de escassez de liquidez nos mercados de capitais e de crédito. A generalidade dos índices bolsistas dos mercados emergentes alcançaram ganhos significativos, suportados pelo influxo de capitais e pela atractividade das cotações após as fortes quebras anteriores. Os *spreads* nas operações de crédito aos países emergentes não registaram uma melhoria tão marcada, revelando uma avaliação mais prudente dos riscos por parte dos investidores e uma maior preferência por instrumentos com maior liquidez.

**Economia portuguesa**

A economia portuguesa continuou a conciliar, pelo 4.º ano consecutivo, um ritmo de crescimento superior à média da União Europeia — se bem que em clara desaceleração face ao triénio anterior, em virtude, essencialmente, do forte abrandamento do investimento e das exportações — com, por um lado, a inexistência de pressões inflacionistas — não obstante o dinamismo do consumo privado, a subida expressiva dos preços das matérias-primas e o impacto da depreciação do euro — e, por outro, a melhoria das condições no mercado de trabalho — consubstanciadas na redução da taxa de desemprego, no aumento moderado dos salários nominais e na obtenção de ganhos de produtividade. Dada a quebra continuada da taxa de poupança e as crescentes necessidades de financiamento das famílias e das empresas, o défice externo continuou a deteriorar-se, originando um aumento significativo das responsabilidades monetárias face ao exterior.

Apesar da influência favorável das condições cíclicas e da desorçamentação de despesas públicas, o défice público ter-se-á situado em 2% do PIB em 1999, reflectindo um forte crescimento das despesas correntes.

**Evolução do produto**

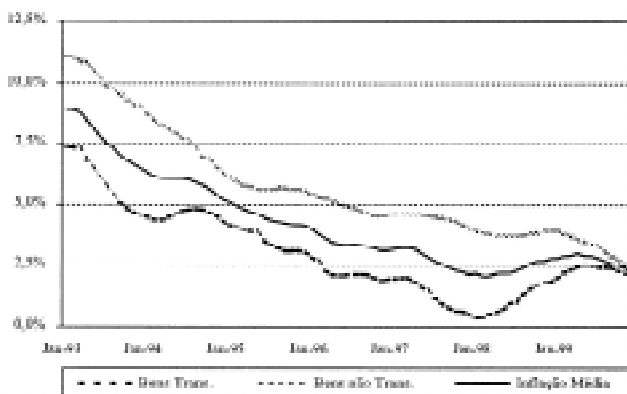


A taxa de variação real do PIB em Portugal diminuiu cerca de 1 p.p. (situando-se em, aproximadamente, 3% em 1999), como consequência, principalmente, do abrandamento do investimento e das exportações; apesar da relativa estabilidade do crescimento ao longo do ano, o perfil intra-anual da procura agregada registou uma alteração significativa. Inserida na área de influência do euro, a economia portuguesa revelou sinais de abrandamento durante o 1.º semestre de 1999, reflectindo principalmente a retracção da procura externa associada ao abrandamento da procura nos principais parceiros comunitários e uma quebra conjuntural do investimento em obras públicas após a conclusão de projectos de grande vulto em 1998; a partir do Verão, em contrapartida, verificou-se um menor dinamismo do consumo privado e do investimento em bens de equipamento, em larga medida contrariado pela recuperação das exportações de mercadorias.

O consumo privado foi o principal motor do crescimento económico, em 1999, estimando-se que a sua variação média se tenha situado em 5%; o elevado clima de confiança das famílias, explicado pelo aumento do emprego e do rendimento disponível, a maior acessibilidade ao crédito — relacionada com a persistência de taxas de juro muito baixas — e o forte acréscimo do volume de transacções no sector imobiliário suportaram o dinamismo do consumo privado, não obstante os sinais de abrandamento patenteados a partir do 2.º semestre. A taxa de poupança manteve uma tendência descendente, em paralelo com o aumento sustentado do grau de endividamento das famílias, apesar da maior restritividade das condições de acesso aos sistemas bonificados de crédito para a aquisição de habitação. O investimento registou uma forte desaceleração em 1999, pese embora o dinamismo do subsector da construção de habitação e a recuperação sustentada da actividade do subsector das obras públicas; com efeito, a retracção das encomendas externas até ao 1.º semestre de 1999, influenciou negativamente a confiança empresarial, justificando o acentuado abrandamento do investimento em equipamento. A desaceleração das exportações para os principais parceiros comunitários — originando perdas de quota de mercado das exportações nacionais pelo 2.º ano consecutivo — e a moderação das receitas de turismo — excepcionalmente elevadas no ano anterior em virtude do impacto da Expo'98 — foram parcialmente compensadas pelo menor dinamismo das importações, associado à menor expansão do consumo de bens duradouros e do investimento em material de transporte. A subida dos preços das matérias-primas internacionais ter-se-á repercutido numa deterioração sensível das razões de troca, contribuindo assim para o agravamento do desequilíbrio das contas externas.

Num contexto de deterioração das expectativas sobre a evolução da actividade, a produção industrial desacelerou ao longo do 1.º semestre, em particular nos sectores de bens de consumo e de investimento; esta tendência atenuou-se a partir do Verão, com a melhoria da confiança dos empresários impulsionada pela redinamização das economias europeias, traduzindo-se no escoamento de *stocks* e numa recuperação gradual da produção, em particular nos sectores de bens intermédios. O sector da construção foi globalmente afectado pelo fraco volume de obras públicas no 1.º semestre de 1999, tendo a sua recuperação no final do ano sido atenuada pelo abrandamento da construção de edifícios residenciais. No comércio por grosso e a retalho, tal como noutras áreas de serviços, o volume de vendas acompanhou a trajectória do consumo privado, enquanto os volumes de negócios das instituições financeiras foram positivamente afectados pela expansão do crédito privado.

Taxa de inflação



A taxa de inflação média situou-se em 2,3% no final de 1999 (2,8% em Dezembro de 1998), beneficiando da diluição do impacto de anteriores subidas extraordinárias de preços, da desaceleração dos preços dos bens alimentares, da redução da carga fiscal sobre os combustíveis e da redução do preço de serviços em fase de desregulamentação. Para a descida da taxa de inflação ao longo de 1999 contribuiu, principalmente, a desaceleração dos preços dos bens não transaccionáveis no início do ano.

A subida dos preços das matérias-primas e produtos energéticos repercutiu-se no aumento do deflador das importações, admitindo-se que possa vir a reflectir-se no índice de preços ao consumidor em 2000. Numa envolvente caracterizada pela redução da taxa de desemprego (de 5% para 4,2% entre 1998 e 1999) e pelo aumento persistente da taxa de actividade, os salários nominais patentearam um crescimento moderado (cerca de 3,5%), permitindo assegurar um aumento do poder de compra real. O aumento dos postos de trabalho incidiu especialmente no sector dos serviços, em particular no subsector do comércio.

Apesar da relativa estabilização das receitas de turismo e remessas de emigrantes, a evolução diferenciada da procura interna e externa, a deterioração dos termos de troca e o aumento dos juros pagos relativamente aos empréstimos contraídos no estrangeiro pelo sector financeiro, repercutiram-se na deterioração do défice da balança corrente para cerca de 7% do PIB em 1999. Dado o volume de investimento no estrangeiro associado às estratégias de internacionalização dos grupos económicos nacionais, o aumento da exposição de investidores institucionais a activos da zona euro e o menor afluxo de investidores estrangeiros aos mercados financeiros portugueses, assistiu-se a um forte acréscimo das responsabilidades externas do sector bancário (cerca de 7% do PIB em 1999), se bem que se tenha constatado um aumento da proporção relativa das operações de longo prazo.

O défice do sector público ter-se-á cifrado em 2% do PIB em 1999, assegurando assim a consecução do objectivo assumido no programa de estabilidade e crescimento. O aumento dos impostos indirectos e das contribuições sociais — em resultado do dinamismo do consumo privado e do emprego —, bem como a desorçamentação de despesas públicas, contrariaram o menor crescimento dos impostos sobre o rendimento e o aumento expressivo das despesas correntes. O *ratio* da dívida pública ter-se-á situado em cerca de 57% no final de 1999, sendo a sua descida atenuada pela diminuição das receitas de operações de privatização e pelo aumento das regularizações de dívida por parte do Tesouro.

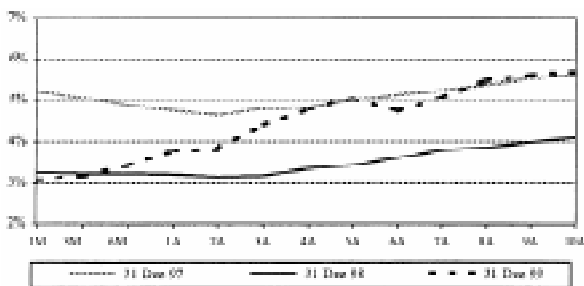
### Sistema financeiro

A integração de Portugal no conjunto de países fundadores da 3.ª fase da União Económica e Monetária em 1 de Janeiro constituiu, naturalmente, o factor com maior influência no comportamento do sistema financeiro português em 1999. Para além da adopção do euro como moeda de curso legal e da fixação irrevogável das taxas de conversão das moedas dos países participantes em relação à nova divisa europeia, o novo regime monetário traduziu-se na transferência da responsabilidade pela definição e implementação da política monetária para o Banco Central Europeu e o Sistema Europeu de Bancos Centrais, que passaram a assumir como objectivo a manutenção da estabilidade de preços em toda a zona euro. A adopção do euro implicou alterações profundas no funcionamento dos mercados financeiros, nos sistemas operativos de pagamentos e nos critérios de decisão dos investidores, contribuindo também para a intensificação da concorrência em diversas esferas da actividade financeira e para a aceleração dos processos de consolidação sectorial.

O início da 3.ª fase da União Monetária Europeia e a introdução do euro exerceram repercussões importantes no sistema financeiro português. As implicações mais imediatas foram a crescente integração e uniformização do funcionamento dos mercados, envolvendo a adopção de novas tecnologias, como o sistema de transacções em tempo real TARGET e a cotação exclusiva em euros nos mercados bolsistas.

A criação da moeda única europeia veio também acentuar o impacto de tendências estruturais, como a globalização económica, a desregulamentação sectorial e a inovação tecnológica que, ao nível do sistema financeiro, têm contribuído para a intensificação da concorrência, o estreitamento das margens de intermediação, a introdução de produtos e serviços financeiros inovadores e o crescente enfoque na consolidação estratégica, consubstanciado na proliferação de operações de concentração e no estabelecimento de alianças estratégicas transfronteiriças.

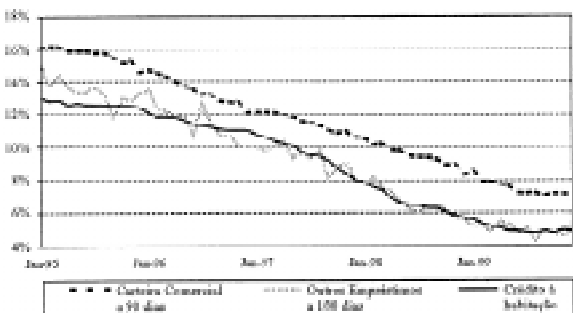
## Curva de rendimento



A evolução das taxas de juro domésticas esteve fortemente correlacionada com as taxas de intervenção do Banco Central Europeu e com as taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro de outros países da área euro. Enquanto que as taxas de juro de curto prazo diminuíram cerca de 50 b.p. no 1.º quadrimestre de 1999, corrigindo este movimento no final do ano, as taxas de juro de longo prazo aumentaram cerca de 160 b.p., o que se reflectiu no aumento do declive da curva de rendimento para cerca de 2,2 p.p. no final de 1999. Em Abril de 1999, o BCE procedeu, pela primeira vez, à alteração das suas taxas directoras — reduzindo a taxa de refinanciamento de 3% para 2,5%, tendo em consideração as dificuldades de relançamento das economias europeias e a inexistência de tensões inflacionistas. Com este movimento concluiu-se o processo ininterrupto de descida das taxas de juro de curto prazo, em Portugal, da última década, que culminou com a convergência das taxas de intervenção do Banco de Portugal para os níveis registados nos restantes países fundadores do euro em Dezembro de 1998. Com a confirmação da redinamização das maiores economias europeias, a aceleração dos agregados monetários e a dissipação dos riscos de deflação internacional, o BCE elevou a taxa de refinanciamento em 50 b.p., em Novembro, num movimento já antecipado pelos operadores. Relativamente às taxas de juro de longo prazo, o diferencial das taxas de juro entre Portugal e Alemanha, manteve uma relativa estabilidade em torno de 35 b.p. O declive da curva de rendimento registou um aumento expressivo entre o final de 1998 e de 1999, sendo este movimento compatível com a revisão em alta das expectativas de crescimento económico e de inflação, bem como com a correcção do afluxo de capitais para os instrumentos considerados mais seguros e líquidos registado no 4.º trimestre de 1998.

O crédito a empresas e particulares continuou a patentear um apreciável dinamismo, registando uma taxa de variação de, aproximadamente, 25%; a manutenção das taxas de juro em níveis muito baixos, a melhoria do clima de confiança das famílias e dos empresários e a agressividade das estratégias comerciais das instituições de crédito terão continuado a estimular a procura de crédito. As taxas de juro das operações activas evoluíram em consonância com os principais indexantes dos mercados interbancários, se bem que a intensidade competitiva entre as instituições financeiras tenha contribuído para o estreitamento dos *spreads* praticado nas taxas de juro do crédito à habitação e às empresas de menor dimensão; em contrapartida, a normalização das condições de *pricing* relativamente a empresas europeias com níveis de *rating* similares e as restrições de liquidez do conjunto do sistema bancário, em virtude dos ritmos diferenciados de crescimento do crédito e dos recursos de clientes, consubstanciaram-se num ligeiro acréscimo dos *spreads* exigidos às empresas de maior dimensão. A redução da taxa de poupança e o fraco comportamento das cotações de acções na Bolsa portuguesa terão motivado, quer o crescimento muito modesto dos recursos totais de clientes, quer um interregno na tendência de desintermediação do aforro, envolvendo a canalização de recursos aplicados em depósitos a prazo para fundos de investimento, seguros de capitalização e aplicações nos mercados de capitais.

## Taxas de operações activas



As emissões de instrumentos de dívida pública continuaram a diminuir em 1999, em linha com a redução sustentada das necessidades de financiamento do Estado. A política de gestão da dívida pública continuou a privilegiar o alongamento da maturidade média da dívida, constituindo a emissão de obrigações do Tesouro o principal instrumento de financiamento, complementada com o recurso pontual aos mercados internacionais, através da emissão de diversos instrumentos. Tendo como objectivo ultrapassar desvantagens de dimensão e liquidez do mercado, e por conseguinte favorecer o alargamento da base de investidores, foi elevado o montante *outstanding*, de modo a permitir a negociação de obrigações do Tesouro no EuroMTS, o sistema europeu de transacções electrónicas para *benchmarks* de dívida pública.

A adopção do euro implicou, naturalmente, o fim do mercado primário de caravelas, reduzindo substancialmente a capacidade de intermediação e intervenção dos Bancos portugueses junto de emittentes não residentes. No mercado primário, a emissão de obrigações de empresas nacionais reduziu-se de 1441 milhões de contos em 1998 para 1006 milhões de contos em 1999, reflectindo o crescente recurso por parte das empresas nacionais ao crédito bancário e a emissões de papel comercial, por um lado, e, por outro, a maior preferência por riscos de outros países da zona euro, no quadro das estratégias de diversificação dos riscos prosseguidas pelos investidores institucionais portugueses. Como consequência destas tendências, o volume de transacções no segmento obrigacionista decresceu acentuadamente em 1999.

## Mercado accionista português — Índice BVL



No mercado accionista português, assistiram-se a elevados níveis de volatilidade e reduzida liquidez nos primeiros nove meses de 1999, acompanhados por uma tendência de quebra das cotações, a que se sucedeu uma inflexão em alta, registando-se uma forte valorização das cotações a partir de Setembro. Entre os factores que exerceram uma maior influência no comportamento do mercado accionista nos primeiros três trimestres de 1999 — não obstante a melhoria dos resultados das empresas cotadas e o entusiasmo gerado pela adopção da moeda única, pela possível adesão da bolsa portuguesa à futura bolsa pan-europeia, e pelo anúncio de numerosas operações públicas de aquisição — ressaltam: a exclusão da Bolsa de Valores de Lisboa de índices de mercados emergentes, a estratégia de diversificação sectorial dos fundos de investimento nacionais, passando a privilegiar aplicações em mercados mais líquidos da zona euro, a prudência revelada pelos pequenos investidores e o impacto da crise brasileira junto de empresas cotadas com exposição a esse mercado. No 4.º trimestre, a confirmação das boas perspectivas de crescimento económico e antecipação de bons resultados das empresas foram reforçadas por factores que reavivaram o interesse dos investidores pelo mercado português: a resolução do diferendo envolvendo o accionista maioritário do Grupo Mundial-Confiança, o BSCH e o Governo português, a entrada das primeiras Internet *stocks* no mercado português, operações de *stock split*, diversas OPAs, optimismo sobre a evolução dos negócios das telecomunicações e o comportamento muito dinâmico das principais praças financeiras internacionais. A valorização do mercado accionista, medida pelo índice BVL-30, elevou-se a 10,2%. O volume de transacções de acções reduziu-se em 10,8%, situando-se em 38 150 milhões de euros em 1999. A capitalização do segmento accionista ascendeu a 13 632 milhões de contos no final de 1999, um crescimento de 26,8% face a 1998, beneficiando, para além da valorização das cotações, da admissão à cotação de novas empresas nas áreas de tecnologias de informação e de acções de empresas privatizadas. Apesar da intensificação da concorrência e da entrada de novos operadores em áreas de negócio especializadas, as instituições financeiras portuguesas registaram uma melhoria generalizada dos níveis



de rentabilidade, beneficiando do forte aumento do volume de crédito, da contenção das necessidades de provisionamento dada a qualidade dos riscos assumidos, do crescimento expressivo dos proveitos associados ao *cross-selling* de produtos e serviços financeiros, de resultados de natureza não recorrente derivados de alienações de participações financeiras e do controlo dos custos operativos, não obstante o impacto dos investimentos realizados com o propósito de assegurar a transição do ano 2000.

**Actividade das principais áreas de negócio**

Num contexto competitivo caracterizado pela intensificação da concorrência entre instituições financeiras e pela emergência de operadores especializados nacionais e estrangeiros, pelos níveis historicamente diminutos das taxas de juro, não obstante a inflexão ascendente na segunda metade do ano, pelo comportamento volátil e pouco atractivo do mercado accionista, pela diversidade e sofisticação de soluções financeiras oferecidas, pela expansão das redes de distribuição e pelo desenvolvimento de canais complementares de vendas e de *servicing*, o Banco Comercial Português reforçou, em 1999, o seu posicionamento competitivo, consubstanciado no bom desempenho das principais áreas de negócio.

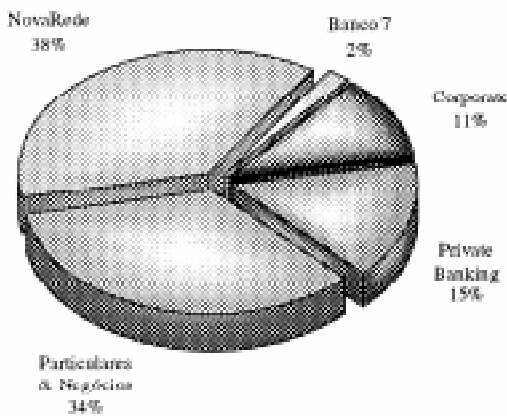
Em 1999, foi implementado um conjunto de iniciativas de reorganização das áreas de negócio, envolvendo a reformulação das estruturas comerciais e de apoio e dos espaços de atendimento, tendo em consideração o aperfeiçoamento da estratégia de segmentação do mercado, a flexibilização da actividade comercial e a aposta da dife-

renciação assente na excelência, inovação e constante adequação da oferta de valor, atendendo-se às solicitações quer da envolvente competitiva, quer das necessidades financeiras dos clientes. Neste âmbito, destaca-se: o arranque da centralização da gestão do crédito (análise, avaliação do risco e decisão) numa plataforma comum integrada na ServiBanca – Direcção de Crédito; a reorganização da rede de Particulares & Negócios, com enfoque na reestruturação da carteira de clientes, visando uma maior especialização e a recentragem nos estratos de particulares com rendimentos elevado e médio/superior; o reposicionamento competitivo da NovaRede no *middle market*, culminando um vasto processo de reformulação estratégica — NovaRede século XXI; e o relançamento da operação Home Banco 7, traduzindo a evolução da operação telefónica para o conceito de banco directo.

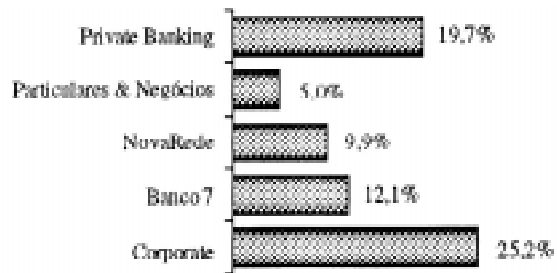
Paralelamente, a promoção de acções conjuntas de dinamização comercial, em articulação com as empresas subsidiárias beneficiando de campanhas de comunicação transversais a diferentes redes e segmentos de negócio —, o desenvolvimento de campanhas de *marketing* e de *merchandising* diferenciadoras, a abertura selectiva de sucursais em novos centros urbanos e a dinamização de canais remotos, bem como a celebração de acordos com diversas instituições promotoras de sistemas de incentivos ao investimento no sector produtivo nacional, reforçaram o envolvimento com os clientes tradicionais e suportaram a abordagem a novos segmentos de clientes, favorecendo a fidelização da base de clientes e contribuindo para o aumento do volume de negócios, para o crescimento de proveitos associados ao *cross-selling* e para a melhoria dos índices de rentabilidade.

**Contribuição das redes de distribuição do Banco Comercial Português**

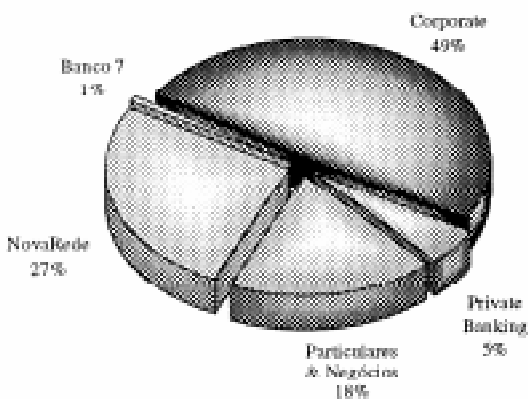
**Recursos totais (\*)**



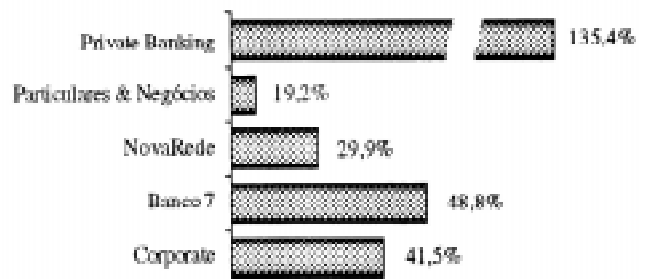
**Crescimento em volume: 11,0%**



**Crédito total (\*)**



**Crescimento em volume: 36,3%**



(\*) Em percentagem do saldo médio anual do total das redes de distribuição.

**Particulares & Negócios**

A dinamização do processo de reorganização interna, envolvendo a reformulação da estrutura comercial e dos espaços de atendimento e a reestruturação das carteiras de clientes — assumindo como objectivos a prestação de níveis de serviço superiores e o incremento do relacionamento comercial com os clientes de mais elevado potencial nos segmentos de particulares, pequenas e médias empresas e empresários em nome individual — constituiu uma das principais

prioridades de actuação da rede de Particulares & Negócios do BCP em 1999.

A melhoria do rendimento disponível e do clima de confiança das famílias, a persistência das taxas de juro em níveis muito reduzidos e a quebra dos índices de cotações e dos volumes de negócios no mercado accionista até ao final do Verão de 1999, terão continuado a determinar uma maior preferência dos particulares pelo consumo corrente, o abrandamento da tendência de canalização de poupanças para fundos de investimento, seguros de capitalização e aplica-

ções nos mercados de capitais e o crescimento vigoroso do crédito para aquisição de habitação.

No segmento das empresas, a progressiva consciencialização da inevitabilidade de empreender alterações significativas nos processos de gestão e de modernizar estruturas produtivas e sistemas de informação — por forma a melhorar a competitividade e permitir a abordagem de novas oportunidades de negócio num mercado mais alargado e mais permeável à entrada de novos concorrentes —, a par da manutenção de uma conjuntura económica favorável, estimularam o investimento empresarial e o maior recurso ao financiamento bancário.

Nesta envolvente, a rede de Particulares & Negócios continuou a privilegiar a adopção de uma estratégia de diferenciação face aos mais directos concorrentes, dando prioridade à concepção de produtos e serviços que permitissem responder de forma eficaz a novas necessidades dos clientes. Neste âmbito, merece destaque o lançamento das soluções «Prestige» e «Privilege» dirigidas ao subsegmento mais elevado do mercado objectivo, consubstanciando na criação de duas contas de depósitos à ordem — «Conta Prestige» e «Conta Privilege» — e no *upgrade* dos segmentos de clientes particulares e empresários em nome individual, de modo a adequar a proposta de valor da rede às necessidades específicas dos clientes de mais elevado potencial de ambos os segmentos — conceito de «Cliente Prestige» e «Cliente Privilege» —, e a proporcionar um acompanhamento com maior proximidade e eficácia.

A realização de diversas acções conjuntas com as empresas subsidiárias associadas do Grupo BCPAtlântico, numa óptica de *cross-selling* de produtos e serviços, contribuiu decisivamente para a consecução de um dos objectivos estratégicos prioritários da rede: a fidelização dos clientes. Procurando diversificar as opções de investimento de acordo com os diferentes perfis de risco dos clientes, a rede de Particulares & Negócios, em estreita colaboração com o BCPA – Banco de Investimento (BCPA), comercializou um conjunto de produtos de rendimento fixo ou de baixo risco e dinamizou a colocação de títulos no âmbito das privatizações e das ofertas públicas de venda de acções (Soporcel, Brisa, Portugal Telecom e PT Multimédia).

Face ao desempenho negativo do mercado accionista português, privilegiou-se a disponibilização de fundos de investimento da AF Investimentos especializados em empresas da zona euro de sectores de actividade que incorporem elevado potencial de valorização a médio prazo, denominados fundos sectoriais, de fundos temáticos (Fundo Saúde e Lazer 2004) e de soluções vocacionadas para clientes que pretendam alocar poupanças a objectivos pessoais concretos, programados para um horizonte temporal mais longo — Fundos Ciclo de Vida AF Prestige 2015-2025-2035. No domínio dos seguros de capitalização e de risco, foram lançados produtos inovadores concebidos pela Ocidental — PPR/E Ocidental, Doenças Graves e Tele-Assistência —, com o intuito de proporcionar uma oferta global aos clientes que recorram a este tipo de produtos para garantir a cobertura de potenciais riscos ou enquanto aplicação alternativa de poupanças.

Na vertente do crédito especializado, merece realce o lançamento, em colaboração com a Nacional Factoring, do produto *Factoring* Mais, bem como os excelentes resultados alcançados no *leasing* mobiliário e imobiliário. Com o propósito de ampliar a oferta de soluções de financiamento, introduziu-se o aluguer de longa duração CrédiBanco. A concretização de diversas campanhas de venda activa e de fidelização de clientes com apelo às vantagens específicas conferidas pelos cartões Visa: «Prestige», «Business» e «Electron» e American Express — «Green» «Gold» e «Platinum» — e a oferta do cartão IAPA aos clientes «Prestige» e «Privilege» da rede de Particulares & Negócios, contribuiu para a manutenção da liderança do Grupo BCPAtlântico nesta área.

Em 1999, foram realizadas várias acções de sensibilização com vista a estimular a captação de novos clientes, tendo como suporte a exploração das bases de dados disponíveis ou por via da assinatura de protocolos financeiros com diversas organizações; neste âmbito, importa destacar, no segmento de particulares, a celebração de protocolo financeiro com a Ordem dos Médicos, amplamente divulgado junto da classe médica com o envio de um *mailing* a cerca de 30 000 associados e, no segmento de negócios, a participação na X Convenção Nacional da ANECRA – Associação Nacional das Empresas do Comércio e Reparação Automóvel, bem como a presença em numerosos encontros promovidos por associações empresariais.

A rede de distribuição de Particulares & Negócios foi alargada em 1999, com a abertura de quatro novas sucursais localizadas em Guimarães, Fafe, na Quinta do Lago (Algarve) e Leça da Palmeira; continuando-se a privilegiar a personalização do relacionamento, mas

não ignorando as tendências em matéria de inovação e a preferência de segmentos de clientes pela adopção de novas tecnologias de informação, disponibilizou-se a opção «Homebank» da rede de Particulares & Negócios, facultando o acesso a informação útil e a realização de algumas transacções *on-line*.

A estratégia de comunicação da rede continuou a basear-se em acções *one-to-one*, conduzidas através do gerente de conta, colocando-se um maior ênfase nas acções promocionais no ponto de venda, com o recurso ao novo sistema de *merchandising* implementado ao nível das sucursais.

A rede de Particulares & Negócios evidenciou em 1999 uma *performance* bastante positiva, obtendo crescimentos apreciáveis na captação de recursos e na concessão de crédito; os reajustamentos associados à realocação de clientes a outras redes do Banco terão influenciado a menor contribuição relativa da rede, não obstante, a preservação dos níveis bastante positivos dos indicadores de rentabilidade e eficiência e o comportamento satisfatório da margem financeira, pese embora a continuação do estreitamento dos *spreads*.

A conclusão do processo de reestruturação comercial e a consolidação de vantagens competitivas determinantes, nomeadamente o aproveitamento integral das potencialidades comerciais do gerente de conta — que constitui ainda hoje o principal factor de diferenciação face à concorrência — constituem os factores críticos de sucesso para a rede de Particulares & Negócios a médio prazo.

#### Síntese de indicadores da rede de Particulares & Negócios

	(Em percentagem)	
Contribuição da rede (a)	1999	1998
Clientes .....	6,6	6,8
Recursos .....	34,4	36,4
Crédito directo .....	18,3	20,8
Contribuição bruta .....	28,5	30,2

(a) Em percentagem do total das redes de distribuição do Banco Comercial Português.

#### Corporate

O aprofundamento do relacionamento especializado com os segmentos de empresas, grandes empresas e clientes institucionais, visando a satisfação global das necessidades financeiras de cada segmento de mercado, o arranque da centralização da gestão do crédito nas vertentes da prevenção, análise e decisão, o crescente enfoque no acompanhamento dos clientes e dos sectores com maior relevância nos volumes e níveis de rentabilidade e a oferta de soluções inovadoras para corresponder aos novos desafios que se colocam às empresas portuguesas, nomeadamente, no domínio das tecnologias da informação, constituíram as principais linhas de actuação da rede *corporate* em 1999.

Com o objectivo de combater a vulgarização dos produtos bancários para empresas, a rede *corporate* investiu na diferenciação tecnológica e no reforço das suas vantagens competitivas ao disponibilizar produtos de raiz tecnológica, como o EDI-Financeiro — um serviço de transmissão de dados estruturados de acordo com normas internacionais que permite o pagamento de negócios entre empresas de forma automática — ou o *corporate direct* —, uma gama completa de serviços às empresas disponibilizados pela Internet ou por linha dedicada.

A capacidade de apresentação de propostas inovadoras para a melhoria da gestão de tesouraria das empresas por parte da rede *corporate* consubstanciou-se no lançamento do «Carta cheque», uma solução que permite às empresas emitir grandes quantidades de cheques, através de um simples envio de ficheiro ao Banco. De modo a apoiar a função de cobranças, foi lançado o *Servilock*, um serviço de recolha e tratamento de valores que proporciona às empresas a recolha regular dos valores recebidos em numerário, cheques ou vales e o seu depósito no Banco, com a disponibilização de extracto discriminado dos valores recebidos.

Durante 1999, o Banco Comercial Português estabeleceu uma parceria com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) — instituição cujas emissões públicas e privadas são realizadas em condições muito vantajosas, beneficiando do *rating* AAA, atribuído pelas agências Standard & Poors e Fitch IBCA, repercutindo-se em taxas de juro bastante atractivas no financiamento de projectos de investimento —, ao abrigo da qual o CEB afectou ao BCP uma linha de crédito no montante de 100 milhões de euros para apoio a projectos e programas de desenvolvimento de carácter social, incidindo sobre quatro áreas de intervenção: a criação de

empregos em PMEs, a protecção ambiental, a habitação social e a protecção e reabilitação do património histórico.

Em Outubro, o BCP patrocinou a 8.ª Conferência de International Cash and Treasury Management, no âmbito da Euromoney, que decorreu em Lisboa. Na ocasião, foi anunciado o acordo celebrado em Setembro, entre o BCP e o Banco alemão Commerzbank para a prestação do serviço de *Euro Cash Pooling*, um sistema de gestão de tesouraria no espaço euro. Por seu turno, na sequência do acordo entre o BCP e o Crédit Commercial de France, foi disponibilizado pela rede *corporate* um novo serviço de compensação electrónica de efeitos bancários, denominado *Lettre de Change Relevé*, que apresenta vantagens bastante sensíveis para as empresas clientes que exportam para o mercado francês.

Em Novembro de 1999, realizou-se a 5.ª Conferência Anual do Forum Rating 1, uma iniciativa conjunta do BCP e da Dun & Bradstreet, subordinada ao tema «A ameaça da população envelhecida». Integrado no propósito desta iniciativa, além do debate sobre temas de interesse para a comunidade empresarial, foram homenageadas as empresas classificadas com o mais elevado *rating* atribuído pela Dun & Bradstreet em 1999, incentivando-se assim as melhores práticas de gestão e proporcionando uma maior visibilidade às empresas de referência dos vários sectores de actividade.

Pelo segundo ano consecutivo, o BCP, através da rede *corporate*, associou-se ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) na atribuição do estatuto PME excelência serviços, com o intuito de distinguir as pequenas e médias empresas que se destacaram pela capacidade de gestão, iniciativa empresarial e inovação, proporcionando-lhes condições muito atractivas, tendo em vista promover a sua modernização e o reforço do seu posicionamento competitivo.

Desde 1997 que o BCP vem actuando como intermediário financeiro em Portugal do Fundo Europeu de Investimento, no âmbito do projecto «Crescimento e ambiente», o que lhe confere o estatuto de «Banco do Ambiente». Em 1999, a rede *corporate* acrescentou ao leque de produtos «verdes» já disponíveis (EcoCrédito, EcoLeasing, EcoFactoring e EcoSeguro), o EcoConsultoria — que concede às empresas clientes do BCP, na sequência do protocolo celebrado com a Associação Empresarial de Portugal, o acesso ao apoio técnico desta prestigiada instituição na elaboração de estudos de impacto ambiental e na análise de viabilidade de projectos de investimento na área do ambiente.

O crescimento da actividade económica e a melhoria da situação financeira das empresas portuguesas continuou a favorecer o desempenho da rede *corporate* ao longo de 1999. Com taxas de crescimento de captação de recursos de clientes e de concessão de crédito superiores a 25%, num segmento onde existe forte pressão competitiva — em virtude da intensificação da concorrência na prestação de serviços bancários às empresas, principalmente por bancos estrangeiros, e dos menores níveis de fidelização de clientes —, repercutindo-se no esbatimento das margens de intermediação e na pressão sobre os proveitos de comissões, a rede *corporate* ultrapassou os objectivos definidos e alcançou ganhos de quota de mercado, confirmando a posição cimeira do BCP na prestação de serviços financeiros às empresas.

Com a provável intensificação da concorrência no segmento das empresas, novos desafios colocar-se-ão aos operadores que ambicionem alcançar uma posição de liderança neste segmento de mercado, levando-os, cada vez mais, a competir por via da excelência dos serviços prestados. Atenta a estas tendências, a rede *corporate* continuará a incrementar as suas competências específicas nas áreas de maior potencial, nomeadamente, no âmbito do apoio à gestão de tesouraria das empresas e no desenvolvimento e adopção de plataformas de relacionamento electrónicas, com vista a permitir a melhoria do serviço ao cliente, o aumento dos índices de eficiência e de rentabilidade do negócio *corporate* e a consolidação do respectivo posicionamento competitivo.

#### Síntese de indicadores da rede *corporate*

	(Em percentagem)	
Contribuição da rede (a)	1999	1998
Clientes .....	0,7	0,7
Recursos .....	10,7	9,4
Crédito directo .....	49,2	47,3
Contribuição bruta .....	17,8	17,3

(a) Em percentagem do total das redes de distribuição do Banco Comercial Português.

#### Private banking

O reforço da proposta de valor dirigida ao segmento de mercado constituído por particulares de elevado património financeiro, englobando a disponibilização de um mais vasto leque de produtos e o desenvolvimento da plataforma tecnológica de modo a adequar o serviço aos novos padrões e tendências do meio envolvente, constituíram os vectores de actuação da rede de *private banking* em 1999.

Confrontada com a alteração de preferências dos clientes, a modificação do enquadramento regulamentar e a aceleração do ritmo de evolução tecnológica, a rede procurou adaptar a sua proposta de valor no sentido de uma oferta integrada de serviços de reconhecida excelência, abrangendo todo o universo de necessidades financeiras. Complementarmente, foi implementado um novo posicionamento institucional com a adopção de uma nova imagem corporativa — *private bankers* — que se pretende distintiva do negócio de *private banking* do Grupo BCPAtlântico.

A intensificação da concorrência no segmento de negócio da gestão de patrimónios, com o surgimento de novos operadores nacionais e estrangeiros, utilizando plataformas bancárias universais ou especializadas, justificou o particular enfoque da rede no reforço das competências exclusivas e no aproveitamento das oportunidades de negócio proporcionadas pelas vantagens competitivas adquiridas com a autonomização da gestão dos negócios do *private banking* doméstico e internacional.

Procurando adequar a oferta de soluções financeiras, bem como a vertente de aconselhamento financeiro às novas condições do mercado, foram disponibilizados produtos com binómio risco-rendibilidade ajustado aos perfis dos clientes e incentivada a constituição de portfólios, com risco sectorial diversificado, face à volatilidade evidenciada, ao longo do ano, pelos segmentos accionistas dos mercados de capitais nacional e internacionais.

Em 1999, foi consolidada a actividade do CIP — Centro de Investimentos Private Banking, através do acrescido protagonismo dos consultores financeiros, em especial na prestação de assessoria financeira especializada e na promoção de serviços de *asset management* junto de clientes da rede, nomeadamente, na actividade da gestão discricionária de carteiras.

A componente de valor associada ao conceito de *global private banking* foi melhorada com o aprofundamento do relacionamento da rede com as empresas associadas do Grupo BCPAtlântico, através da comercialização de produtos e serviços especializados ajustados ao perfil dos clientes da rede — fundos de investimento, seguros, *leasing*, corretagem e mercado primário de capitais.

A evolução dos principais indicadores de actividade das áreas de *private banking* doméstico e internacional evidencia expressivos acréscimos dos recursos de clientes e do crédito concedido, reflectindo a eficácia da diversificação da gama de produtos disponibilizados, tendo permitido não só ultrapassar os objectivos anuais em termos de volume de negócios, como acentuar a trajetória ascendente dos resultados da rede, com destaque para a componente de comissões e de outros proveitos associados à prestação de serviços de valor acrescentado no domínio da gestão de patrimónios.

Num contexto em que, no plano internacional, se antevêm alterações profundas nas relações comerciais à escala global e a intensificação dos movimentos de concentração nos sectores de actividade que mais têm protagonizado esta tendência nos últimos anos — com consequências no desempenho dos mercados financeiros internacionais — e, no mercado doméstico, é possível antecipar a intensificação da concorrência neste segmento de negócio, a proposta de valor do *private banking* continuará a ser aperfeiçoada de modo a reforçar os padrões de serviço e a ampliar a respectiva quota de mercado.

#### Síntese de indicadores da rede de *private banking*

	(Em percentagem)	
Contribuição da rede (a)	1999	1998
Clientes .....	0,5	0,5
Recursos .....	15,4	14,3
Crédito directo .....	4,9	2,9
Contribuição bruta .....	7,3	5,5

(a) Em percentagem do total das redes de distribuição do Banco Comercial Português.

#### NovaRede

Culminando o processo de reformulação estratégica denominado projecto NovaRede século XXI e coincidindo com a comemoração do

10.º aniversário, a NovaRede, enquanto operação bancária de retalho inovadora e vocacionada para o *middle market*, introduziu, em 1999, novas propostas de relacionamento com os clientes e de reposicionamento competitivo, renovando a proposta de valor nos domínios da comunicação, do *merchandising* e dos modelos de vendas e de *servicing*.

Constituindo a sucursal NovaRede, desde sempre, peça fundamental da estratégia de abordagem ao mercado-alvo, as alterações introduzidas ao conceito de imagem e de *layout* das sucursais, visaram criar as condições que, por um lado, possibilitem o estreitamento da relação com os clientes que privilegiam o atendimento personalizado e que, por outro, respondam às necessidades dos clientes que colocam como prioridades a acessibilidade, a autonomia e a comodidade na realização de transacções bancárias simples.

A política de comunicação evoluiu no sentido de uma maior sistematização da oferta aos vários segmentos de mercado, traduzindo-se na realização de acções de *marketing* direccionado às necessidades específicas dos clientes; o novo modelo de vendas, embora preservando os atributos de disponibilidade e rapidez, privilegia os aspectos de privacidade e da personalização no acto da venda, tendo como suporte a criação de espaços de atendimento mais atraentes e funcionais, propícios ao aconselhamento e à concretização de negócios.

A rede de distribuição da NovaRede foi reforçada com a abertura, em 1999, de 32 novas sucursais, tendo como objectivos ampliar o grau de cobertura do território nacional, assegurar a presença em novos mercados e prevenir eventuais situações de congestionamento de sucursais mais transaccionais. No âmbito do projecto NovaRede Século XXI, foi também remodelado, em 1999, o *layout* de 60 sucursais, adaptando-as aos novos conceitos de imagem e modelos de vendas e *servicing*.

O desenvolvimento de canais alternativos constituiu, igualmente, uma prioridade estratégica, destacando-se neste domínio, o lançamento em Maio de 1999, da solução de *homebanking* NovaRede, bem como a dinamização do canal telefónico — NR24/Linha Directa —, que se tem vindo a revelar como um importante canal de vendas e de prestação de serviços, com uma média mensal de 210 000 chamadas, representando já uma expressão significativa em determinadas variáveis de negócio.

1999 foi marcado pelo dinamismo na concessão de crédito, que continuou a registar índices de crescimento expressivos, em especial no financiamento à habitação, apesar de ter evidenciado uma ligeira desaceleração na segunda metade do ano. O aproveitamento das oportunidades de negócio por parte da NovaRede reflectiu-se: nos excelentes resultados obtidos na componente do crédito à habitação, com a produção anual a ultrapassar os 100 milhões de contos em novas operações, confirmando a sua notoriedade como marca de referência na concessão de crédito à habitação; no crédito ao consumo, foram também alcançados resultados significativos, tendo como suporte diversas iniciativas comerciais, com destaque para a campanha de *direct marketing* envolvendo o produto crédito-cheque e, ainda, para o lançamento do conceito de solução automóvel, uma proposta inovadora que possibilita aos clientes, em função do perfil e das necessidades específicas, a escolha da melhor solução alternativa — crédito pessoal, *leasing*, aluguer de longa duração e *renting* — para a aquisição de automóvel destinada a uso pessoal ou profissional.

Não obstante a conjuntura menos favorável ao nível do mercado de capitais, em 1999, a NovaRede continuou a registar uma participação relevante em algumas das principais operações que ocorreram ao longo do ano, com especial relevo para a 3.ª fase de privatização da Brisa e para a oferta pública de venda da PT Multimédia, em que a NovaRede interveio na colocação de títulos, tendo alcançado quotas de mercado de 12% e 8%, respectivamente.

Prosseguindo a estratégia de segmentação da base de clientes, foi criada, em 1999, a Divisão EuroNegócio, dirigida aos empresários em nome individual, pequenos comércio e pequenas e médias empresas, disponibilizando não só um conjunto de produtos de activo e de passivo e de outras soluções financeiras adequadas às necessidades específicas deste segmento, numa perspectiva de *cross-selling*, como o aconselhamento especializado prestado por uma equipa de especialistas de negócio, à semelhança do que sucede com os consultores de investimento para o segmento de particulares.

No último quadrimestre de 1999, por ocasião da comemoração do seu 10.º aniversário, a NovaRede lançou uma iniciativa promocional de carácter institucional com forte presença nos *media* — culminando com uma campanha de grande impacto num jornal de grande circulação no dia de aniversário da NovaRede —, complementada com um conjunto de acções promocionais centradas no produto, oferecendo condições especialmente vantajosas aos clientes.

A NovaRede tem vindo a destacar-se, ao longo dos últimos anos, pelo contributo muito significativo da sua base de clientes alargada para os volumes de negócio e para os resultados de exploração do BCP. Todavia, e não obstante o forte crescimento tanto ao nível da captação de recursos de clientes, como na concessão de crédito e do incremento do *cross-selling*, em 1999, a contribuição relativa da rede diminuiu face ao ano anterior, pese embora os índices de rentabilidade e de eficiência tenham permanecido em níveis bastante satisfatórios, ainda que pressionados por um ambiente cada vez mais competitivo.

No ano 2000, prosseguir-se-á a implementação gradual do plano de remodelação das sucursais, no quadro do projecto NovaRede século XXI, mantendo presente o objectivo de criar uma máquina de vendas de topo, segundo os padrões internacionais, explorando, não só o potencial de vendas das sucursais, como também das plataformas transaccionais e de venda centralizada, por forma a aumentar a penetração nos segmentos de *middle market*, incrementar os níveis de eficiência, aumentar os proveitos e melhorar as margens unitárias e os índices de rentabilidade operacional.

#### Síntese de indicadores da NovaRede

Contribuição da rede (a)	(Em percentagem)	
	1999	1998
Cientes .....	90,3	90,3
Recursos .....	37,3	37,7
Crédito directo .....	26,9	28,4
Contribuição bruta .....	44,6	45,3

(a) Em percentagem do total das redes de distribuição do Banco Comercial Português.

#### Banco 7

A confirmação da evolução do conceito de banco telefónico para banco directo, através do desenvolvimento de novas soluções de *homebanking* na Internet, o esforço persistente de captação de novos clientes cujo perfil comportamental se ajuste a uma operação bancária inovadora, o ajustamento da oferta de produtos de investimento ao enquadramento conjuntural nos mercados monetário e de capitais, em simultâneo com o objectivo de consolidação da situação económica e financeira da operação, constituíram as principais linhas de orientação estratégica do Banco 7, em 1999.

A generalização do acesso à Internet e a adesão significativa da base de clientes do Banco 7 à solução de *homebanking* — o HomeBanco 7 —, a par da constante inovação tecnológica nesta área, justificaram o desenvolvimento de uma nova aplicação, mais simples, mais fácil no recenseamento e mais abrangente quanto às funcionalidades disponibilizadas, cujo relançamento em Março de 1999 permitiu a consolidação do posicionamento do Banco 7 como banco directo.

Numa conjuntura marcada pela tendência de descida das taxas de juro e pela volatilidade do segmento accionista do mercado de capitais, o Banco 7 investiu na dinamização de novos conceitos de investimento, disponibilizando, ao longo do ano, sucessivas soluções inovadoras e diferenciadoras, abrangendo quer novos conceitos de fundos de investimento (fundos sectoriais e fundos temáticos), quer produtos estruturados, conciliando princípios conservadores de garantia do capital investido com excelentes perspectivas de rentabilidade. Neste domínio, o serviço de gestão e aconselhamento de património, ao permitir uma mais correcta identificação do perfil do investidor, revelou-se um instrumento de grande aptidão no aconselhamento personalizado e na recomendação de constituição de carteiras ajustadas ao perfil de risco dos clientes.

Beneficiando dos níveis historicamente mínimos das taxas de juro, o Banco 7 colocou, em 1999, um enfoque especial na dinamização das soluções de crédito, quer na vertente de crédito ao consumo, quer na de crédito imobiliário. No crédito ao consumo, foram dinamizadas com sucesso, tendo por base rigorosas análises de *datamining*, ofertas exclusivas de operações de crédito pré-aprovado, materializando uma estratégia de *pricing* atractiva; na vertente do crédito à habitação, tendo em consideração as alterações ao enquadramento legal e regulamentar introduzidas em 1999, foram dinamizadas acções de incentivo à transferência de operações de outras instituições de crédito.

O esforço de alargamento da base de clientes motivou a realização de diversas campanhas, quer na vertente *member get member*, quer através da utilização de ferramentas de *marketing* tradicionais

(*mass media*) ou da promoção de iniciativas dirigidas a segmentos específicos, previamente identificados e alvo de acções promocionais próprias e exclusivas.

O suporte de comunicação destas acções baseou-se na proposta de valor de um banco directo acessível a qualquer hora, de qualquer lugar e sempre através de canais automáticos (telefone, computador pessoal, parque de equipamentos, quiosques multimédia), conferindo maior comodidade, simplicidade e eficácia à relação bancária com o Banco 7.

O Banco 7 viu reconhecida a sua estratégia de comunicação na utilização dos meios *below the line* ao ver premiada uma das melhores acções de *marketing* directo realizadas no País na categoria *business to consumer*. Por seu turno, o relançamento da solução de *homebanking*, com a introdução de novas funcionalidades e o aperfeiçoamento das existentes — entre as quais o serviço de Bolsa, permitindo a transacção de títulos em Bolsa através da Internet com total segurança e com níveis de serviço exclusivos —, contribuiu para que o site do Banco 7 na Internet tenha sido premiado como a melhor solução financeira no mercado português nesta área, o que comprovou a excelência e qualidade que caracterizam a sua oferta bancária num canal inovador.

O reforço da estratégia de banco directo foi um factor determinante para que o Banco 7 registasse em 1999 uma boa *performance*, patente quer no crescimento do número de contas novas, quer na expansão dos recursos captados e do crédito, com crescimentos médios anuais de 12% e 49%, respectivamente. Tratando-se de uma área de negócio que opera com margens de intermediação relativamente baixas, foi, contudo, possível assegurar níveis de taxas de margem compatíveis com a sustentação de resultados de exploração positivos.

O Banco 7 perspectiva para o ano 2000 a manutenção de elevados ritmos de crescimento da sua actividade e a consolidação da sua imagem de inovação e vanguarda, quer ao nível do desenvolvimento da oferta de produtos, quer ao nível da disponibilização de soluções de serviço exclusivas para o relacionamento com os clientes.

#### Síntese de indicadores do Banco 7

Contribuição da rede (a)	(Em percentagem)	
	1999	1998
Clientes .....	1,9	1,7
Recursos .....	2,2	2,2
Crédito directo .....	0,7	0,6
Contribuição bruta .....	1,8	1,7

(a) Em percentagem do total das redes de distribuição do Banco Comercial Português.

#### O Grupo BCPAtlântico

A reorganização das *holdings* especializadas do Grupo e o aperfeiçoamento das correspondentes ofertas de valor, a cooperação com entidades externas aproveitando as competências distintas e as vantagens competitivas em segmentos de negócio, a reorganização da estrutura de participações internacionais e a promoção de *joint-ventures* em mercados estrangeiros com parceiros locais, no quadro da estratégia de internacionalização do Grupo, e a consolidação de uma posição de referência no mercado accionista português, constituíram os principais vectores de actuação estratégica do Grupo BCPAtlântico no mercado doméstico e no plano internacional.

Em 1999, foram promovidas iniciativas pelas *holdings* especializadas que reflectem o esforço do Grupo de aproveitamento de oportunidades de negócio e de resposta aos novos desafios relacionados com a integração do País na UEM e a globalização dos mercados financeiros; neste domínio, destaca-se o lançamento pela AF Investimentos de fundos de acções internacionais com especialização sectorial e dos primeiros fundos temáticos do mercado, a organização e colocação em Portugal, pelo BCPA — Banco de Investimento, da primeira oferta pan-europeia dirigida aos investidores de retalho (operação pública de subscrição da Deutsche Telekom) e a liderança conjunta da emissão inaugural de obrigações realizada pelo BCP ao abrigo do programa de *medium term notes* (MTN); noutra vertente, a sublinhar, os acordos de cooperação estabelecidos em vários domínios e envolvendo diversas entidades — programas de incentivo ao investimento das micro e pequenas empresas, acordo com Associação Nacional do Direito ao Crédito (ANDC) no âmbito do microcrédito pessoal e serviço Saúde 24 em cooperação com o

Ministério da Saúde —, que potenciam o reforço do envolvimento com os clientes e a aproximação a novos segmentos de clientes.

No âmbito da reestruturação das sociedades financeiras que integram as *holdings* especializadas, merecem destaque: a fusão de duas sociedades gestoras de fundos de pensões numa nova sociedade, a Pensões Gere, e a transferência da mediadora de seguros Luso-Atlântica da Atlântico Gest para a Corretoresgest inseridas no processo de desenvolvimento estratégico dos negócios de gestão de fundos de pensões e de corretagem; a fusão por incorporação da Factoring Atlântico na Nacional Factoring, na sequência da aquisição pela última da totalidade do capital da Factoring Atlântico à Leasefactor — SGPS, alterando-se a designação social para BCPAtlântico Factoring, S. A.; o acordo de parceria entre o BCP e a SIVA envolvendo a aquisição do Interbanco pelas duas entidades, com vista ao desenvolvimento desta plataforma especializada no financiamento ao sector automóvel; e a alteração da imagem corporativa do banco de investimento do Grupo BCPAtlântico consubstanciada na redenominação social do Banco CISF para BCPA — Banco de Investimento, S. A., culminando o processo de reestruturação que vinha sendo implementado desde 1997, visando focalizar a sua actividade no *investment banking*.

No quadro da estratégia de internacionalização do Grupo BCPAtlântico, registou-se: a cessação por mútuo acordo da aliança estratégica entre o BCP e o BSCH, reconhecida a incompatibilidade de interesses estratégicos após a conclusão do processo de fusão do BCH com o Banco Santander, na sequência da qual o BCP procedeu à aquisição de 50% da Leasefactor — SGPS, participação anteriormente detida pelo BSCH, e alienou a participação de 50% que detinha no capital social do Banco Banif — Banqueros Personales; a celebração de um acordo para o lançamento de uma operação bancária na Grécia em parceria com a Interamerican, a maior companhia seguradora grega; a celebração de acordo entre o BCP e o Big Bank Gdanski (BBG), com vista a permitir o desenvolvimento da estratégia de parceria para o mercado polaco, optimizando a criação de valor através da disponibilização de serviços de banca universal; a aquisição pelo BCP de uma participação de 30% no capital social da Achmea Bank Holding NV, um dos principais grupos financeiros holandeses e parceiro do BCP na aliança pan-europeia Eureka. Em França, procedeu-se à integração das agências do Atlântico na rede do Banco Popular Comercial, racionalizando estruturas e alargando a oferta de soluções financeiras, e em Moçambique as diversas participações financeiras do Grupo BIM foram organizadas numa *holding* e foi constituída uma sociedade especializada no *leasing*, prosseguindo a estratégia de diversificação da actividade.

#### Banca comercial

Beneficiando de um claro enfoque das actividades do Banco Português do Atlântico nos segmentos de retalho do mercado doméstico e das vantagens competitivas exclusivas da plataforma de distribuição do Banco Expresso Atlântico — complementando e aprofundando as propostas de valor oferecidas pelas redes de distribuição do BCP na abordagem especializada dos vários segmentos de mercado —, o Grupo BCPAtlântico viu reforçada a liderança tecnológica e consolidada a posição preeminente que detém nos negócios de serviços financeiros de retalho no mereado nacional.

#### Banco Português do Atlântico

O aperfeiçoamento da oferta de valor do Atlântico, o aproveitamento de vantagens competitivas conferidas pela adequada preparação do Grupo BCPAtlântico para os desafios decorrentes da adopção do euro, a expansão da rede de lojas e o forte investimento nos canais de distribuição remotos, e a adopção de estratégias de comunicação e de *merchandising* distintas e eficazes constituíram factores decisivos para aumentar o grau de envolvimento com os clientes, expandir o volume de negócios e melhorar os índices de rentabilidade do Banco Português do Atlântico, em 1999.

O Atlântico continuou a investir no desenvolvimento de plataformas de distribuição e transacção, merecendo destaque: a expansão da rede de Lojas Atlântico — consubstanciada na abertura de 49 novas lojas em 1999, a criação de duas novas direcções de empresas, uma em Famalicão e outra em São João da Madeira; o desenvolvimento de canais alternativos — consubstanciado na ampliação das soluções de *self-banking* e no relançamento da solução de Internet *banking* para particulares (o TeleAtlântico); e o recurso crescente a técnicas de *data base marketing*, com vista a favorecer o alargamento da base de clientes e o aproveitamento eficaz do poten-

cial de crescimento do *cross-selling* e do *share of wallet* dos clientes existentes.

Assinalando a comemoração dos 80 anos do Banco Português do Atlântico, foi promovido, com especial enfoque nos primeiros meses do ano, um conjunto estruturado de iniciativas de *marketing* e de comunicação com cariz institucional que, para além de contribuírem para o reforço da notoriedade da marca Atlântico e do conceito de Loja Atlântico, foram catalisadas para incentivar a abertura de novas contas e aumentar o grau de envolvimento com os clientes.

Na actividade do crédito a particulares, prosseguiram os esforços de conquista de quota de mercado, tanto no segmento do crédito à habitação, como do crédito pessoal. A concessão de crédito à habitação atingiu níveis bastante expressivos, tendo a produção anual ultrapassado, pela primeira vez, os 100 milhões de contos. O crédito pessoal progrediu também a ritmo bastante elevado; inserido nos *home equity loans*, foi lançado, em 1999, o Crédito mealheiro, uma linha de crédito inovadora em sistema de *revolving* com uma garantia hipotecária associada que permite aos clientes do Atlântico o acesso a montantes mais elevados e por prazos mais dilatados do que os concedidos pelas linhas de crédito pessoal convencionais.

No segmento de micro e pequenas empresas e empresários em nome individual, prosseguiu a estratégia comercial orientada para o reforço do envolvimento com os clientes, baseada na definição e lançamento de *packages* de produtos e serviços especialmente adaptados às necessidades financeiras dos diferentes nichos de mercado e no desenvolvimento de iniciativas para divulgar a oferta global de soluções financeiras e estimular a captação de novos clientes. De sublinhar a importância dos programas de incentivo ao investimento orientados para as micro e pequenas empresas, enquanto catalisadores do relacionamento com os clientes que solicitam o acesso ao financiamento de projectos de investimento, ao abrigo dos protocolos de cooperação estabelecidos entre o Atlântico e as diversas entidades responsáveis pela gestão dos diferentes programas.

Assumindo a inovação e a adequação das soluções propostas como vector de diferenciação da sua actuação comercial, na sequência da assinatura do acordo com o Bayerische Hypo – und Vereinsbank, AG, o Atlântico lançou o serviço de cobranças directas — serviço inovador dirigido a empresas clientes exportadoras, que possibilita, mediante acordo entre cliente e fornecedor, a emissão de ordens de débito directo às contas dos importadores alemães. O relançamento do serviço de recolha de valores, numa base estruturada e economicamente eficiente, visou não só a captação de negócio relacionado com o processamento de valores, mas também, por associação, promover a concessão de crédito às empresas que recorrem ao serviço.

No segmento de grandes empresas, a estratégia delineada pelo Atlântico assentou em três vectores: o aprofundamento das relações com os clientes através do alargamento do leque de produtos e serviços de valor acrescentado, designadamente na área de gestão de tesouraria; a liderança e participação nas mais importantes operações de reestruturação e internacionalização dos agentes económicos portugueses, bem como nas operações de *project finance* em Portugal, designadamente nas áreas das telecomunicações e vias de comunicação; e ao nível da actuação comercial, por uma maior selectividade na concessão de crédito *pluin vanilla*, o qual foi progressivamente encarado como um meio de solidificação das relações com os clientes.

No segmento de particulares com patrimónios mais elevados, foi consolidada a actividade do CIP – Centro de Investimentos Private Banking, através do acrescido protagonismo dos consultores financeiros, em especial na prestação de assessoria financeira especializada e na promoção de serviços de *asset management*, nomeadamente, na actividade da gestão discricionária de carteiras, e a componente de valor associada ao conceito de *global private banking* foi melhorada com o aprofundamento do relacionamento com as empresas associadas do Grupo BCPAtlântico.

O Atlântico, em conjunto com as empresas financeiras especializadas do Grupo BCPAtlântico, intensificou as iniciativas de *cross-selling* de produtos e serviços, revelando-se particularmente activo no lançamento de soluções financeiras e de produtos inovadores, diversificando o leque de alternativas de investimento e de rendibilização do aforro dos clientes. O alargamento da oferta envolveu a comercialização de um conjunto de produtos estruturados com garantia de capital, taxas de juro indexadas e prémios de permanência, o lançamento de novos fundos de investimento mobiliário, incluindo fundos sectoriais abertos e um fundo fechado, um conjunto de produtos e serviços na área dos seguros de capitalização, de risco

e de saúde e, ainda, um leque de soluções no âmbito da banca de investimento e do crédito especializado.

Ao nível da intervenção em operações no mercado de capitais, de sublinhar a participação activa do Atlântico nas principais operações de dispersão de capital realizadas ao longo do ano, de que se destacam: as privatizações da Portugal Telecom e da Brisa, as operações públicas de venda da Pararede e da PT Multimédia e a colocação de títulos da empresa de telecomunicações alemã Deutsche Telekom, uma inovação em exclusivo do Grupo BCPAtlântico, para o mercado português.

O negócio de cartões de pagamento atingiu bons índices de penetração, progredindo não só em volume, mas beneficiando, também, da alteração qualitativa da oferta, na sequência do incentivo à migração do cartão multibanco para o cartão Visa Electron, o qual, como resultado da intensificação das campanhas de venda, atingiu um total superior a 400 000 cartões, no final de 1999. No que se refere aos cartões de crédito activos, o acréscimo alcançado na venda de cartões das redes Visa, Mastercard e Amex traduziu-se num ganho de quota de mercado do Atlântico neste segmento, reflectindo a qualidade da proposta de valor inerente ao leque de cartões comercializados e a eficiência das campanhas promocionais realizadas ao longo do ano.

Em assembleia geral de accionistas do Banco Português do Atlântico, realizada em 17 de Março de 1999, foi aprovada a proposta de redenominação e renominalização em euros do capital social. No seguimento desta deliberação, as 126 100 000 acções representativas do capital social do Banco Português do Atlântico foram redenominadas de escudos para euros, em simultâneo com o aumento do capital social, por incorporação de reservas, no montante de 303 901 000\$, elevando o capital social do Banco Português do Atlântico para 630 500 000 euros. Após a operação de renominalização, o capital social do Banco Português do Atlântico, passou a estar representado por 630 500 000 acções, como consequência do desdobramento (*stock split*) de cada acção, anteriormente com o valor nominal de 5 euros, em 5 acções com o valor nominal unitário de 1 euro. Esta operação foi a primeira desta natureza a ser realizada por uma empresa cotada na Bolsa de Valores de Lisboa.

Os resultados líquidos do Banco Português do Atlântico elevaram-se a 27,660 milhões de contos em 1999, evidenciando um crescimento de 24,8% face ao valor apurado no ano anterior (22,166 milhões de contos); a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) evoluiu de 14,2% em 1998 para 15,3% em 1999, enquanto a rentabilidade dos activos médios (ROA) atingiu 0,7% (0,6% em 1998). Para esta evolução contribuíram a subida moderada da margem financeira, beneficiando sobretudo da expansão acentuada do crédito concedido a clientes, a apropriação de resultados das empresas associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, o crescimento das comissões, reflectindo o aumento do *cross-selling* de produtos e serviços financeiros especializados e o aumento dos resultados em operações financeiras, que mais que compensaram as maiores exigências ao nível da constituição de provisões para riscos de crédito e o aumento dos custos de transformação, acompanhando a expansão das redes de lojas com marca Atlântico e o incremento do volume de negócios.

A evolução dos indicadores patrimoniais do Banco Português do Atlântico reflecte o forte crescimento da actividade, beneficiando de condições macroeconómicas favoráveis e do dinamismo comercial das principais áreas de negócio. O activo total elevou-se a 4305 milhões de contos, registando um aumento de 9,4%, entre 31 de Dezembro de 1998 e de 1999. O crédito concedido a clientes elevou-se a 1185 milhões de contos, em 31 de Dezembro de 1999, a que corresponde um crescimento de 29,8%, enquanto os recursos totais de clientes (incluindo fundos de investimento, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização) atingiram 2777 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1999, evidenciando um aumento de 7,7% face a 31 de Dezembro de 1998. A situação líquida e os passivos subordinados atingiram 298,6 milhões de contos, registando um crescimento de 9,2% face aos 273,4 milhões de contos apurados no final de 1998.

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito continuaram a evidenciar uma melhoria bastante pronunciada. O crédito vencido decresceu 18,5%, diminuindo de 18,385 milhões de contos para 14,993 milhões de contos entre 31 de Dezembro de 1998 e de 1999, tendo a proporção do crédito vencido no crédito total diminuído de 2% para 1,3%, no mesmo período.

O *ratio* de cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias por provisões atingiu níveis muito confortáveis, elevando-se a 213,9%

em 31 de Dezembro de 1999, que compara com 186,9% em 31 de Dezembro de 1998.

O Banco Português do Atlântico continuou a submeter-se ao processo de avaliação do grau de risco das suas responsabilidades por parte das principais agências internacionais. A sublinhar, a melhoria das notações de *rating* das responsabilidades financeiras de longo prazo por parte da Standard & Poors (de BBB+ para A-), da Moodys Investors (de A 3 para A 2), da Thomson Financial BankWatch (de A+ para AA-) e da Fitch IBCA (de A+ para AA-); a melhoria das notações de *rating* atribuídas às responsabilidades de curto prazo por parte da Moodys Investors (P-2 para P-1) e da Fitch IBCA (de F1 para F1+); e a confirmação das notações anteriormente

conferidas pela Standard & Poors (A-2) e Thomson Financial BankWatch (TBW-1). Para 2000, o Atlântico procurará reforçar o seu posicionamento competitivo, nomeadamente, por via do maior envolvimento com os clientes particulares e empresas aprofundando preferencialmente o relacionamento com os segmentos de clientes com maior potencialidade e com as empresas dos sectores de actividade mais dinâmicos, a disponibilização de produtos de valor acrescentado e tecnologicamente avançados e a dinamização do *cross-selling* de produtos e serviços das empresas especializadas do Grupo, a expansão dos canais de distribuição, o alargamento da base de clientes serão factores determinantes do crescimento do volume de negócios e da melhoria dos níveis de rentabilidade.

#### Síntese de indicadores do Banco Português do Atlântico

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	4 304 695	3 935 022	9,4
Crédito sobre clientes .....	1 184 864	912 995	29,8
Recursos de clientes (a) .....	2 777 178	2 578 145	7,7
Situação líquida e passivos subordinados .....	298 598	273 400	9,2
Margem financeira .....	48 157	46 453	3,7
Outros proveitos financeiros (líquido) .....	59 791	44 750	33,6
Resultados líquidos .....	27 660	22 166	24,8
Margem de intermediação financeira (percentagem) .....	1,4	1,4	—
Outros proveitos/proveitos totais (percentagem) .....	55,6	49,1	—
Custos de transformação/proveitos totais (percentagem) .....	61,7	67,8	—
ROE (percentagem) .....	15,3	14,2	—
ROA (percentagem) .....	0,7	0,6	—
Crédito vencido/crédito concedido (percentagem) .....	1,3	2	—
Provisões totais/crédito vencido (percentagem) .....	186,5	178,5	—
Sucursais em Portugal:			
Atlântico/Expresso Atlântico .....	433	383	13,1
Colaboradores:			
Atlântico/Expresso Atlântico .....	3 845	3 660	5,1

(a) Inclui depósitos de clientes, activos sob gestão e seguros de poupança.

#### Banco Expresso Atlântico

O aproveitamento eficaz das oportunidades de negócio e das vantagens exclusivas de uma operação *in-store banking*, o reforço da cooperação com o parceiro de negócio de modo a explorar as sinergias existentes entre as plataformas de distribuição, a continuação do programa de expansão da rede comercial, a par da introdução de um novo conceito de abordagem ao mercado e o alargamento da base de clientes, que quase duplicou em relação ao ano anterior, constituíram os eixos estratégicos de actuação do Banco Expresso Atlântico, em 1999.

Prosseguindo o programa de expansão da rede de distribuição do Expresso Atlântico, foi dado especial enfoque, em 1999, a uma nova abordagem do mercado, tendo por base o conceito de gestão centralizada de clientes, efectuada através de lojas de gestão automática — espaços exclusivos de *servicing*, dotados de meios e canais remotos de relacionamento bancário —, elevando-se a 52 o número de espaços disponibilizados, no final do ano; paralelamente, prosseguiu a expansão da rede de distribuição de gestão personalizada com a abertura de 7 novas lojas, elevando para 128 as lojas Expresso Atlântico e para 180 o total de lojas de ambos os conceitos, no final do ano.

Numa envolvente caracterizada pela intensificação da concorrência no segmento de particulares, o Banco Expresso Atlântico reforçou a capacidade de atracção de novos clientes no espaço onde actua de forma exclusiva — as superfícies comerciais dos Supermercados Pingo Doce e Hipermercados Feira Nova —, garantindo, simultaneamente, maiores níveis de fidelização por via do aprofundamento do *cross-selling*, nomeadamente, pelo crescente enfoque na concessão de crédito à habitação; para os resultados alcançados,

contribuíram não só as campanhas de *marketing* realizadas em estreita cooperação com o *partner* de negócio, mas também uma nova forma de gestão da relação com os clientes, materializada na criação de equipas de venda centralizada.

Em matéria de inovação de produtos a sublinhar o lançamento do novo cartão Visa Electron para o mercado doméstico, um cartão da gama Visa emitido e disponibilizado no próprio acto da abertura de conta.

Acompanhando a evolução do volume de negócios e o esforço de investimento na concretização do programa de expansão da rede de distribuição, foi efectuado, no decurso do 3.º trimestre de 1999, um aumento do capital social do Banco Expresso Atlântico de 20 milhões de euros para 40 milhões de euros, integralmente realizado em dinheiro.

A evolução muito positiva do volume de negócios, quer ao nível dos recursos captados, quer, fundamentalmente, do crédito total concedido a clientes (incluindo o crédito à habitação) que, globalmente, atingiram perto de 69 milhões de contos no final do ano, contribuiu decisivamente para a melhoria da rentabilidade e dos resultados líquidos, que, apesar de se apresentarem ainda negativos, inverteram a trajectória descendente e iniciaram um ciclo de melhoria sustentada a partir do 1.º trimestre de 1999.

A consolidação da base de clientes, a intensificação do ritmo da actividade de *cross-selling* com vista a garantir níveis elevados de fidelização dos clientes e a preservação dos bons níveis de comissões geradas pela prestação de serviços, o crescimento do volume de negócios, em especial do crédito e, neste, na componente do crédito à habitação e a melhoria dos índices de eficiência e de rentabilidade, constituem as metas a médio prazo do Banco Expresso Atlântico.

## Síntese de indicadores do Banco Expresso Atlântico

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	26 977	24 181	11,6
Crédito sobre clientes .....	9 693	7 797	24,3
Recursos de clientes (a) .....	16 738	14 722	13,7
Situação líquida e passivos subordinados .....	15 756	13 592	15,9
Margem financeira .....	663	385	72,4
Resultados líquidos .....	-1 845	-1 978	-
Lojas Expresso Atlântico .....	128	121	5,8
Colaboradores .....	396	372	6,5

(a) Inclui depósitos de clientes, fundos de investimentos e acções depositadas.

**Seguros**

O Grupo BCPAtlântico intervém no mercado de seguros e gestão de fundos de pensões através da Seguros e Pensões Gere, que congrega e controla todas as participações do Grupo nestas áreas. Desenvolvendo uma estratégia articulada de diferentes marcas e de múltiplos canais de distribuição, a Seguros e Pensões reforçou em 1999 o seu estatuto de liderança nos diferentes segmentos do negócio de seguros, com quotas de mercado de 24% no ramo Vida, 14% nos ramos Não Vida e cerca de 25% na área de gestão de fundos de pensões, alcançando uma quota global de 20% do mercado segurador nacional.

**Seguros e Pensões**

Numa envolvente caracterizada pela manutenção da tendência de crescimento da actividade económica a um ritmo superior à média dos parceiros comunitários, a estagnação do segmento accionista do mercado de capitais, conjugada com a manutenção das taxas de juro dos depósitos e outras aplicações financeiras de baixo risco em níveis reduzidos, e o aproveitamento de sinergias e oportunidades de negócio decorrentes da forte ligação das principais seguradoras a instituições bancárias, contribuíram fortemente para a expansão do ramo Vida, enquanto que a pressão competitiva sobre as tarifas praticadas aos clientes com melhor perfil de risco, nomeadamente nos ramos automóvel e acidentes de trabalho, condicionou a evolução global dos ramos Não Vida.

A evolução global do sector segurador em 1999, com um crescimento do volume de prémios de 18,8%, foi fortemente influenciada pela manutenção da forte expansão do ramo Vida que registou um incremento no volume de prémios de 28,3%, enquanto que os ramos Não Vida, com um aumento da produção de 8,4%, evidenciaram alguns sinais de recuperação, apesar dos ramos automóvel e acidentes de trabalho continuarem a crescer a ritmos muito moderados (7,5% e 6,3%, respectivamente), pese embora o aumento das apólices subscritas.

A actuação da Seguros e Pensões, durante 1999, centrou-se nos seguintes vectores estratégicos: o reforço da liderança sectorial, suportado pela manutenção de níveis de crescimento sustentado dos volumes de negócio das diferentes marcas; a consolidação das plataformas de gestão de sinistros — Médis Saúde, Médis Acidentes e Auto Gere; o desenvolvimento da Pensõesgest e Corretoresgest que centralizam a área de pensões e corretagem independente de seguros do Grupo; e a integração das áreas de sistemas e das funções e unidades de apoio em plataformas unificadas.

Líder do mercado segurador nacional, quer em termos globais, quer nos ramos Vida e Não Vida, a Seguros e Pensões ampliou significativamente a sua posição de maior grupo segurador nacional, com uma quota de mercado global do volume de prémios de 19,6% em 1999; o crescimento da produção de seguros evidenciou um aumento de 26,8%, relativamente ao ano anterior, tendo sido registados crescimentos de 39,1% na vertente de *bancassurance*, de 4% nos canais tradicionais (agentes e corretores) e de 33,6% no canal directo (telefone e internet), denotando a importância da contribuição dos diferentes canais para o negócio segurador.

As plataformas de gestão de sinistros, suportadas em soluções tecnológicas avançadas e em propostas de valor inovadoras, evidenciaram desempenhos muito positivos. Centralizando a gestão dos sinistros automóvel e contando com uma rede de 54 oficinas convencionadas, a Auto Gere já beneficiou de economias significativas; a Médis Acidentes, funcionando como plataforma integrada de

gestão dos sinistros de acidentes de trabalho, ampliou significativamente a sua rede de prestadores de cuidados médicos, passando de 378 para 812, entre 31 de Dezembro de 1998 e de 1999; e a Médis Saúde, posicionando-se estrategicamente como um sistema de saúde com cobertura integral e nacional, envolvendo mais de 150 000 pessoas seguras e uma rede de 2938 prestadores de cuidados de saúde, confere à Seguros e Pensões a liderança no ramo doença, com uma quota de mercado de 36,3%. A excelência do serviço integrado de saúde Médis foi reconhecida internacionalmente com a atribuição de um *rating* máximo a nível europeu (AAA), pelo Investment & Banking Group.

Os negócios de gestão de fundos de pensões e de corretagem independente de seguros, centralizados na Pensõesgest e Corretoresgest, respectivamente, foram objecto durante 1999 de um processo de desenvolvimento estratégico que conduziu: à fusão das duas sociedades gestoras de fundos de pensões — Praemium e Vanguarda — numa nova sociedade gestora, a Pensõesgere; à transferência da mediadora de seguros Luso-Atlântica da Atlântico Gest para a Corretoresgest e à tomada de participações na mediadora Oliveira & Ritas e na corretora Solução, após as quais a Corretoresgest passou a dispor de uma carteira sob gestão de, aproximadamente, 6 milhões de contos de prémios, cotando-se entre os cinco maiores grupos de corretores a operar no mercado nacional.

O arranque da plataforma única de sistemas assumiu uma importância estratégica ao nível da infra-estrutura operativa da Seguros e Pensões, não só porque permitiu normalizar os sistemas de informação de gestão e iniciar o processo de unificação e centralização de funções de apoio — contabilidade, cobranças, tesouraria e produção e sinistros vida (plataforma vida) — potenciando a obtenção de sinergias, a redução de custos e a melhoria dos níveis de serviço, como, também, porque dotou o universo empresarial da Seguros e Pensões das soluções tecnológicas adequadas a enfrentar os desafios do euro e da transição para o ano 2000.

O volume de prémios das seguradoras do ramo Vida registou um acréscimo de 34,4%, cifrando-se em 180,3 milhões de contos em 1999, a que corresponde uma quota de mercado de 23,9%. Beneficiando da expansão dos seguros de capitalização e seguros PPR, o canal bancário assegurou cerca de 92,2% da produção do ramo, reflectindo a forte dinâmica da actividade comercial e das acções de *cross-selling* promovidas junto das bases de clientes das redes do BCP, Atlântico e Expresso Atlântico.

Os prémios das seguradoras dos ramos Não Vida atingiram 84 milhões de contos, um crescimento de 13,1% face a 1998, reflectindo crescimentos mais significativos nos ramos doença (35,4%) e riscos múltiplos habitação (19,5%), enquanto que os prémios do ramo automóvel aumentaram 9,4%. Com uma carteira diversificada e equilibrada face à estrutura do mercado, a Seguros e Pensões consolidou a sua posição de líder do mercado com uma quota de 14% neste segmento do negócio segurador. A Seguro Directo, a primeira companhia a operar no mercado nacional vocacionada exclusivamente para o canal directo (venda por telefone e Internet), detendo uma carteira de, aproximadamente, 47 000 contratos, atingiu um ritmo de vendas de cerca de 1500 contratos por mês durante 1999, reflectindo uma política de maior rigor e exigência na selecção dos riscos.

No que respeita ao negócio de gestão de fundos de pensões, no qual a Seguros e Pensões detém a posição de liderança do mercado, as sociedades gestoras centraram a sua actividade no desenvolvimento de produtos e serviços complementares e inovadores e na dinamização de acções de *cross-selling*, através das plataformas de distribuição do BCP e do Atlântico. O volume de activos sob gestão dos fundos de pensões mantiveram-se praticamente inalteráveis, situando-se em 335 milhões de contos no final de 1999.



A Eureko, grupo segurador pan-europeu em que a Seguros e Pensões intervém como *partner* com uma participação de 15,6% em 31 de Dezembro de 1999, revelou-se apostada em intervir activamente no movimento de concentração sectorial à escala europeia. Ao longo do ano, novos desenvolvimentos ocorreram no seio da aliança, com destaque para a assinatura de uma carta de intenções pela MAAF Assurances, terceira seguradora francesa no ramo automóvel, subcrevendo a sua futura adesão ao grupo, e para a aquisição pela Eureko, em *joint-venture* com o Big Bank Gdanski, de uma participação de 30% no capital da PZU, seguradora líder do mercado polaco com uma quota de 60%. Considerando a globalidade dos *partners*, incluindo a MAAF e a PZU, a Eureko é responsável por um volume de prémios superior a 4700 milhões de contos, posicionando-se já como o quarto grupo segurador europeu.

A Companhia de Seguros Macau (Vida e Não Vida) desenvolveu a sua estratégia de *bancassurance* em estreita cooperação com o BCM Ásia, representando o canal bancário, no final de 1999, cerca de 63% do total da receita processada e 58% do total dos novos contratos. Operando em Moçambique, em ligação com o Banco Internacional de Moçambique (BIM), a SIM — Seguradora Internacional de Moçambique conta já com uma carteira superior a 5000 apólices, equivalente a uma taxa de penetração na ordem dos 24% da base de clientes do BIM, tendo alcançado o *break-even* em 1999.

A solidez financeira da Seguros e Pensões foi reconhecida e comprovada por conceituadas agências internacionais de *rating*: a Fitch IBCA atribuiu à Seguros e Pensões a notação de AA- (*excellent*

*security*), extensiva a todas as seguradoras do Grupo e reflectindo uma significativa melhoria em relação à notação de A+ (*good security*) anteriormente atribuída à Bonança Seguros e Ocidental Vida; e a Standard & Poors, cujo processo de *rating* se iniciou em 1999, atribuiu a notação A+ (*strong financial security*) às empresas do Grupo Seguros e Pensões Gere — SGPS, S. A., realçando a sua capitalização extremamente sólida, assente numa base de capitais compatível com um *rating* máximo AAA.

Com um activo total de 862 milhões de contos e capitais próprios de 75 milhões de contos, a Seguros e Pensões registou, em 1999, um volume de prémios agregado de 264,2 milhões de contos, tendo a margem técnica consolidada (antes da imputação de custos administrativos) aumentado 6,4%, atingindo 40,9 milhões de contos. Os resultados líquidos atribuíveis à Seguros e Pensões, após os interesses minoritários e amortização do *goodwill*, cifraram-se em 6,4 milhões de contos, a que corresponde uma rendibilidade dos capitais próprios de 7,8%.

As principais metas que a Seguros e Pensões se propõe alcançar durante o ano 2000, consistem no crescimento sustentado dos volumes de negócio das diferentes marcas, na consolidação das várias plataformas operativas e na conclusão do processo de racionalização de estruturas, por forma a fazer face às pressões sobre as margens de exploração, melhorar a rendibilidade técnica do negócio e garantir níveis de rendibilidade atractivos e sustentáveis a longo prazo e, simultaneamente, potenciar o aproveitamento de novas oportunidades de negócio, de modo a reforçar a sua posição de liderança no mercado.

#### Síntese de indicadores da Seguros e Pensões

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	861 624	694 852	24
Situação líquida .....	75 372	79 344	—5
Receita total .....	297 543	248 510	19,7
Receita de prémios .....	264 235	208 369	26,8
Margem técnica .....	40 927	38 472	6,4
Margem técnica líquida de custos administrativos .....	12 662	12 366	2,4
Cash-flow total .....	157 437	129 223	21,8
Resultados líquidos .....	6 389	6 228	2,6
Prémios por empregados .....	152	125	22,2
Quota de mercado:			
Não vida (percentagem) .....	14	13,3	—
Vida (percentagem) .....	23,9	22,5	—
Total (percentagem) .....	19,6	18,1	—
ROE (percentagem) .....	7,8	7,8	—
Colaboradores .....	1 736	1 673	3,8

#### Banca de investimento

O BCPA — Banco de Investimento, S. A. (BCPA), o banco de investimento do Grupo BCPAtlântico — denominação social que sucede à de Banco CISF em vigor nos últimos seis anos —, adoptou uma nova imagem corporativa, contemplando um novo logotipo, símbolo e assinatura, traduzindo a partilha de marcas da sua base accionista, nacional e internacionalmente reconhecidas, o BCP e o Atlântico. Com a nova designação, o BCPA afirma-se definitivamente como a empresa do Grupo BCPAtlântico vocacionada para o segmento de banca de investimento, consolidando e reforçando a sua capacidade de intervenção, tanto em termos nacionais como internacionais.

#### BCPA — Banco de Investimento

Intervindo na área de negócio de *merchant banking*, o BCPA consolidou a sua posição entre as instituições líderes na banca de investimento em Portugal. A participação regular nas principais operações do mercado de capitais, tanto no segmento de dívida como no segmento accionista, a crescente intervenção em operações internacionais, com relevo para a conquista da liderança da primeira operação de privatização integrando uma oferta pan-europeia de retalho, a prestação de consultoria e assessoria a diversas entidades e instituições, bem como a intervenção em processos de reestruturação de empresas e nos programas de financiamento de projectos

estruturantes, o desenvolvimento e a concepção de novos produtos estruturados, e o aprofundamento das capacidades de inovação e de colocação de produtos junto das redes de distribuição do Grupo BCPAtlântico, constituíram as suas principais linhas de actuação em 1999.

No mercado primário de acções, o BCPA foi o coordenador global da oferta de acções da Soporcel e assumiu a co-liderança na oferta pública de subscrição de acções da PT Multimédia, operação em que o Grupo BCPAtlântico, se posicionou como a segunda instituição mais activa na colocação de títulos, com uma quota de cerca de 23%. No domínio das operações de privatização, o BCPA foi o coordenador global da 3.ª fase de privatização da Brisa e participou na liderança conjunta da 4.ª fase de privatização da Portugal Telecom, operação em que o Grupo BCPAtlântico liderou o total de ordens recebidas.

Em Junho de 1999, a Deutsche Telekom — a maior empresa de telecomunicações europeia e a terceira maior a nível mundial — realizou uma oferta pública de subscrição combinada de cerca de 280 milhões de acções; esta oferta, considerada um marco histórico nos mercados internacionais de acções e totalmente inovadora a nível mundial, englobou uma oferta de direitos e uma oferta global que, por sua vez, incluiu uma oferta institucional internacional e uma oferta pan-europeia pioneira no retalho — colocando, pela primeira vez, os investidores dos 11 países da zona euro em condições de absoluta igualdade de participação; nesta operação intervieram os maiores Bancos da zona euro, cabendo ao BCPA, na qualidade de

líder regional, a responsabilidade pela organização e implementação desta oferta em Portugal e ao Grupo BCPAtlântico a colocação de acções, em regime de exclusividade, junto dos investidores particulares nacionais.

Ao nível dos programas de financiamento e de emissão de dívida, o BCPA participou em diversas operações, destacando-se: o exercício da liderança conjunta da emissão inaugural de obrigações realizada pelo Banco Comercial Português ao abrigo do programa de *medium term notes* (MTN) e da BCP Finance Company, ambas no valor de 400 milhões de euros; e a posição de sénior co-líder da primeira emissão de obrigações a taxa fixa da Portugal Telecom ao abrigo do programa de MTN, no valor de 1000 milhões de euros. No mercado primário do segmento obrigacionista, o BCPA participou num conjunto representativo de emissões, quer de emittentes nacionais, quer internacionais, tendo assumido a liderança conjunta de duas emissões de obrigações do Banco Itaú Europa e de uma emissão de obrigações da Portugal; o BCP integrou ainda o sindicato de duas emissões do Deutsche Bank e participou em diversos sindicatos de garantia de colocação de emissões.

O BCPA participou em operações de financiamento de projectos estruturantes nacionais, nomeadamente, na qualidade de *arranger*, no sindicato bancário responsável pela estruturação e tomada firme das facilidades de crédito à Scutvias – Auto-Estradas da Beira Interior, S. A., assumindo simultaneamente, no âmbito do sindicato financiador, as funções de *facility agent* e *intercreditor agent*, a que correspondeu a coordenação da globalidade das facilidades de crédito. Entre outras intervenções, contam-se, ainda, a participação nos sindicatos de financiamento da sociedade concessionária Fertagus – Travessia do Tejo, S. A., e, na qualidade de sénior *lead-manager*, no sindicato financeiro que apoiou o consórcio das Auto-Estradas do Atlântico.

No domínio das actividades de consultoria estratégica e de assessoria económico-financeira, foram diversas as intervenções do BCPA em 1999, destacando-se a prestação de assessoria: à Ibstock PLC, no âmbito da alienação da participação detida na Caima – Cerâmica e Serviços; ao Grupo TMG, relacionada com a participação na Efacec Capital – SGPS; à administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, na elaboração do plano de ordenamento e expansão daqueles portos; e ao consórcio liderado pela Brisa nos concursos de concessão do IC 16/IC 30.

No quadro do *cross-selling* promovido pelas redes de distribuição do Grupo BCPAtlântico, merece relevo a organização de uma emissão inovadora destinada à subscrição pelos clientes do International Private Banking, indexada à valorização do USD contra o JPY, no montante global de 10 milhões de dólares, a dois anos e com protecção do capital no vencimento, e a estruturação de um novo produto financeiro, transversal às redes de clientes particulares do Grupo, denominado Capital Garantido Internet 2004, sob a forma de obrigações com remuneração indexada à valorização de três das mais conceituadas empresas operando via Internet: a Amazon, a America Online e a Yahoo. Ainda neste âmbito, foram organizadas três emissões obrigacionistas: uma primeira com remuneração indexada à *performance* das acções Cimpor, denominada Valor Cimpor, e as duas últimas denominadas Capital Garantido PSI-20, com remuneração indexada à evolução do índice bolsista PSI-20.

Durante 1999, a CISF Dealer, enquanto sociedade financeira de corretagem do Grupo BCPAtlântico, encetou mudanças de âmbito organizacional e funcional, com vista ao desenvolvimento do negócio global de corretagem, não só no mercado nacional como na zona euro, e assumiu a gestão das áreas de *research* e de vendas do BCPA, aumentando a sua capacidade de resposta aos investidores institucionais. A *joint-venture* com a Robert Flemings & Co., evoluiu de forma positiva, tendo os esforços conjuntos resultado num maior volume de *research* de empresas portuguesas, conferindo-lhes maior notoriedade e proporcionando-lhes a realização de negócios significativos, favorecendo o relacionamento com os investidores institucionais nacionais.

A CISF Risco acompanhou a actividade das empresas participadas, dotando-as dos meios financeiros necessários ao normal prosseguimento do respectivo objecto social, continuando a centrar a actuação no esforço de desmobilização das participações sociais em empresas de menor interesse estratégico para o Grupo BCPAtlântico; neste âmbito, foram concretizadas, em 1999, as seguintes operações: alienação do Grande Hotel da Batalha, S. A., alienação de 55% do capital da David Ferreira da Silva, S. A., e cessação da actividade da Endouro – Turismo, S. A., tendo-se concluído o exercício com uma carteira de 14 participações sociais.

Enquanto único banco de investimento em Moçambique, o BIM Investimento (BIMI) suscitou a adesão do mercado à sua proposta de valor inovadora e procurou assumir um posicionamento privilegiado junto dos diferentes agentes económicos e financeiros com interesses em Moçambique, quer na prestação de assessoria económico-financeira quer na organização e montagem de operações sindicadas e de emissões obrigacionistas. Com a recente criação da Bolsa de Valores de Moçambique, perspectiva-se a intensificação da actividade na área do mercado de capitais, tendo, para o efeito, sido ajustada a estrutura organizacional do Banco, com a criação de uma unidade de mercado de capitais, e sido solicitada a aprovação formal junto das entidades competentes do estatuto de intermediário financeiro no mercado de valores mobiliários moçambicano.

O activo total consolidado do BCPA cifrou-se em 283,8 milhões de contos, em 31 de Dezembro de 1999, cerca de 15% inferior ao registado no final do ano anterior. Não obstante a margem financeira ter prosseguido a trajectória descendente (-9,1%), o crescimento muito expressivo dos outros proveitos financeiros (+32%), em especial nas áreas de *fee business* e *trading*, e a diminuição dos custos de transformação pelo segundo ano consecutivo, permitiram que os resultados líquidos consolidados do BCPA se tenham elevado a 4,1 milhões de contos, mais que duplicando em relação aos resultados apurados no exercício anterior.

Apostando no reforço do seu estatuto de Banco especializado, intervindo nos mercados nacional e internacional, o BCPA prosseguirá a estratégia de actuação orientada para o desenvolvimento de novos produtos financeiros, prospecção e adjudicação de novos negócios — em especial nos domínios das operações de *project finance*, do apoio ao financiamento de projectos de investimento a médio e a longo prazos e da prestação de assessoria financeira —, bem como na organização e montagem de emissões inovadoras, beneficiando da capitalização da experiência no negócio da banca de investimento e contribuindo activamente para a dinamização do mercado de capitais doméstico.

#### Síntese de indicadores do BCPA – Banco de Investimento

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	283 838	334 430	-15,1
Crédito sobre clientes .....	66 098	71 378	- 7,4
Margem financeira .....	1 773	1 950	- 9
Outros proveitos financeiros (líquido) .....	7 524	5 699	32
Custos de transformação .....	2 707	2 952	- 8,3
Resultados líquidos .....	4 097	2 015	103,3
Outros proveitos/proveitos totais (percentagem) .....	81,6	77,8	-
Custos de transformação/proveitos totais (percentagem) .....	28,1	33,5	-
ROE (percentagem) .....	19,3	10,6	-
ROA (percentagem) .....	1,2	0,6	-
Colaboradores .....	139	155	-10,3

#### Crédito imobiliário

Numa envolvente condicionada pela introdução de alterações regulamentares nas condições gerais de acesso ao crédito à habitação, pela inflexão na tendência de descida das taxas de juro a partir do Verão e pela intensificação das condições concorrenciais, o Banco de Investimento Imobiliário (BII) manteve como objectivos prioritários o crescimento sustentado da carteira de crédito imobiliário e a defesa da rentabilidade dos activos.

## Banco de Investimento Imobiliário

As alterações do enquadramento regulamentar, restringindo as condições de acesso ao regime bonificado (Decreto-Lei n.º 137-B/99) e impondo a obrigatoriedade de apresentação da licença de utilização do imóvel para a realização da escritura de compra e venda (Decreto-Lei n.º 288/99), motivaram, por um lado, a ocorrência de dois períodos particularmente activos ao nível da contratação de empréstimos, em Fevereiro e em Junho, coincidentes com as datas limite para contratação de operações não sujeitas ao novo quadro regulamentar e, por outro, contribuíram para a queda acentuada dos volumes de crédito concedido em regime bonificado, tendo a proporção do crédito em regime bonificado relativamente ao crédito total diminuído de 70% para 40% entre 1998 e 1999, invertendo assim a tendência registada nos últimos anos.

Num cenário de dificuldades acrescidas para a concessão de crédito à habitação nos regimes bonificados mas, em contrapartida, favorecido pelos mínimos históricos registados nas taxas de juro — apesar da subida nos últimos meses dos principais indexantes (Lisbor e Euribor) em cerca de 50 b.p. comparativamente aos valores mínimos anuais —, as instituições financeiras que operam no negócio de crédito imobiliário prosseguiram estratégias pró-activas, com fortes investimentos em meios de comunicação, campanhas de *pricing* atractivas e intensificação da venda de produtos financeiros associados ao crédito à habitação. Em termos agregados, o crédito à habitação concedido terá ascendido a cerca de 2500 milhões de contos em 1999, o que compara com 2137 milhões de contos no ano anterior, tendo a carteira global do sistema atingido um montante estimado de, aproximadamente, 10 500 milhões de contos.

O BII diversificou a sua oferta de produtos de crédito à habitação, introduzindo um produto inovador com protecção de risco associado a alterações significativas nas taxas de juro — taxa protegida —, uma funcionalidade disponibilizada para os empréstimos a taxa variável indexada, suportada na contratação de um derivativo *collar*, que garante a permanência da taxa de juro contratada pelo cliente, sempre que ocorram alterações das taxas de mercado dentro de um determinado intervalo pré-definido; no âmbito do crédito à promoção imobiliária, intensificou-se a cooperação com as diversas redes comerciais do Grupo, visando a captação de novos negócios, privilegiando a qualidade do risco dos projectos aprovados. No final de 1999, o saldo do crédito em carteira do BII atingiu 1187 milhões

de contos (correspondente a 130 106 contratos vivos), representando o crédito à habitação 91% da carteira e o crédito a promotores imobiliários 8,9%, sendo o remanescente relativo ao *leasing* imobiliário.

Do ponto de vista das acções de *marketing*, assumiu especial importância o lançamento de uma intensa campanha de transferências de crédito à habitação de outras instituições de crédito — envolvendo as principais marcas de distribuição do Grupo BCPAtlântico, NovaRede, Atlântico, Expresso Atlântico e Banco 7 —, com recurso a diversos meios de comunicação e acompanhada da apresentação de um produto muito competitivo ao nível da qualidade do serviço e do preço, dando ênfase às condições favoráveis oferecidas para a concretização da transferência do crédito, tanto ao nível do *pricing*, como das despesas associadas.

No quadro da sua estratégia de diversificação de *funding* e de reforço dos fundos próprios e equiparados, por forma a manter os *ratios* prudenciais acima dos níveis mínimos regulamentares, o BII procedeu, em Setembro de 1999, à emissão de um empréstimo subordinado perpétuo no valor de 3 milhões de contos, tendo, em Dezembro, emitido uma nova emissão de obrigações subordinadas de caixa, no montante de 3,5 milhões de contos.

Os indicadores patrimoniais do BII registaram um forte crescimento face ao final do ano anterior, com o activo total e o crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 1999, a atingirem 1482 milhões de contos e 1187 milhões de contos, respectivamente. A margem financeira aumentou 15,9%, cifrando-se em 25,4 milhões de contos, e o crescimento da carteira de crédito mais do que compensou o efeito da compressão da taxa de intermediação financeira em cerca de 60 b.p. A proporção do crédito vencido no crédito total limitou-se a 0,4%, enquanto o grau de cobertura do crédito vencido por provisões para riscos de crédito se elevou a 280%. Os resultados líquidos consolidados do BII ascenderam a 7,6 milhões de contos, evidenciando um crescimento de 36,4% face ao valor apurado no ano anterior, a que corresponderam taxas de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 29%, e dos activos médios (ROA) de 0,6%.

O negócio de crédito imobiliário deverá evoluir em 2000 num cenário pautado pela ligeira subida das taxas de juro e pela manutenção do quadro regulamentar, perspectivando-se que o clima concorrencial se mantenha intenso, como resultado do processo de concentração sectorial e da consolidação das estratégias de conquista de quota de mercado no negócio de crédito imobiliário por parte dos principais operadores.

## Síntese de indicadores do Banco de Investimento Imobiliário

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	1 482 178	995 184	48,9
Crédito sobre clientes .....	1 187 111	886 581	33,9
(do qual crédito à habitação) .....	1 079 783	806 977	33,8
(do qual crédito à promoção imobiliária) .....	105 352	77 836	35,4
Situação líquida .....	29 778	22 150	34,4
Margem financeira .....	25 432	21 946	15,9
Custos de transformação .....	6 320	4 955	27,5
Resultados líquidos .....	7 554	5 538	36,4
Margem de intermediação financeira (percentagem) .....	2,2	2,8	—
Custos de transformação/proveitos totais (percentagem) .....	29,5	27,2	—
Crédito vencido/crédito concedido (percentagem) .....	0,4	0,6	—
Provisões totais/crédito vencido (percentagem) .....	280,2	216,5	—
ROE (percentagem) .....	29	28,2	—
ROA (percentagem) .....	0,6	0,7	—
Colaboradores .....	357	334	6,9
Sucursais .....	23	20	15

## Crédito ao consumo

Aprofundando uma estratégia multimarca e multicanal, suportada numa oferta integrada e flexível de soluções de financiamento ao consumo, o CrédiBanco consolidou uma posição de destaque no negócio de crédito a particulares. A dinamização da acção comercial, a melhoria dos níveis de serviço, o aproveitamento do potencial das redes de distribuição do Grupo e a maior eficácia das acções de recuperação de créditos foram os principais vectores de actuação do Banco neste exercício. Os resultados alcançados em termos de

volume de negócios, indicadores de rentabilidade, grau de notoriedade e satisfação de clientes e retalhistas comprovam a eficácia destas orientações.

CrédiBanco

A manutenção do dinamismo do consumo interno, a ligeira redução da taxa de poupança das famílias e o aumento das necessidades de financiamento do consumo, apesar da inversão da evolução das taxas de juro de mercado após vários anos de descida, favoreceu a

forte expansão do crédito em diferentes classes de bens de consumo, destacando-se o financiamento para a aquisição de automóveis novos.

Em contrapartida, o forte posicionamento da banca tradicional no crédito ao consumo, o aumento da agressividade dos concorrentes junto dos melhores riscos, exercendo uma forte pressão sobre a taxa de margem financeira, e o agravamento da taxa de endividamento das famílias contribuíram para dificultar as condições de exploração do negócio.

A preservação de níveis elevados de fidelização de retalhistas e clientes finais, a melhoria dos indicadores de rentabilidade, o reforço do grau de notoriedade da instituição, o aumento da quota nos diferentes segmentos-alvo e a redução dos níveis de sinistralidade da carteira de crédito, foram definidos como os principais objectivos do CrédiBanco para 1999; neste sentido, o CrédiBanco privilegiou o aperfeiçoamento da proposta de valor, a requalificação das redes de distribuição, o maior aproveitamento das potencialidades das equipas de vendas, o redireccionamento da acção comercial para os negócios com maior potencial, a realização de campanhas promocionais inovadoras, a modernização da plataforma tecnológica de suporte ao negócio, a racionalização de meios e o alinhamento de procedimentos nas áreas operativas, acompanhados de uma reorganização da estrutura organizativa, nomeadamente nas áreas de *back-office*.

A rede CrédiCar concentrou-se no aumento de quota no mercado de financiamento de viaturas novas, quer potenciando os protocolos já estabelecidos com marcas, quer através da celebração de novos acordos de parceria; como consequência desta inflexão estratégica, o peso do negócio de viaturas novas no total da rede ultrapassou 59%.

No segmento de crédito para a aquisição de viaturas usadas, foi reestruturada a carteira de *dealers*, uma medida que se reflectiu numa ligeira quebra do volume de negócios, compensada pela melhoria da qualidade do crédito em carteira.

A evolução favorável do mercado automóvel em Portugal, o aperfeiçoamento da articulação com as redes de distribuição, a melhoria dos níveis de serviço e a crescente notoriedade do aluguer de longa duração, enquanto solução alternativa para a aquisição de automóvel, a par com a simplicidade e a flexibilidade das soluções colocadas à disposição dos clientes, bem como a adopção de uma política de *pricing* adequada, a eficácia das campanhas promocionais e a existência permanente de apoio comercial qualificado, explicam os bons resultados obtidos nesta área de negócio em 1999.

A rede CrédiLar continuou a centrar a sua actividade no financiamento de bens para o lar, segmento onde é líder de mercado, apostando na melhoria dos níveis de serviço como forma de retenção dos principais comerciantes, a par do esforço de alargamento da rede. No que respeita à rede Bonança, o ano de 1999 foi marcado pela reorientação dos esforços comerciais para o crédito automóvel; esta decisão foi acompanhada pela aposta na captação dos melhores mediadores de seguros, com vista a preservar a qualidade da carteira. A rede bancária, beneficiando do aperfeiçoamento da articulação com as redes de distribuição do Grupo, da melhoria dos níveis de serviço e do forte empenho da estrutura comercial do CrédiBanco, mais que duplicou o volume de negócios relativamente ao ano anterior.

Em 1999, o CrédiBanco continuou a apostar fortemente no desenvolvimento do negócio de cartões de crédito. Para além da dinamização dos programas de cartões privativos existentes, destaca-se, no domínio dos cartões universais, o lançamento do cartão «Ordem dos Engenheiros», um cartão *affinity* sob a marca American Express, semelhante a outros programas existentes — «Ordem dos Médicos» e «Ordem dos Advogados». Enquadrado na estratégia do Grupo BCPAtlântico para o negócio de cartões, foi lançado o cartão American Express para não clientes do Grupo, nas versões «Blue», «Green» e «Gold».

Apesar do impacto negativo a curto prazo, induzido pelo processo de reestruturação da rede de pontos de venda e pela reorientação estratégica operada nas redes CrédiCar e Bonança, a melhoria dos níveis de serviço e a maior eficácia dos esforços comerciais traduziram-se na manutenção das principais bases de negócio e na celebração de importantes acordos de parceria, permitindo uma evolução favorável dos indicadores de dimensão, merecendo destaque o crescimento de 10,9% do crédito sobre clientes, que atingiu 50 milhões de contos. A protecção da margem de intermediação financeira, ainda que contrariada pela forte dotação de provisões para crédito vencido, e o aumento significativo dos proveitos da recuperação de créditos contribuíram para o crescimento dos resultados líquidos consolidados, que atingiram 812 000 contos em 1999.

Num contexto marcado pela previsível continuação da subida gradual das taxas de juro e pelo aumento da agressividade concorrencial, o CrédiBanco continuará a apostar na melhoria e alargamento dos serviços prestados, na consolidação dos acordos existentes e na exploração de oportunidades de negócio atractivas, conciliando o reforço da sua quota nos diferentes mercados onde actua com a preservação de indicadores de rentabilidade adequados.

#### Síntese de indicadores do CrédiBanco

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	53 303	51 909	2,7
Crédito sobre clientes .....	49 993	45 061	10,9
Situação líquida .....	8 611	7 805	10,3
Margem financeira .....	6 580	5 113	28,7
Margem de intermediação financeira (percentagem) .....	12	13,1	
Outros proveitos financeiros (líquido) .....	1 699	916	85,6
Custos de transformação .....	3 956	3 205	23,4
Resultados líquidos .....	812	127	538,8
ROE (percentagem) .....	9,8	1,6	
ROA (percentagem) .....	4	0,3	
Colaboradores .....	320	323	-0,9

#### Crédito especializado

Os sectores do *leasing* e do *factoring*, em Portugal, apresentam características de negócios amadurecidos, com uma intensa agressividade concorrencial ao nível do preço, comprimindo as margens unitárias e, dado que os ganhos de quota de mercado se revelam difíceis, os operadores procuram consolidar as suas posições com suporte na eficiência operativa e no rigoroso controlo dos riscos. Apostando no desenvolvimento de uma estratégia multimarca apoiada no *cross-selling*, a Leasefactor vem conferindo ao Grupo BCPAtlântico, ao longo dos últimos anos, uma posição de liderança destacada nos sectores do *leasing* e do *factoring* em Portugal, com quotas de mercado estimadas de 25% e 38%, respectivamente, em 1999.

#### Leasefactor

O sector do *leasing* continuou a evidenciar índices de crescimento muito elevados, à semelhança do sucedido nos últimos quatro anos, período durante o qual o sector cresceu a uma taxa média anual de cerca de 25%; esta forma de financiamento do investimento tem vindo a adquirir um peso relativo crescente nos segmentos das pequenas e médias empresas e dos profissionais liberais, nos quais representam cerca de 20% do financiamento ao investimento em equipamento e viaturas.

Como resultado do crescimento sustentado do crédito e da contenção do crédito vencido em níveis aceitáveis, a margem financeira e os resultados líquidos das empresas de *leasing* têm evoluído favoravelmente, apesar de as margens unitárias terem continuado a

contrair-se em 1999, situando-se já em níveis pouco compatíveis com uma eventual degradação da sinistralidade do crédito.

No ano de 1999, as três companhias de *leasing* detidas pela Leasefactor — Comercial Leasing, Leasing Atlântico e Nacional Leasing — concretizaram 19 217 contratos de locação financeira, no montante de 171,3 milhões de contos, crescendo 31% face a 1998; do montante global da produção, 119,6 milhões de contos corresponderam a operações de *leasing* mobiliário, respeitando os restantes 51,7 milhões de contos a operações de *leasing* imobiliário.

A Comercial Leasing continuou a destacar-se pelo elevado crescimento da produção, que atingiu 79,7 milhões de contos no ano de 1999, ou seja, mais 46,3% do que em 1998, ampliando assim a sua quota de mercado. No exercício de 1999, coincidindo com o seu 10.º aniversário, a Comercial Leasing ascendeu à liderança do sector em numero e valor de contratos realizados; ultrapassou a barreira dos 100 milhões de contos em termos de carteira de crédito; e atingiu o objectivo estratégico de crescer prioritariamente no *leasing* imobiliário e no segmento de viaturas, os quais representavam em conjunto, no final do ano, cerca de dois terços da respectiva carteira de crédito.

A Leasing Atlântico, que também celebrou 10 anos de actividade em 1999, consolidou a posição de maior empresa do sector em termos de carteira de crédito e foi considerada pela revista *Exame* a melhor empresa de *leasing* no mercado nacional, em 1998, prémio que lhe foi conferido pelo segundo ano consecutivo.

Durante 1999, concluiu-se a implementação do projecto de reengenharia de processos na área do *leasing*, iniciado no ano anterior, envolvendo os serviços de apoio das três *leasers* e as redes comerciais do BCP e do Atlântico, e abrangendo as áreas comercial, de análise e decisão de crédito e de formalização dos contratos, tendo como suporte um sistema de *work-flow*, que permitiu o incremento da eficiência operativa, a melhoria da eficácia do serviço prestado e um mais rigoroso controlo de qualidade.

No sector do *factoring* em Portugal, 1999 foi marcado pelas operações de concentração empresarial decorrentes dos movimentos no âmbito do processo de concentração bancária, e por uma maior aproximação às redes bancárias por parte das sociedades de *factoring* dos grupos financeiros em que se inserem. O volume de negócios do sector, expresso em termos de créditos tomados, continuou a crescer a um ritmo elevado, sendo já bastante expressiva a penetração deste produto financeiro.

Em Agosto de 1999, a Nacional Factoring adquiriu à Leasefactor a totalidade do capital social da Factoring Atlântico, como primeiro passo conducente à fusão das duas instituições; em 29 de Dezembro realizou-se a escritura de fusão por incorporação da Factoring Atlântico na Nacional Factoring, um processo que visou a racionalização e eficiência na prossecução do objecto social das sociedades de *factoring* do Grupo BCPAtlântico. Do ponto de vista comercial as duas marcas continuarão a coexistir, embora na óptica contabilística a fusão tenha sido reportada a 1 de Setembro de 1999. Para adequar a designação social à nova realidade, foi alterada a denominação da Nacional Factoring para BCPAtlântico Factoring, S. A.

Em 1999, o volume de créditos tomados pelas duas marcas de *factoring* integradas na Leasefactor — Nacional Factoring e Factoring Atlântico — ascendeu a 496 milhões de contos, um valor superior em 15,1% ao verificado no ano anterior.

No que respeita à carteira de crédito, o saldo no final de 1999 elevou-se a 75 milhões de contos, o que traduz um decréscimo de 15,2% face ao final do ano anterior. No conjunto do ano, a Leasefactor manteve a liderança do sector, com quotas de mercado agregadas estimadas de 35% em termos de créditos tomados e de 27% em termos de carteira de crédito.

No que respeita à actividade comercial, a Nacional Factoring confirmou a sua capacidade de crescimento sustentado, consolidando a sua posição de líder do sector, com um volume de créditos tomados de 376,4 milhões de contos (ou seja, mais 26,9%), distanciando-se significativamente dos concorrentes mais directos. O ritmo de crescimento da actividade justificou a reorganização da estrutura de apoio ao crédito, doravante concentrado numa direcção autónoma — à semelhança do que sucede nas *leasers* —, por forma a manter o controlo rigoroso dos riscos de crédito/aderente e assegurar de forma sistemática e profunda a análise do risco devedor. Paralelamente, foi implementada a solução *HomeFactoring*, que possibilita aos clientes o acesso, em tempo real, a toda a informação relacionada com os respectivos contratos.

Muito embora a vertente do financiamento continue a preponderar, a Nacional Factoring tem vindo a desenvolver uma oferta dos serviços de *factoring*, promovendo-os junto das empresas clientes dos Bancos do Grupo como modalidade de *outsourcing* para as áreas de cobranças e tesouraria; neste domínio, merecem destaque as campanhas concretizadas em 1999 Factoring Mais na rede BCP Particulares & Negócios e Factoring 48 horas na rede de Lojas Atlântico.

Em termos de actividade global da Leasefactor, a produção agregada de *leasing* ascendeu a 171,3 milhões de contos e a facturação tomada agregada atingiu 496 milhões de contos, detendo o conjunto de sociedades que integram a Leasefactor, em 31 de Dezembro de 1999, uma carteira de crédito consolidada de 377,6 milhões de contos, dos quais 302,2 milhões de contos relacionados com a actividade de locação financeira e os restantes 75,4 milhões de contos com a actividade de *factoring*.

A margem financeira consolidada aumentou 7,3% face ao ano anterior, tendo a evolução da carteira de crédito permitido mais do que compensar os efeitos da deterioração da margem unitária em 50 b.p.; contudo, o aumento das necessidades de provisionamento, para fazer face a situações pontuais de incumprimento na área do *factoring*, impediu uma evolução favorável dos resultados líquidos consolidados que se cifraram em 2,1 milhões de contos (3 milhões de contos em 1998).

Nos próximos anos, as companhias que integram o universo da Leasefactor manterão como objectivo prioritário o crescimento selectivo, baseado nas vantagens competitivas das várias soluções e no aprofundamento da articulação com as redes de distribuição, visando assegurar níveis compatíveis de rentabilidade e a continuação da liderança dos sectores do *leasing* e do *factoring*, em Portugal.

## Síntese de indicadores da Leasefactor

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	395 806	335 652	17,9
Crédito sobre clientes .....	377 646	321 262	17,6
<i>Leasing:</i>			
Crédito sobre clientes .....	302 218	232 279	30,1
Produção .....	171 267	130 820	30,9
Mobiliário .....	119 613	92 273	29,6
Imobiliário .....	51 654	38 546	34
<i>Factoring:</i>			
Facturação tomada .....	496 022	430 785	15,1
Crédito sobre clientes .....	75 428	88 983	—15,2
Margem financeira .....	8 969	8 356	7,3
Custos de transformação .....	4 079	3 732	9,3
Resultados líquidos .....	2 115	3 019	—29,9

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Taxa de margem financeira (percentagem) .....	2,8	3,3	—
ROE (percentagem) .....	15,6	25,3	—
ROA (percentagem) .....	0,6	1,1	—
Crédito vencido/crédito concedido (percentagem) .....	1,1	1,1	—
Provisões totais/crédito vencido (percentagem) .....	121,8	127,7	—
Colaboradores .....	268	253	5,9

### Gestão de activos

Numa conjuntura económica que integrou factores de incerteza pouco favoráveis ao crescimento significativo da actividade de gestão de activos, designadamente o comportamento medíocre do segmento accionista do mercado português, que só no final de 1999 acompanhou a trajectória ascendente que os mercados internacionais mantiveram ao longo de todo o ano, a AF Investimentos atingiu 2830 milhões de contos de activos sob gestão, nas actividades de gestão de carteiras e fundos de investimento, reforçando a sua quota de mercado na vertente de fundos de investimento para 28%.

#### AF Investimentos

1999 foi dominado por factores de natureza conjuntural que, pontualmente, interromperam o ritmo de crescimento que a actividade de gestão de activos vinha registando nos últimos anos. O aumento dos níveis de incerteza dos mercados financeiros, a retracção dos investidores na opção por instrumentos de maior risco, os requisitos das estratégias de diversificação — com importância acrescida em ambientes de maior volatilidade — e a *performance* menos positiva do mercado accionista português, determinaram o aumento da procura de fundos de acções internacionais, enquanto veículos privilegiados de acesso aos mercados internacionais. A intensificação da deslocalização de investimentos para os mercados financeiros europeus mais desenvolvidos e, nestes, para o investimento em títulos de grandes empresas, afectou especialmente os mercados periféricos, entre os quais o português, mais vulneráveis em face da menor dimensão das empresas cotadas.

A gestão de activos posicionou-se entre as actividades cujas condicionantes de negócio mais se alteraram a partir de 1999, com a introdução do euro e a participação de Portugal na UEM. Factores como a liberalização e unificação do mercado único europeu, a eliminação do risco cambial nos investimentos pan-europeus, a atribuição de passaporte comunitário à generalidade das actividades e serviços financeiros e as economias de escala decorrentes da centralização da gestão de activos passaram a condicionar a estrutura organizacional e a dinâmica dos mercados, a abordagem estratégica dos intermediários financeiros e as características dos portfólios dos investidores. A livre circulação de capitais e de prestação de serviços introduziu factores concorrenciais acrescidos nos mercados de valores mobiliários, afectando em maior escala o relacionamento com os clientes de patrimónios superiores.

Em Portugal, o negócio de gestão de activos foi penalizado pelo comportamento desfavorável do segmento accionista do mercado de capitais, em especial nos primeiros nove meses do ano, em parte explicado pela percepção, por parte da generalidade dos investidores, da correlação entre o desempenho dos fundos de investimento e a evolução das cotações no mercado accionista. Contrariando esta tendência, em 1999, o enquadramento regulamentar sobre a actividade de gestão, administração e comercialização dos fundos de investimento foi objecto de revisão, tendo sido introduzida maior flexibilidade na administração e garantida maior transparência e acessibilidade à informação sobre a gestão destes instrumentos financeiros.

Tendo em conta os factores e condicionantes referidos, a actividade da AF Investimentos foi orientada para objectivos de aumento da diversidade de activos sob gestão, crescimento moderado do volume de negócios e defesa da posição competitiva, integrando três vectores fundamentais: a manutenção do ênfase comercial nos produtos e serviços com maior capacidade de satisfação das necessidades dos clientes; a oferta de uma gama alargada de produtos susceptíveis de integrar a escolha dos clientes nas suas decisões de diversificação e recomposição de carteiras; e o constante apoio às redes de distribuição do Grupo, de forma a incrementar a capacidade e a qualidade de resposta dos agentes comerciais, no âmbito da

actividade de *cross-selling* de produtos de desintermediação financeira.

Tendo como suporte as competências distintivas da AF Investimentos e das redes de distribuição do Grupo BCPAtlântico, foi diversificada a oferta de produtos — com enfoque nos fundos de investimento de baixo risco, no lançamento de fundos de investimento a longo prazo inovadores e nos produtos de gestão personalizada —, complementada com a dinamização da actividade comercial patrocinada pelos consultores de investimento e com a concretização de programas de *coaching* junto dos agentes comerciais, conduzidos por equipas especializadas.

A nível da concepção de produtos, os imperativos da diversificação internacional das carteiras dos investidores conduziram ao lançamento, em Janeiro, dos Fundos AF EuroFinancieiras e AF EuroUtilities, especializados em acções europeias de empresas de sectores com elevado potencial de crescimento e estabilidade accionista; na perspectiva de investimento a longo prazo, foram introduzidos pela AF Investimentos conceitos inovadores no mercado português, consubstanciado no lançamento dos fundos Ciclo de Vida AF Prestige.

Na sequência da excelente receptividade obtida pelo fundo fechado de capital garantido Redes e Comunicações 2003, foi criado em 1999, e integralmente subscrito pelos clientes do Grupo, o fundo fechado Saúde e Lazer 2004 — uma aplicação com capital garantido e vencimento a cinco anos, num montante global de 20 milhões de contos, com investimento em mercados internacionais (EUA, Europa e Japão) e em empresas dos sectores da saúde, farmacêutico e lazer; este fundo foi comercializado transversalmente nas redes vocacionadas para clientes particulares do Grupo BCPAtlântico.

Durante 1999, foram, igualmente, promovidas campanhas de *marketing* em colaboração com as redes de distribuição do Grupo BCPAtlântico vocacionadas para a comercialização de fundos de fundos, enquanto soluções de investimento e de poupança mais abrangentes que contribuíram para que, numa conjuntura nem sempre favorável, os volumes sob gestão nesta classe de fundos, tenham registado um crescimento significativo; paralelamente, foram realizadas campanhas dirigidas a clientes com maior apetência por produtos derivados de acções, tendo como objectivo a diversificação internacional e a recomposição de portfólios de acções em carteiras de fundos.

Não obstante a envolvente menos favorável, com excepção dos fundos de obrigações de taxa fixa, os fundos de investimento e as carteiras geridas pela AF Investimentos obtiveram rendibilidades positivas no ano findo, potenciando a fidelização da base de clientes e o crescimento da actividade. Os resultados da actividade de 1999 compararam, em geral, positivamente com os do ano anterior, apresentando ligeiros desvios relativamente aos objectivos propostos. O volume de activos sob gestão atingiu 2830 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1999, o que representa um acréscimo de 5,7% relativamente ao final do ano anterior e os resultados líquidos aumentaram 13%, cifrando-se em 4,9 milhões de contos.

Independentemente das tendências de evolução de natureza estrutural, a actividade de gestão de activos continuará a ser condicionada no curto prazo pelo comportamento dos mercados de capitais. A manutenção de taxas de juro em patamares relativamente baixos poderá gerar um novo impulso na gestão de activos, em especial na procura de eficiência na gestão dos investimentos e de produtos de maior valor acrescentado, designadamente os fundos de fundos e os fundos de acções internacionais. Em termos concorrenciais, a AF Investimentos posicionar-se-á para enfrentar os novos desafios, nomeadamente, a entrada no mercado português dos principais especialistas internacionais de gestão de activos e a maior facilidade de acesso e interacção possibilitadas pelos canais de distribuição remotos, configurando-se, no entanto, o serviço ao cliente — sob a forma personalizada ou através de acções mais alargadas e padronizadas — como o factor crítico de sucesso do negócio de gestão de activos.

## Síntese de indicadores da AF Investimentos

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activos sob gestão .....	2 829 885	2 676 075	5,7
Fundos de investimento .....	1 593 189	1 600 902	—0,5
Gestão de carteira .....	1 236 696	1 075 173	15
Comissões líquidas .....	8 561	7 930	8
Custos de transformação .....	2 049	1 694	21
Resultados líquidos .....	4 938	4 373	12,9
ROE (percentagem) .....	49,2	63,4	—
Colaboradores .....	114	103	10,7

**Negócios especializados**

O desenvolvimento de novos modelos de negócio em parceria com operadores especializados detentores de reconhecido *know-how* nas correspondentes áreas de intervenção, aproveitando as sinergias e a complementaridade de competências e permitindo, simultaneamente, alargar o portfólio de produtos e serviços oferecidos, configura a resposta do Grupo BCPAtlântico aos novos desafios e oportunidades suscitados, quer pela evolução tecnológica nos domínios do *e-business* e do *c-business*, quer pela necessidade de acompanhar as preferências dos clientes por produtos e serviços inovadores e de elevado valor acrescentado.

## Classis Auto Plan

Combinando a qualidade, experiência, inovação e outros valores partilhados pelos Grupos BCPAtlântico e General Electric, a Classis Auto Plan introduziu, em 1998, um novo conceito de serviço de elevado valor acrescentado no âmbito do aluguer operacional de viaturas, quer para as empresas — numa óptica de *outsourcing* da gestão das suas frotas automóveis —, quer para os particulares, empresários em nome individual e pequenos negócios. Tratando-se de um produto inovador, a resposta do mercado tem sido positiva, permitindo à empresa a obtenção de níveis de crescimento apreciáveis.

No decurso de 1999, a Classis Auto Plan continuou a ser em Portugal a única empresa especializada em aluguer operacional de viaturas a explorar, sob marca autónoma, o canal bancário. Neste período, assistiu-se a um esforço comercial significativo por parte das empresas que actuam há mais tempo no mercado e à entrada de novos competidores, designadamente, de operadores especializados que lançaram no mercado as suas gestoras de frota multimarca e de operadores associados a determinados fabricantes.

No âmbito da abordagem ao mercado, foi concretizada a segmentação de mercado, efectuando uma separação clara entre os clientes empresa — grandes e médias empresas — e os clientes individuais — particulares, profissionais liberais e empresários em nome individual — e pequenos negócios, assim como foram desenvolvidos produtos destinados a cada um desses segmentos, tendo em vista a sua maior adequação às necessidades dos clientes, e ajustada a política de *pricing* por forma a tornar os produtos mais competitivos.

A estrutura interna da empresa também foi adaptada à segmentação efectuada, apostando numa abordagem comercial distinta por segmento de mercado, com maior enfoque inicial no segmento das grandes e médias empresas. Neste âmbito, foi criada uma unidade de *marketing* e normalizada a prestação de serviços de *back-office*, com o objectivo de dotar a empresa com capacidades acrescidas na identificação de oportunidades de negócio e no apoio às redes comerciais do Grupo, por um lado, e de reduzir os custos de estrutura do *back-office* e do *front-office*, por outro.

Paralelamente, as principais redes comerciais do Grupo BCPAtlântico, enquanto canais de distribuição exclusivos da Classis Auto Plan, beneficiaram de diversas iniciativas com o objectivo de aumentar o seu nível de conhecimento relativamente aos produtos comercializados: acções de formação; disponibilização de novos materiais de apoio à venda — manuais de produto e tabelas de referência; e implementação de campanhas de venda e de programas de visitas às sucursais, com maior enfoque nas redes de empresas. A conjugação destas iniciativas com o empenho e capacidade das redes comerciais do Grupo BCPAtlântico, possibilitaram o incremento sustentado dos níveis de produção da Classis Auto Plan.

No seguimento das acções já concretizadas, perspectiva-se que em 2000 prossiga a celebração de protocolos com grupos de clientes de elevado potencial de negócio e o reforço da colaboração com as principais redes comerciais do Grupo BCPAtlântico, com o objectivo de garantir o crescimento sustentado do volume de negócios, de modo a que a Classis Auto Plan atinja a massa crítica suficiente para assegurar o seu desenvolvimento e rentabilidade.

## Shopping Direct

O Shopping Direct — uma iniciativa do Grupo BCPAtlântico em parceria com marcas e empresas de referência do sector da distribuição — assume-se como pioneiro em Portugal na área do comércio electrónico. A participação do Grupo BCPAtlântico neste projecto constitui um factor de relevância, quer enquanto credibilizador da compra *on-line* e como garante da segurança e da confidencialidade dos pagamentos e das transacções quer pelo apoio prestado às empresas aderentes, designadamente no suporte dado à implementação de novos negócios e nos processos de cobrança e controlo do serviço global.

Neste primeiro ano de actividade, verificou-se uma progressiva adesão dos consumidores a este novo conceito, evoluindo de uma atitude inicialmente experimental para a compra repetida de alguns bens, a reflectir o desenvolvimento da compra *on-line* em Portugal. O grau de conversão de utilizadores em clientes compradores foi progredindo ao longo do ano, atingindo nos últimos meses um nível próximo dos 10%, substancialmente superior aos níveis homólogos verificados noutros projectos similares em mercados mais avançados; este crescimento foi particularmente evidente após a participação no evento *Internet World'99*, realizado em Abril de 1999, em Lisboa, em simultâneo com a forte campanha promocional nos *media* e a reformulação do *design* do próprio serviço.

No obstante o crescimento contínuo da actividade, os resultados do exercício situaram-se aquém das expectativas, devido, essencialmente, ao menor ritmo no crescimento de compradores *on-line*; em contraste, o montante médio por compra ultrapassou o valor previsto, ainda que não compensando o menor número de compradores. As perspectivas de adesão de novas lojas no próximo ano e do crescimento do número de clientes registados, perspectivam que o ano 2000 venha a ser de afirmação definitiva do Shopping Direct, reforçando a sua presença junto dos consumidores receptíveis a este serviço inovador.

## Banco Universitário

Durante o primeiro ano de actividade, a estratégia do Banco Universitário foi, essencialmente, orientada para a divulgação e consolidação da marca junto do seu segmento-alvo, afirmando-se progressivamente como uma referência bancária no segmento dos estudantes do ensino superior.

Na prossecução deste objectivo, foram utilizados diferentes meios, tendo presente a faixa de público para a qual o Banco Universitário está vocacionado: a utilização da força de vendas própria que, com vários *stands*, marcou presença em numerosos estabelecimentos de ensino em todo o País, incluindo Açores e Madeira; a intervenção em eventos organizados por grupos estudantis, assumindo como critérios de selecção os aspectos relacionados com a diversidade de universidades ou outras escolas e privilegiando as áreas culturais e desportivas, caso dos apoios a festivais de tunas e a torneios desportivos; e a presença em diversas praias, durante os meses de

Verão, em actividades de divulgação com carácter promocional e interactivo, nomeadamente, no Campeonato do Mundo de Body-Board, Campeonato de Euro-Surf, Beach Games e no Torneio Touch-Rugby/Banco Universitário.

No âmbito do investimento de divulgação e de reforço da sua imagem e notoriedade junto dos estudantes universitários, o Banco Universitário celebrou um protocolo com a Associação Académica de Coimbra, visando o patrocínio às equipas de futol e de *rugby*, durante o triénio de 1999-2002, apoiando não só a actividade desportiva como beneficiando do capital de prestígio e simpatia que esta Academia detém em todo o País.

A actuação da força de vendas do Banco Universitário excedeu o mero carácter de divulgação institucional, constituindo um prolongamento das sucursais e das lojas do Grupo BCPAtlântico, prestando esclarecimentos aos estudantes sobre os produtos disponibilizados e angariando activamente novos clientes. Esta forma de actuação tem-se revelado eficaz, com reflexo no cumprimento dos objectivos a que o Banco Universitário se havia proposto para o seu primeiro ano de actividade, os quais foram francamente ultrapassados no que se refere à conquista de novos clientes.

Os novos clientes têm demonstrado um elevado nível de satisfação, aderindo aos produtos específicos, particularmente aos cartões de débito (Visa Electron) e de crédito (American Express), às linhas de crédito, bem como ao relacionamento através da Internet, que assume um papel de extrema relevância. O *site* especialmente criado para o Banco Universitário, tem vindo a ser constantemente desenvolvido e aperfeiçoado, sendo assumido como objectivo primordial para 2000, o enriquecimento das muitas funcionalidades já disponíveis, bem como a concepção de novos atributos.

#### Bancos em países estrangeiros

No âmbito da expansão das actividades internacionais e do processo contínuo de avaliação da possibilidade de lançamento de novas operações bancárias em mercados estrangeiros em *joint-venture* com parceiros locais, em 1999 o BCP celebrou um acordo de cooperação com o Grupo Interamerican, um dos principais grupos seguradores gregos, tendo em vista o desenvolvimento da uma operação bancária conjunta na Grécia, essencialmente dirigida aos estratos médios do mercado de particulares e empresas. Em conformidade com os princípios da sua estratégia de internacionalização, o BCP alienou a participação de 50% do capital social do Banco Banif — Banqueros Personales, na sequência da cessão por mútuo acordo da parceria estratégica entre o BCP e o BCH, reconhecida a incompatibilidade de interesses estratégicos após o acordo de fusão do BCH com o Banco Santander. Nas restantes operações bancárias no exterior, merece destaque a integração da rede de sucursais do Banco Português do Atlântico em França no Banco Popular Comercial, acrescentando valor a esta operação e beneficiando os clientes de ambas as instituições residentes em França; o BCM e o BIM, operando em mercados com oportunidades e dificuldades distintas, evidenciaram níveis de rentabilidade bastante satisfatórios; o Millennium completou o primeiro ano de actividade, desfrutando de vantagens competitivas assinaláveis no mercado polaco.

#### Banco Popular Comercial

Beneficiando de uma envolvente macroeconómica favorável — que se repercutiu numa evolução positiva da procura externa —,

de um clima de confiança das famílias em níveis elevados e de um decréscimo sustentado do desemprego — que, por sua vez, influenciaram positivamente a procura interna —, a economia francesa registou em 1999 um crescimento apreciável, estimando-se que o crescimento do PIB se tenha situado em cerca de 2,8%. As taxas de juro mantiveram-se em níveis historicamente baixos, induzindo o aumento do consumo e do investimento com recurso ao financiamento bancário; neste domínio, revelaram-se especialmente dinâmicos, ao longo de 1999, o crédito imobiliário e o crédito pessoal, embora evidenciando sinais claros de desaceleração nos últimos meses do ano, na sequência da inflexão em alta das taxas de juro.

O Banco Popular Comercial (BPC), um Banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços ao segmento de emigrantes de origem ibérica residentes em França, que mantém uma relação privilegiada com Espanha e Portugal, reforçou o seu posicionamento no mercado-alvo, com a integração na sua estrutura comercial, no final do 1.º semestre de 1999, da rede de sucursais que o Banco Português do Atlântico possuía em França, permitindo-lhe alargar a influência junto dos clientes de ascendência portuguesa.

No tocante às transferências dos emigrantes — pese embora a manutenção da tendência de contracção do mercado em França e a intensificação da concorrência entre operadores que disputam este nicho de mercado —, o volume de transferências efectuado através do BPC ascendeu, em 1999, a 175 milhões de euros, representando um acréscimo de 32% relativamente ao ano anterior, reflectindo uma atitude mais incisiva junto da base de clientes, o impacto da expansão da rede de distribuição e a preservação e dinamização dos acordos, no domínio do processamento de pensões e reformas, celebrados com mais de uma centena de organismos da segurança social francesa.

No âmbito da *cross-selling*, foram intensificadas as acções comerciais com o intuito de promover uma gama de produtos de elevado potencial de fidelização, reforçar o estatuto de banco principal junto da base de clientes e diversificar as fontes de rendimentos; em 1999, os proveitos de comissões, não obstante a previsível e expressiva quebra nas comissões de operações cambiais, registaram uma evolução bastante positiva.

O comportamento muito positivo da margem financeira do BPC, que aumentou 13,8% — reflectindo, por um lado, o efeito sobre a base de recursos de clientes da decisão das autoridades financeiras francesas em reduzirem administrativamente as taxas de remuneração de certos tipos de depósitos bancários e, por outro, o expressivo aumento da carteira de crédito (+23,5%) e o efeito do aumento das taxas de juro, a partir do 3.º trimestre de 1999, sobre as aplicações dos excedentes de tesouraria nos mercados interbancários —, foi decisivo para contrariar o aumento dos custos de transformação, em especial dos custos com pessoal no âmbito da reestruturação da rede comercial, e contribuiu para que os resultados líquidos tenham atingido os 53 milhares de contos.

Durante o ano de 1999, o BPC realizou vultosos investimentos em equipamento e *software* informático e adoptou um novo sistema de tratamento de informação, tendo em vista a adaptação ao euro, ampliar as capacidades de processamento disponíveis, proceder à integração e compatibilização do anterior sistema instalado na rede de sucursais do Banco Português do Atlântico e adoptar as medidas adequadas à transição para o ano 2000, perspectivando-se, a curto prazo, o desenvolvimento de novas aplicações tendentes a aperfeiçoar os instrumentos de gestão comercial.

#### Síntese de indicadores do Banco Popular Comercial

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	149 979	149 833	0,1
Crédito sobre clientes .....	23 025	18 647	23,5
Depósitos de clientes .....	124 888	128 366	— 2,7
Situação líquida .....	17 975	17 932	0,2
Margem financeira .....	2 259	1 985	13,8
Outros proveitos financeiros (líquido) .....	1 576	1 521	3,6
Custos de transformação .....	3 754	2 981	25,9
Resultados líquidos .....	53	392	—86,6
Colaboradores .....	222	171	29,8
Sucursais .....	29	22	31,8



## Banco Internacional de Moçambique

Em Moçambique, prosseguiu em 1999 o vasto programa económico de estabilização financeira e de reformas estruturais, cujos resultados têm vindo a constituir uma referência regional e internacional e têm atraído crescentes volumes de investimento estrangeiro, demonstrando a confiança e o interesse de vários agentes económicos em participarem no desenvolvimento do País. Este programa tem vindo a incidir na liberalização dos mercados, na crescente importância da iniciativa privada, na realização de projectos de grande dimensão, na continuação do programa de privatizações e na concretização de reformas no sector público e do sistema fiscal. Paralelamente, têm vindo a ser alcançados progressos significativos nas áreas da saúde, educação e rede de transportes. A situação económica continuou a evoluir muito positivamente, estimando-se que, em 1999, a taxa de crescimento do PIB se tenha situado em cerca de 10% e a taxa de inflação em, aproximadamente, 5%.

Acompanhando a situação económica, também o sistema financeiro tem evoluído significativamente, revelando-se como um dos sectores económicos mais dinâmicos em 1999: a abertura da Bolsa de Valores de Moçambique; a definição de um novo enquadramento normativo, através da publicação de nova regulamentação relativa a reservas de caixa, *ratios* e limites prudenciais, publicação de contas e limites à exposição do risco cambial; a autorização para o estabelecimento de novos operadores financeiros privados; o desenvolvimento tecnológico, a expansão das redes de distribuição e a introdução de novos conceitos de imagem ao nível dos operadores tradicionais ilustram o dinamismo do sector financeiro moçambicano.

O reforço e o aperfeiçoamento da proposta de valor, visando a conquista de quota de mercado, manteve-se como o objectivo estratégico fundamental do Grupo BIM, em 1999, tendo como suporte a disponibilização de novos produtos e serviços e o estabelecimento de parcerias em negócios específicos. Paralelamente, deu-se continuidade ao programa de aumento do grau de cobertura geográfica, através da abertura de duas novas sucursais da rede tradicional e de três da rede BIM Expresso, elevando para 26 o total de balcões das redes bancárias do Grupo BIM.

Do ponto de vista estrutural, ocorreram algumas alterações significativas, em 1999: o reforço da estrutura de capitais próprios do BIM — pelo contravalor, em meticais, de 20 milhões de dólares —, a organização das diversas participações financeiras numa *holding*, e a constituição de uma sociedade especializada no *leasing*.

Em 1999, foram concebidos e disponibilizados novos produtos de poupança e investimento: o DP BIMestre, um depósito de curto prazo, com *pricing* competitivo e dirigido ao segmento de particulares e empresas; o Rendimento 2000, uma aplicação a médio prazo, constituída em dólares, com taxa variável indexada à Libor a 90 dias e destinada aos segmentos de particulares de rendimentos

médios e altos; e a conta rendimento mensal, uma aplicação a prazo, em meticais ou em dólares, especificamente dirigida ao segmento de particulares de elevados rendimentos.

Em Setembro de 1999, o BIM tornou-se o primeiro banco moçambicano a emitir cartões de crédito Visa — constituindo um marco histórico no sistema financeiro do País e uma referência no mercado —, com o lançamento simultâneo dos cartões Prestige e Índico para a rede BIM Tradicional (particulares e *private banking*) e dos cartões Prestige Expresso e Zambeze para a rede BIM Expresso, identificados com as gamas *Premier* e *Classic*, respectivamente. Simultaneamente, foi lançada a primeira rede de comerciantes Visa na função de *acquirer* do país e, no seguimento de uma abordagem segmentada, foram lançados, em Novembro, os cartões de crédito destinados a empresas.

Na concessão de crédito, foram adoptados procedimentos internos no sentido de agilizar os processos de análise e decisão, com ganhos de eficácia e rigor e de aperfeiçoamento do controlo do risco. Visando a dinamização da actividade creditícia e a conquista de novas franjas de mercado, foram estabelecidos protocolos com empreendimentos imobiliários no domínio da concessão do crédito à promoção imobiliária e habitação — constituindo uma inovação em Moçambique — e foi celebrado um protocolo, com uma conceituada empresa informática, para a concessão de crédito ao consumo ou ao investimento, destinado a financiar a aquisição de sistemas micro-informáticos por particulares ou pequenas e médias empresas.

Acompanhando a expansão do volume de negócios, registou-se um forte crescimento, tanto do crédito concedido (+88,2%) como nos recursos de clientes (57%). Apesar da evolução positiva da margem financeira (+33,3%), verificou-se uma deterioração da taxa de margem financeira, acompanhando a intensificação da pressão competitiva. Não obstante a continuação do programa de investimentos ao nível das infra-estruturas física e tecnológica, a necessidade de reforço de provisões, na sequência da nova regulamentação sobre provisões para riscos de crédito, e o aumento dos custos com pessoal e dos gastos administrativos, acompanhando a expansão das redes de distribuição do BIM e BIM Expresso, os resultados líquidos, em 1999, atingiram 634 000 contos, a que corresponde um aumento de 13,4% em relação ao ano anterior.

O Grupo BIM prosseguirá uma estratégia de desenvolvimento que garanta a sua projecção futura e a manutenção de índices de notoriedade elevados, procurando aproveitar as oportunidades de negócio proporcionadas pela economia moçambicana. A ampliação da cobertura geográfica através da optimização e expansão das redes de distribuição e o aumento do grau de envolvimento com a base de clientes, através da disponibilização de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais diversificado e diferenciado, constituem objectivos prioritários para a consolidação do BIM no sistema financeiro moçambicano.

## Síntese de indicadores do Banco Internacional de Moçambique

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	46 232	28 493	62,3
Crédito sobre clientes .....	23 192	12 321	88,2
Recursos de clientes .....	36 869	23 480	57
Situação líquida .....	6 800	4 012	69,5
Margem financeira .....	2 004	1 503	33,3
Outros proveitos financeiros (líquido) .....	1 477	1 028	43,7
Custos de transformação .....	2 487	1 693	46,9
Resultados líquidos .....	634	559	13,4
Colaboradores .....	402	262	53,4
Sucursais .....	26	20	30

## Banco Comercial de Macau

Não obstante os sinais de recuperação evidenciados por algumas das economias do sudeste asiático e pelo Japão, Macau continuou a revelar, em 1999, os sintomas de recessão traduzidos na contracção da procura interna — agravada pela ausência de estímulos da política orçamental restritiva na sequência da quebra das receitas fiscais —, na queda do nível geral de preços e no aumento significativo da taxa de desemprego. A quebra do produto interno bruto de Macau terá, assim, atingido 3% em 1999. Apenas a procura externa contrariou esta tendência, por efeito do crescimento, ainda que moderado, do sector exportador, influenciado pelo bom desempenho da economia

dos EUA, principal destino das exportações do território. A perspectiva de concretização da adesão da China à Organização Mundial de Comércio — favorecendo as trocas comerciais intercontinentais e inter-regionais, a par do afluxo de capitais atraídos pelos sectores que têm permanecido vedados ao investimento directo estrangeiro —, potenciará um conjunto de oportunidades com benefícios relevantes para as economias da região, embora incorpore alguns riscos para o posicionamento competitivo de Macau, dada a forte dependência das exportações de produtos tradicionais.

A actividade da banca de Macau foi fortemente condicionada pelos menores volumes de crédito concedido, como consequência da contracção da procura interna, tanto nas vertentes do consumo

público e privado como do investimento, e pelos padrões de maior exigência na análise e decisão do crédito face à grave situação na região, nomeadamente, as situações de insolvência que afectaram alguns dos grupos de empresas estatais da China. Esta situação gerou a acumulação de excessos de liquidez no sistema bancário e a consequente descida das taxas de remuneração das aplicações nos mercados interbancários regionais, contribuindo para a redução dos níveis de rendibilidade dos bancos, a par com o estreitamento das margens do crédito à habitação e ao consumo decorrente da intensificação da concorrência nestas áreas, como forma de atenuar a quebra do crédito concedido a empresas, de diversificar o risco e de contrariar a crescente preferência dos clientes por aplicações em activos líquidos.

O Banco Comercial de Macau (BCM) prosseguiu, em 1999, a estratégia de afirmação como banco local com enfoque no segmento de retalho, tendo sido desenvolvidas campanhas de imagem associadas às comemorações dos 25 anos da instituição; foi diversificada a oferta de produtos e serviços de valor acrescentado, alguns dos quais se revelaram inovadores no mercado local, em termos de concepção e de qualidade; ao nível das infra-estruturas de suporte foi continuado o processo de reformulação da plataforma informática e completada a remodelação das instalações da rede de balcões; e foi reforçado o quadro de recursos humanos para fazer face aos desafios futuros que se apresentam ao mercado local.

No âmbito da estratégia de diversificação da carteira de produtos, foi efectuado o lançamento, em 1999, de um cartão de crédito com características inovadoras no mercado local, conjugando a rede internacional com uma rede regional — envolvendo Macau, Hong Kong e China —, e foram disponibilizados produtos de poupança combinando a vertente financeira com a de seguros de vida, aproveitando as oportunidades de negócio geradas pela situação conjuntural de excesso de liquidez global e pelas sinergias proporcionadas pela actividade da Companhia de Seguros de Macau (CSM), seguradora do Grupo BCPAtlântico a operar no Território de Macau.

No quadro da sua actividade de intermediação financeira, o BCM apostou na preservação do volume de negócios e no alargamento da base de clientes, no sentido de contrariar o efeito da esperada diminuição de clientes portugueses no Território. Para o efeito, foram desenvolvidas campanhas apelativas de concessão de crédito à habitação, vector estratégico de captação e de fidelização de novos clientes, acompanhando a intensificação da concorrência neste ramo de negócio e visando, paralelamente, a dispersão do risco de crédito e a minimização do impacto da conjuntura recessiva na qualidade da carteira de crédito.

No final de 1999, o crédito bruto a clientes cifrou-se em 67,1 milhões de contos, reflectindo uma subida de 7,2%, não obstante a deterioração da situação económica, a contracção da procura de crédito pelas empresas e a adopção de critérios de rigor e prudência na análise e decisão do crédito, contrariados pelo aumento das componentes do crédito à habitação e ao consumo. A proporção do crédito vencido no total do crédito sobre clientes estabilizou em 2,8% em 31 de Dezembro de 1999, enquanto que o *ratio* de cobertura do crédito vencido por provisões para riscos de crédito se elevou a 100,7%, representando uma significativa melhoria (81% no final do ano anterior).

No domínio da captação de recursos, foi privilegiado o crescimento dos recursos à ordem de clientes, originando uma alteração da estrutura da carteira de depósitos totais. Os depósitos de clientes registaram um crescimento de 19,9%, tendo atingido 131,2 milhões de contos; esta evolução foi determinada pelos aumentos dos depósitos à ordem em 197% e dos depósitos a prazo em 6,6%, contribuindo para a melhoria do *ratio* de recursos de clientes à vista sobre recursos totais de clientes em cerca de 10 pontos percentuais, relativamente ao final do ano anterior.

Os resultado líquidos do BCM, em 1999, cifraram-se em 1,7 milhões de contos, o que representa uma diminuição de 5,3% face ao valor apurado no ano anterior. Para a evolução registada contribuíram positivamente a margem financeira (+2,3%) e os outros proveitos financeiros (+15,7%), em especial as comissões da actividade de *cross-selling*, e negativamente, o incremento dos custos de transformação (+13%), em parte justificado pelos investimentos efectuados na modernização das instalações e nos sistemas de informação. O reforço da situação líquida e a preservação da qualidade dos activos em carteira, permitiram manter níveis satisfatórios de rendibilidade, com a rendibilidade do activo (ROA) a situar-se em 1,1% e a rendibilidade dos capitais próprios (ROE) a atingir 15,1%, o BCM figurou entre as instituições financeiras mais rentáveis a operar em Macau.

O aprofundamento da vocação retalhista e o reforço do estatuto de banco local, o alargamento e a fidelização da base de clientes, a oferta de produtos inovadores e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a expansão do crédito concedido, em especial nas vertentes do crédito ao consumo e à habitação, o crescimento da captação dos recursos de clientes acima da média do sistema bancário local, a obtenção de significativos ganhos de produtividade, beneficiando dos investimentos realizados nos últimos anos ao nível da plataforma tecnológica, e a formação de quadros técnicos, constituem as linhas de orientação estratégica do BCM para o ano 2000.

#### Síntese de indicadores do Banco Comercial de Macau

(Em milhares de contos)

	1999	1998	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total .....	152 869	129 596	18
Crédito sobre clientes .....	66 422	62 046	7,2
Recursos de clientes .....	131 217	109 398	19,9
Situação líquida .....	12 278	9 901	24
Margem financeira .....	4 091	3 999	2,3
Outros proveitos financeiros (líquido) .....	948	819	15,7
Custos de transformação .....	2 784	2 464	13
Resultados líquidos .....	1 685	1 780	—5,3
Colaboradores .....	296	293	1

#### Millennium Big Bank, S. A.

A Polónia tem vindo, há vários anos, a aprofundar um processo de estabilização macroeconómica caracterizado pela contenção das pressões inflacionistas e pela manutenção de um perfil de expansão acelerado do PIB (crescimento médio anual superior a 6% no período de 1994 a 1998). Contudo, em 1999, o ritmo de crescimento da economia polaca abrandou, em virtude do impacto desfasado das políticas contraccionistas adoptadas nos dois últimos anos, do prolongamento dos efeitos da crise russa e da desaceleração das economias europeias no 1.º semestre. O PIB polaco terá crescido, em 1999, cerca de 3,5% e a inflação média anual dever-se-á ter situado próximo de 8%, ou seja, ligeiramente acima do objectivo anunciado pelas autoridades oficiais.

O afluxo de investimento directo estrangeiro dirigido a diversos sectores de actividade e a crescente aproximação da Polónia a UEM,

reforçada pelo afluxo de fundos comunitários a partir do ano 2000, pela esperada contracção da política fiscal e pela continuação do programa de privatizações, deverão contribuir decisivamente para a manutenção dos défices público e externo em níveis controlados e para o fortalecimento da economia polaca, criando condições, no plano económico, para a futura adesão do país à União Europeia. Paralelamente, o processo de privatização da quase totalidade das instituições bancárias nacionais, com a tomada significativa do capital por grupos financeiros europeus de dimensão internacional, a par da intensificação da concorrência interna, impulsionada pelo surgimento recente de três novas operações bancárias com abordagens inovadoras no segmento de *retail banking*, entre as quais o Millennium, tornaram o sector financeiro um dos mais dinâmicos da economia polaca.

1999 constituiu o primeiro ano de actividade do Millennium Big Bank, S. A., uma *joint-venture* entre o BCP e o Big Bank Gdanski,

tendo como principais linhas de orientação estratégica: a captação de uma ampla base de clientes e a expansão sustentada dos recursos totais; o rápido crescimento da rede de distribuição mediante a abertura de balcões nas principais regiões da Polónia, por um lado, e da cobertura total do território através da vasta rede de ATMs própria, reforçada pelo acesso a uma rede não proprietária em cooperação com um operador independente, por outro; e a diversificação da gama de produtos e serviços oferecidos pelo Banco, muitos dos quais inovadores no mercado polaco.

Posicionando-se como um banco global, vocacionado para clientes particulares, o Millennium desfruta de vantagens competitivas inequívocas, ao disponibilizar um serviço bancário assente numa plataforma de serviço multicanal — envolvendo as redes de sucursais e de ATMs e o atendimento telefónico —, que permite, inclusive, a adopção de uma política discriminante de *pricing*. Visando consolidar o seu posicionamento, encontra-se em fase de prospecção e de desenvolvimento a incursão no negócio de produtos de activo, através da concepção de ferramentas de análise comportamental e do risco e de novos produtos, nomeadamente, nas vertentes do crédito pessoal e imobiliário.

Tendo em vista conciliar os objectivos de ampliação da cobertura geográfica com a maior conveniência de serviço aos clientes, nas regiões de residência ou onde desenvolvem a actividade profissional, o plano de expansão da rede de sucursais Millennium prosseguiu a bom ritmo em 1999, conciliando aberturas nos principais centros populacionais, com o reforço da capilaridade nas regiões onde já se encontrava implantado (Varsóvia, Silésia, Cracóvia, Wrocław, Poznan e Szczecin). Paralelamente, foi estabelecido um protocolo de cooperação com um operador independente — Euronet —, que permite aos clientes do Millennium o acesso a uma rede suplementar de 500 ATMs instaladas em toda a Polónia, dispondo do mesmo ambiente gráfico e das funcionalidades — exclusivas no mercado polaco — das ATMs que integram a rede Millennium.

Visando diversificar a oferta de produtos disponibilizada aquando do lançamento da operação bancária que, apesar de inovadora — uma conta à ordem, a que se encontravam associados um cartão Visa Electron, uma facilidade de crédito em regime de *revolving* e uma conta poupança com pré-aviso — e da boa receptividade obtida — como o demonstra o grau de penetração superior a 90% já alcançado na venda de cartões Visa Electron —, se revelou limitada para a satisfação das necessidades financeiras e preferências dos clientes, num mercado que, apesar de pouco sofisticado, se revela cada vez mais competitivo, foram lançados em 1999 novos produtos, sobretudo no domínio dos depósitos a prazo tradicionais com maturidade fixa.

2000 antevê-se como um ano de expansão do volume de negócios do Millennium, quer por via do alargamento da rede de sucursais, quer pela conquista de quota de mercado nas diferentes vertentes do negócio bancário. A duplicação da rede de sucursais, o alargamento do âmbito dos serviços prestados e dos produtos oferecidos, nomeadamente, o lançamento do cartão American Express denominado em *zlotys*, a promoção do crédito imobiliário e o lançamento de uma operação de Internet *banking* constituem os objectivos mais imediatos do Millennium.

### Áreas unificadas de gestão de meios e prestação de serviços

A consolidação dos modelos de centralização de unidades de apoio à gestão corporativa e às plataformas transaccionais — fortalecendo a coerência estratégica do Grupo e preservando as características diferenciadoras de cada unidade de negócio —, de racionalização dos centros produtivos e operacionais — visando a captação de sinergias e a maximização de economias de escala e de âmbito — e de gestão integrada de tesouraria e dos negócios internacionais, reflectiu-se no aperfeiçoamento das propostas de valor das diferentes redes de distribuição e nos ganhos de eficiência alcançados em 1999.

Paralelamente, foi intensificado o recurso ao *outsourcing* nas áreas de suporte administrativo, envolvendo a execução de operações de menor valor acrescentado e, simultaneamente, aperfeiçoados os mecanismos de controlo dos padrões de qualidade da prestação de serviços dos fornecedores externos, concentrando-se a ServiBanca no desenvolvimento das plataformas transaccionais de apoio às redes comerciais e de venda centralizada — inovando e sofisticando processos —, na implementação de programas de formação especializada e de integração de colaboradores no seio do Grupo e na gestão da satisfação de colaboradores e clientes, tendo como objectivos o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade do serviço prestado e a criação de valor na perspectiva dos clientes e das empresas agrupadas.

No domínio da compatibilização e adequação dos sistemas e tecnologias de informação, merecem destaque os investimentos realizados e os esforços desenvolvidos, bem como a eficácia com que foram superados desafios recentes — Plano euro e Projecto ano 2000 —, quer pela relevância estratégica que transitoriamente assumiram, quer pelo grau de preparação evidenciado pela generalidade das empresas do Grupo BCPAtlântico, quer, ainda, pelo impacto positivo no relacionamento futuro com clientes e contrapartes do negócio e pelo capital de confiança e credibilidade conquistados.

### ServiBanca

Enquanto estrutura que integra as unidades de apoio à gestão corporativa e às plataformas comerciais do Grupo, a ServiBanca prosseguiu a sua actividade, em 1999, centrada na prestação de serviços às instituições agrupadas, conciliando padrões de eficiência bastante exigentes com elevados níveis de qualidade de serviço.

Mantendo como objectivos fundamentais, a racionalização de recursos, a optimização de estruturas e o alinhamento de plataformas operativas e de processos, foram criadas e integradas na ServiBanca, em 1999, duas novas unidades de apoio ao negócio: a direcção de recuperação de crédito — que concentrou e passou a enquadrar, em estreita articulação com as áreas comerciais, as funções da recuperação por via negocial ou contenciosa do crédito em situação de incumprimento; e a direcção de crédito, com atribuições alargadas no processo de análise, avaliação e decisão do crédito, integrando três unidades de crédito — particulares, negócios e empresas —, orientadas para cada um destes segmentos de clientes do Grupo, tendo como suporte plataformas tecnologicamente avançadas baseadas em sistemas de *work-flow*, culminando, deste modo, o projecto de redesenho e reorganização da gestão de crédito.

Ainda no âmbito da estrutura organizativa da ServiBanca, foi criada, em 1999, a direcção de Internet — unidade de negócio autónoma transversal ao Grupo, com responsabilidade pela gestão do negócio no canal de distribuição Internet, incluindo a dinamização comercial em cooperação com as direcções de *marketing* das diferentes redes do Grupo, a optimização das soluções de *home-banking* e *corporate banking* e o desenvolvimento de novas funcionalidades e aplicações na *web*, visando incentivar a migração de transacções para o canal Internet; e foi autonomizada a função controlo numa nova unidade — direcção de controlo —, responsável pelo sistema de informação de gestão da empresa, pelo suporte técnico, coordenação e dinamização do processo orçamental, pelo acompanhamento da execução orçamental das diversas unidades e pela coordenação e controlo do sistema de facturação da ServiBanca às entidades agrupadas.

Com o intuito de reconfigurar o sistema de comunicações interno, assente no correio electrónico e em múltiplas funcionalidades residentes na plataforma informática central do Grupo ou em redes periféricas de acesso restrito, foi lançado um novo projecto — projecto Intranet —, por forma a implementar uma infra-estrutura tecnológica de comunicação interna em ambiente Internet e promover o desenvolvimento de *sites* em diversos domínios — centros de competência —, de acordo com as prioridades organizativas e funcionais do Grupo, flexibilizando o acesso e a divulgação interna de informação.

### Recursos humanos

A gestão dos recursos humanos continua a ser entendida como um instrumento essencial da preparação do Grupo BCPAtlântico para os desafios colocados pela cada vez mais rápida evolução do sector financeiro, em particular os resultantes do movimento de concentração sectorial, no qual o Grupo tem vindo a assumir um papel de protagonismo.

Neste contexto, adquirem uma importância crucial as iniciativas visando reforçar continuamente a coesão e cultura do Grupo e a sua capacidade para acolher e integrar com rapidez e eficácia as estruturas e colaboradores no seu seio. Neste domínio, é de salientar a extensão a todo o Grupo do modelo de gestão dos recursos humanos, assente na relação hierárquica directa, e das práticas de gestão nele baseadas.

No plano operacional, estas iniciativas continuaram a articular-se segundo os vectores da renovação e optimização do quadro de colaboradores, da sua qualificação e da mobilidade funcional. A gestão do quadro de colaboradores foi determinada, em primeira instância, pelo programa de expansão geográfica das redes de retalho e pelos crescentes níveis de actividade das diferentes plataformas comerciais e operativas, e em segundo plano, pela imprescindível renovação do efectivo. Em 1999, foram admitidos 1371 novos colaboradores, na sua enorme maioria jovens em início de carreira, contribuindo para

o acréscimo líquido de 592 postos de trabalho (+4,9%). No final do ano, o efectivo total ascendia a 12 598 colaboradores — correspondendo a um quadro de efectivos médio anual de 12 248 —, dos quais 12,6% com idade inferior a 26 anos, 13% contratados a termo certo, e 30% do sexo feminino.

Quadro de colaboradores do Grupo BCPAtlântico

	1999	1998	1997
Banco Comercial Português .....	3 877	3 688	4 386
Atlântico/Expresso Atlântico .....	3 845	3 660	4 081
Empresas subsidiárias .....	2 937	2 846	2 446
ServiBanca .....	1 939	1 812	—
<i>Total</i> .....	12 598	12 006	10 913

A mobilidade funcional constitui um instrumento fundamental de desenvolvimento dos colaboradores e de gestão de carreiras — ao promover a acumulação e a diversificação de experiências profissionais significativas, assim como a renovação de estímulos ao crescimento e à aquisição de novas competências — além de se revelar, simultaneamente, um factor de disseminação e aquisição de competências, no quadro de uma política de gestão do conhecimento indispensável face à actual dimensão e complexidade do Grupo; em 1999, a mobilidade funcional abrangeu uma população de 3809 colaboradores de todo o Grupo, correspondendo a uma taxa de mobilidade funcional de 31,1%, ou seja, praticamente em linha com a orientação genericamente adoptada de que o exercício de determinadas funções deve ter uma duração média de três anos.

O acompanhamento do desempenho dos colaboradores pelas suas chefias directas é instrumental para a mobilidade e a gestão das carreiras a longo prazo; este processo assenta no sistema de aconselhamento e avaliação estruturado em três ciclos anuais, em que a globalidade dos colaboradores do Grupo tem a possibilidade de analisar o respectivo desempenho em conjunto com os superiores hierárquicos, beneficiando de orientações concretas quanto ao seu desenvolvimento profissional, e no momento oportuno decidir acerca da etapa seguinte de carreira e a consequente afectação a novas funções.

A qualificação e formação dos colaboradores prosseguiu na sua dupla vertente institucional e funcional. A vertente institucional privilegia as competências transversais, a diversidade dos participantes, o intercâmbio e a interdisciplinaridade, estruturando-se de acordo com etapas de carreira independentemente das funções, momentaneamente exercidas pelos potenciais participantes. A vertente funcional encontra-se intimamente associada às necessidades específicas de cada função e de cada negócio e evolui de acordo com ciclos mais curtos, possibilitando o recurso a modelos de formação à distância.

Na vertente institucional, o esforço principal continuou a incidir na extensão do programa de formação de integração a todo o Grupo. Embora este programa se destine a acolher os colaboradores recém-admitidos e a promover a sua rápida inserção, tem vindo a afirmar-se cada vez mais como um programa dirigido à generalidade dos colaboradores, independentemente da sua antiguidade, com o objectivo de lhes facultar uma visão integrada das estruturas do Grupo e dos seus diferentes negócios e de lhes proporcionar a vivência e partilha de uma cultura comum. Em 1999, participaram na formação de integração 2415 colaboradores, dos quais 1132 colaboradores recém-admitidos (47% do total), num total de mais de 290 000 horas de formação. Na condução deste programa — assegurado sem recurso a formadores externos —, estiveram envolvidos 549 quadros directivos e técnicos do Grupo, num total de 4852 intervenções e 12 780 horas de monitoragem; em complemento e apoio a esta actividade, 127 daqueles monitores frequentaram um programa de formação de formadores.

Ainda na vertente institucional, são dignos de menção a 2.ª edição do seminário de estratégia para a alta direcção realizado em cooperação com o INSEAD, e o programa Eurekans, organizado conjuntamente pelos parceiros da Eureka Alliance dirigido aos quadros jovens de elevado potencial.

Na vertente funcional, destacam-se o programa de formação comercial desenvolvido pela NovaRede em apoio ao *restyling* da rede de sucursais e da introdução de novas práticas de interacção com os clientes, e o programa para os gestores de cliente do Atlântico. Estas iniciativas obedeceram a um modelo de formação distribuída, organizada em cascata com a participação sucessiva de colaboradores de diferentes escalões hierárquicos, estruturada numa sequência de sessões de curta duração e conduzida nos locais de tra-

balho pelas próprias chefias. No seu conjunto, representaram quase 70 000 horas de formação destinada a mais de 2200 colaboradores.

O Grupo esteve, também, particularmente activo na exploração das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias em matéria de formação à distância. Neste domínio, foram desenvolvidos e disponibilizados módulos de formação suportados por tecnologias *web-based*, e a estrutura de gestão da formação esteve fortemente envolvida no projecto de desenvolvimento da Intranet do Grupo. O programa para os gestores de cliente do Atlântico constituiu um caso exemplar de utilização da televisão como meio de formação à distância, com várias horas de realização e programação do canal TV Atlântico dedicada a formação nos próprios locais de trabalho.

Paralelamente, prosseguiu o programa de qualificação em micro-informática, que envolveu, em 1999, cerca de 2000 participantes.

No domínio da gestão de remunerações, o Grupo adoptou, em 1999, um novo sistema de incentivos considerado mais justo e transparente do que o anterior, e lançou um programa de *stock-options* atribuídas a quadros directivos, incidindo sobre um lote de acções do Banco Comercial Português e do Banco Português do Atlântico, a emitir através de aumentos de capital aprovados nas assembleias gerais dos Bancos, realizadas no início do ano.

#### Gestão da qualidade

O Grupo BCPAtlântico desenvolveu, durante 1999, o processo de gestão da qualidade, assumindo a excelência do serviço como um dos princípios fundacionais da organização e como um dos vectores críticos de sucesso da estratégia de abordagem do mercado e de fidelização da base de clientes.

No domínio da gestão da qualidade junto dos clientes externos, a avaliação do nível de satisfação nas suas diversas vertentes — através da utilização contínua e sistemática de um sistema de gestão da satisfação, onde a monitorização dos principais factores críticos de relacionamento com os clientes permite não só pôr em evidência os aspectos que carecem de aperfeiçoamento, como também, os mais apreciados —, tem contribuído para o maior enfoque das acções de sensibilização e da racionalização dos processos, por forma a solucionar os problemas detectados.

Em 1999, foi desencadeado o processo de avaliação da satisfação dos clientes do Banco7 e relançado o processo na rede de Particulares & Negócios, após a reformulação dos inquéritos de satisfação aos clientes desta área de negócio; paralelamente, continuou a medir-se sistematicamente a satisfação dos clientes da NovaRede e do Atlântico, bem como dos serviços de atendimento telefónico, NovaRede24 e LinhaAtlântico. À semelhança de anos anteriores, constatou-se que os factores mais apreciados em qualquer das redes se encontram relacionados com a atitude e o profissionalismo dos colaboradores; atributos pessoais como a cortesia, a simpatia, a competência, em paralelo com o sentido profissional, a responsabilidade e a disponibilidade continuam a ser os aspectos mais valorizados pelos clientes.

Para além do sistema de gestão da satisfação, foram elaborados, em 1999, estudos destinados a avaliar a percepção dos clientes relativamente a produtos e serviços específicos, além de possibilitarem a identificação de novas necessidades e de permitirem orientar os esforços de melhoria do serviço. Neste âmbito, foram enviados, aos clientes das diversas redes comerciais do Grupo BCPAtlântico, questionários que permitiram avaliar o nível de serviço do TeleAtlântico dos produtos conta cheque e dos cartões de crédito Omega e Europa e, ainda, aferir acerca do impacto do alargamento do horário de atendimento em algumas sucursais NovaRede e Lojas Atlântico.

Sendo a motivação, a atitude e a interacção entre colaboradores factores decisivos da qualidade do serviço percebida pelos clientes, constitui imperativo da gestão de recursos humanos acompanhar todas as etapas da evolução da carreira dos colaboradores. Consciente da importância desta realidade, e sem prejuízo do processo de avaliação e acompanhamento instituído, a direcção de qualidade reiniciou, em 1999, o processo de «escuta» sistemática da opinião dos colaboradores através de um questionário específico, onde são abordados aspectos relacionados com as funções desempenhadas, as carreiras profissionais, a motivação e, em termos globais, com o grau de satisfação em relação à instituição e à unidade orgânica de colocação. A informação recolhida, constitui instrumento precioso de aferição do clima interno e apoia a implementação de medidas de melhoria ao nível da gestão de recursos humanos.

Ainda na vertente de colaboradores, dada a importância crescente dos sistemas de prestação de cuidados de saúde alternativos, foi realizado, no âmbito da Seguros e Pensões Gere, um estudo à qualidade do serviço prestado pela Médis a colaboradores aderentes a este sistema; o elevado grau de satisfação registado revela a Médis como

uma alternativa credível e uma opção com reconhecido valor acrescentado na prestação de cuidados de saúde aos colaboradores do Grupo BCPAtlântico.

No domínio da formação, manteve-se o objectivo de proporcionar, à generalidade dos colaboradores, uma visão da cultura e valores do Grupo BCPAtlântico, bem como fomentar o seu envolvimento no processo de gestão da qualidade do Grupo; em 1999, o módulo de «Introdução à qualidade» foi ministrado a mais de 2500 colaboradores, correspondendo a um total de cerca de 700 horas de formação. Aproveitando o excelente meio de comunicação que é o canal de colaboradores da TV Atlântico, foi realizada uma série de acções sobre a gestão da qualidade, especialmente dirigidas aos gestores de cliente.

#### Informática e desenvolvimento

A preparação do Grupo BCPAtlântico para a transição do milénio, envolvendo a mobilização de recursos humanos e tecnológicos, o desenvolvimento de projectos de alinhamento operativo e aplicativo, visando a racionalização de recursos e a obtenção de ganhos de eficiência, e a melhoria de processos de suporte às áreas de negócio, constituíram os objectivos orientadores das actividades das direcções Informática e de desenvolvimento.

No âmbito do Projecto ano 2000, foi actualizado o *software* base em todas as plataformas, desde *mainframes* a *desktops* instalados nos postos de trabalho individuais — num processo que, apesar da sua enorme complexidade, dada a especificidade dos sistemas envolvidos e a dimensão do parque informático, ultrapassando os 12 000 equipamentos, não teve impacto no negócio e foi concluído em tempo útil — e efectuada a substituição pontual de aplicações residentes, caso das aplicações de suporte às operações de estrangeiro; após este processo, o Grupo BCPAtlântico ficou dotado de componentes de *hardware* e *software* dos mais avançados à escala internacional.

Em matéria de desenvolvimento aplicativo e da infra-estrutura de suporte à actividade doméstica e internacional, os projectos de racionalização e de alinhamento interno tiveram um impacto significativo no negócio e na estrutura de custos operativos. Em 1999, foram implementadas diversas novas funcionalidades: criação de um processo de compensação global de cheques, normalizando e incrementando a eficácia deste serviço; serviço de *cash pooling*, viabilizando a consolidação de saldos e juros; alinhamento da aplicação de transferências, favorecendo a circularidade no Grupo; criação da facilidade automática, no âmbito do projecto NovaRede século XXI, possibilitando a detecção e o comissionamento das operações consoante o canal utilizado (Internet, ATM, *call centres* ou o contacto directo na sucursal, etc.); nova plataforma de ATMs, assegurando a gestão eficaz do parque de máquinas; e a reformulação da plataforma das sucursais no exterior, abrangendo Nova Iorque, Cayman, Miami, Londres e Macau.

No âmbito dos projectos especiais e da reengenharia de processos desenvolvidos ao longo de 1999, merecem relevo: o alinhamento e implementação nas redes do Grupo da operativa de *workflow* de suporte ao processo de análise e decisão do crédito; a adopção da metodologia do *workflow* no domínio da gestão de reclamações; e o arranque do projecto Intranet, que potenciará ganhos de produtividade em múltiplas áreas, através da utilização de tecnologia baseada na infra-estrutura de *software* e *hardware* existente e a criação de um ambiente único e integrado de trabalho.

Todavia, os desenvolvimentos de maior impacto ocorreram no domínio das aplicações de suporte aos canais de distribuição, com o desenvolvimento de uma nova plataforma para os *call centres*, adoptando tecnologia inovadora, de novas soluções de *homebanking* e *corporate banking*, para as redes do Grupo BCPAtlântico e, ainda, a reestruturação da plataforma de balcão para Windows-NT, com a subsequente migração de aplicações, criando condições para o aprofundamento do *cross-selling*.

Na vertente de comunicações, foi instalada, entre Outubro de 1998 e Março de 1999, a rede *opennet*, o que se traduziu numa das áreas de maior investimento em infra-estrutura de tecnologias de informação. Este projecto possibilitou a reformulação da rede de comunicações do Grupo BCPAtlântico, para as áreas de Lisboa e Porto, dotando-a da infra-estrutura necessária para suportar as necessidades crescentes em termos de comunicações abrangendo cerca de 300 balcões e os edifícios centrais nestas áreas. O processo envolveu a ampliação da largura de banda, permitindo o acesso dos balcões à rede interna de voz e, simultaneamente, criou as condições para suportar o acesso à Internet, enquanto que nos edifícios centrais foi implementada uma nova tecnologia de gestão dinâmica da largura de banda e instalados novos equipamentos, convergindo para uma única rede capaz de suportar o transporte de dados, voz e imagem.

Prosseguindo objectivos de racionalização dos recursos sob gestão, a função de *disaster recovery* da infra-estrutura de *mainframe* passou a ser executada em regime de *outsourcing*, na sequência do qual o centro de processamento de dados, instalado na Avenida de Gonçalo Sampaio, no Porto, foi desactivado, traduzindo-se numa poupança anual expressiva. Ainda em 1999, foi implementado o *outsourcing* dos serviços de suporte operacional a plataformas departamentais, competindo à direcção informática a supervisão e a gestão permanente das soluções de *workflow* e de *homebanking* em produção.

#### Operações

Na área de operações, em 1999, prosseguiu-se a centralização de actividades de cariz marcadamente operacional e de alinhamento operativo, quer de processos administrativos, quer de suportes informáticos, bem como o alargamento e consolidação do recurso ao *outsourcing*, em simultâneo com o reforço do afinamento de procedimentos de controlo dos serviços prestados neste regime, por empresas externas.

No domínio da centralização e do alinhamento operacional de actividades, merecem particular destaque o tratamento das ordens de pagamento, de e para o estrangeiro; o alinhamento do processo de encerramento de contas, retirando a componente operacional às diferentes áreas comerciais do Grupo; a centralização na direcção de operações (DO) das actividades de gestão e controlo das operações com o exterior executadas via *swift*, e o tratamento operativo e aplicativo das transferências nacionais, respeitante tanto a pagamentos como a cobranças.

Na área de cartões, o *outsourcing* da produção e do *packaging* de cartões foi alargado a novas actividades, nomeadamente, aos cancelamentos e requisições. Em termos operativos, foram modernizados e simplificados alguns processos, através da introdução de tecnologias de *workflow*, do tratamento de imagem e do desenvolvimento aplicativo específico, caso da automatização da operativa de *cash-advance* via telefone; em matéria de alinhamento operativo, importa salientar o tratamento uniforme das reclamações relacionadas com o Multibanco e com os limites de crédito excedidos.

O reforço do alinhamento operacional na área do crédito titulado, tesouraria e valores envolveu os seguintes processos: controlo da gestão dos *plafonds* de moeda nacional por parte das redes de distribuição, gestão da carteira de cheques pré-datados e tratamento de depósitos oriundos de recolhas efectuadas em clientes especiais e em RSF — *Servilock* e *Lockbox*. De referir ainda, a continuação do projecto que envolve a utilização de tecnologia informática avançada no processamento electrónico de dados e imagem dos valores tratados nas diversas compensações — através da leitura óptica, ordenação automática, arquivo e transmissão de imagens ópticas.

Em termos organizativos, no início de 1999, foi autonomizada a área de títulos passando a constituir uma direcção autónoma, enquanto que os serviços da banca electrónica, foram integrados noutras unidades. Ainda no decorrer de 1999, o centro de atendimento da DO — que beneficiou de forte investimento na modernização tecnológica e havia alargado a actividade ao apoio a lojas e sucursais do Grupo e ao atendimento a titulares não clientes dos cartões Amex e CrédiBanco —, foi integrado na unidade de *call center* da direcção de sistemas de *telemarketing*, tendo em vista a captação de sinergias, a racionalização da capacidade tecnológica instalada e a adequação afectação e gestão dos recursos humanos.

#### Área administrativa, aprovisionamento e compras

A consolidação da melhoria dos níveis de serviço, a racionalização de recursos, o alinhamento e uniformização de processos e a redução de custos constituíram as principais linhas de orientação que nortearam a actividade da direcção administrativa e de aprovisionamento (DAA) em 1999; com a criação da direcção de compras — uma unidade orgânica autónoma que passou a centralizar a negociação e a adjudicação das compras de bens e serviços de maior expressão — procedeu-se a uma reorganização das relações com fornecedores, competindo à DAA a responsabilidade pelo posterior acompanhamento e processamento administrativo.

Complementarmente, continuaram a ser desenvolvidos esforços no sentido de centralizar na DAA as encomendas de bens e de serviços ao exterior, visando o aproveitamento de economias de escala, com efeitos significativos na redução de custos unitários dos produtos e serviços prestados às várias entidades agrupadas na ServiBanca, tendo a prestação deste serviço sido alargada à Companhia de Seguros Bonança em 1999. Constituiu, também, preocupação a optimização do processo de controlo interno, nas vertentes orça-

mental e de conclusão dos processos, relativamente às operações de pagamento a fornecedores.

A adjudicação da execução de serviços de menor valor acrescentado a prestadores externos em regime de *outsourcing* continuou a ser privilegiada nas áreas de arquivo, correio, economato, impressão central e envelopagem, tendo a DAA orientado a sua intervenção para a optimização de processos e o controlo de níveis de serviço compatíveis com os padrões de qualidade e de segurança exigidos pelas empresas agrupadas. Ainda neste âmbito, desenvolveu-se a parceria com a Classis Auto Plan, empresa do Grupo BCPAtlântico especializada na oferta de produtos integrados de financiamento e serviços de gestão de frotas, que assumiu a responsabilidade pela gestão de uma parte significativa do parque de viaturas do Grupo.

#### Sistemas de *telemarketing*

A construção e consolidação de um modelo de gestão integrada das unidades de *call centres* do Grupo BCPAtlântico, por forma a melhorar a eficiência operativa e a eficácia comercial das operações telefónicas do Grupo, impulsionou, ao longo de 1999, a actividade da área de negócio de venda centralizada de sistemas de *telemarketing*.

Em 1999, foi implementada uma nova aplicação informática que incorpora as tendências mais recentes no domínio da inovação tecnológica, concebida no sentido de permitir o alinhamento organizativo e a uniformização de procedimentos operativos. Prosseguindo o processo de integração das operações telefónicas do Grupo, iniciado no ano anterior, foi integrada na estrutura da unidade central de *call center*, no final do 1.º semestre de 1999, a linha de banca telefónica BCP24 horas da rede de Particulares & Negócios do Banco Comercial Português, juntando-se assim à NovaRede 24, Linha Atlântico e Linha Expresso! Atlântico.

O aprofundamento da vocação da unidade de *call center* para a prestação de serviços especializados traduziu-se na maior sofisticação das campanhas de venda directa, tradicionalmente orientadas para a venda de seguros e de cartões bancários, com a inclusão de produtos de maior valor acrescentado e complexidade, tais como o Fundo de Fundos Multinvestimento I e o produto «Transferências» no crédito imobiliário. Nas vertentes do apoio ao negócio e de informação aos clientes, o total de linhas de atendimento disponíveis elevava-se a 14, no final do ano, destacando-se as linhas Euro, Crédito pessoal, Poupança fiscal e BII – Transferência de crédito à habitação.

No âmbito do processo de alinhamento operacional, foram integradas na unidade de *HelpDesk*, as linhas de apoio à resolução de questões internas de âmbito operacional, concentrando, deste modo, numa única plataforma e unidade orgânica, a capacidade de resposta a questões operativas e informáticas, com claras vantagens nas vertentes de custos e da qualidade do serviço prestado.

Na área de comunicação escrita, o aumento substancial do número de *mailings* enviados a clientes externos e internos implicou o tratamento de mais de 6 milhões de registos, enquanto que na área técnica de comunicação, a contínua adequação do processo de monitorização da qualidade do atendimento telefónico dos colaboradores, tendo como objectivo melhorar a eficácia, o rigor e a consistência no atendimento telefónico, determinou a revisão de toda a informação de gestão produzida e a concretização de um conjunto articulado de acções de formação e sensibilização.

#### Cartões de pagamento

Num negócio caracterizado pelo crescente dinamismo, condicionado pela entrada de novos concorrentes e o forte aumento da intensidade competitiva, o Grupo BCPAtlântico manteve em 1999 a liderança global na área de cartões de crédito de marca internacional, estimando-se em cerca de 24% a sua quota de mercado em número de cartões.

Em termos de enquadramento da actividade, verificou-se uma acentuação das tendências do mercado, nomeadamente: o reconhecimento pelos principais operadores bancários da importância dos cartões de pagamento como veículo de fidelização dos clientes; a eleição dos cartões de crédito como eixo importante de comunicação entre as instituições e os clientes, a par com o crescimento substancial dos orçamentos em *media*; e a afirmação de novos operadores e o recurso a novos canais de distribuição de produtos.

#### Cartões Visa/MasterCard

Neste contexto, o aumento do grau de fidelização da base de clientes, que detinha no final do exercício cerca de 1,5 milhões de

cartões Visa/MasterCard, assumiu-se como factor decisivo para a manutenção de níveis adequados de rentabilidade do negócio. Com o objectivo de avaliar as possibilidades de melhoria da oferta de cartões, por forma a ajustá-la às necessidades e expectativas dos utilizadores, foram conduzidas diversas acções de *market research* junto dos clientes, cujas conclusões servirão de base ao redesenho da actual oferta de valor.

No que respeita à inovação na área de produtos, iniciou-se em Novembro na rede do Expresso Atlântico a comercialização de um cartão Electron atribuível no momento de abertura de conta, destinado à utilização exclusiva e restrita ao território nacional. Este produto constituiu uma inovação no mercado nacional, proporcionando um nível de serviço exclusivo.

Ainda na área de produtos, importa salientar a integração do Cartão Recheio na estrutura da Direcção Comercial de Cartões de Crédito (DC3), desde Maio de 1999. A oferta de valor deste cartão, disponível desde Janeiro de 1998 para os clientes do «Cash & Carry» do Grupo Jerónimo Martins e transversal a todas as redes do Grupo, visa satisfazer as necessidades específicas daquele segmento através, nomeadamente, do acesso a crédito gratuito para compras até 35 dias, ao *rappel* mensal e a serviços financeiros em condições vantajosas. No final do ano, existiam cerca de 12 000 cartões activos, apontando os inquéritos aos clientes para níveis de satisfação muito elevados.

Na vertente da gestão dos programas Omega e Europa, as alterações introduzidas ao processo logístico no final do exercício transacto permitiram que, ao longo de 1999, se registasse uma melhoria contínua dos níveis de serviço na entrega dos correspondentes produtos de catálogo, reflectida nos resultados dos inquéritos de qualidade dirigidos aos clientes.

A dinamização do negócio junto das redes, em particular no que respeita à colocação de cartões justificou que, no início do exercício, se procedesse à criação na DC3 de um núcleo de acompanhamento da actividade dos agentes comerciais operando nas sucursais, lojas e *call centres*. No âmbito das suas atribuições, para além da realização de acções de formação e de *coaching*, este núcleo acompanha, junto das redes, as campanhas de aquisição desencadeadas centralmente pela área de CRM (*customer relationship management*) da DC3, procurando, através de uma actuação concertada, a maximização dos resultados obtidos.

Num mercado que se aproxima rapidamente da fase de maturidade e em que as oportunidades de colocação de cartões serão relativamente menos frequentes e mais onerosas, a defesa da rentabilidade futura do negócio dependerá, para além da disponibilização de produtos ajustados às necessidades dos utilizadores, do desenvolvimento de competências que permitam estimular e fidelizar a base de utilizadores de cartões, numa perspectiva individualizada. Esta forma de gestão do negócio, tornada possível pela utilização de novas tecnologias, baseia-se na identificação e captação do valor potencial disponível em cada relação.

Nesta perspectiva, a área de CRM da DC3 deu sequência, em 1999, ao projecto iniciado em 1997, utilizando a plataforma tecnológica que o suporta para incrementar significativamente o número e a diversidade das campanhas realizadas, que abrangeram mais de 775 000 contactos, repartidos por próximo de centena e meia de acções comerciais. Aspecto fundamental do programa de campanhas consistiu na exploração sistemática de novos canais de distribuição, com o objectivo de determinar e promover a utilização das estratégias de contacto mais adequadas a cada cliente e a cada tipo de acção. No final do ano, os esforços da equipa de CRM centraram-se no lançamento de campanhas de estimulação e retenção, cuja análise permitirá a sistematização futura da abordagem dos clientes naquelas fases do ciclo de relacionamento.

#### Cartões American Express

O ano de 1999 ficou marcado pelo lançamento do cartão American Express, nas versões *Blue*, *Green* e *Gold* para não clientes do Grupo, que motivou uma campanha publicitária durante o último trimestre. Com esta iniciativa, o Grupo BCPAtlântico disponibilizou ao mercado nacional, de forma global, o prestigiado cartão American Express que constituiu um excelente instrumento de captação e fidelização de novos clientes.

Prosseguindo a estratégia de abordagem de micromercados, com necessidades específicas e características homogéneas, foi promovido pelo CrédiBanco, no mês de Julho, o lançamento do cartão Ordem dos Engenheiros, enquanto que em Dezembro, ocorreu o lançamento do cartão Bonança, que se prevê venha a constituir um instrumento de fidelização dos clientes particulares desta companhia de seguros do Grupo BCPAtlântico.

No final do ano, foi concluída a segunda fase do desenvolvimento informacional associado ao *corporate card* — que possibilita a

disponibilização de informação de gestão às empresas aderentes —, afirmando-se este cartão como o mais competitivo do mercado, tendo sido de imediato iniciada a formação aos agentes comerciais das redes do Grupo, visando o relançamento do produto junto dos segmentos das médias e grandes empresas e institucionais.

Visando incentivar e facilitar a acção de venda pelos agentes comerciais, foi desenvolvido, em colaboração com a direcção de controlo de risco e com as direcções de coordenação e de *marketing* das redes, um modelo de análise de risco, que veio permitir uma melhoria sensível dos níveis de serviço, ao reduzir significativamente os tempos de resposta. Os resultados alcançados em 1999 pelo negócio de cartões American Express, traduzidos num aumento superior a 40% do número de cartões, expressam o esforço de venda das várias redes do Grupo, complementado com as campanhas e as acções de *mailing* e *telemarketing*, confirmando o interesse do mercado na marca que, a par do elevado prestígio reconhecido mundialmente, disponibiliza aos titulares um conjunto ímpar de serviços e benefícios.

Na vertente *acquirer*, merece destaque a boa cobertura alcançada em todo o território nacional por parte dos estabelecimentos aderentes ao cartão American Express, tendo o seu número aumentado 15%. O elevado número de estabelecimentos filiados, aliado ao aumento do número de cartões em circulação, permitiu um aumento do volume de negócio com clientes domésticos superior a 30%. A rede de estabelecimentos American Express em Portugal, que em 1995 era inferior a 10 000, quadruplicou nos últimos quatro anos, ultrapassando os 40 000 estabelecimentos. Com o recurso a uma força de vendas dedicada, foi possível construir uma rede comercial que abrange cerca de 1900 hotéis, 7000 restaurantes, 26 500 lojas (incluindo todas as grandes superfícies), 1800 postos de combustível e 3000 prestadores de serviços, constituindo a melhor taxa de cobertura do cartão American Express na Europa.

Para 2000 projecta-se, quer o reforço da venda do cartão tradicional a clientes através das redes do Grupo — com o apoio dos consultores de sucursal, do *telemarketing* e de acções de *mailing*, apoiadas na tecnologia CRM —, quer a consolidação da venda a não clientes, com o recurso a bases de dados externas e a outros canais alternativos, de modo a alargar de forma clara a quota de mercado natural do Grupo, quer ainda novas operações com produtos *co-branded*, como resultado de acordos com grandes empresas e instituições, para quem a associação com o Grupo BCPAtlântico e com a marca *American Express* constitui garantia de sucesso.

#### Self banking

A promoção activa da migração de transacções e operações, efectuadas através de outros canais a custo mais elevado, para o *self banking*, a rentabilização do canal, enquanto negócio autónomo e a melhoria do serviço e do grau de satisfação dos clientes, por via do aumento da capilaridade da distribuição, da actualização do parque de equipamentos e do aumento de funcionalidades disponíveis, constituem os objectivos assignados à direcção de *self-banking* (DSB).

Em 1999 — primeiro exercício completo de actividade da DSB — foi reforçada a capacidade de oferta do Grupo com: a instalação de 271 ATMs, das quais 117 em sucursais e 154 em locais remotos; a renovação do parque de ATMs, em articulação e colaboração com a SIBS, que levou à substituição de 439 ATMs que se encontravam desactualizadas, reduzindo a idade média do parque de 4,4 anos para cerca de 2 anos, entre o final de 1998 e de 1999; e o *upgrade* da rede de dispensadores de cheques (CATs), com a substituição de 46 máquinas e a colocação de 24 máquinas em novos locais.

Em termos de resultados alcançados, registou-se um aumento das transacções em mais de 20%, atingindo um valor superior a 86 milhões de transacções realizadas, tendo este acréscimo de transacções e o reforço do parque de equipamentos, permitido anular o défice transaccional do Grupo e responder à satisfação integral das necessidades transaccionais dos clientes.

De forma a atingir os objectivos de migração de transacções, tem vindo a ser incentivada, em articulação com as redes de distribuição do Grupo, a utilização dos equipamentos e funcionalidades. A migração dos depósitos constitui um dos objectivos prioritários da DSB, tendo sido realizadas, ao longo do ano, diversas acções locais, de forma a estimular as operações de depósito em ATMs, na sequência da disponibilização desta funcionalidade em todas as máquinas do Grupo — possibilitando a circularidade dos depósitos —, além da instalação de 19 módulos de depósito de cheque com digitalização e a instalação piloto de três cofres de depósito com capacidades acrescidas. Este novo módulo de depósito de cheque com digitalização representa um avanço significativo relativamente ao depósito tradicional em ATMs, atendendo a que o equipamento emite, no acto do depósito, um recibo destinado ao cliente, com a discriminação dos

números dos cheques depositados, além de que simplifica e automatiza as operativas de depósito, com significativos ganhos de eficiência.

Na vertente de equipamentos POS, o Grupo BCPAtlântico detém uma significativa quota de mercado, perspectivando-se a continuação de um crescimento significativo deste negócio, na medida em que se estima que do total de estabelecimentos vocacionados para a utilização desta forma de pagamento, apenas 40% dispõem de POS. Nesta vertente do negócio ocorreram os seguintes desenvolvimentos, em 1999: a entrada em vigor de um novo preçário, transversal às redes do Grupo, beneficiando de maior simplicidade e atractividade comercial, contribuindo para o equilíbrio financeiro da operação; um conjunto de medidas de racionalização, que incluiu a individualização dos custos ao nível do cliente, a desinstalação sistemática de equipamentos inactivos ou pouco produtivos e a renegociação de contratos que, em conjunto, contribuíram para uma redução superior a 15% nos custos de exploração associados; o início do processo de conversão do sistema para o euro, funcionalidade incorporada nos equipamentos instalados pelo Grupo desde 1 de Agosto de 1999; e o início do desenvolvimento de uma nova aplicação informática destinada a gerir todo o processo de atribuição e manutenção do parque de POS.

A ampliação das funcionalidades oferecidas aos clientes, tendo em conta a vocação, rapidez, simplicidade e baixo custo do canal *self banking*, a customização da oferta em função do perfil dos clientes, a utilização de sistemas operativos e tecnológicos inovadores e a optimização da gestão do parque, constituem os objectivos a médio prazo da DSB, por forma a responder aos desafios colocados pela emergência de novos canais e a manter a competitividade e capacidade de inovação do Grupo nesta área, salvaguardando a eficiência e a rentabilidade deste canal automático.

#### Gestão de risco de crédito

A direcção de controlo do risco (DCR) desenvolveu, ao longo de 1999, uma actividade consentânea com os seus objectivos, assegurando o controlo da evolução do risco das carteiras das várias instituições do Grupo e desenvolvendo ou aperfeiçoando modelos de suporte à análise e decisão de crédito e à monitorização do respectivo risco.

Em 1999, no âmbito do projecto de implantação de uma plataforma única de análise e decisão do crédito, procedeu-se à harmonização e aperfeiçoamento dos modelos de avaliação do risco de crédito, orientados para os distintos segmentos de mercado, com objectivos de melhoria da eficiência e da eficácia comercial. No sentido de ampliar os instrumentos disponíveis de previsão e controlo da qualidade da carteira de crédito concedido, foi iniciada a concepção e desenvolvimento de um modelo de previsão de sinistralidade do crédito a médio e a longo prazos; trata-se de um projecto pioneiro no sistema financeiro nacional, que colocará o Grupo BCPAtlântico ao nível das melhores práticas internacionais neste domínio.

No domínio do controlo preventivo do risco de crédito, é de salientar o desenvolvimento de um sistema de sinais de alerta e de determinação de classes de risco, disponibilizado às redes comerciais e órgãos de gestão creditícia, o qual constitui um auxiliar considerado indispensável à detecção precoce dos riscos de crédito.

A direcção de controlo do risco continuou a aprofundar o apoio às diversas redes comerciais e empresas associadas do Grupo, no âmbito de uma estratégia pró-activa de colocação de crédito baseada em técnicas de selecção de clientes e de definição de capacidade financeira, com suporte em modelos de *scoring* comportamental e de aceitação. Os impactos positivos em termos do acréscimo do negócio, da melhoria da rendibilidade e do controlo do risco de crédito, confirmaram o interesse da utilização de tecnologias testadas no mercado internacional, justificando o desenvolvimento de um projecto mais abrangente para disponibilização às redes e empresas associadas, de informação de apoio à venda suportada em automatismos centrais de avaliação e monitorização do risco.

A edição dos indicadores da central de balanços do triénio de 1996-1998, à semelhança de edições anteriores, voltou a suscitar o interesse dos clientes e agentes económicos, optando-se pela sua disponibilização no *site* do Banco Português do Atlântico, de modo a facilitar o acesso a todos os interessados. A central de balanços elaborou, mais uma vez, os *dossiers* de informação individual, contendo a informação económica e financeira, devidamente processada, sistematizada e enquadrada no respectivo sector de actividade económica, para distribuição aos clientes do Grupo do segmento de empresas; esta informação, pela riqueza de conteúdo, rigor analítico e enquadramento sectorial, representa um serviço distintivo prestado aos clientes e constitui factor de diferenciação face à concorrência.

### Alienação de activos

Prosseguindo a política de desinvestimento dos activos não estratégicos, o Grupo BCPAtlântico alienou, em 1999, mais de 270 imóveis e sociedades participadas por um valor global superior a 20,2 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 43% em relação ao ano anterior, elevando para mais de 85,1 milhões de contos o valor acumulado das vendas de activos não estratégicos no último quadriénio.

A venda de sociedades imobiliárias que integravam importantes activos assumiu particular importância, constituindo exemplos a Companhia Cerâmica das Telheiras, a Gaideve – Sociedade Imobiliária, a TIM – Transacções Imobiliárias, a Vilamouraténis – Empreendimentos Desportivos e Turísticos e a Sociedade Imobiliária da Boca do Rio. O montante envolvido nestas vendas foi superior a 3 milhões de contos.

No exercício de 1999, implementou-se um plano de reestruturação das empresas que gerem os activos não estratégicos do Grupo, implicando a redução do número de sociedades instrumentais por via de alienações, dissoluções e fusões.

Em termos operativos, a consolidação e desenvolvimento da plataforma informática específica desta área, consubstanciou-se na entrada em produção de uma nova aplicação destinada ao controlo dos contratos promessa de compra e venda de activos. O previsto arbrandamento do mercado imobiliário, perspectivado já para o ano 2000, exigirá um esforço redobrado para manter o nível de vendas que tem vindo a ser garantido nos últimos anos.

### Área financeira

A actividade de gestão de tesouraria foi fortemente condicionada no exercício de 1999, pelo início das transacções em euros nos mercados financeiros. A adopção da moeda única europeia repercutiu-se na maior liquidez e no alargamento do mercado monetário à zona euro, implicando a alteração do posicionamento do Grupo BCPAtlântico evoluindo de uma posição de *market maker* no mercado do escudo para um estatuto de *price taker* em mercados mais amplos —, bem como a diversificação dos instrumentos de cobertura de risco disponibilizados aos clientes. No plano interno, o agravamento do diferencial entre o ritmo de crescimento dos activos e o dos passivos com clientes trouxe acrescidas exigências à gestão de liquidez.

Neste contexto, constituíram preocupações estratégicas da tesouraria unificada do BCPAtlântico: a diversificação da política de *funding*, pelo recurso a novos investidores e a emissão por prazos mais longos; o reequacionamento da área de *trading* que passou de uma postura de *market maker* para uma actuação de *trading intra-day*; o cumprimento das responsabilidades na qualidade de operador especializado em valores do Tesouro (OEVT), quer ao nível do mercado primário quer do secundário; a dinamização do *corporate desk* de modo a minimizar o impacto da quebra do negócio cambial entre as moedas da zona euro; e a internacionalização das salas de mercados do Grupo BCPAtlântico concentrando os investimentos em praças que confirmam vantagens comparativas.

Os resultados obtidos em 1999 foram globalmente positivos, sublinhando-se a capacidade de geração de ganhos sustentados na área de *trading*, ainda que numa posição de puro *price-taking*, e o alargamento substancial da base de clientes, propiciado pela emissão superior a 1,1 biliões de euros de MTNs (*medium term notes*) ao abrigo do programa de 1,5 biliões de dólares norte-americanos, posteriormente aumentado para 4 biliões de dólares norte-americanos, e pela celebração, em Outubro de 1999, de um programa de *global commercial paper*, no montante de 4 biliões de dólares norte-americanos.

No domínio da diversificação da oferta de produtos, destaque para a oferta de um leque de produtos inovadores de cobertura de risco de câmbio e de taxa de juro, especialmente vocacionado para o segmento de empresas, e a disponibilização ao segmento de clientes particulares de produtos com eficiência fiscal, incentivando a captação de poupanças, e, em estreita colaboração com o Banco de Investimento Imobiliário, a concepção de produtos com taxas de juro «plafonadas» para a área do crédito à habitação. De referir, ainda, a concessão de linhas de crédito em *zlotys* aos clientes investidores no mercado polaco, permitindo-lhos a cobertura do risco de câmbio, e a realização pelo Banco Português do Atlântico, no quadro dos investimentos realizados por clientes, de uma das maiores operações cambiais concretizadas naquele mercado.

No mercado da dívida pública portuguesa, para além de cumprir as obrigações decorrentes do estatuto de OEVT, o Grupo participou, através do Banco Português do Atlântico, em todas as operações

sindicadas de financiamento do Tesouro português, que ocorreram ao longo de 1999.

Em termos da infra-estrutura de suporte, o sistema de *front-office* da direcção de tesouraria foi reconfigurado para o ano 2000 e os limites de exposição foram reequacionados, em função das técnicas do VaR (*value at risk*). O núcleo de informação de gestão, anteriormente sob a responsabilidade da direcção de tesouraria, foi integrado na direcção de operações de tesouraria — assegurando a independência da função de monitorização e controlo do risco da actividade de negócio —, que passou a assumir a responsabilidade pela informação de gestão necessária ao controlo dos limites de riscos de mercado e de riscos de crédito, a reavaliação das posições e o apuramento de resultados diários.

A direcção de operações de tesouraria participou activamente na implementação do alinhamento operativo dos sistemas de *front-office* e *back-office* das salas de mercado das sucursais no exterior (Londres, Macau e Nova Iorque), quer ao nível da formação sobre os sistemas, quer no apoio à produção dos sistemas de informação locais, num processo que visa melhorar a eficiência e disponibilizar um sistema único de informação de gestão e de controlo no Grupo. Ainda no domínio da actividade internacional, salientam-se a abertura de uma nova sala de mercados em Moçambique, no BIM – Banco Internacional de Moçambique, e a revitalização da sala de mercados de Nova Iorque, vocacionando-a para o apoio ao *international private banking* e para a intervenção no mercado obrigacionista norte-americano.

A consolidação das estruturas no exterior e da área de *corporate desk*, o eventual alargamento da actividade de *trading* a outras zonas geográficas, nomeadamente, a mercados em que o Grupo tenha presença directa, e o aproveitamento das oportunidades de negócio na vertente do risco de crédito internacional, constituem algumas das metas da área financeira do Grupo BCPAtlântico, a médio prazo.

### Área internacional

A adaptação aos novos mecanismos de funcionamento dos mercados financeiros decorrente da adopção do euro, constituiu o principal desafio da gestão do negócio internacional do Grupo BCPAtlântico em 1999; neste contexto, procurou-se aproveitar as oportunidades de negócio no âmbito do financiamento de operações de comércio externo, reforçar as ligações com os correspondentes e contrapartes do negócio, aperfeiçoar os mecanismos de controlo do risco e da exposição do Grupo e, simultaneamente, aperfeiçoar a oferta de valor no domínio dos serviços prestados, nomeadamente, na área de custódia internacional, cuja qualidade é internacionalmente reconhecida.

Na qualidade de membro da EBA – Euro Banking Association, associação que congrega actualmente dezenas dos principais Bancos mundiais, o Grupo BCPAtlântico passou a integrar, desde Setembro de 1999, um dos mais importantes sistemas de liquidação em euros, em *real time* — o EBA-Euro 1; com um processamento de cerca de 100 000 operações diárias, este sistema ocupa uma posição de destaque, ao ser o mais utilizado dos sistemas de compensação associados a transacções comerciais de retalho.

A participação nos principais sistemas de pagamentos internacionais — o *target* e o EBA-Euro 1 —, a qualidade de serviço, a transparência no *pricing* e a oferta de um equilibrado e adequado leque de produtos na área do *cash management* colocam o Grupo BCPAtlântico numa excelente posição competitiva ao nível doméstico. Entre os produtos lançados pelo Grupo merece destaque o euro *cash pooling*, dirigido a empresas que operam em diversos países e que tem por base acordos bilaterais celebrados entre o Grupo BCPAtlântico e outras instituições financeiras da zona euro; trata-se de um produto que proporciona a optimização da gestão de tesouraria, permitindo consolidar numa só conta bancária da casa-matriz os saldos de múltiplas contas sediadas em vários países.

Na área de custódia internacional, em paralelo com os desenvolvimentos ocorridos no mercado financeiro português no sentido da equiparação aos mercados mais desenvolvidos — consubstanciado na introdução do novo sistema de negociação e liquidação (LIST), na regulamentação das operações de empréstimo automático de títulos e na aprovação do novo Código do Mercado de Valores Mobiliários —, o Banco Comercial Português prosseguiu o programa de reconfiguração estratégica da sua plataforma operativa, com vista a garantir aos clientes o pleno acesso à oferta de títulos estrangeiros, além da prioridade atribuída à compatibilização de sistemas e certificação, no âmbito do Projecto ano 2000.

Ainda no âmbito da actividade do departamento de custódia internacional, o Grupo BCPAtlântico, antecipando-se à introdução



no mercado do sistema de empréstimo automático gerido pela Bolsa de Derivados do Porto, desenvolveu um programa autónomo de empréstimo de títulos, dirigido especialmente aos clientes mais activos no *trading*, visando contribuir para a diminuição do risco de liquidez. Esta nova facilidade, suportada num *software* de *securities lending*, constituiu um factor adicional de diferenciação no mercado doméstico e teve reflexo imediato na conquista de importantes contas de instituições não residentes.

Em matéria de representação no exterior, foi dada continuidade ao programa de reestruturação e homogeneização da plataforma informática das sucursais no exterior. Em meados do ano, concretizou-se o encerramento da sucursal do Banco Português do Atlântico em Paris, no quadro do processo de integração da rede de agências do Atlântico em França no Banco Popular Comercial, conciliando, deste modo, a estratégia de internacionalização prosseguida pelo Grupo BCPAtlântico, com a manutenção de uma posição de relevo junto da comunidade portuguesa residente em França. Paralelamente, a presença do Grupo em Espanha foi reforçada, com a abertura de dois escritórios de representação do Banco Comercial Português, um em Madrid e outro em Barcelona.

Em 1999, a gestão da carteira internacional continuou a ser fortemente influenciada pelas consequências das crises financeiras ocorridas no ano anterior, nomeadamente, na América Latina e no sudeste asiático; pela redução das margens nas operações envolvendo sectores e países de menor risco, sobretudo, risco bancário e soberano; e pela redução da exposição em mercados geográficos, em antecipação a potenciais crises de liquidez e de turbulência nos mercados financeiros.

Neste quadro, as novas operações visaram as economias emergentes que beneficiaram de uma evolução favorável, por um lado, e as alternativas de menor risco na Europa e na América do Norte, por outro. Os financiamentos de transacções comerciais com risco bancário para maturidades até um ano concentraram-se, essencialmente, na Coreia, Argentina e Brasil. No final do ano, como resultado da presença activa nos principais mercados financeiros, a carteira de crédito internacional ascendeu a 1,5 biliões de dólares, concentrando-se na Europa e América do Norte (58%), na América Latina (21%), em África (12%) e na Ásia (6%).

Os empréstimos sindicados, nos mercados primário e secundário, a empresas submetidas a *rating* e originárias da zona da OCDE constituíram, também, uma prioridade de negócio, tendo sido privilegiados os sectores de infra-estruturas e da transformação, como o cimento, a energia e as telecomunicações. O peso relativo do crédito a empresas, incipiente no ano anterior, representava, no final de 1999, 20% da carteira, dividindo-se o remanescente entre banca (60%) e crédito soberano (20%).

O Banco Português do Atlântico realizou em Novembro, no *TagusPark*, no quadro das relações institucionais com as instituições congéneres, o 29.º seminário anual para banqueiros estrangeiros, subordinado ao tema «Um ano com o euro», uma iniciativa de reconhecimento prestígio e fórum de debate de temas de interesse nacional.

### Análise financeira

Em 1999, o Grupo BCPAtlântico realizou plenamente os objectivos de crescimento do negócio e dos níveis de rentabilidade esta-

belecidos, adoptando uma postura comercial caracterizada por uma multiplicidade de propostas diferenciadas e inovadoras que se traduziram no reforço da sua presença em várias vertentes do negócio financeiro. A aposta na diversificação da estrutura de proveitos — um dos vectores estratégicos fundacionais —, reflectiu-se no aumento dos níveis de desintermediação, tendo os investimentos efectuados na racionalização da estrutura de custos, através da centralização na ServiBanca das estruturas de retaguarda transversais ao Grupo, resultado em níveis acrescidos de eficiência e produtividade.

Os resultados líquidos consolidados cifraram-se em 86 285 milhares de contos (430 387 milhares de euros), evidenciando um crescimento de 59,2% em relação aos 54 205 milhares de contos apurados em 1998. A evolução dos principais indicadores de rentabilidade foi semelhante à evidenciada pelos resultados líquidos: a rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE) cifrou-se em 25% (21,7% em 1998), tendo a rentabilidade do activo médio (ROA) situado-se em 1,3% (1% em 1998). O montante apurado em 1999 incorpora os impactos de mais-valias na alienação de participações financeiras, resultantes da cessação do acordo de parceria com o Banco Santander Central Hispano, e do reforço excepcional de provisões para pensões de reforma para fazer face a benefícios facultativos atribuídos aos colaboradores e para encargos com reformas antecipadas. Excluindo estes impactos, e comparando com os resultados líquidos de 1998, deduzidos do ganho líquido com a dispersão em bolsa de uma parcela equivalente a 32,2% do capital social do Atlântico, os resultados líquidos subiram 29,4%, atingindo 54 136 milhares de contos.

Traduzindo o peso do Grupo BCPAtlântico no sistema financeiro nacional, o activo total atingiu 7 076 736 milhares de contos (35 298 611 milhares de euros), excedendo em 22% os 5 801 997 milhares de contos apurados no final de 1998. Os indicadores da actividade comercial evidenciaram também uma evolução expressiva, tendo os créditos sobre clientes atingido 4 758 607 milhares de contos (23 735 831 milhares de euros), mais 30,6% que os 3 643 083 milhares de contos registados no final de 1998. O contexto incentivador do recurso ao crédito não impediu que o Grupo mantivesse uma postura criteriosa na selecção dos riscos, reflectida na baixa incidência do crédito vencido. Os recursos totais de clientes — agregado que compreende débitos para com clientes, certificados de depósito, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização — totalizaram 6 530 712 milhares de contos (32 575 053 milhares de euros), registando um acréscimo de 7,5% face aos 6 076 914 milhares de contos atingidos em 31 de Dezembro de 1998, não obstante o impacto da envolvente, que continuou a favorecer o consumo em detrimento da poupança, e do efeito do fraco desempenho dos índices bolsistas nacionais na evolução dos fundos sob gestão.

A adequação permanente dos capitais próprios à evolução do negócio comercial contribuiu para o reforço da solidez da estrutura patrimonial, assegurando um crescimento saudável e sustentado. O agregado constituído pela situação líquida, passivos subordinados e acções preferenciais atingiu 698 126 milhares de contos (3 482 239 milhares de euros), mais 26% que os 553 936 milhares de contos registados no final de 1998; o *ratio* de solvabilidade, estimado em base consolidada de acordo com as normas do Banco de Portugal, cifrou-se em 10,1% (10,4% em 31 de Dezembro de 1998), tendo atingido 11% de acordo com os princípios BIS.

### Síntese financeira

(Em milhares de contos)

	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997
Demonstração dos resultados:				
Juros e proveitos equiparados .....	1 539 288	308 600	331 221	363 663
Juros e custos equiparados .....	783 735	157 125	191 057	236 052
Margem financeira .....	755 553	151 475	140 164	127 611
Provisões para riscos de crédito .....	150 532	30 179	29 495	26 085
Outros proveitos (a) .....	1 145 915	229 735	165 609	137 204
Outros custos (b) .....	1 152 740	231 104	193 057	165 950
Provisão para impostos sobre lucros .....	53 941	10 814	10 197	13 848
Interesses minoritários .....	113 868	22 828	18 819	22 797
Resultados líquidos .....	430 387	86 285	54 205	36 135

(Em milhares de contos)

	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997
<b>Balanço em 31 de Dezembro:</b>				
Activos geradores de juros .....	29 368 791	5 887 914	4 845 896	4 425 659
Activo total .....	35 298 611	7 076 736	5 801 997	5 438 037
Passivos geradores de juros .....	30 700 367	6 154 871	5 011 752	4 785 914
Passivo total .....	32 165 235	6 448 551	5 316 885	5 110 535
Sit. líquida, acções preferenc. e passivos subordinados	3 482 239	698 126	553 936	442 460
<b>Balanço médio:</b>				
Activos geradores de juros .....	27 318 188	5 476 805	4 736 392	4 303 641
Activo total .....	32 128 999	6 441 286	5 630 347	5 186 430
Passivos geradores de juros .....	27 885 336	5 590 508	4 953 622	4 548 999
Passivo total .....	29 278 898	5 869 892	5 217 398	4 795 949
Sit. líquida, acções preferenc. e passivos subordinados	3 178 689	637 270	513 910	476 381
Número médio de acções (c) .....		998 048 534	919 659 640	727 184 229
<b>Indicadores de rentabilidade:</b>				
ROA (percentagem) .....	—	1,3	1	0,7
ROE (percentagem) .....	—	25	21,7	17,7
Resultados líquidos por acção (euros/escudos) .....	0,43	86,5	58,9	49,7
<b>Indicadores de exploração:</b>				
Taxa de margem financeira (percentagem) .....	—	2,8	3	3
Outros proveitos/proveitos totais (percentagem) .....	—	47,9	45,6	46,1
Custos de transformação/proveitos totais (percentagem)	—	60,3	63,5	64,4
<b>Indicadores de solvabilidade:</b>				
Ratio de solvabilidade — Banco de Portugal (percentagem) .....	—	10,1	10,4	9,1
Ratio de solvabilidade — BIS:				
Tier one (percentagem) .....	—	8,5	9,2	6
Total (percentagem) .....	—	11	11,1	10
Situação líquida média/activo médio .....	—	5,4	6,1	4,1
<b>Indicadores de riscos de crédito:</b>				
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total (percentagem) .....	—	1	1,5	2,3
Crédito vencido total/crédito total (percentagem) .....	—	1,1	1,6	2,6
Total de provisões/crédito vencido a mais de 90 dias (percentagem) .....	—	202,3	157,9	129,7
Total de provisões/crédito vencido total (percentagem)	—	177,8	143,7	116,1

(a) Líquido de prejuízos em operações financeiras.

(b) Excluindo prejuízos em operações financeiras.

(c) Valores ajustados pelo efeito do *stock-split* ocorrido em Novembro de 1999.

### Análise da rentabilidade

Em 1999 o ritmo de crescimento da actividade económica registou uma diminuição face a 1998, motivado pelo abrandamento do investimento e, em menor grau, do consumo privado e das exportações.

A partir do 2.º semestre, a par de alguma aceleração da actividade económica, observou-se uma inversão da tendência de descida das taxas de juro que se mantinha há quatro anos, tendo a neutralização por via administrativa dos efeitos do aumento do preço do petróleo em Portugal contribuído para o estreitamento do diferencial entre a taxa de inflação portuguesa e a média da zona euro.

O crédito concedido pelas instituições financeiras a operar no território nacional voltou a registar uma subida assinalável — ainda que previsivelmente menos expressiva que a registada em 1998 —, destacando-se a evolução do crédito concedido a particulares (crédito à habitação e crédito ao consumo), tendo, em simultâneo, sido evidente uma melhoria dos níveis de sinistralidade do sistema bancário e da adequação global dos fundos próprios da generalidade dos operadores. Os indicadores de rentabilidade do sistema terão também registado uma evolução positiva, atribuível ao crescimento das comissões e ao aumento da margem financeira — decorrente do crescimento dos níveis de actividade —, ao incremento dos ganhos com *trading* e à obtenção de maiores níveis de eficiência operativa.

### Análise trimestral da rentabilidade

(Valores anualizados expressos em percentagem do activo total médio)

	1999				Total	1998 Total
	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre		
Margem financeira .....	2,35	2,41	2,34	2,34	2,35	2,49
Provisão para riscos de crédito .....	0,41	0,56	0,40	0,48	0,47	0,52
Margem financeira após provisão para riscos de crédito .....	1,95	1,85	1,94	1,86	1,88	1,97

(Valores anualizados expressos em percentagem do activo total médio)

	1999				1998	
	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre	Total	Total
<b>Outros proveitos:</b>						
Rendimentos de títulos .....	0,28	0,20	0,08	0,28	0,21	0,19
Comissões .....	1,14	1,08	1,15	1,19	1,13	1,19
Lucros em operações financeiras .....	0,32	0,08	0,44	0,83	0,41	0,40
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras .....	—	4,65	—	0,24	1,22	0,64
Outros proveitos de exploração .....	0,41	0,68	0,56	0,71	0,59	0,52
<i>Total de outros proveitos .....</i>	<u>2,15</u>	<u>6,70</u>	<u>2,22</u>	<u>3,25</u>	<u>3,56</u>	<u>2,94</u>
<b>Outros custos:</b>						
Custos com o pessoal .....	1,30	1,36	1,43	1,51	1,41	1,44
Outros gastos administrativos .....	0,97	0,88	0,91	0,91	0,92	1
Amortizações do exercício .....	0,45	0,40	0,36	0,40	0,40	0,46
Outros custos (a) .....	0,08	1,97	0,12	1,31	0,87	0,53
<i>Total de outros custos .....</i>	<u>2,80</u>	<u>4,61</u>	<u>2,82</u>	<u>4,13</u>	<u>3,60</u>	<u>3,43</u>
Lucro antes de impostos .....	1,30	3,93	1,35	0,99	1,84	1,48
Provisão para impostos sobre lucros .....	0,16	0,20	0,16	0,12	0,17	0,18
Lucro depois de impostos .....	1,14	3,73	1,19	0,87	1,67	1,30
Interesses minoritários .....	0,32	0,32	0,40	0,36	0,35	0,33
Lucro líquido atribuível ao Banco (ROA) .....	0,81	3,41	0,79	0,52	1,32	0,97

(a) Encargos com comissões, outras provisões e outros custos de exploração.

### Resultados líquidos

Os resultados líquidos consolidados atingiram 86 285 milhares de contos em 1999, mais 59,2% que os 54 205 milhares de contos apurados no ano anterior. A actividade comercial registou um elevado ritmo de expansão, reflectindo-se na subida da margem financeira — decorrente do significativo aumento do volume de crédito concedido — e, principalmente, das comissões, destacando-se o crescimento dos proveitos com cartões e relacionados com a actividade de gestão de activos. Importa também destacar o impacto positivo da racionalização operativa proporcionada pela integração de unidades operativas numa plataforma comum, que contribuiu para a evolução controlada dos custos de transformação e para a melhoria dos níveis de eficiência e de produtividade. A racionalização operativa amorteceu o impacto decorrente do acréscimo dos níveis de actividade, do esforço de investimento associado ao alargamento da cobertura geográfica das redes de distribuição do Grupo e ao lançamento de novos projectos, bem como dos gastos relacionados com a transição para o ano 2000 e com a promoção da proposta de valor do Grupo.

A decomposição da rentabilidade do activo médio, que aumentou de 1% em 1998 para 1,3% em 1999, evidencia um crescimento dos outros proveitos, cuja proporção no activo médio se cifrou em 3,6% em 1999 (2,9% em 1998), essencialmente como resultado do impacto da alienação da participação no Banco Santander Central Hispano. Importa também referir o controlo da estrutura de custos reflectida na menor incidência dos custos de transformação (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício), cujo peso no activo médio registou uma diminuição, cifrando-se em 2,7% (2,9% em 1998).

A rentabilidade consolidada foi influenciada positivamente pelo comportamento das subsidiárias que, actuando como «fábricas» em esferas específicas da gama de produtos e serviços financeiros que constitui a oferta global do Grupo, registaram desempenhos muito positivos em 1999, proporcionando ao Grupo a liderança de mercado em vários sectores do negócio financeiro.

Os resultados líquidos consolidados do Atlântico cresceram 24,8% em 1999, cifrando-se em 27 660 milhares de contos (22 166 milhares de contos em 1998). O Atlântico beneficiou do aumento da margem financeira, e do crescimento expressivo dos rendimentos de títulos, das comissões líquidas e dos lucros líquidos em operações financeiras. O aumento da margem financeira foi principalmente atribuível à expansão acentuada do crédito, tendo a evolução dos rendimentos de títulos reflectido o desempenho positivo das empresas associadas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial e uma maior apropriação de resultados decorrente do aumento na

participação em diversas *holdings* financeiras especializadas, o crescimento das comissões líquidas resultou do acréscimo de actividade e do aprofundamento da estratégia de *cross-selling*, merecendo também destaque o aumento dos lucros em operações financeiras, justificado pela evolução dos mercados accionistas no 4.º trimestre de 1999 e pelos proveitos das operações de cobertura do *mismatch* das redes comerciais. Com impacto desfavorável nos resultados do Atlântico, registou-se as maiores dotações para provisões para riscos de crédito — excepcionalmente influenciada pela renegociação pontual de um crédito e também pelo efeito do crescimento do crédito concedido —, bem como o aumento dos custos de transformação, acompanhando a expansão das redes de lojas e o incremento do volume de negócios.

O BCPA — Banco de Investimento (anteriormente Banco CISF) atingiu um resultado líquido de 4097 milhares de contos em 1999, mais que duplicando os 2015 milhares de contos alcançados em 1998. Esta evolução ficou essencialmente a dever-se ao aumento significativo do contributo das operações de originação e intermediação de valores mobiliários, bem como a uma estrutura de custos mais eficiente. O desenvolvimento da actividade do BCPA — Banco de Investimento, ao longo de 1999 permitiu a consolidação do negócio associado à prestação de serviços de banca de investimento, mercado de capitais e serviços financeiros, tendo a transferência progressiva da actividade creditícia para o BCP reflectido-se na descida dos créditos sobre clientes.

Relativamente ao BII, o aumento sustentado da margem financeira — em resultado do crescimento da carteira de crédito, que mais que compensou o efeito da diminuição da taxa de intermediação financeira —, e as menores necessidades de provisionamento foram mais que suficientes para compensar o incremento dos custos de transformação, justificado pelo aumento da actividade e pelo reforço do quadro de colaboradores, tendo os resultados líquidos ascendido a 7554 milhares de contos em 1999, comparando com 5538 milhares de contos em 1998 (+36,4%).

Os resultados líquidos do CrédiBanco em 1999 cifraram-se em 812 milhares de contos, um aumento em relação aos 127 milhares de contos apurados em 1998, essencialmente explicado pelo crescimento da carteira de crédito — que proporcionou um acréscimo da margem financeira — e também pelo maior valor de recuperações de crédito. Este desempenho foi parcialmente contrariado por um maior nível de provisionamento do crédito vencido e pela subida dos custos de transformação, associada ao incremento do volume de negócios, e consubstanciada no aumento do número médio de colaboradores e no crescimento dos custos relacionados com o recurso a *outsourcing*.

## Evolução dos resultados líquidos das empresas do Grupo

	1999	1999	1998	Variação (percentagem)
	Milhares de euros	Milhares de contos		
Atlântico .....	137 965	27 660	22 166	24,8
BCPA – Banco de Investimento .....	20 436	4 097	2 015	103,3
Banco de Investimento Imobiliário .....	37 679	7 554	5 538	36,4
CrédiBanco .....	4 050	812	127	538,8
Expresso Atlântico .....	(9 202)	(1 845)	(1 978)	—
Seguros e Pensões .....	31 871	6 389	6 228	2,6
AF Investimentos .....	24 632	4 938	4 373	12,9
Leasefactor .....	10 549	2 115	3 019	—29,9
Banco Comercial de Macau .....	8 404	1 685	1 780	— 5,3
Banco Internacional de Moçambique .....	3 164	634	559	13,4
Banco Popular Comercial .....	262	53	392	—86,6

O Expresso Atlântico, apurou um resultado negativo de 1845 milhares de contos, em 1999, apresentando uma melhoria em relação ao prejuízo de 1978 milhares de contos, apurado em 1998. Esta evolução foi justificada pelo comportamento muito positivo dos proveitos — atribuível ao alargamento da base de clientes, que contribuiu para a expansão do volume de negócios, em especial do crédito à habitação —, permitindo compensar o aumento dos custos de transformação associado ao esforço de investimento na concretização do programa de alargamento da rede de distribuição e ao reforço do quadro de pessoal.

A intensificação do *cross-selling* reflectiu-se no crescimento sustentado das vendas da generalidade das empresas subsidiárias não bancárias. O impacto do incremento da produção da Seguros e Pensões — que se traduziu na consolidação da liderança do sector segurador — foi em parte contrariado pela redução dos rendimentos financeiros associados às reservas técnicas, pelo agravamento da taxa de sinistralidade nos ramos automóvel e acidentes de trabalho e pelo lançamento de novos projectos — destacando-se a Médicis e a Seguro Directo —, resultando num crescimento de 2,6% dos resultados líquidos, de 6228 milhares de contos, em 1998, para 6389 milhares de contos, em 1999.

Os resultados líquidos da AF Investimentos, passaram de 4373 milhares de contos, em 1998, para 4938 milhares de contos, em 1999, beneficiando do crescimento do volume de activos sob gestão que, apesar da evolução menos favorável do mercado de capitais nacional, registaram um crescimento assinalável como resultado do lançamento de fundos inovadores de maior nível de risco, proporcionando um aumento das comissões e anulando o efeito negativo decorrente do aumento dos custos com pessoal e dos gastos em publicidade e com *outsourcing*.

Em relação à Leasefactor, o desempenho positivo das variáveis de negócio — que proporcionaram a liderança destacada dos negócios do *leasing* e do *factoring* em Portugal —, o crescimento da margem financeira — decorrente da evolução expressiva da carteira de crédito, que permitiu compensar os efeitos de deterioração da margem unitária —, o maior volume de recuperações de créditos e a racionalização dos custos de transformação, foram insuficientes para compensar as necessidades pontuais de provisionamento no negócio do *factoring*, impedindo uma evolução favorável dos resultados líquidos, que se situaram em 2115 milhares de contos (3019 milhares de contos em 1998).

Os bancos que operam em mercados estrangeiros apresentaram evoluções diferenciadas. O Banco Comercial de Macau apurou resultados líquidos de 1685 milhares de contos em 1999, ligeiramente inferiores aos 1780 milhares de contos, registados em 1998. Este comportamento é essencialmente atribuível ao incremento dos custos de transformação decorrente dos investimentos efectuados no âmbito do plano de modernização das instalações e dos sistemas de informação. O volume de negócios do Banco Internacional de Moçambique apresentou uma expansão pronunciada, tendo os resultados líquidos atingido 634 milhares de contos, mais 13,4% que os 559 milhares de contos, apurados em 1998; os aumentos da margem financeira e das comissões permitiram mais que compensar o acréscimo dos custos de transformação relacionados com a expansão da actividade e com o alargamento da rede de sucursais. Em relação ao Banco Popular Comercial, o impacto na margem financeira da evolução favorável da taxa de conversão dos depósitos em crédito, foi mais que compensado pelo crescimento dos custos de transforma-

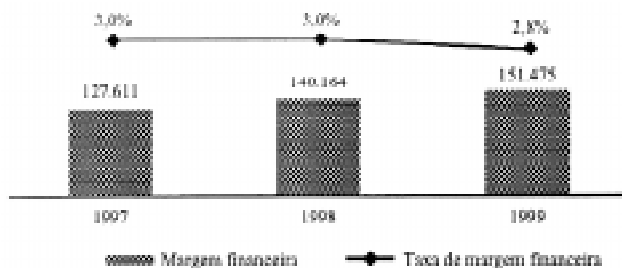
ção associados à reestruturação da rede comercial, em resultado da integração da rede de sucursais do Atlântico em França no Banco Popular Comercial. Este facto originou uma descida dos resultados líquidos do BPC, que se cifraram em 53 milhares de contos em 1999 (392 milhares de contos em 1998).

## Margem financeira

A manutenção de taxas de juro em níveis historicamente baixos — não obstante a inversão da tendência de descida observada nos últimos quatro anos — e a intensidade concorrencial que se continuou a fazer sentir no sistema financeiro enfatizaram a relevância estratégica da massa crítica e dos ganhos de quota de mercado como forma de contrariar, via crescimento do volume de negócios, o impacto da prevalência de margens unitárias reduzidas.

A margem financeira situou-se em 151 475 milhares de contos em 1999, excedendo em 8,1 % os 140 164 milhares de contos, contabilizados em 1998. Esta evolução foi motivada pelo crescimento do volume de negócios — o volume médio de activos geradores de juros cifrou-se em 5 476 805 milhares de contos, mais 15,6% que no final de 1998 —, reflectido num efeito volume favorável de 27 214 milhares de contos. A manutenção da tendência de compressão das margens de intermediação unitárias — consubstanciada na redução da margem de intermediação financeira de 3% em 1998 para 2,8% em 1999 — proporcionou um efeito taxa desfavorável de 12 509 milhares de contos.

## Margem financeira



O crescimento do montante médio dos activos geradores de juros foi atribuível ao desempenho muito favorável do crédito concedido, que gerou um efeito volume favorável de 80 829 milhares de contos, em parte contrariado por um efeito taxa desfavorável de 51 294 milhares de contos. Em relação ao passivo, os débitos para com clientes, afectados pela manutenção da tendência de canalização de uma parcela significativa das poupanças dos particulares para aplicações financeiras alternativas (em particular fundos de investimentos e aplicações nos mercados de capitais) e para o consumo, registaram uma evolução descendente, proporcionando um efeito volume favorável de 5329 milhares de contos. A descida dos volumes médios de débitos para com clientes foi mais pronunciada na componente a prazo, já que os recursos à ordem beneficiaram da redução do custo de oportunidade associado à detenção de liquidez decorrente da baixa remuneração da generalidade das aplicações financeiras a prazo, dada a manutenção das taxas de juros em níveis reduzidos.

## Decomposição dos factores determinantes da variação da margem financeira

(Em milhares de contos)

	1999			Variação líquida
	Efeito volume	Efeito de taxa	Efeito residual	
<b>Activos geradores de juros:</b>				
Disponibilidades sobre instituições de crédito:				
Sobre o Banco de Portugal .....	2 346	(2 705)	(828)	(1 187)
Sobre outras instituições de crédito .....	(19 943)	(3 194)	1 064	(22 073)
Crédito líquido sobre clientes .....	80 829	(51 294)	(18 125)	11 410
Títulos de negociação .....	(430)	(432)	153	(709)
Títulos de investimento .....	(4 158)	(6 734)	830	(10 062)
<i>Total de activos geradores de juros</i> .....	<u>51 778</u>	<u>(64 341)</u>	<u>(10 058)</u>	<u>(22 621)</u>
<b>Passivos geradores de juros:</b>				
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista .....	107	(168)	(19)	(80)
A prazo .....	24 191	(23 242)	(6 744)	(5 795)
Débitos para com clientes:				
À vista .....	1 930	(5 864)	(821)	(4 755)
A prazo .....	(7 259)	(17 905)	1 814	(23 350)
Débitos representados por títulos .....	12 680	(4 961)	(4 901)	2 818
Passivos subordinados .....	29	(2 789)	(10)	(2 770)
<i>Total de passivos geradores de juros</i> .....	<u>24 564</u>	<u>(51 832)</u>	<u>(6 664)</u>	<u>(33 932)</u>
Margem financeira .....	27 214	(12 509)	(3 394)	11 311

## Provisões para riscos de crédito

Num contexto caracterizado pela continuação do crescimento da procura de crédito, principalmente por parte dos particulares, estimulado pelas baixas taxas de juro — que, por um lado, incentivaram o recurso ao crédito e, por outro, desincentivaram a poupança —, o Grupo não abdicou de um postura muito prudente de análise de riscos e de provisionamento subordinado a critérios económicos, tendo em vista quer a manutenção de baixos níveis de sinistralidade, quer a obtenção de níveis de cobertura confortáveis.

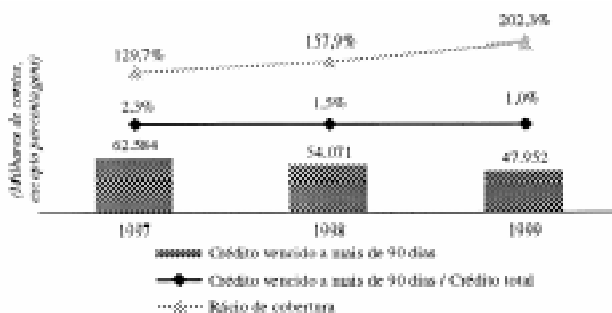
A dotação para provisões para riscos de crédito (clientes e instituições de crédito) cifrou-se em 30 179 milhares de contos em 1999, registando um acréscimo de 2,3% face aos 29 495 milhares de contos apurados em 1998.

Importa referir o impacto da significativa expansão do crédito — o crédito concedido a clientes, antes de deduzidas as provisões, subiu 1 112 030 milhares de contos — assim como do envelhecimento do crédito vencido transitado do ano anterior, não obstante a evolução favorável do crédito vencido de clientes, que desceu de 59 443 milhares de contos em 1998 para 54 562 milhares de contos em 1999 (menos 4881 milhares de contos) tendo a sua incidência no crédito total diminuído para 1,1% em 1999 (1,6% em 1998).

A evolução do crédito vencido beneficiou do efeito do abate contabilístico de créditos vencidos totalmente provisionados (*write-offs*): expurgando o impacto dos *write-offs* o crédito vencido de clientes evidenciou uma subida de 25 246 milhares de contos.

Em 31 de Dezembro de 1999, o saldo de provisões para riscos de crédito (clientes e instituições de crédito) atingiu 109 104 milhares de contos, registando uma subida de 13,4% em relação aos 96 243 milhares de contos, apurados no final de 1998, e contribuindo para o aumento da cobertura do crédito vencido por provisões de 143,7% em 1998 para 177,8% em 1999.

## Qualidade do crédito



## Outros proveitos

O Grupo BCP elegeu desde a sua fundação a obtenção de uma estrutura de proveitos diversificada como um dos seus pilares estratégicos fundamentais. Esta aposta tem vindo a intensificar-se — com a desintermediação a representar actualmente grande parte dos proveitos do Grupo —, permitindo anular os impactos na conta de exploração decorrentes da descida das taxas de intermediação e da intensificação da concorrência.

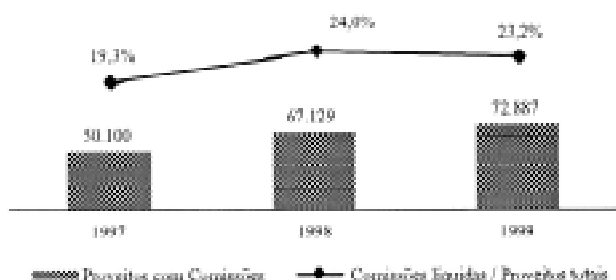
Os outros proveitos — um agregado que compreende rendimentos de títulos, proveitos com comissões, resultados em operações financeiras (lucros menos prejuízos), ganhos relativos à alienação de participações financeiras e outros proveitos de exploração — apresentaram uma evolução muito positiva. Em resultado desta evolução, os indicadores de desintermediação continuaram a melhorar, tendo os outros proveitos líquidos (outros proveitos como relevados nas demonstrações financeiras, deduzidos de ganhos relativos à alienação de participações financeiras, encargos com comissões, prejuízos em operações financeiras e outros custos de exploração) representado

47,9% dos proveitos totais (outros proveitos líquidos e margem financeira), comparando com 45,6% em 1998.

Os rendimentos de títulos — rubrica que regista os rendimentos de títulos da carteira de investimento e a apropriação dos lucros das empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial — cresceram 31,6%, cifrando-se em 13 830 milhares de contos em 1999 (10 512 milhares de contos em 1998). Para o crescimento desta rubrica contribuiu a consolidação, pela primeira vez, dos lucros associados à participação detida no Big Bank Gdanski e também o incremento da rentabilidade de várias empresas associadas, que compensaram o impacto do fim da apropriação dos resultados do BSCH.

As comissões contabilizadas em 1999 subiram 8,6%, totalizando 72 887 milhares de contos em 1999 (67 129 milhares de contos em 1998), influenciadas pelo bom desempenho dos proveitos relacionados com o negócio de cartões de pagamento e o crescimento das comissões geradas pela subscrição, gestão e resgate de fundos de investimento e associadas aos montantes sob gestão personalizada que, no seu conjunto, originaram um aumento de 12,7% das comissões relacionadas com serviços bancários prestados (de 40 737 milhares de contos em 1998 para 45 907 milhares de contos em 1999).

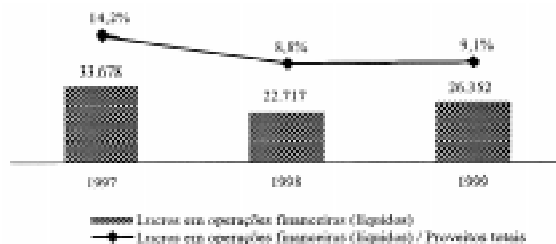
### Comissões



O desempenho dos resultados em operações financeiras (crescimento de 16%, de 22 717 milhares de contos em 1998 para 26 352 milhares de contos em 1999) está relacionado com a subida dos resultados em operações com derivados, justificado pelos proveitos obtidos em operações de cobertura dos riscos do balanço do Grupo. Este desempenho permitiu compensar o efeito conjunto da descida, já previsível dos resultados em operações cambiais — dada

a redução dos proveitos provenientes de transacções em moedas pertencentes à zona euro — e em operações com títulos, afectados pelo momento menos favorável verificado nos mercados de capitais domésticos durante grande parte do ano.

### Lucros em operações financeiras (líquidos)



O montante registado em ganhos na alienação em participações financeiras (78 709 milhares de contos) está relacionado com as transacções decorrentes da cessação do acordo de parceria estratégica com o Banco Santander Central Hispano: na sequência da alienação da participação de 2,7% detida pelo BCP no capital daquela instituição, foi contabilizada uma mais-valia bruta de 74 894 milhares de contos em Maio de 1999; subsequentemente, a alienação da participação de 50% no Banco Banif – Banqueros Personales ao BSCH originou a contabilização de uma mais-valia bruta de 3815 milhares de contos em Dezembro de 1999. Em conjunto, estas mais-valias, líquidas de provisões, tiveram um impacto positivo nos resultados consolidados de 48 236 milhares de contos. Recorde-se que o montante de 35 850 milhares de contos de ganhos na alienação de participações financeiras relativo ao ano anterior correspondeu à mais-valia bruta obtida na dispersão bolsista de uma parcela equivalente a 32,2% do capital social do Banco Português do Atlântico, ocorrida no mês de Julho de 1998.

Reflectindo o efeito da estratégia do Grupo no sentido da diversificação das fontes de proveitos, o agregado de outros proveitos de exploração atingiu 37 957 milhares de contos, registando um desempenho positivo entre 1998 e 1999, associado aos ganhos relacionados com a venda de cheques, aluguer de cofres, avaliações e rendimentos de imóveis em locação financeira, que permitiram anular o efeito da diminuição da rubrica de recuperação de créditos.

### Outros proveitos

(Em milhares de contos)

	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997
Rendimentos de títulos .....	68 983	13 830	10 512	9 826
Comissões:				
Por garantias prestadas .....	32 319	6 479	5 859	6 049
Por compromissos perante terceiros .....	7 026	1 409	200	613
Por serviços bancários prestados .....	228 981	45 907	40 737	32 053
Por operações realizadas com títulos .....	59 678	11 964	14 839	8 400
Outras comissões .....	35 555	7 128	5 494	2 985
Subtotal .....	363 559	72 887	67 129	50 100
Lucros em operações financeiras (líquidos):				
Operações cambiais .....	30 991	6 213	9 684	13 296
Operações com títulos .....	56 878	11 403	14 529	18 390
Outras operações financeiras .....	43 575	8 736	(1 496)	1 992
Subtotal .....	131 444	26 352	22 717	33 678
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras .....	392 601	78 709	35 850	14 541
Outros proveitos de exploração:				
Prestação de serviços .....	35 533	7 124	5 946	3 844
Recuperação de créditos .....	35 934	7 204	7 442	6 553
Reembolso de despesas .....	20 657	4 141	5 233	5 906
Proveitos de locação financeira .....	1 633	328	295	618
Outros .....	95 571	19 160	10 485	12 138
Subtotal .....	189 328	37 957	29 401	29 059
Total .....	1 145 915	229 735	165 609	137 204

## Outros custos

Os custos operativos mantiveram uma evolução controlada, a um ritmo inferior ao registado pela actividade comercial e em conformidade com o objectivo estratégico de redução do seu peso na estrutura de proveitos. A racionalidade da opção por um modelo organizativo baseado na integração de estruturas de apoio e de unidades transversais ao Grupo numa plataforma comum (ServiBanca) continuou a ser demonstrada pela manutenção da tendência de melhoria da eficiência operativa.

Os outros custos — agregado constituído por custos com pessoal, outros gastos administrativos, amortizações do exercício, encargos com comissões, dotações para outras provisões e outros custos de exploração — cifraram-se em 231 104 milhares de contos em 1999, evidenciando uma subida de 19,7% face aos 193 057 milhares de contos, apurados em 1998. Para além do impacto da subida dos custos directamente ligados à actividade comercial — que foi largamente compensada pelo crescimento das principais variáveis de negócio —, a variação deste agregado foi ainda influenciada pela constituição de provisões relacionadas com a alienação das participações no Banco Santander Central Hispano e no Banco Banif — Banqueros Personales, bem como pelo reforço excepcional de provisões para pensões de reforma para fazer face a benefícios facultativos atribuídos aos colaboradores e para encargos com reformas antecipadas.

Reflectindo a melhoria dos níveis de eficiência operativa do Grupo, os custos de transformação (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício) reduziram a sua incidência nos proveitos totais (margem financeira e outros proveitos conforme evidenciados nas demonstrações financeiras, deduzidos de ganhos relativos à alienação de participações financeiras, de encargos com comissões, de prejuízos em operações financeiras e de outros custos de exploração) de 63,5% em 1998 para 60,3% em 1999.

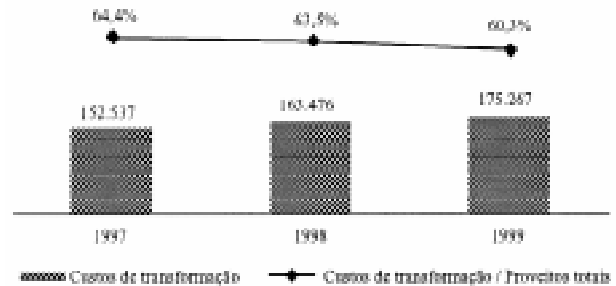
A evolução dos custos com pessoal, que se situaram em 90 659 milhares de contos (mais 11,5% que os 81 302 milhares de contos registados em 1998), foi influenciada pelo crescimento de 5,9% do número médio de colaboradores, que evoluiu de 9954, em 1998, para 10 544, em 1999, como reflexo da expansão da actividade comercial, do lançamento de novos projectos e do alargamento da cobertura geográfica da rede de sucursais, que passou de um total de 826 no final de 1998 para 915 em 31 de Dezembro de 1999. Para o comportamento desta rubrica contribuíram também os reforços das dotações para o fundo de pensões, que registaram um crescimento de 27,7% entre 1998 e 1999.

Os outros gastos administrativos apresentaram um crescimento moderado, apesar do impacto decorrente da preparação da estrutura operativa para a transição para o ano 2000, do esforço de promoção da oferta do Grupo e dos custos associados ao lançamento de novas iniciativas na esfera financeira.

Esta rubrica evoluiu de 56 482 milhares de contos em 1998 para 59 020 milhares de contos em 1999, registando um acréscimo de 4,5%. Para esta evolução contribuíram os aumentos das rubricas relacionadas com publicidade, SIBS — relacionado com o maior volume de transacções em ATMs — e *outsourcing*, parcialmente compensados com as diminuições das rubricas de rendas e conservação e reparação de imóveis.

As amortizações do exercício totalizaram 25 588 milhares de contos em 1999, mantendo-se sensivelmente ao mesmo nível do registado em 1998 (25 693 milhares de contos). O alargamento da cobertura geográfica da rede de sucursais do Grupo e a centralização de grande parte dos serviços de apoio no TagusPark, cujo impacto se reflectiu na subida das amortizações de imóveis, foi compensado pelo menor nível de amortizações de equipamento, relacionado, em parte, com o facto de o seu período de amortização ter sido concluído em 1998 e 1999.

## Custos de transformação



A constituição de provisões relacionadas com a alienação da participação detida no Banco Santander Central Hispano e no Banco Banif — Banqueros Personales, bem como o reforço excepcional de provisões para pensões de reforma para fazer face a benefícios facultativos atribuídos aos colaboradores e para encargos com reformas antecipadas justificaram a evolução das outras provisões, que se situaram em 44 111 milhares de contos em 1999 (17 175 milhares de contos em 1998).

## Impostos sobre lucros

A dotação para impostos sobre lucros é calculada pelas empresas do Grupo numa base individual, tendo totalizado 10 814 milhares de contos em 1999 (10 197 milhares de contos em 1998). O comportamento desta rubrica conduziu a um desagravamento fiscal em termos consolidados, tendo a taxa de tributação efectiva do Grupo descido de 12,3% em 1998 para 9% em 1999. A melhoria da eficiência fiscal foi atribuível ao aproveitamento dos benefícios fiscais previstos na legislação em vigor, do reporte de prejuízos fiscais incorridos por algumas empresas do Grupo em exercícios anteriores e do efeito das actividades desenvolvidas em zonas francas.

## Interesses minoritários

A evolução desta rubrica, de 18 819 milhares de contos em 1998 para 22 828 milhares de contos em 1999, resultou da melhoria da rentabilidade da generalidade das empresas subsidiárias não detidas na totalidade pelo Grupo e da emissão, pela BCP Finance Company (uma subsidiária totalmente detida pelo BCP), de acções preferenciais não cumulativas, sem direito de voto e sem prazo determinado, no montante de 400 milhões de euros em Junho de 1999.

## Outros custos

(Em milhares de contos)

	1999 (milhares de euros)	1998	1997
<b>Custos com o pessoal:</b>			
Remunerações e encargos sociais .....	419 046	84 011	72 321
Pensões de reforma .....	33 160	6 648	4 844
<i>Subtotal</i> .....	452 206	90 659	77 165
<b>Outros gastos administrativos .....</b>			
Amortizações do exercício .....	127 631	25 588	23 131
Comissões .....	26 497	5 312	4 429
Outras provisões .....	220 023	44 111	(54)
Outros custos de exploração .....	31 992	6 414	9 039
<i>Total</i> .....	1 152 740	231 104	165 950

### Análise da estrutura patrimonial

O sucesso na implementação de uma estrutura organizativa baseada no conceito de fábricas de produtos e serviços financeiros, colocados no mercado através de redes de distribuição inovadoras e eficazes, recorrendo a uma multiplicidade de canais (sucursais, ATMs, telefone, Internet, concessionários e mediadores), traduziu-se no reforço do protagonismo do Grupo BCPAtlântico no sector financeiro nacional e, conseqüentemente, no crescimento da generalidade dos indicadores patrimoniais. A manutenção da postura prudente que tem caracterizado o Grupo desde a sua fundação permitiu, em paralelo, o reforço da solidez e a evolução favorável dos principais indicadores de qualidade da estrutura patrimonial.

O activo do Grupo BCPAtlântico atingiu 7 076 736 milhares de contos no final de 1999, evidenciando um crescimento de 22% em relação aos 5 801 997 milhares de contos apurados no final de 1998. Relativamente aos principais indicadores da actividade comercial, destaca-se o crédito sobre clientes, que registou um crescimento de 30,6%, cifrando-se em 4 758 607 milhares de contos em 31 de Dezembro de 1999 (3 643 083 milhares de contos no final de 1998); os recursos totais de clientes (débitos para com clientes, certificados de depósito, seguros de capitalização e patrimónios sob gestão) situaram-se em 6 530 712 milhares de contos no final de 1999, mais 7,5% que os 6 076 914 milhares de contos apurados em 31 de Dezembro de 1998, tendo a sua evolução sido afectada pela envolvente macroeconómica — que foi mais favorável ao consumo que à pou-

pança — e pelo efeito do fraco desempenho dos indicadores bolsistas nacionais, que, por um lado, limitou a valorização dos activos sob gestão e, por outro, teve um efeito dissuasor em investidores potenciais.

A adequação permanente da estrutura patrimonial à evolução do negócio e a abordagem criteriosa dos riscos inerentes à actividade bancária reflectiram-se no reforço da solidez patrimonial. O agregado constituído pela situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados atingiu 698 126 milhares de contos no final de 1999, registando um acréscimo de 26% face aos 553 936 milhares de contos, apurados no final de 1998, tendo o *ratio* de solvabilidade, calculado em base consolidada de acordo com as regras do Banco de Portugal, passado de 10,4% no final de 1998 para 10,1% no final de 1999 (11% de acordo com os princípios BIS).

### Recursos de clientes

A par da manutenção da tendência de canalização de poupanças dos particulares para instrumentos financeiros alternativos, nomeadamente fundos de investimento e investimentos directos nos mercados de capitais — dados os níveis de remuneração historicamente reduzidos das aplicações bancárias tradicionais —, assistiu-se novamente a uma redução da taxa de poupança, motivada não só pelas baixas taxas de juro, como também pela menor atractividade das aplicações alternativas resultante do desempenho desfavorável dos índices bolsistas nacionais ao longo de grande parte do ano.

#### Activo total

(Em milhares de contos)

	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997
Disponibilidades monetárias e sobre instituições de crédito	3 754 651	752 740	769 801	1 256 645
Créditos sobre clientes .....	23 735 831	4 758 607	3 643 083	2 686 154
Títulos e participações financeiras .....	4 344 805	871 055	791 513	900 746
Imobilizações .....	1 325 541	265 747	290 486	263 556
Outros activos e contas de regularização .....	2 137 783	428 587	307 114	330 936
<i>Total</i> .....	35 298 611	7 076 736	5 801 997	5 438 037

#### Recursos totais de clientes

(Em milhares de contos)

	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997
<b>Recursos de clientes de balanço:</b>				
Débitos à vista .....	7 224 207	1 448 324	1 248 142	1 163 706
Débitos a prazo e certificados de depósito .....	8 314 556	1 666 919	1 715 664	1 944 238
<i>Subtotal</i> .....	15 538 763	3 115 243	2 963 806	3 107 944
Patrimónios sob gestão .....	14 115 407	2 829 885	2 676 075	2 253 237
Seguros de capitalização .....	2 920 883	585 584	437 033	318 656
<i>Total</i> .....	32 575 053	6 530 712	6 076 914	5 679 837

A subida dos recursos totais de clientes, de 6 076 914 milhares de contos no final de 1998, para 6 530 712 milhares de contos em 31 de Dezembro de 1999 (mais 7,5%) foi atribuível ao crescimento da componente registada fora do balanço, nomeadamente dos seguros de capitalização, que registaram um crescimento de 34%, passando de 437 033 milhares de contos no final de 1998 para 585 584 milhares de contos no final de 1999.

Os patrimónios sob gestão, influenciados pelo impacto da fraca evolução dos índices bolsistas nacionais na valorização dos activos geridos e nas intenções de investimento, evidenciaram um aumento menos acentuado, cifrando-se em 2 829 885 milhares de contos no final de 1999, mais 5,7% que os 2 676 075 milhares de contos apurados no final de 1998. O aumento dos recursos de clientes registados no balanço, que se situou em 5,1% em 1999, foi influenciado pelo crescimento dos débitos para com clientes à vista (16%), que permitiu anular o efeito da diminuição verificada pelos débitos para com clientes a prazo e certificados de depósito (2,8%), devido, em parte, ao facto de o custo de oportunidade da manutenção de poupanças à vista ter vindo a reduzir-se, dada a baixa remuneração das aplicações a prazo.

### Créditos sobre clientes

O nível reduzido das taxas de juro nos mercados interbancários e a competitividade intensa que se continuou a fazer sentir no sistema financeiro nacional proporcionaram condições muito favoráveis de recurso ao crédito por parte dos particulares — que também foram confrontados com um forte estímulo ao consumo originado pelos baixos níveis de remuneração da generalidade dos instrumentos de aplicação de poupanças — e das empresas não financeiras.

Os créditos sobre clientes atingiram 4 758 607 milhares de contos no final de 1999, comparando com 3 643 083 milhares de contos em 31 de Dezembro de 1998 (+30,6%).

Importa realçar que, não obstante o enquadramento económico-financeiro se ter revelado muito favorável à actividade creditícia, o Grupo manteve uma postura muito criteriosa na assunção de riscos, conforme evidenciado na baixa sinistralidade da carteira de crédito e na sua elevada cobertura por provisões.



## Crédito por sector de actividade e prazos de maturidade em 31 de Dezembro

(Em milhares de contos)

	1999					1998 — Crédito total
	Crédito vivo					
	Crédito vencido	Até um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Crédito total	
<b>Particulares:</b>						
Crédito hipotecário .....	5 732	18 269	45 668	1 104 543	1 174 212	918 831
Crédito ao consumo .....	10 755	208 456	233 766	54 887	507 864	354 107
<b>Empresas:</b>						
Serviços .....	5 687	543 770	61 170	66 030	676 657	611 545
Comércio .....	11 417	478 438	63 521	44 110	597 486	474 365
Outros .....	20 971	1 413 520	263 035	146 272	1 843 798	1 329 140
	<u>54 562</u>	<u>2 662 453</u>	<u>667 160</u>	<u>1 415 842</u>	<u>4 800 017</u>	<u>3 687 988</u>
Provisão específica .....					(41 410)	(44 905)
<i>Total</i> .....					4 758 607	3 643 083

## Cobertura do crédito vencido por sector de actividade em 31 de Dezembro

(Em milhares de contos)

	1999				1998			
	Crédito vencido	Provisões para riscos de crédito	Crédito venc./créd. total (percentagem)	Grau de cobertura (percentagem)	Crédito vencido	Provisões para riscos de crédito	Crédito venc./créd. total (percentagem)	Grau de cobertura (percentagem)
<b>Particulares:</b>								
Crédito hipotecário ....	5 732	16 659	0,5	290,6	5 780	13 043	0,6	225,6
Crédito ao consumo ....	10 755	10 510	2,1	97,7	15 449	11 307	4,4	73,2
<b>Empresas:</b>								
Serviços .....	5 687	16 326	0,8	287,1	5 648	13 111	0,9	232,1
Comércio .....	11 417	12 266	1,9	107,4	10 148	9 913	2,1	97,7
Outros .....	20 971	41 255	1,1	196,7	22 418	38 030	1,7	169,6
<i>Total</i> .....	54 562	97 016	1,1	177,8	59 443	85 404	1,6	143,7

Reflectindo a elevada qualidade da carteira de crédito, o crédito colateralizado por garantias (reais e outras) assumiu uma proporção significativa do crédito total antes de provisões no final de 1999: 60,8%, comparando com 59,1% no final de 1998. Este peso expressivo foi essencialmente atribuível ao peso crescente do crédito hipotecário, traduzido também na importância do crédito a médio e a longo prazos, que representou 47,7% do total antes de provisões em 31 de Dezembro de 1999 (49,7% no final de 1998).

A análise sectorial revela um esforço de concentração em sectores com maiores potencialidades e de menor risco — sem prejuízo da manutenção de uma diversificação criteriosa da carteira de crédito —, em simultâneo com a minimização da incidência dos sectores que tradicionalmente apresentam maiores dificuldades estruturais. O crédito hipotecário, que atingiu 1 174 212 milhares de contos, em 31 de Dezembro de 1999 (918 831 milhares de contos no final de 1998) manteve-se como a parcela mais significativa da carteira total, representando 24,5% do total de crédito concedido antes de provisões (24,9% no final de 1998). Destacam-se também os sectores dos serviços — cujo peso no total antes de provisões se cifrou em 14,1%, comparando com 16,6% no final de 1998 — e do comércio (a retalho e por grosso), cuja proporção no total antes de provisões passou de 12,4% para 12,9% entre o final de 1998 e de 1999, respectivamente.

O aperfeiçoamento constante dos mecanismos de análise, concessão, acompanhamento e cobrança de crédito e o impacto da conjuntura macroeconómica favorável contribuíram para a redução da sinistralidade da carteira de crédito. O crédito vencido totalizou 54 562 milhares de contos no final de 1999 (59 443 milhares de contos no final de 1998), tendo a sua incidência no crédito total antes de provisões reduzido-se para 1,1% na mesma data (1,6% em 31 de Dezembro de 1998). A cobertura do crédito vencido por provisões também registou uma evolução muito favorável, tendo-se cifrado em 177,8% no final de 1999 (143,7% em 31 de Dezembro de 1998).

O reforço das provisões, em paralelo com a diminuição do crédito vencido, traduziu-se no aumento do *ratio* de provisionamento na generalidade dos sectores de actividade. Os sectores de maior expressão em termos do total da carteira de crédito apresentavam *ratios* de cobertura do crédito vencido por provisões elevados no final de 1999: 290,6% no caso do crédito hipotecário, 287,1% no sector dos serviços e 107,4% no comércio.

**Aplicações e recursos de instituições de crédito**

O crescimento significativo dos créditos sobre clientes — a um ritmo claramente superior ao registado pelos débitos para com clientes — e a continuação da tendência de desintermediação do passivo, traduzida na canalização das poupanças dos particulares — tradicionalmente aplicadas em depósitos bancários — para aplicações alternativas fora do balanço, reforçaram a necessidade de recurso aos mercados interbancários como forma de financiar o crescimento da actividade do Grupo.

Consequentemente, a posição curta do Grupo nos mercados interbancários, dada pela diferença entre os débitos para com instituições de crédito, por um lado, e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito e os outros créditos sobre instituições de crédito, por outro, aumentou, tendo evoluído de 955 857 milhares de contos no final de 1998 para 1 641 016 milhares de contos em 31 de Dezembro de 1999, para o que também contribuiu o aprofundamento da cooperação com os parceiros estratégicos ao nível do *funding* das subsidiárias detidas em base paritária.

**Carteira de títulos**

A expansão do crédito concedido acelerou a tendência de recomposição do activo que se tem verificado ao longo dos últimos exer-

cícios, no sentido do aumento do peso dos créditos sobre clientes em detrimento das restantes rubricas, incluindo a carteira de títulos (obrigações, acções e outros títulos e acções próprias). Esta rubrica passou de 674 810 milhares de contos em 31 de Dezembro de 1998 para 723 882 milhares de contos no final de 1999, sendo a sua proporção no activo total de 10,2% no final de 1999 (11,6% no final de 1998), não obstante a contabilização de 49 986 milhares de contos relativos a acções próprias (4724 milhares de contos no final de 1998).

Os títulos nacionais continuaram a representar a maior parte da carteira de títulos, ainda que tenham reduzido o seu peso no total para 77,3% no final de 1999 (79,6% em 31 de Dezembro de 1998). A descida da generalidade das taxas de remuneração e dos indexantes associados à carteira de títulos durante grande parte do ano, em consonância com a evolução das taxas de juro de mercado, e o registo das acções próprias (em títulos de negociação) determinaram a descida da taxa média de remuneração da carteira de títulos de 4,4% em 1998 para 3,2% em 1999.

## Carteira de títulos em 31 de Dezembro

(Em milhares de contos)

	1999	1999		1998		1997	
	— Milhares de euros	Montante	Taxa (percen- tagem)	Montante	Taxa (percen- tagem)	Montante	Taxa (percen- tagem)
Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública .....	696 786	139 693	4,55	184 534	5,45	202 442	6,58
Títulos de negociação .....	304 019	60 950	0,43	5 033	—	880	—
Títulos de investimento .....	1 791 093	359 082	2,28	347 558	3,24	389 857	3,21
Títulos estrangeiros .....	818 808	164 157	5,24	137 685	5,86	197 238	5,84
<i>Total</i> .....	3 610 706	723 882	3,23	674 810	4,36	790 417	4,72

## Participações financeiras

A política seguida pelo Grupo no que se refere ao investimento em participações financeiras está orientada para o reforço da intervenção no negócio financeiro e para o aproveitamento de oportunidades de consolidação a nível doméstico, bem como para o estabelecimento de alianças estratégicas com parceiros internacionais detentores de *know-how* relevante e posicionamento estratégico compatível, visando a abordagem conjunta de oportunidades de negócio.

No final de 1999, o saldo de participações financeiras cifrou-se em 147 174 milhares de contos (116 703 milhares de contos em 31 de Dezembro de 1998). Destacam-se as participações relacionadas com o estabelecimento e ou aprofundamento de parcerias estratégicas com instituições estrangeiras, nomeadamente Banca Intesa (Itália), Big Bank Gdanski (Polónia) e a seguradora grega Interamerican, cuja evolução compensou o impacto da alienação da participação de 2,7% no Banco Santander Central Hispano.

## Imobilizações

O imobilizado total cifrou-se em 265 747 milhares de contos no final de 1999, comparando com 290 486 milhares de contos no final de 1998. Este valor repartiu-se entre 95 284 milhares de contos relativos a imobilizações incorpóreas e diferenças de consolidação e de reavaliação (125 784 milhares de contos em 31 de Dezembro de 1998) e 170 463 milhares de contos relacionados com imobilizações corpóreas (164 702 milhares de contos em 31 de Dezembro de 1998).

Na evolução das imobilizações corpóreas influiu o alargamento da cobertura geográfica da rede de sucursais do Grupo, destacando-se o crescimento da rede de Lojas Atlântico, de um total de 262 no final de 1998 para 305 no final de 1999, das sucursais NovaRede, de 344 para 376, e das lojas Expresso Atlântico, de 121 para 128. No final de 1999, as sucursais do Grupo totalizavam 915, comparando com 826 no final do ano anterior, tendo o investimento em imobilizado ascendido a 38 395 milhares de contos (34 419 milhares de contos em 1998).

As diferenças de consolidação e de reavaliação (*goodwill*), diminuíram para 81 843 milhares de contos, menos 27,8% que os 113 393 milhares de contos contabilizados no final de 1998. Esta evolução foi motivada pela alienação da participação detida pelo BCP no Banco Santander Central Hispano, cujo impacto foi parcialmente compensado pelo aumento da percentagem de participação no Atlântico e também pela aquisição da parcela anteriormente detida por BSCH no capital social da Leasefactor no final de 1999.

## Situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados

A expansão do volume de negócios foi acompanhada por um esforço de adequação constante da estrutura patrimonial do Grupo,

por forma a dotá-la de níveis de solidez compatíveis com a exploração de novas oportunidades de negócio e, em simultâneo, com a remuneração adequada dos capitais próprios investidos.

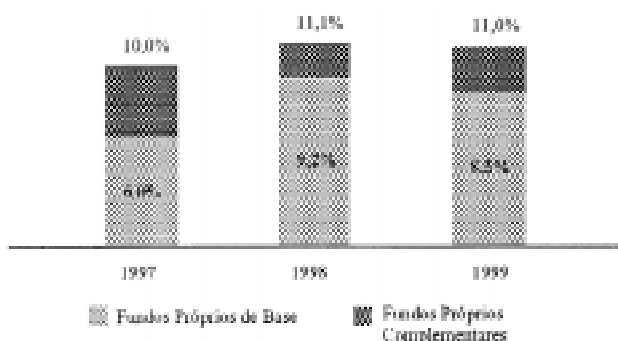
O agregado constituído pela situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados totalizou 698 126 milhares de contos no final de 1999, tendo apresentado uma subida de 26% em relação ao valor do final de 1998 (553 936 milhares de contos), devido ao crescimento da situação líquida — impulsionada pelo aumento dos resultados líquidos — e à emissão de acções preferenciais não cumulativas no montante de 400 milhões de euros, na medida em que os passivos subordinados registaram um valor sensivelmente idêntico nos dois anos em análise.

Importa também referir que o capital social do Banco passou de 196 969 milhares de contos no final de 1998 para 1000 milhões de euros em 31 de Dezembro de 1999. Numa primeira fase, procedeu-se a um aumento do capital social para 200 000 milhares de contos, mediante a emissão de 3 031 000 novas acções, correspondendo ao exercício parcial dos direitos de conversão relativos à emissão de acções preferenciais convertíveis emitidas pelo BCP International Bank, Ltd., em 1996; posteriormente, o capital social do BCP foi elevado para 1000 milhões de euros, representado por 200 milhões de acções com valor nominal de 5 euros cada uma, através da sua redenominação para euros, em simultâneo com a incorporação de reservas no montante de 482 milhares de contos.

Por último, as acções representativas do capital social do BCP foram renominadas através do seu desdobramento (*stock split*) de um valor nominal de 5 euros para 1 euro.

Os indicadores de solvabilidade mantiveram níveis confortáveis, tendo beneficiado do crescimento dos resultados líquidos e da emissão de instrumentos financeiros equiparáveis a fundos próprios. O *ratio* de solvabilidade, calculado em base consolidada de acordo com as normas do Banco de Portugal, cifrou-se em 10,1% no final de 1999 (10,4% em 31 de Dezembro de 1998), tendo atingido 11,1% de acordo com os princípios BIS.

## Ratio de solvabilidade (BIS)



## Ratio de solvabilidade em 31 de Dezembro

Base consolidada				
(Em milhares de contos)				
	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997
<b>Activos ponderados:</b>				
Caixa e bancos .....	212 127	42 528	117 659	180 468
Créditos sobre clientes .....	19 790 198	3 967 579	2 951 343	2 108 087
Títulos (acções e obrigações) .....	2 030 320	407 043	246 693	407 114
Participações financeiras .....	524 566	105 166	16 744	71 726
Outros activos .....	2 576 847	516 610	369 416	386 828
<i>Total (1)</i> .....	<u>25 134 058</u>	<u>5 038 926</u>	<u>3 701 855</u>	<u>3 154 223</u>
<b>Elementos extrapatrimoniais ponderados:</b>				
Garantias e avales .....	3 289 957	659 577	321 840	215 176
Outros .....	759 063	152 178	299 330	280 898
<i>Total (2)</i> .....	<u>4 049 020</u>	<u>811 755</u>	<u>621 170</u>	<u>496 074</u>
(Provisões para riscos gerais de crédito) (3) .....	<u>(277 362)</u>	<u>(55 606)</u>	<u>(35 693)</u>	<u>(29 366)</u>
<b>Activos e elementos extrapatrimoniais ponderados:</b>				
(4) = (1+2+3) .....	<u>28 905 716</u>	<u>5 795 075</u>	<u>4 287 332</u>	<u>3 620 931</u>
<b>Requisitos de fundos próprios:</b>				
Exigidos pelo aviso n.º 1/93 (solvabilidade) (4 x 8%)	2 312 457	463 606	342 987	289 674
Carteira de negociação .....	10 572	2 120	3 564	4 651
<i>Total (5)</i> .....	<u>2 323 029</u>	<u>465 726</u>	<u>346 551</u>	<u>294 325</u>
<b>Fundos próprios:</b>				
Base .....	2 487 540	498 707	401 755	220 002
Complementares .....	667 995	133 921	146 881	153 933
(Interesses em instit. financ. e excedentes dedutíveis)	(210 233)	(42 148)	(100 141)	(38 696)
<i>Total (6)</i> .....	<u>2 945 302</u>	<u>590 480</u>	<u>448 495</u>	<u>335 239</u>
<i>Ratio de solvabilidade (percentagem) (a)</i> .....	10,1	10,1	10,4	9,1

(a) Ratio de solvabilidade = Fundos próprios/(Requisitos de fundos próprios x 12,5).

## Elementos extrapatrimoniais

O recurso crescente a instrumentos financeiros derivados por parte do Grupo, como meio de cobertura de riscos e, ocasionalmente, de aproveitamento de oportunidades de *trading*, tem sido enquadrado pela aplicação de mecanismos de controlo rigorosos, tanto equiparáveis aos utilizados para a carteira de crédito e de negociação, como concebidos autonomamente para os instrumentos que, pela sua especificidade, não permitem o desdobramento em instrumentos financeiros mais tradicionais.

Os riscos de mercado são geridos diariamente, sendo a posição de tesouraria analisada em detalhe na reunião semanal do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

O desempenho da carteira de derivados e da generalidade das operações de *trading* é avaliado para efeitos de gestão, considerando os resultados realizados e não realizados, de acordo com métodos internacionalmente aceites, incluindo o *mark to market* e o *cost of carry*. De acordo com a metodologia do Banco de Portugal, que não reconhece contabilisticamente o *mark to market*, os resultados líquidos com operações com derivados e restantes instrumentos de negociação cifraram-se em 9212 milhares de contos (2321 milhares de contos em 1998).

## Gestão de riscos de mercado

A importância dada pelo Grupo à correcta identificação, medição e controlo dos riscos gerados pela actividade financeira, determinou a adopção de um sistema que, ao nível consolidado, procura assegurar fiabilidade e flexibilidade de todo o processo de gestão dos riscos de mercado.

Entre as suas componentes destacam-se: o manual de princípios de gestão de riscos de mercado do Grupo BCPAtlântico que define o modelo de gestão adoptado; um conjunto de bases de dados com

a caracterização financeira das operações em aberto e informação contabilística sobre os diversos órgãos e a plataforma informática que permite, de forma integrada, e numa perspectiva estática ou dinâmica, avaliar os indicadores de risco para o conjunto das instituições do Grupo.

Relativamente à organização adoptada, cada unidade do Grupo é subdividida em quatro áreas de gestão: comercial, que reúne a actividade de relacionamento com clientes; estrutural, que inclui as rubricas não imputáveis a áreas de negócio (capital, imobilizado e outras); tesouraria, que abarca a actividade de negociação exercida pela direcção de tesouraria nos mercados financeiros; e ALM, que gere as posições estratégicas do ALCO.

As áreas comercial e estrutural não gerem, por definição, riscos de mercado, sendo as posições resultantes da sua actividade objecto de cobertura interna pela área ALM. Os tipos de risco considerados no âmbito do manual são o risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco de câmbio, risco de *equity* e risco *commodities*. A noção de risco envolve, quer o impacto na conta de exploração, quer o impacto no balanço do Grupo (valor patrimonial).

No cálculo dos restantes riscos de mercado é utilizada a medida capital em risco (VaR), que adopta, para a actividade bancária, a metodologia *riskmetrics*. Este método mede a variação potencial máxima no valor de um portfólio de produtos financeiros, que ocorre num horizonte temporal pré-definido com determinada probabilidade. Em concreto, o referido indicador, calculado a 99% de confiança para um período de cancelamento das posições de 10 dias, é baseado num ficheiro de volatilidades e correlações diárias, assumindo-se linearidade das posições e distribuição normal dos retornos.

Em relação à exposição originada pelos seguros vida com taxa ou capital garantido comercializados pelo Grupo, foi adoptado um modelo estocástico que, utilizando o método de Monte Carlo, permite estimar o VaR em função das responsabilidades assumidas e das características dos activos. Este modelo possibilita ainda analisar o risco e as rendibilidades esperadas para diferentes estratégias

de alocação dos activos, considerando a interdependência entre o passivo e a respectiva carteira, as normas contabilísticas, a rentabilidade, volatilidade e correlações das classes de activos utilizados nas composições das carteiras e as possibilidades de liquidação antecipada implícitas nas apólices vendidas (por resgate ou morte do segurado).

De realçar que o VaR é a medida utilizada na fixação dos limites de exposição globais, sendo estes calculados em função dos fundos próprios consolidados. Adicionalmente, existem ainda limites quantitativos, ou baseados em medidas de sensibilidade, para determinadas unidades do Grupo ou posições específicas.

Estas medidas mitigam potenciais perdas quando, em períodos de grande volatilidade, as hipóteses estatísticas implícitas no cálculo do VaR deixam de ser consistentes com a evolução dos mercados financeiros.

#### Gestão da liquidez

A gestão de liquidez estrutural do Grupo, no decorrer de 1999, procurou minimizar os custos de financiamento associados ao facto do crédito ter crescido a um ritmo substancialmente superior ao dos recursos de clientes.

As necessidades acrescidas de fundos foram supridas recorrendo, essencialmente, à emissão de títulos a médio e a longo prazos e ao aprofundamento da cooperação com os *partners* ao nível do *funding* das empresas em que participam.

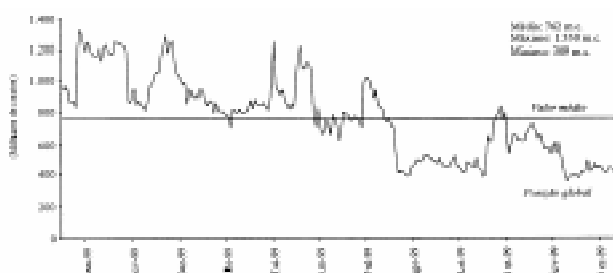
O *ratio* de liquidez global, calculado de forma semelhante à utilizada pelo Banco de França, e que ascendeu a 85,1% em 31 de Dezembro de 1998, evoluiu para 87,6% no final do 1.º semestre de 1999, tendo-se fixado em 75,4% no final do ano, valor que reflecte condicionalismos pontuais relacionados com a passagem para o ano 2000, nomeadamente ao nível do aumento verificado nas taxas de juro, que dificultaram a tomada de fundos nos prazos mais longos em condições favoráveis.

Relativamente à liquidez de curto prazo, apesar desta ser globalmente curta, o défice existente é comportável dada a capacidade da tesouraria em captar financiamentos nos mercados interbancários e em mobilizar montantes significativos nas operações de cedência de fundos pelo Banco Central Europeu, atendendo à qualidade dos activos disponíveis para estas operações. Complementarmente, o programa de papel comercial iniciado no final de 1999, contribuiu para diversificar o leque de entidades junto das quais o Grupo se financia, introduzindo assim flexibilidade adicional na gestão da liquidez efectuada pela tesouraria.

#### Capital em risco

As posições mais significativas, essencialmente em instrumentos de taxa de juro, estão concentradas em moedas de países que aderiram ao euro ou em USD. No que toca à exposição em HKD, esta tem como objectivo a cobertura, a médio prazo, do custo do financiamento dos investimentos estratégicos do Grupo na Ásia. O facto do valor total ser inferior à soma dos VaR parciais é devido à diversificação da carteira do Grupo.

#### Evolução do VaR em 1999



#### Capital em risco (VaR)

(Em milhares de contos)

	VaR sem diversificação por tipo de risco			Total	Efeito da diversificação	VaR com diversificação
	Cambial	Taxa de juro	Ações			
<b>Moeda:</b>						
CAD .....	—	4	—	4	(2)	2
CHF .....	—	12	—	12	(3)	9
DEM .....	—	8	—	8	(2)	6
ESP .....	—	6	—	6	—	6
FRF .....	—	26	—	26	—	26
GBP .....	1	409	—	410	(259)	151
GRD .....	—	2	—	2	(1)	1
HKD .....	1	189	—	190	(57)	133
JPY .....	2	74	—	76	(41)	35
PTE .....	—	287	14	301	(79)	222
USD .....	92	548	115	755	(374)	381
EUR .....	—	1 386	—	1 386	(677)	709
<b>VaR total .....</b>	<b>96</b>	<b>2 951</b>	<b>129</b>	<b>3 176</b>	<b>(1 495)</b>	<b>1 681</b>
<b>Efeito da diversificação .....</b>	<b>(3)</b>	<b>(2 425)</b>	<b>(8)</b>	<b>(2 436)</b>	<b>—</b>	<b>(1 146)</b>
<b>VaR com diversificação .....</b>	<b>93</b>	<b>526</b>	<b>121</b>	<b>740</b>	<b>(205)</b>	<b>535</b>

#### Risco de taxa de juro (a)

(Em milhares de contos)

	EUR	GBP	USD	JPY	MOP/HKD	Outras
<b>Em 1999:</b>						
ALM .....	(491)	335	(839)	—	164	—
Comercial .....	(529)	(4)	(183)	(25)	(11)	(2)
Estrutural .....	498	(7)	9	—	(9)	(6)
Tesouraria .....	1 242	(73)	(91)	34	4	29
<b>Total em 1999 .....</b>	<b>721</b>	<b>252</b>	<b>(1 105)</b>	<b>9</b>	<b>148</b>	<b>21</b>
<b>Total em 1998 .....</b>	<b>(3 429)</b>	<b>27</b>	<b>379</b>	<b>26</b>	<b>341</b>	<b>3</b>

(a) Impacto no valor actual de uma subida uniforme de 1% nas taxas.

O VaR do Grupo registou uma diminuição progressiva ao longo de 1999, apresentando, no final do ano, um valor substancialmente inferior à média anual.

Esta trajectória descendente reflectiu, sobretudo, o posicionamento da tesouraria, que tem vindo a privilegiar uma actuação de negociação *intra-day* com posições reduzidas no final de cada dia, devendo-se os aumentos pontuais verificados no decorrer do ano essencialmente a posições assumidas pelo ALCO com o objectivo de antecipar movimentos nas taxas de mercado.

O grau de fiabilidade do VaR é medido diariamente através de um procedimento de *back-testing*. No decorrer de 1999 este procedimento detectou que em apenas 2% dos dias os resultados gerados pela variação nos valores das posições foram superiores ao VaR estimado.

#### Análises de sensibilidade

Considerando a importância e complexidade de que se reveste a gestão do risco de taxa de juro são utilizadas outras medidas de avaliação do risco como complemento ao cálculo do VaR, nomeadamente o cálculo do impacto nos resultados e no valor patrimonial do balanço de variações (paralelas) nas curvas de taxas de juro por prazos de *repricing*. Por outro lado, com o objectivo de estudar situações concretas, são ainda realizadas análises dinâmicas sobre a evolução futura do valor patrimonial do balanço e da margem financeira no quadro de cenários esperados para a evolução do negócio ou sobre certos factores de risco.

As alterações registadas na exposição observada no final de 1999, comparativamente com a que foi reportada no ano anterior, têm origem na estratégia de *trading* seguida pela tesouraria e nas posições assumidas pelo ALCO, nomeadamente em títulos a taxa fixa denominados em USD.

#### Cálculo de um VaR único para o risco de crédito e os riscos de mercado

Com o objectivo de se estudar a possibilidade de calcular uma medida única de VaR para os riscos de crédito e de mercado, foi desenvolvido um modelo que, numa primeira fase, permite estimar esta medida para o risco de crédito das operações de tesouraria efectuadas com contrapartes bancárias.

Para calcular este VaR definiu-se como o capital em risco uma perda não esperada originada pela alteração no valor dos fluxos futuros a receber, devido à degradação da notação de risco de crédito de uma contraparte ou emitente, com uma determinada probabilidade inerente a um horizonte temporal pré-definido. Esta degradação inclui não só o *downgrading* no *rating* mas também a possibilidade de incumprimento, sendo aplicada, em caso de *default*, uma taxa de recuperação em função do tipo de crédito.

Na medição do VaR utiliza-se um modelo que, através do método de Monte Carlo, simula a evolução do valor actual das operações em que há exposição, considerando: as taxas de mercado e os *spreads* de risco de crédito (em função do *rating* da entidade e do prazo residual de cada transacção); a possibilidade de uma contraparte mudar de *rating*; e, caso se verifique incumprimento, a taxa de recuperação do crédito vencido.

A simulação efectuada relativamente ao final de 1999 estimou, com um intervalo de confiança de 99% para um horizonte temporal de um ano, um VaR correspondente a 1,01% da exposição global da tesouraria, tal como anteriormente definida, face a uma perda esperada de 0,22%.

Estes *ratios* demonstram a qualidade do risco de crédito sobre contrapartes bancárias, o qual se concentra em prazos curtos (38% até um ano) e em entidades com bom *rating* (95% com *rating* não inferior ao equivalente BBB, de acordo com anotação da Standard & Poors).

No tocante às possibilidades de evolução deste tipo de análises destacam-se: o alargamento do âmbito a outros tipos de transacções e de contrapartes; e a introdução da aleatoriedade nas taxas de juro e de câmbio aplicadas nas simulações, permitindo assim, através da interligação entre os riscos de mercado e de crédito, estimar um VaR global para ambos os riscos.

#### Análise das demonstrações financeiras consolidadas incluindo a actividade seguradora pelo método de consolidação integral

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas de acordo com as normas do Banco de Portugal, que consolidam a actividade seguradora pelo método da equivalência patrimonial (consolidação financeira). No entanto, e com o intuito de apresentar aos accionistas, aos mercados e ao público em geral a informação consolidada nos diversos domínios do negócio financeiro em que o Grupo actua, bem como de permitir uma maior comparabilidade com a informação publicada nos exercícios anteriores, apresentam-se também as contas consolidadas incluindo a actividade seguradora pelo método de consolidação integral (consolidação integral).

De acordo com a consolidação integral, o activo do Grupo ascendeu a 7 854 753 milhares de contos, excedendo em 778 017 milhares de contos o montante apurado pela consolidação financeira. Esta diferença foi essencialmente atribuível à inclusão do activo consolidado da Seguros e Pensões, que se cifrou em 854 889 milhares de contos, no final de 1999, parcialmente compensada pela anulação das operações contabilizadas entre as empresas do Grupo segurador e as restantes empresas do Grupo BCPAtlântico.

A rubrica de obrigações, acções e outros títulos foi a rubrica do activo que apresentou a diferença mais acentuada em relação à consolidação financeira: a inclusão da actividade seguradora conduziu a um montante de 1 375 326 milhares de contos, superior em 651 444 milhares de contos ao valor considerado de acordo com a consolidação sem seguros. Esta divergência foi justificada pela contabilização da carteira de títulos afecta às reservas técnicas da actividade seguradora que, acompanhando o crescimento do negócio segurador do Grupo ao longo do ano, registou uma expansão significativa.

Do lado do passivo, foram as provisões para riscos e encargos que apresentaram a maior discrepância entre os dois métodos no final do ano de 1999, tendo-se cifrado em 721 007 milhares de contos, pela consolidação integral, e em 107 592 milhares de contos, de acordo com a consolidação financeira (diferença de 613 415 milhares de contos). Este facto deveu-se à relevação das provisões técnicas da actividade seguradora.

#### Margem financeira

(Em milhares de contos, excepto colaboradores)

	1999 (milhares de euros, excepto colaboradores)	1999	1998	1997
<b>Juros e proveitos equiparados:</b>				
Juros de crédito .....	1 197 889	240 155	228 745	215 554
Juros de títulos .....	120 675	24 194	34 965	55 461
Juros de depósitos e outras aplicações .....	220 724	44 251	67 511	92 648
<i>Subtotal</i> .....	1 539 288	308 600	331 221	363 663
<b>Juros e custos equiparados:</b>				
Juros de depósitos e outros recursos .....	671 702	134 664	166 980	207 531
Juros de títulos com acordo de recompra .....	5 237	1 050	2 715	3 865
Juros de títulos emitidos .....	106 796	21 411	21 362	24 656
<i>Subtotal</i> .....	783 735	157 125	191 057	236 052
Margem financeira .....	755 553	151 475	140 164	127 611
Número médio de colaboradores .....	10 544	10 544	9 954	9 384
Margem financeira por colaborador .....	71,7	14,4	14,1	13,6

## Balço médio consolidado

(Em milhares de contos)

	1999			1998		
	Balço médio	Juros	Taxa (percentagem)	Balço médio	Juros	Taxa (percentagem)
<b>Activos geradores de juros:</b>						
Disponibilidades sobre instituições de crédito:						
Sobre o Banco de Portugal .....	246 001	6 482	2,63	188 382	7 669	4,07
Sobre outras instituições de crédito .....	623 153	37 769	6,06	934 635	59 842	6,40
Crédito líquido sobre clientes .....	4 104 067	240 155	5,85	3 032 501	228 745	7,54
Títulos de negociação .....	16 112	508	3,15	24 909	1 217	4,89
Títulos de investimento .....	487 472	23 686	4,86	555 965	33 748	6,07
<i>Total de activos geradores de juros</i> .....	<u>5 476 805</u>	<u>308 600</u>	5,63	<u>4 736 392</u>	<u>331 221</u>	6,99
Imobilizado .....	274 618			629 443		
Outros activos não geradores de juros .....	689 863			264 512		
<i>Activo total</i> .....	<u>6 441 286</u>			<u>5 630 347</u>		
<b>Passivos geradores de juros:</b>						
Débitos para com instituições de crédito:						
À vista .....	99 134	829	0,84	88 652	909	1,03
A prazo .....	1 918 911	77 572	4,04	1 487 330	83 367	5,61
Débitos para com clientes:						
À vista .....	1 306 926	9 038	0,69	1 146 489	13 793	1,20
A prazo .....	1 663 670	48 276	2,90	1 851 305	71 626	3,87
Débitos representados por títulos .....	445 717	15 654	3,51	224 219	12 836	5,72
Passivos subordinados .....	156 150	5 756	3,69	155 627	8 526	5,48
<i>Total de passivos geradores de juros</i> .....	<u>5 590 508</u>	<u>157 125</u>	2,81	<u>4 953 622</u>	<u>191 057</u>	3,86
Passivos não geradores de juros .....	279 384			263 776		
<i>Passivo total</i> .....	<u>5 869 892</u>			<u>5 217 398</u>		
Situação líquidas e interesses minoritários .....	571 394			412 949		
<i>Total do passivo, situação líquida e interesses minoritários</i> .....	<u>6 441 286</u>			<u>5 630 347</u>		
Margem financeira .....		151 475			140 164	
Taxa de margem financeira (percentagem) (a) .....			2,77			2,96

(a) Relação entre os valores da margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

As provisões técnicas estiveram também na origem da diferença reflectida nas outras provisões, registada na demonstração dos resultados. Segundo a consolidação com seguros, esta rubrica situou-se em 195 209 milhares de contos, comparando com 44 111 milhares de contos de acordo com a consolidação financeira.

A principal diferença registada entre os dois métodos na demonstração dos resultados prende-se com a contabilização dos prémios de seguros na consolidação integral, no montante de 247 822 milhares de contos; os custos com sinistros da actividade seguradora originaram também o registo de 88 679 milhares de contos em outros custos, de acordo com a consolidação integral.

A inclusão da actividade seguradora e das respectivas aplicações financeiras que estão afectas às reservas técnicas justificam os

montantes superiores contabilizados na margem financeira e em lucros em operações financeiras de acordo com a consolidação com seguros.

Em relação à primeira rubrica, o incremento de 21 839 milhares de contos da consolidação integral em relação à consolidação financeira (173 314 milhares de contos na primeira e 151 475 milhares de contos na segunda) deveu-se à contabilização dos rendimentos de títulos da carteira da Seguros e Pensões.

Por outro lado, os lucros obtidos em operações com títulos desta carteira explicam o facto de o montante registado em lucros em operações financeiras segundo a consolidação integral ser superior em 18 177 milhares de contos ao valor da consolidação financeira.

## Síntese financeira

(Em milhares de contos)

	Consolidação financeira				Consolidação integral (1)			
	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997
Activo total .....	35 298 611	7 076 736	5 801 997	5 438 037	39 179 342	7 854 753	6 423 104	5 907 398
Créditos sobre clientes .....	23 735 831	4 758 607	3 643 083	2 686 154	23 735 512	4 758 543	3 643 010	2 682 008
Carteira de títulos .....	3 610 706	723 882	674 810	790 417	6 860 097	1 375 326	1 165 071	1 164 101

(Em milhares de contos)

	Consolidação financeira				Consolidação integral <sup>(1)</sup>			
	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997	1999 (milhares de euros)	1999	1998	1997
Imobilizado total .....	1 325 541	265 747	290 486	263 556	1 613 425	323 463	347 992	316 590
Recursos totais de clientes (a) .....	32 575 053	6 530 712	6 076 914	5 679 837	32 482 808	6 512 218	6 066 582	5 669 503
Situação líquida .....	1 813 230	363 520	308 579	159 505	1 813 230	363 520	308 579	159 505
Acções preferenciais .....	917 549	183 952	96 106	122 122	917 549	183 952	96 106	122 122
Passivos subordinados .....	751 460	150 654	149 251	160 833	751 460	150 654	149 251	160 833
Situação líquida, passivos subor- dinados e acções preferenciais .....	3 482 239	698 126	553 936	442 460	3 482 239	698 126	553 936	442 460
Margem financeira .....	755 553	151 475	140 164	127 611	864 487	173 314	159 087	144 261
Provisão para riscos de crédito .....	150 532	30 179	29 495	26 085	150 532	30 179	29 495	26 086
Outros proveitos (b) .....	1 145 915	229 735	165 609	137 204	2 435 026	488 179	374 952	298 895
Outros custos (c) .....	1 152 740	231 104	193 057	165 950	2 523 277	505 872	415 348	339 728
Provisão para impostos sobre lucros .....	53 941	10 814	10 197	13 848	65 438	13 119	13 143	15 527
Interesses minoritários .....	113 868	22 828	18 819	22 797	129 879	26 038	21 848	25 680
Lucro líquido atribuível ao Banco .....	430 387	86 285	54 205	36 135	430 387	86 285	54 205	36 135
Número médio de acções (d) .....		998 048 534	919 659 640	727 184 229		998 048 534	919 659 640	727 184 229
Resultados líquidos por acção (euros/escudos) .....	0,43	86,5	58,9	49,7	0,43	86,5	58,9	49,7
Rendibilidade dos activos médios (ROA) (percentagem) .....		1,3	1	0,7		1,2	0,9	0,6
Rendibilidade dos capitais pró- prios médios (ROE) (percen- tagem) .....		25	21,7	17,7		25	21,7	17,7
Total de provisões/crédito ven- cido total (percentagem) .....		177,8	143,7	116,1		177,8	143,7	116,1
Total de provisões/crédito ven- cido a mais de 90 dias (per- centagem) .....		202,3	157,9	129,7		202,3	157,9	129,7
Crédito vencido a mais de 90 dias/ crédito total (percentagem) ..		1	1,5	2,3		1	1,5	2,3
Sucursais (BCP) .....		455	419	404		455	419	404
Sucursais (Grupo BCPAtlântico) .....		915	826	742		915	826	742
Número de colaboradores (BCP) .....		3 877	3 688	4 386		3 877	3 688	4 386
Número de colaboradores (Grupo BCPAtlântico) .....		10 862	10 333	9 384		12 598	12 006	10 913

<sup>(1)</sup> Valores extraídos das demonstrações financeiras consolidadas incluindo a actividade seguradora pelo método de consolidação integral.

(a) Inclui débitos para com clientes, certificados de depósito, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização.

(b) Líquido de prejuízos em operações financeiras.

(c) Excluindo prejuízos em operações financeiras.

(d) Valores ajustados pelo efeito do *stock-split* ocorrido em Novembro de 1999.

### Proposta de aplicação de resultados

1 — Considerando as disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal e reservas especiais;

Considerando a política, aliás prevista estatutariamente, que o Banco sempre tem mantido no sentido de fazer participar os empregados nos resultados do exercício;

Considerando ainda a política que o Banco tem seguido em matéria de distribuição de dividendos e que se julga dever ser mantida, numa fase de grandes investimentos por parte do Banco e de empresas do Grupo;

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício (44 394 560 496\$46), acrescidos dos resultados transitados do exercício anterior (8 430 432\$18):

- 4 439 456 050\$ para reforço da reserva legal;
- 200 000 000\$ para reforço da reserva para estabilização de dividendos, a que se refere o n.º 2 do artigo 30.º dos estatutos;
- 7 490 000 000\$ para reforço de reservas livres;
- 2 200 000 000\$ para distribuição pelos empregados, nos termos do n.º 4 do artigo 30.º dos estatutos, correspondentes a cerca de 5% dos resultados do exercício;
- 30 072 300 000\$ para atribuição de dividendos;
- 1 234 878\$64, ou seja, o remanescente, para conta nova.

2 — Considerando que a verba global de 30 072 300 000\$ prevista no ponto 1 para dividendos foi calculada, como é tradicional, na base de um dividendo unitário por acção emitida [no caso, 30\$0723 (EUR 0,15) por acção], e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento de dividendos sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, designadamente no acréscimo da liquidez dos seus títulos, propõe-se que se delibere, relativamente à aplicação de resultados constante do número anterior, que:

- A cada acção emitida será pago o dividendo unitário de 30\$0723 (EUR 0,15) que presidiu à elaboração da proposta;

b) Não será pago, transitando para conta nova, o quantitativo unitário correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria sociedade.

3 — Considerando, finalmente, o direito a dividendo das acções resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas na sequência da deliberação da assembleia geral de 19 de Março de 1996, mais se propõe que se delibere, em relação à aplicação de resultados constante do ponto 1, que:

- A cada acção com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 30\$0723 (EUR 0,15);
- O pagamento referente a cada acção resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis possa ser efectuado mediante utilização de reservas livres disponíveis.

### Accionistas com participações superiores a 10% do capital social do Banco Comercial Português

a) Durante o exercício de 1999, o Banco Santander Central Hispano alienou 27 137 861 acções (\*) do Banco Comercial Português.

b) Em 31 de Dezembro de 1999, não existiam accionistas com participações superiores a 10% do capital social do Banco Comercial Português.

(\*) Nos termos do artigo 13.º dos estatutos do BCP, não serão contados os votos emitidos por um accionista que excedam 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*.

## Anexo ao relatório do conselho de administração

### Posição accionista e obrigacionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Accionistas/obrigacionistas	Título	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1999	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1998	Movimento em 1999			Preço unitário (euros)			
				Aquisições	Alienações	Data				
Membros de órgãos sociais:										
Jorge Manuel Jardim Gonçalves .....	Acções BCP	2 050 000	392 044	7 956		23 Abril de 1999	25,80			
				10 000		13 de Maio de 1999	26,35			
				( <sup>1</sup> ) 2 050 000	( <sup>1</sup> ) 410 000	18 de Novembro de 1999				
	Acções BPA	700 430	101 789	15 000		23 de Abril de 1999	14,83			
				1 297		26 de Abril de 1999	14,75			
				2 000		10 de Maio de 1999	14,70			
				2 000		25 de Maio de 1999	15,38			
				2 500		26 de Maio de 1999	15,43			
				250		27 de Maio de 1999	15,18			
				1 250		28 de Maio de 1999	14,86			
				1 000		31 de Maio de 1999	15,11			
				2 000		1 de Junho de 1999	15			
				1 000		17 de Junho de 1999	14,81			
				10 000		20 de Setembro de 1999	14			
				( <sup>1</sup> ) 700 430	( <sup>1</sup> ) 140 086	27 de Setembro de 1999				
				Acções Servimédia (a)	5 355 500	5 355 -	500		6 de Dezembro de 1999	50
Filipe de Jesus Pinhal .....				Acções BCP	269 565	45 413	5 000		20 de Abril de 1999	25,97
	500		20 de Abril de 1999				26,08			
	500		20 de Abril de 1999				26,19			
	500		21 de Abril de 1999				25,60			
	1 500		22 de Abril de 1999				26,16			
	500		22 de Abril de 1999				26,20			
	( <sup>1</sup> ) 269 565	( <sup>1</sup> ) 53 913	18 de Novembro de 1999							
	( <sup>1</sup> ) 49 885	( <sup>1</sup> ) 9 977	27 de Setembro de 1999							
	Acções BPA Acções Servimédia Acções BPC	49 885 450 1	9 977 450 1							
Christopher de Beck .....	Acções BCP Acções BPA Acções Servimédia	375 865 1 005 450	75 173 201 450	( <sup>1</sup> ) 375 865	( <sup>1</sup> ) 75 173	18 de Novembro de 1999				
				( <sup>1</sup> ) 1 005	( <sup>1</sup> ) 201	27 de Setembro de 1999				
João Luís Ramalho de Carvalho Talone .....	Acções BCP	370 000	70 790		1 000	16 de Janeiro de 1999	27,85			
					2 000	27 de Janeiro de 1999	27,65			
						16 de Abril de 1999	26,03			
						9 de Junho de 1999	24,90			
						14 de Junho de 1999	24,03			
				( <sup>1</sup> ) 370 000	( <sup>1</sup> ) 74 000	18 de Novembro de 1999				



Accionistas/obligacionistas	Título	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1999	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1998	Movimento em 1999			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
João Luís Ramalho de Carvalho Talone .....	Acções BPA	715	143	( <sup>1</sup> ) 715	( <sup>1</sup> ) 143	27 de Setembro de 1999	
	Acções Servimédia	450	450				
	(b)	—	—	19 075		1 de Junho de 1999	6,54
					3 813	5 de Agosto de 1999	6,56
					2 285	30 de Agosto de 1999	6,56
					3 808	8 de Setembro de 1999	6,57
					3 804	28 de Setembro de 1999	6,57
					3 798	3 de Novembro de 1999	6,58
					1 567	24 de Novembro de 1999	6,59
	Pedro Manuel Rocha Líbano Monteiro .....	Acções BCP	400 000	80 000	( <sup>1</sup> ) 400 000	( <sup>1</sup> ) 80 000	18 de Novembro de 1999
Acções BPA		350 000	61 000	( <sup>1</sup> ) 305 000	( <sup>1</sup> ) 61 000	27 de Setembro de 1999	
				44 501		20 de Dezembro de 1999	4
				499		21 de Dezembro de 1999	4
(c)		18 000	18 000				
Alexandre Augusto M. Guedes de Magalhães	Acções BCP	562 475	112 495	( <sup>1</sup> ) 562 475	( <sup>1</sup> ) 112 495	18 de Novembro de 1999	
	Acções BPA	12 125	2 425	( <sup>1</sup> ) 12 125	( <sup>1</sup> ) 2 425	27 de Setembro de 1999	
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	225 000	42 989			21 de Maio de 1999	25,95
				( <sup>1</sup> ) 225 000	( <sup>1</sup> ) 45 000	18 de Novembro de 1999	
	Acções BPA	73 000	300	34 500		22 de Setembro de 1999	2,88
				( <sup>1</sup> ) 1 500	( <sup>1</sup> ) 300	27 de Setembro de 1999	
António Manuel P. C. Castro Henriques .....				37 000		28 de Dezembro de 1999	4,04
	Acções BCP	147 295	29 459	( <sup>1</sup> ) 147 295	( <sup>1</sup> ) 29 459	18 de Novembro de 1999	
	Acções BPA	80 315	11 063	5 000		21 de Abril de 1999	14,90
				( <sup>1</sup> ) 80 315	( <sup>1</sup> ) 16 063	27 de Setembro de 1999	
	(d)	350	350				
(e)	200	—	200		2 de Março de 1999	49,88	
Alípio Barrosa Pereira Dias .....	Acções BCP	75 000	10 000	5 000		13 de Maio de 1999	26,40
				( <sup>1</sup> ) 75 000	( <sup>1</sup> ) 15 000	18 de Novembro de 1999	
	Acções BPA	1 500	300	( <sup>1</sup> ) 1 500	( <sup>1</sup> ) 300	27 de Setembro de 1999	
	(a)	250	—	250		6 de Dezembro de 1999	50
	(f)	750	750				
(g)	200	200					
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta .....	Acções BCP	28 335	5 667	( <sup>1</sup> ) 28 335	( <sup>1</sup> ) 5 667	18 de Novembro de 1999	
	Acções Servimédia	645	645				
Mário Augusto Paiva Neto .....	Acções BCP	26 395	5 279	( <sup>1</sup> ) 26 395	( <sup>1</sup> ) 5 279	18 de Novembro de 1999	
	Acções BPA	575	115	( <sup>1</sup> ) 575	( <sup>1</sup> ) 115	27 de Setembro de 1999	
Mário Branco Trindade .....	Acções BCP	40 000	8 000	( <sup>1</sup> ) 40 000	( <sup>1</sup> ) 8 000	18 de Novembro de 1999	
José Eduardo de Faria Neiva Santos .....	—	—	—				

Accionistas/obrigacionistas	Título	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1999	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1998	Movimento em 1999			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
Cônjuge/filhos menores:							
Maria d'Assunção Jardim Gonçalves .....	Acções BCP	1 205 000	240 002	998		23 de Abril de 1999	25,80
				( <sup>1</sup> ) 1 205 000	( <sup>1</sup> ) 241 000	18 de Novembro de 1999	
	Acções BPA	430	86	( <sup>1</sup> ) 430	( <sup>1</sup> ) 86	27 de Setembro de 1999	
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck .....	Acções BPA	720	144	( <sup>1</sup> ) 720	( <sup>1</sup> ) 144	27 de Setembro de 1999	
Maria da Graça G. Rocheta Carvalho Talone	Acções BCP	1 050	210	( <sup>1</sup> ) 1 050	( <sup>1</sup> ) 210	18 de Novembro de 1999	
Maria do Rosário F. C. M. Libano Monteiro .	Acções BCP	750	150	( <sup>1</sup> ) 750	( <sup>1</sup> ) 150	18 de Novembro de 1999	
Barbara Janet Gray Rodrigues .....	Acções BPA	1 310	262	( <sup>1</sup> ) 1 310	( <sup>1</sup> ) 262	27 de Setembro de 1999	
Daniel António Gray Rodrigues .....	Acções BCP	4 500	—	900		17 de Fevereiro de 1999	26,70
				( <sup>1</sup> ) 4 500	( <sup>1</sup> ) 900	18 de Novembro de 1999	
Jenifer Ema Gray Rodrigues .....	Acções BCP	4 500	—	900		17 de Fevereiro de 1999	26,70
				( <sup>1</sup> ) 4 500	( <sup>1</sup> ) 900	18 de Novembro de 1999	
Maria do Rosário S. G. Castro Henriques .....	Acções BCP	72 745	13 480	69		10 de Maio de 1999	25,84
				( <sup>1</sup> ) 72 745	( <sup>1</sup> ) 14 549	15 de Junho de 1999	
	Acções BPA	29 250	5 788	62		18 de Novembro de 1999	15,25
				( <sup>1</sup> ) 29 250	( <sup>1</sup> ) 5 850	10 de Maio de 1999	
	(a)	200	—	200		27 de Setembro de 1999	50
	(c)	350	350			6 de Dezembro de 1999	
	(f)	200	200				
	Acções BPA	715	143	( <sup>1</sup> ) 715	( <sup>1</sup> ) 143	27 de Setembro de 1999	
Pedro S. G. Castro Henriques .....	Acções BPA	715	143	( <sup>1</sup> ) 715	( <sup>1</sup> ) 143	27 de Setembro de 1999	
Rita S. G. Castro Henriques .....	Acções BPA	715	143	( <sup>1</sup> ) 715	( <sup>1</sup> ) 143	27 de Setembro de 1999	
Maria Manuel Félix F. F. Pereira Dias .....	Acções BPA	715	143	( <sup>1</sup> ) 715	( <sup>1</sup> ) 143	27 de Setembro de 1999	
Maria Flora Silva M. Paiva Neto .....	Acções BPA	290	58	( <sup>1</sup> ) 290	( <sup>1</sup> ) 58	27 de Setembro de 1999	

(<sup>1</sup>) Operação de renormalização de títulos de 5 euros para 1 euro (*stock-split*).

(a) Obrigações BCPA Capital Garantido Internet 2004.

(b) Fundo de Tesouraria BCP Curto Prazo.

(c) Obrigações de Caixa PSI 20 Capital Garantido (97-02).

(d) Obrigações CISF — Valor EDP.

(e) Obrigações CISF — Valor Cimpor.

(f) Obrigações CISF — Grandes Marcas Mundiais.

(g) Obrigações CISF — Energia Mundial.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*.

**Balanço em 31 de Dezembro de 1999 e 1998**

## ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	75 405 324	—	75 405 324	37 376 998
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	73 241 232	—	73 241 232	70 077 465
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	1 445 272 617	—	1 445 272 617	1 785 121 121
4 — Créditos sobre clientes .....	1 855 182 170	21 327 600	1 833 854 570	1 286 330 600
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo .....	93 434 532	998 880	92 435 652	170 727 970
a) De emissores públicos .....	6 501 756	—	6 501 756	6 563 860
b) De outros emissores .....	86 932 776	998 880	85 933 896	164 164 110
(Dos quais: títulos próprios) .....	(86 490)	—	(86 490)	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável .....	42 755 856	328 862	42 426 994	67 035 141
7 — Participações .....	19 171 147	10 327 000	8 844 147	4 666 072
8 — Partes de capital em empresas coligadas .....	45 331 429	—	45 331 429	45 900 650
9 — Imobilizações incorpóreas .....	6 463 116	3 944 306	2 518 810	3 864 468
10 — Imobilizações corpóreas .....	124 749 570	50 870 511	73 879 059	95 568 273
(Das quais: imóveis) .....	(74 415 916)	(12 395 725)	(62 020 191)	(80 782 892)
12 — Acções próprias .....	49 985 676	—	49 985 676	4 724 100
13 — Outros activos .....	425 231 572	16 742 461	408 489 111	412 650 095
15 — Contas de regularização .....	160 063 742	—	160 063 742	72 831 507
<i>Total do activo</i> .....	4 416 287 983	104 539 620	4 311 748 363	4 056 874 460

## PASSIVO

	1999	1998
	1 — Débitos para com instituições de crédito .....	2 017 912 683
a) À vista .....	47 495 383	84 743 897
b) A prazo .....	1 970 417 300	2 131 725 040
2 — Débitos para com clientes .....	1 349 981 738	1 194 086 073
a) Depósitos de poupança .....	102 695 981	110 191 695
b) Outros débitos .....	1 247 285 757	1 083 894 378
ba) Débitos à vista .....	870 702 335	750 330 936
bb) Débitos a prazo .....	376 583 422	333 563 442
3 — Débitos representados por títulos .....	29 247 477	11 500 000
a) Obrigações em circulação .....	29 247 477	11 500 000
b) Outros .....	—	—
4 — Outros passivos .....	9 642 475	12 939 198
5 — Contas de regularização .....	52 733 675	60 914 389
6 — Provisão para riscos e encargos .....	35 588 551	13 934 920
a) Provisões para pensões e encargos similares .....	11 786 000	—
b) Outras provisões .....	23 802 551	13 934 920
6-A — Fundo para riscos bancários gerais .....	7 875 000	7 633 000
8 — Passivos subordinados .....	383 652 424	140 845 889
9 — Capital subscrito .....	200 482 000	196 969 000
10 — Prémios de emissão .....	117 723 467	115 197 231
11 — Reservas .....	62 505 883	57 162 655
13 — Resultados transitados .....	8 430	11 351
14 — Lucro do exercício .....	44 394 560	29 211 817
<i>Total do passivo e capitais próprios</i> .....	4 311 748 363	4 056 874 460

## Rubricas extrapatrimoniais

	1999	1998
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais .....	872 922 609	357 087 248
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos .....	—	—
(Dos quais: aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados) .....	—	—
1.2 — Garantias e avales .....	409 985 603	241 186 082
1.3 — Cauções e activos dados em garantia .....	1 012 000	592 000
1.4 — Outros .....	461 925 006	115 309 166
2 — Compromissos .....	136 193 143	218 610 853
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra .....	16 934 900	6 000 000
	<u>1 009 115 752</u>	<u>575 698 101</u>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

## Balço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

## ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	176 039 142	—	176 039 142	80 677 729
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	139 487 755	—	139 487 755	119 829 835
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	449 300 854	12 087 756	437 213 098	569 293 411
4 — Créditos sobre clientes .....	4 800 017 129	41 410 234	4 758 606 895	3 643 082 619
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo .....	587 379 965	2 411 325	584 968 640	565 155 356
a) De emissores públicos .....	222 183 599	314 032	221 869 567	251 631 732
b) De outros emissores .....	365 077 696	2 097 293	362 980 403	313 519 076
c) Títulos próprios .....	118 670	—	118 670	4 548
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável .....	90 597 742	1 670 498	88 927 244	104 930 581
7 — Partes de capital em empresas associadas .....	22 740 976	313 586	22 427 390	50 770 853
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação .....	52 279 286	104 491	52 174 795	55 374 945
9 — Outras participações financeiras .....	73 890 988	1 319 582	72 571 406	10 557 518
10 — Imobilizações incorpóreas .....	25 647 384	12 206 004	13 441 380	12 390 997
11 — Imobilizações corpóreas .....	264 280 679	93 817 767	170 462 912	164 701 490
(Das quais: imóveis) .....	(153 125 327)	(23 405 433)	(129 719 894)	(120 864 010)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial .....	3 313 162	709 878	2 603 284	43 573 316
13 — Diferenças de consolidação .....	100 174 675	20 935 221	79 239 454	69 819 880
15 — Acções próprias .....	49 985 676	—	49 985 676	4 724 100
16 — Outros activos .....	156 538 478	5 976 882	150 561 596	130 461 538
17 — Contas de regularização .....	278 025 523	—	278 025 523	176 652 850
<i>Total do activo</i> .....	<u>7 269 699 414</u>	<u>192 963 224</u>	<u>7 076 736 190</u>	<u>5 801 997 018</u>

## PASSIVO

	1999	1998
1 — Débitos para com instituições de crédito .....	2 217 716 464	1 644 979 818
a) À vista .....	18 554 828	119 930 649
b) A prazo .....	2 199 161 636	1 525 049 169
2 — Débitos para com clientes .....	3 115 099 673	2 963 752 588
a) Depósitos de poupança .....	458 213 138	507 610 771
b) Débitos à vista .....	1 448 323 564	1 248 141 784
c) Débitos a prazo .....	1 208 562 971	1 208 000 033

	1999	1998
3 — Débitos representados por títulos .....	671 400 070	253 768 815
a) Obrigações em circulação .....	616 246 063	253 714 953
b) Outros .....	55 154 007	53 862
4 — Outros passivos .....	33 912 513	58 203 533
5 — Contas de regularização .....	152 070 489	173 082 097
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial .....	75 017	75 017
7 — Diferenças de consolidação .....	30 144	30 144
8 — Provisão para riscos e encargos .....	76 110 787	52 782 821
a) Provisões para pensões e encargos similares .....	20 488 855	12 207 118
b) Outras provisões .....	55 621 932	40 575 703
9 — Fundo para riscos bancários gerais .....	31 481 237	20 958 890
10 — Passivos subordinados .....	150 654 295	149 250 872
11 — Capital subscrito .....	200 482 000	196 969 000
12 — Prémios de emissão .....	117 723 467	115 197 231
13 — Reservas .....	(40 978 748)	(57 804 000)
15 — Resultados transitados .....	8 430	11 351
16 — Interesses minoritários em subsidiárias .....	264 665 585	176 533 608
17 — Lucro consolidado do exercício .....	86 284 767	54 205 233
<i>Total do passivo e capitais próprios .....</i>	<i>7 076 736 190</i>	<i>5 801 997 018</i>

#### Rubricas extrapatrimoniais

	1999	1998
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais .....	1 590 781 122	1 023 529 471
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos .....	151 940	203 026
1.2 — Garantias e avales .....	979 958 112	472 657 350
1.3 — Cauções e activos dados em garantia .....	459 403 565	107 957 074
1.4 — Outros .....	151 267 505	442 712 021
2 — Compromissos .....	528 358 705	641 516 081
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra .....	16 934 900	6 000 000
	2 119 139 827	1 665 045 552

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

### Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

#### DÉBITO

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
1 — Juros e custos equiparados .....	118 027 541	135 853 274
2 — Comissões .....	1 933 334	1 201 837
3 — Prejuízos em operações financeiras .....	3 354 079	2 268 505
4 — Gastos gerais administrativos .....	67 466 690	61 209 143
4.1 — Custos com o pessoal .....	29 999 261	27 771 481
Dos quais:		
(— salários e vencimentos) .....	(24 164 061)	(22 088 832)
(— encargos sociais) .....	(5 760 383)	(5 583 262)
Dos quais:		
(— com pensões) .....	(2 000 000)	(1 830 000)
4.2 — Outros gastos administrativos .....	37 467 429	33 437 662

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
5 — Amortizações do exercício .....	7 339 633	9 750 728
6 — Outros custos de exploração .....	839 401	525 191
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos .....	41 194 342	19 830 309
8 — Provisões para imobilizações financeiras .....	13 675 471	14 540 000
10 — Resultado da actividade corrente .....	(42 763 449)	(26 804 897)
11 — Perdas extraordinárias .....	606 830	36 634
13 — Impostos sobre lucros .....	504 700	504 070
14 — Outros impostos .....	537 646	456 388
15 — Lucro do exercício .....	44 394 560	29 211 817
	<u>299 874 227</u>	<u>275 387 896</u>

## CRÉDITO

	1999	1998
1 — Juros e proveitos equiparados .....	160 280 734	173 225 443
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo) .....	(9 503 364)	(7 318 592)
2 — Rendimentos de títulos .....	79 076 610	40 526 492
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável .....	161 305	25 063
b) Rendimento de participações .....	77 658	718 708
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas .....	78 837 647	39 782 721
3 — Comissões .....	35 059 275	34 238 060
4 — Lucros em operações financeiras .....	11 236 794	9 971 721
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos .....	986 344	2 411 903
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas .....	—	—
7 — Outros proveitos de exploração .....	9 954 183	11 610 265
9 — Ganhos extraordinários .....	3 280 287	3 404 012
11 — Prejuízo do exercício .....	—	—
	<u>299 874 227</u>	<u>275 387 896</u>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

## Demonstração dos resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

## DÉBITO

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
1 — Juros e custos equiparados .....	157 124 790	191 057 323
2 — Comissões .....	5 312 136	5 299 447
3 — Prejuízos em operações financeiras .....	24 727 552	42 731 458
4 — Gastos gerais administrativos .....	149 679 130	137 783 621
4.1 — Custos com o pessoal .....	90 659 084	81 302 062
4.2 — Outros gastos administrativos .....	59 020 046	56 481 559
5 — Amortizações do exercício .....	25 587 713	25 692 818
6 — Outros custos de exploração .....	1 751 655	2 009 876
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos .....	88 051 074	56 716 219
8 — Provisões para imobilizações financeiras .....	371 550	4 726 121
9 — Perdas extraordinárias .....	2 272 005	3 193 694
10 — Impostos sobre lucros .....	10 814 246	10 196 960
11 — Outros impostos .....	1 569 957	1 461 042
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação .....	820 401	441 456
13 — Interesses minoritários .....	22 828 542	18 818 768
14 — Lucro consolidado do exercício .....	86 284 767	54 205 233
	<u>577 195 518</u>	<u>554 334 036</u>

## CRÉDITO

	1999	1998
1 — Juros e proveitos equiparados .....	308 599 639	331 221 235
2 — Rendimentos de títulos .....	2 135 714	2 456 394
3 — Comissões .....	72 887 000	67 128 794
4 — Lucros em operações financeiras .....	51 079 742	65 447 751
5 — Reposições e anulações de provisões .....	14 132 976	14 772 416
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação .....	11 694 070	8 056 043
7 — Outros proveitos de exploração .....	27 953 975	18 428 784
8 — Ganhos extraordinários .....	88 712 402	46 822 619
9 — Interesses minoritários .....	—	—
10 — Prejuízo consolidado do exercício .....	—	—
	<b>577 195 518</b>	<b>554 334 036</b>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

### Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o universo das empresas subsidiárias e associadas.

2 — Não existem situações relevantes que, consoante de uma rubrica do balanço poderiam, no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — As menos-valias referentes aos títulos de negociação e de investimento decorrentes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de mercado (flutuação) são contabilizadas por contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística referida na nota n.º 1, alínea g), às demonstrações financeiras.

6 — As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Banco, à data de 31 de Dezembro de 1999, encontram-se apresentadas na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

7 — O valor das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com vencimento no decurso do ano de 2000, encontra-se referido na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

8 — Em 31 de Dezembro de 1999, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, totalizam o montante de 3 898 258 000\$.

9 — À data de 31 de Dezembro de 1999, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, são analisados na nota n.º 43 às demonstrações financeiras.

10 — O inventário de títulos e de participações financeiras do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 1999, é analisado como segue:

						(Em escudos)
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço	
A) Títulos — negociação .....					20 158 048 723	
Títulos de rendimento fixo — emitidos por residentes .....					20 158 048 723	
De dívida pública portuguesa .....					1 704 403 880	
A médio e a longo prazos .....					1 704 403 880	
OT/99-15-7-09 — 3,95% .....	1 000	EUR 0,01	1,81	1,81	1 808	
OT/98-23-4-03 — 4,8125% .....	4 927 988	EUR 0,01	2,07	2,07	10 214 909	
OT/97-23-3-00 — 5,375% .....	15 000	EUR 0,01	2,10	2,10	31 480	
OT/97-23-3-02 — 5,75% .....	10 112	EUR 0,01	2,15	2,15	21 732	
OT/98-23-6-08 — 5,375% .....	60	EUR 0,01	2	2	120	
OT/98-23-9-13 — 5,45% .....	5 000	EUR 0,01	1,97	1,97	9 840	
OT/97-23-2-07 — 6,625% .....	84	EUR 0,01	2,24	2,24	188	
OT/96-23-2-01 — 8,75% .....	750 021 049	EUR 0,01	2,26	2,26	1 694 084 053	
OT/96-23-2-06 — 9,5% .....	10 005	EUR 0,01	2,63	2,63	26 353	
OTLP/93-23-6-03 — 10,625% .....	5 000	EUR 0,01	2,50	2,50	12 508	
OTLP/95-23-2-05 — 11,875% .....	311	EUR 0,01	2,86	2,86	888	
De outros residentes .....					18 453 644 843	
A médio e a longo prazos .....					17 086 755 184	
Brisa/98-29-5-08 — Infl. ....	8 821 210	PTE 1 000	1 075,31	1 075,31	9 627 154 997	
Eurofima/18-4-06 .....	74 060	PTE 100 000	100 723,74	100 723,74	7 459 600 187	
Títulos de rendimento variável — emitidos por residentes .....					1 366 889 659	
Acções .....					462 380 637	
BPA .....	478 375	EUR 1	816	816	390 335 697	
EDP .....	16 905	PTE 1 000	3 474	3 474	58 733 938	
Modelo Continente .....	3 500	PTE 1 000	3 803	3 893	13 311 002	
Quotas .....					904 509 022	
F. Inv. Redes Com./03 .....	90 001	PTE 10 000	10 050	10 050	904 509 022	
B) Títulos — investimento .....					656 815 892 562	
De rendimento fixo — de emissores públicos .....					185 486 282 194	
De dívida pública portuguesa .....					80 021 687 010	
A médio e a longo prazos .....					80 021 687 010	
Externo — 3.ª série .....	13	PTE 5 826	4 671	4 563,54	60 723	
Externo-1902 — 3.ª série — Carimbado .....	27	PTE 6 079	5 338,37	5 187,82	144 136	
Externo-1902 — 3.ª série — S/ juro .....	80	PTE 2 026	2 026,30	1 746,67	162 104	
Externo-1902 — 3.ª série — S/ juro — Carimbado .....	48	PTE 2 026	2 026,30	1 806,24	97 262	



Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
OT/97-23-03-00 — 5,375% .....	383 930 483	EUR 0,01	2,01	2,01	772 966 980
OT/97-23-3-02 — 5,75% .....	4 273 321 296	EUR 0,01	2,10	2,06	8 989 277 542
OT/96-23-3-01 — 8,75% .....	14 892 202 953	EUR 0,01	2,12	2,12	31 596 876 792
OT/04 — Janeiro — 8,875% .....	16 111	PTE 10 000	10 042,64	11 310	161 796 948
OT/96-23-2-06 — 9,5% .....	498 797 897	EUR 0,01	2,58	2,47	1 287 127 941
OT/99-09 — Julho — 3,95% .....	5 000	PTE 10 000	17 967,95	17 712,58	89 839 741
OTLP/93-23-6-03 — 10,625% .....	997 595 794	EUR 0,01	2,36	2,36	2 356 850 003
OTMP/93-23-4-00 — 11,875% .....	3 087 559	EUR 0,01	2,05	2,07	6 324 070
OTMP/95-23-2-00 — 11,875% .....	3 267 126	EUR 0,01	2,03	2,03	6 616 104
OTRV/96-15-8-03 — Taxa variável .....	5 664 199 280	EUR 0,01	2	2	11 316 330 432
OTRV/96-30-7-02 — Taxa variável .....	2 903 053 641	EUR 0,01	2,01	2,01	5 825 996 379
OTRV/97-30-7-04 — Taxa variável .....	5 363 922 946	EUR 0,01	2	2	10 719 381 293
República Portuguesa/94 .....	20	JPY 100 000 000	195 154 287,94	206 244 900	3 903 085 759
República Portuguesa/95 .....	150	JPY 1 000 000 000	19 515 428,79	21 252 300	2 927 314 319
República Portuguesa/96 .....	599	DEM 1 000	102 526,69	102 634,18	61 438 482
De outros emissores públicos nacionais .....					64 858 880 385
A médio e a longo prazos .....					64 858 880 385
Câmara Municipal de Oeiras/93 — Taxa variável .....	300 000	PTE 1 000	1 000	996,50	300 000 000
Câmara Municipal da Maia/98-31-12-06 .....	3 000 000	PTE 1 000	1 000	1 000	3 000 000 000
Governo Regional dos Açores/94 — 2.ª série — Tx. variável .....	830 000	PTE 1 000	999,76	975	829 797 307
Governo Regional dos Açores/93-22-2-04 — 3.ª emissão .....	982 820	PTE 1 000	1 000	997	982 820 000
RAM/90-30-6-02 — Série A — Taxa variável .....	138 891	PTE 502	502,66	527,10	69 815 206
RAM/90-30-6-02 — Série B — Taxa variável .....	1 030 599	PTE 502	504,90	514,30	520 345 926
RAM/96-10-7-06 — Taxa variável .....	26 000 000	PTE 1 000	1 000	1 006	26 000 000
RAM/96-30-12-06 — 2.ª emissão — Taxa variável .....	3 400 000	PTE 1 000	1 000	—	3 400 000 000
RAM/97-30-6-07 — 1.ª série .....	22 800 000	PTE 1 000	999,26	1 000	22 783 109 077
RAM/98-15-7-08 — 1.ª e 2.ª séries .....	3 500 000	PTE 1 000	1 000	—	3 500 000 000
RAM/90 — Série A .....	8 120 000	PTE 419	427,71	439,95	3 472 992 869
De outros emissores públicos estrangeiros .....					40 605 714 798
A médio e a longo prazos .....					40 605 714 798
Bank of Greece/93-25-2-03 — 6% .....	200	JPY 100 000	195 154	195 154	38 965 258
Bank of Greece/93-30-6-03 — 9,75% .....	4 684	GBP 1 000	322 474	322 474	1 510 467 569
Bank of Greece-Bearer/93-8-12-05 — 5,1% .....	5 082	JPY 100 000	195 154	195 154	990 107 217
Bank of Greece-Recorded/93-8-12-05 — 5,1% .....	9 087	JPY 100 000	195 154	195 154	1 770 386 516
Bank of Greece/93-25-2-03 — 6% .....	808	JPY 100 000	195 154	195 154	157 419 644
Hellenic Republic/94-16-11-01 — 6,1% .....	1 400	JPY 100 000	195 154	195 154	272 756 809
HLM 3134 .....	1	USD 15 000 000	3 004 685 558	3 004 685 558	3 004 685 558
National Bank of Hungary/94-22-2-02 — 6,65% .....	1 400	JPY 100 000	195 154	195 154	272 756 809
National Bank of Hungary/22-2-02 — 6,65% .....	571	JPY 100 000	195 154	195 154	111 245 813
Province of Ontario .....	500	JPY 1 000 000	1 951 543	2 062 976	975 771 440
Republic of Greece/94-27-7-01 — 6% .....	9 000	JPY 100 000	195 154	195 154	1 753 436 639
Republic of Greece/95-14-7-05 — 4,55% .....	11 137	JPY 100 000	195 154	195 154	2 169 780 581
Republic of Greece/96-7-2-01 — 2,85% .....	540	JPY 100 000	195 154	195 154	105 206 198
Republic of Greece/96-7-2-01 — 2,85% .....	1 130	JPY 100 000	195 154	195 154	220 153 710
Republic of Greece/96-31-1-06 — 4,2% .....	7 700	JPY 100 000	195 154	195 154	1 500 162 449

Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Republic of Greece/96-31-1-06 — 4,2% .....	8 271	JPY 100 000	195 154	195 154	1 611 408 262
Republic Finlândia .....	50	FRF 1 000 000	30 562 280	34 628 196	1 528 164 000
Republica Irlanda .....	5 000	USD 1 000	199 564	217 764	997 820 028
SBA 500097 .....	1	USD 125 491	26 051 411	26 483 463	26 051 411
SBA 500217 .....	1	USD 212 316	43 342 386	44 065 377	43 342 386
SBA 500250 .....	1	USD 369 675	75 124 668	77 093 727	75 124 668
SBA 500269 .....	1	USD 129 077	26 775 525	27 755 444	26 775 525
SBA 500342 .....	1	USD 78 166	16 259 930	16 008 560	16 259 930
SBA 500347 .....	1	USD 165 927	34 486 744	35 099 651	34 486 744
SBA 500351 .....	1	USD 32 464	6 631 877	6 705 440	6 631 877
SBA 500452 .....	1	USD 77 125	15 939 263	15 603 083	15 939 263
SBA 500490 .....	1	USD 91 775	19 094 819	19 711 472	19 094 819
SBA 500700 .....	1	USD 62 340	12 975 987	12 985 157	12 975 987
SBA 500713 .....	1	USD 50 701	10 140 783	10 206 595	10 140 783
SBA 500815 .....	1	USD 164 900	34 559 291	34 964 799	34 559 291
SBA 500841 .....	1	USD 187 393	37 396384	37 724 057	37 396 834
SBA 500858 .....	1	USD 221 099	46 366 450	47 598 133	46 366 450
SBA 500911 .....	1	USD 204 822	42 909 267	43 634 227	42 909 267
SBA 500932 .....	1	USD 113 902	23 404 557	22 929 613	23 404 557
SBA 500984 .....	1	USD 154 659	331 731 404	32 561 979	31 731 401
SBA 501177 .....	1	USD 449 864	89 692 569	89 962 569	89 692 569
SBA 501203 .....	1	USD 347 026	72 635 602	75 573 312	72 635 602
SBA 501203 .....	1	USD 191 577	40 041 921	41 720 600	40 041 921
SBA 501225 .....	1	USD 102 552	21 420 887	21 975 024	21 420 887
SBA 501247 .....	1	USD 394 415	80 433 418	82 548 098	80 433 418
SBA 501261 .....	1	USD 219 428	45 828 441	46 964 784	45 828 441
SBA 501261 .....	1	USD 146 284	30 578 476	31 300 858	30 758 476
SBA 501329 .....	1	USD 464 810	101 611 931	99 716 400	101 611 931
SBA 501349 .....	1	USD 108 178	22 641 881	23 504 387	22 641 881
SBA 501381 .....	1	USD 292 039	61 178 653	63 962 784	61 178 653
SBA 501399 .....	1	USD 151 301	31 664 462	32 119 044	31 664 462
SBA 501534 .....	1	USD 219 966	46 849 383	46 915 271	46 849 383
SBA 501620 .....	1	USD 154 335	32 600 463	32 378 228	32 600 463
SBA 501993 .....	1	USD 487 647	97 225 640	97 225 640	97 225 640
SBA 502285 .....	1	USD 218 877	48 203 342	45 536 469	48 203 342
SBA 502378 .....	1	USD 575 012	114 751 766	76 560 242	114 751 766
SBA 502378 .....	1	USD 219 976	43 899 272	44 557 761	43 899 272
SBA 502506 .....	1	USD 286 779	57 171 346	57 230 710	57 171 346
SBA 502519 .....	1	USD 753 250	150 280 954	150 321 597	150 280 954
SBA 502573 .....	1	USD 369 223	77 374 848	76 630 866	77 374 848
SBA 502607 .....	1	USD 232 181	46 291 463	46 291 463	46 291 463
SBA 502648 .....	1	USD 145 974	29 692 681	29 677 445	29 692 681
SBA 502865 .....	1	USD 1 240 779	267 961 613	263 400 264	267 961 613
SBA 502875 .....	1	USD 1 391 052	277 085 192	283 849 933	277 085 192
SBA 502919 .....	1	USD 617 742	123 163 486	123 163 486	123 163 486
SBA 503057 .....	1	USD 1 064 932	212 389 657	212 522 072	212 389 657
SBA 503113 .....	1	USD 1 802 347	359 243 303	359 683 601	359 243 303
SBA 503152 .....	1	USD 765 456	152 670 126	152 757 386	152 670 126
SBA 503251 .....	1	USD 705 962	140 194 083	140 884 662	140 194 083
SBA 503274 .....	1	USD 643 264	127 805 599	128 372 297	127 805 599
SBA 503283 .....	1	USD 271 246	53 892 030	54 942 960	53 892 030

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
SBA 503409 .....	1	USD 1 068 457	212 968 804	213 225 497	212 968 804
SBA 503424 .....	1	USD 5 221 620	1 040 911 456	1 042 047 339	1 040 911 456
SBA 503428 .....	1	USD 2 862 362	594 855 788	588 361 073	594 855 788
SBA 503432 .....	1	USD 3 224 527	642 441 643	643 499 502	642 441 643
SBA 503467 .....	1	USD 2 946 975	587 950 602	596 931 840	587 950 602
SBA 503491 .....	1	USD 5 725 738	1 142 651 302	1 159 791 072	1 142 651 302
SBA 503492 .....	1	USD 4 043 344	806 020 529	806 905 850	806 020 529
SBA 503521 .....	1	USD 1 564 723	311 918 742	312 262 403	311 918 742
SBA 503637 .....	1	USD 1 645 007	328 284 174	328 284 174	328 284 174
SBA 503639 .....	1	USD 2 458 958	489 626 300	498 080 263	489 626 300
SBA 503869 .....	1	USD 1 668 013	332 875 443	337 868 575	332 875 443
SBA 504177 .....	1	USD 1 910 687	377 387 486	377 023 941	377 387 486
SBA 504197 .....	1	USD 3 098 913	621 360 366	627 707 948	621 360 366
SBA 504490 .....	1	USD 6 629 816	1 323 072 617	1 309 841 890	1 323 072 617
SBA 504711 .....	1	USD 997 114	198 802 451	201 972 807	198 802 451
SBA 504712 .....	1	USD 995 388	198 458 499	199 636 747	198 458 499
SBA 504750 .....	1	USD 11 648 262	2 322 759 204	2 359 442 389	2 322 759 204
Suécia/94 .....	10 000 000	PTE 100	100,52	100,52	1 005 152 330
Trésor Public Français BTAN .....	2	FRF 40 000	2 478 566 031	2 493 664 043	2 478 566 031
Trésor Public Français OAT TEC 10 .....	2 500	EUR 3	612 007	615 735	1 530 016 378
Xunta de Galicia/96-4-7-03 .....	15 121	PTE 100 000	99 813	99 500	1 509 274 483
De rendimento fixo — de outros emissores .....					353 164 697 662
Emitidos por residentes .....					272 283 319 599
A curto prazo .....					96 473 633 097
Papel comercial .....					96 473 633 097
A. Santos/95 — 10. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Auchan — SGPS/96 — 12. <sup>a</sup> emissão .....	500	PTE 10 000 000	10 000 000	—	5 000 000 000
Auchan — SGPS/99 — 4. <sup>a</sup> emissão .....	430	PTE 10 000 000	10 000 000	—	4 300 000 000
Auto Ind./97 — 6. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Auto Ind./97 — 7. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Bonança Gest/98 — 2. <sup>a</sup> emissão .....	400 000	PTE 10 000	10 000	—	4 000 000 000
Bonança Gest/98-017 — 2. <sup>a</sup> emissão .....	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
C. Santos/98 — 2. <sup>a</sup> emissão .....	200 000	PTE 10 000	10 000	—	200 000 000
Caves Aliança/96 — 8. <sup>a</sup> emissão .....	20 000	PTE 10 000	10 000	—	200 000 000
CIN — 129. <sup>a</sup> emissão .....	1 868	EUR 500	100 241	—	187 250 188
CME/98 — 1. <sup>a</sup> emissão .....	40	PTE 10 000 000	10 000 000	—	400 000 000
Compal/97 — 24. <sup>a</sup> emissão .....	30 000	PTE 10 000	10 000	—	300 000 000
CPCIS/96 — 6. <sup>a</sup> emissão .....	25	PTE 10 000 000	10 000 000	—	250 000 000
Ecop/96 — 11. <sup>a</sup> emissão .....	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Ed. Atlântico/96 — 16. <sup>a</sup> emissão .....	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
ETE/96 — 11. <sup>a</sup> emissão .....	40	PTE 10 000 000	10 000 000	—	400 000 000
Evicar/98 — 4. <sup>a</sup> emissão .....	35 000	PTE 10 000	10 000	—	350 000 000
Fran Manuel Santos/98 — 2. <sup>a</sup> emissão .....	415 000	PTE 10 000	10 000	—	4 150 000 000
Gamobar/96 — 11. <sup>a</sup> emissão .....	10 000	PTE 10 000	10 000	—	100 000 000
Idetex/95 — 49. <sup>a</sup> emissão .....	135	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 350 000 000
IGI/99 — 1. <sup>a</sup> emissão .....	950	EUR 50 000	10 024 100	—	9 522 895 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Imolisboa/96 — 47. <sup>a</sup> emissão .....	1 403	EUR 5 000	1 002 410	—	1 406 150 676
Investec/99 — 7. <sup>a</sup> emissão .....	120 000	PTE 10 000	10 000	—	1 200 000 000
Investec/99 — 9. <sup>a</sup> emissão .....	280 000	PTE 10 000	10 000	—	2 800 000 000
JMA/96 — 14. <sup>a</sup> emissão .....	100	PTE 10 000 000	10 000	—	1 000 000 000
Lano Video/98 — 1. <sup>a</sup> emissão .....	1	PTE 232 987 233	232 987 233	—	232 987 233
Lisgráfica/98 — 29. <sup>a</sup> emissão .....	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	900 000 000
Luso Atlântico/96 — 30. <sup>a</sup> emissão .....	70	PTE 10 000 000	10 000 000	—	700 000 000
Luso Atlântico/96 — 31. <sup>a</sup> emissão .....	60	PTE 10 000 000	10 000 000	—	600 000 000
Lusomundo/96 — 14. <sup>a</sup> emissão .....	200 000	PTE 10 000	10 000	—	2 000 000 000
Lusotur/97 — 45. <sup>a</sup> emissão .....	30	PTE 10 000 000	10 000 000	—	300 000 000
Lusotur/97 — 29. <sup>a</sup> emissão .....	150	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 500 000 000
MJP Pestana/98 — 77. <sup>a</sup> emissão .....	8	PTE 10 000 000	10 000 000	—	80 000 000
MJP Pestana/98 — 78. <sup>a</sup> emissão .....	10	PTE 10 000 000	10 000 000	—	100 000 000
MJP Pestana/98 — 79. <sup>a</sup> emissão .....	2	PTE 10 000 000	10 000 000	—	20 000 000
M. Ribas/95 — 9. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Parmalat/95 — 9. <sup>a</sup> emissão .....	110	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 100 000 000
Placido/99 — 2. <sup>a</sup> emissão .....	30 000	PTE 10 000 000	10 000 000	—	300 000 000
Portugal Telecom/98 — 22. <sup>a</sup> emissão .....	2 000	EUR 50 000	10 024 100	—	20 048 200 000
Portugal Telecom/99 — 1. <sup>a</sup> emissão .....	1 200	EUR 50 000	10 024 100	—	12 028 920 000
Quimigal/99 — 2. <sup>a</sup> emissão .....	16 000	PTE 10 000	10 000	—	160 000 000
Ricardo Gallo/98 — 4. <sup>a</sup> emissão .....	100 000	PTE 10 000	10 000	—	1 000 000 000
Sagilpor/93 — 28. <sup>a</sup> emissão .....	150 000	PTE 10 000	10 000	—	1 500 000 000
Singer/96 — 12. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Sirti/96 — 27. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
SLEM/97 — 9. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Soares Costa/95 — 14. <sup>a</sup> emissão .....	75	PTE 10 000 000	10 000 000	—	750 000 000
Tertir/97 — 9. <sup>o</sup> emissão .....	368 040	PTE 10 000	10 000 000	—	4 080 000 000
TMN/98 — 37. <sup>a</sup> emissão .....	300	EUR 50 000	10 024 100	—	3 007 230 000
TV Guia/96 — 9. <sup>a</sup> emissão .....	20	PTE 10 000 000	10 000 000	—	200 000 000
Vicaima/97 — 35. <sup>a</sup> emissão .....	25 000	PTE 10 000	10 000	—	250 000 000
A médio e a longo prazos .....					175 809 686 494
ADP/98-12-2-05 — Taxa variável .....	250 000	PTE 1 000	1 000	—	250 000 000
Amorim Hotéis – SGPS/98-18-11-03 .....	2 000 000	PTE 1 000	1 000	1 000	2 000 000 000
APAPJ/94-18-7-04 — Taxa variável .....	500 000	PTE 1 000	1 000	975	500 000 000
Banco Alves Ribeiro/99-7-12-04 — Série B .....	10 000	EUR 50	10 024,10	—	100 241 000
Banco Alves Ribeiro/99-22-6-04 .....	10 000	EUR 50	10 024,10	—	100 241 000
Banco Espírito Santo .....	99 750	PTE 10 000	10 000	—	498 750 000
Banco Itaú Europa/99-25-2-02 .....	387 500	PTE 2 005	2 004,12	2 004,82	776 867 750
Banco Itaú Europa/99-25-2-09 .....	40 096	PTE 10 000	10 000	10 000	400 964 000
Banco Mello Imobiliário — Obrig. de caixa/97-26-6-12 — 1. <sup>a</sup> emissão.	1 000 000	PTE 10 000	10 648,57	10 648 565 575	
BCP (SFI) Inv. Tx. Cresc./99-04 .....	2 042 400	EUR 1	99,93	90,86	204 089 066
BNC/99-15-6-03 .....	30 000	EUR 50	10 024,10	—	300 723 000
BNU — Obrigações de Caixa/92-02 .....	102 000	PTE 1 000	8 000	7 564,40	816 000 000
BPA – Sucursal Financeira do Exterior/99 — 1. <sup>a</sup> emissão	3 154	EUR 50	9 900,79	9 324,95	31 227 094
BPA – Sucursal Financeira do Exterior/99 — 2. <sup>a</sup> emissão	5 684	EUR 50	9 936,39	9 301,01	56 478 464
Brisa/98-28-5-08 — Infl. ....	78 790	PTE 1 000	1 060,63	1 000	83 567 052
BSNP/95 — Caixa — Taxa variável .....	5 000	PTE 10 000	9 999,33	—	49 996 663
CP (San. Financeiro-1)/85 — Taxa variável .....	6 000	PTE 10 000	10 000	—	60 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Caixa Económica Montepio Geral/98-30 .....	751 112	PTE 10 000	10 000	10 000	7 581 820 000
Centralcer/96-7-6-01 — Taxa variável — 1. <sup>a</sup> emissão .....	500 000	PTE 771	778	778,78	389 003 000
Cerexport/95-22-11-00 — Taxa variável .....	500 000	PTE 400	400	398,80	200 000 003
CIN/99-2-6-04 RVN .....	500 000	EUR 10	2 004,82	—	1 002 410 000
Cofipsa/96 .....	15 200 000	PTE 1 000	1 000	—	15 200 000 000
Construtora Abrantina/98-17-7-01 .....	2 000 000	PTE 100	100	—	200 000 000
Construtora Abrantina/98-17-7-01 .....	300 000	PTE 1 000	1 000	—	300 000 000
Corticeira Amorim/98-10-11-03 .....	5 500 000	PTE 1 000	1 000	1 000	5 500 000 000
Corticeira Amorim/99-30-04-04 .....	8 770 000	EUR 5	1 002,41	1 002,41	8 791 135 700
CP/95-22-12-05 — Taxa variável .....	124 400	PTE 1 000	1 000	992	124 400 000
EDA/99-20-8-06 .....	7 000 000	EUR 5	1 002,41	—	7 016 870 000
Edif. Atlântico/95-29-9-200 — CAP .....	1 500 003	PTE 1 209	1 209,16	1 209,16	1 813 744 200
Edifer TV/98-26-2-03 .....	100 000	PTE 1 000	999,21	1 000	99 921 441
EDP/96-20-12-11 — 23. <sup>a</sup> emissão .....	250 000	PTE 10 000	10 000	9 950 000	2 500 000 000
EDP/96-2-6-06 — Taxa variável — 22. <sup>a</sup> emissão .....	319 191 249	EUR 0,01	2	1,97	639 921 000
EDP/98-23-11-08 — 25. <sup>a</sup> emissão .....	2 086 305 005	EUR 0,01	2	1,97	4 180 854 822
Efacec Cap — SGPS/99-25-11-04 .....	483 525	EUR 10	2 004,82	—	899 962 721
Emp. Const. Amândio Carvalho/97 .....	79 952	PTE 833	833	—	66 600 000
Esf Portg/96-30-7-01 — Taxa variável .....	750 000	PTE 1 000	1 000	975	750 000 000
Etelor/98-18-3-02 .....	100 000	PTE 833	833	—	83 300 000
Fábrica Têxtil Visela/87-28-9-05 .....	19 750	PTE 915	915	—	18 071 250
Faiart — F. E. Porcelanas/96-26-0 .....	600 000	PTE 1 000	1 000	—	600 000 000
Fapobol/95-27-1-04 .....	350 000	PTE 500	501,91	—	175 667 580
Focor/95-20-7-00 — Taxa variável .....	1 000 000	PTE 1 000	1 000	—	1 000 000 000
GDL/98-12-8-13 .....	1 973 333	PTE 1 000	1 000	1 000	1 973 333 000
Grupo JMR/PD/FIN .....	1	USD 42 487 286	8 478 932 935	8 478 932 935	8 478 428 352
Imoleasing/94-20-2-01 — Taxa variável — 1. <sup>a</sup> emissão ...	25 020	PTE 10 000	10 000	9 900	250 200 000
Imoloc/98-28-4-03 — Taxa variável .....	365 000	PTE 875	875	—	319 375 000
Interbanco/98-6-3-01 — Taxa variável .....	100 000	PTE 10 000	9 993,09	—	999 308 882
Interbanco — Caixa/97-15-7-00 .....	100 000	PTE 10 000	10 000	10 000	1 000 000 000
Intraplas/95 .....	330 000	PTE 125	125	—	41 250 000
Jerónimo Martins/97-30-12-04 .....	1 080 516	PTE 1 399	1 399	1 667,61	1 511 641 884
Jerónimo Martins/96-15 — C/ warrants .....	287 814	PTE 8 200	7 884,88	7 667	2 269 379 127
JMR Grupada/98-12-6-03 .....	9 931 818	PTE 1 000	1 000	—	9 931 818 000
Madicavado/98-31-12-03 .....	100 000	PTE 1 000	1 000	1 000	100 000 000
Monte & Monte/98-6-8-02 .....	500 000	PTE 750	750	750	375 000 000
Montepio/97-15-5-02 — Obrigações de Caixa — Tx. variável	618 500	PTE 10 000	10 000	—	6 185 000 000
Mota & Companhia/96-26-12-01 .....	1 500 008	PTE 667	666,67	—	1 000 010 100
Mota & Companhia/99-7-12-04 .....	997 500	EUR 10	2 004,82	—	1 999 807 950
Pargeste — SGPS/96-30-12-03 .....	200 000	PTE 1 000	1 000	—	200 000 000
Petrogal/96-24-5-03 — Taxa variável .....	1 269 940	PTE 1 000	1 000	999	1 269 940 000
Petrogal/94-2-11-04 — 1. <sup>a</sup> emissão .....	2 000 000	PTE 1 000	1 000	999	2 000 000 000
Portucel/99-13-5-04 .....	2 175 000	EUR 10	2 004,82	—	4 360 483 500
Portucel Florestal/95-7-03 .....	1 849 750	PTE 500	500	490	924 875 000
Portucel Viana/95-7-03-00 — E .....	1 949 750	PTE 500	500	498	974 875 000
Portugal Telecom/96-22-11-01 .....	120 000	PTE 1 000	1 000	999	120 000 000
Quintas & Quintas/98-31-7-05 .....	1 000 000	PTE 1 000	1 000	—	1 000 000 000
Recheio — SGPS/98-4-9-03 .....	990 910	PTE 1 000	1 000	—	990 910 000
Recheio — SGPS .....	1	USD 31 979 612	6 311 993 514	6 311 993 514	6 311 913 721
Recheio — SGPS .....	1	USD 15 989 839	3 192 070 593	3 192 095 553	3 191 880 632
Recheio — SGPS, S. A./98-4-9-03 — 2. <sup>a</sup> série .....	3 111 811	PTE 1 000	1 000,35	—	3 182 916 377

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Recheio – SGPS, S. A./98-14-8-05 — 1.ª série .....	6 363 637	PTE 1 000	1 000	—	6 363 637 000
Recheio/98-14-8-05 .....	1 981 117	PTE 1 000	1 000	—	1 981 817 000
Salvador Caetano/96-17-12-01 — 1.ª emissão .....	500 000	PTE 500	500	500	250 000 000
Secil/Cmp/95 — Emissão grupada .....	250 000	PTE 500	500	500	125 000 000
Soares da Costa/95 .....	2 050 000	PTE 200	200	203,32	410 000 001
Sobrinca/95 .....	125 000	PTE 250	250	—	31 250 000
Soc. Têxtil Cuca/88-15-12-99 .....	2 000	PTE 600	600	600	1 200 000
Sofinloc/98-8-10-1 — Euro/Conv. ....	100 000	PTE 10 000	10 000	9 900	1 000 000 000
Solidal/98-30-10-05 .....	1 950 000	PTE 1 000	1 000	—	1 950 000 000
Somague – SGPS/98 — Pref. obr. — <i>S/ warrant</i> .....	93 765	PTE 1 000	941,11	—	88 243 015
Somelos/87 — Série A .....	34 800	PTE 750	700,35	—	24 372 244
Somelos/87 — Série B .....	35 895	PTE 750	719,31	—	25 819 628
Somelos/88 .....	95 885	PTE 420	420	—	40 271 700
Sonae Distribuição/96-30-12-03 .....	10 000 000	PTE 1 000	1 000	1 000	10 000 000 000
Sonae Imob./99-22-12-06 .....	10 000 000	EUR 5	1 002,41	1 002,41	10 024 100 000
Tecnicred/97-7-2-00 — Caixa .....	185 000	PTE 10 000	10 000	10 000	1 850 000 000
Tecnicredito/98-21-9-02 — 2.ª emissão .....	400 000	PTE 10 000	10 000	9 925	4 000 000 000
Vilartrex/98-31-12-01 — RVN .....	100 000	PTE 1 000	1 000	1 000	100 000 000
Vilatêxtil/88-1-12-95 .....	1 800	PTE 300	300	300	540 000
Vista Alegre/98-16-12-05 — euro .....	500 000	PTE 1 000	1 000	—	500 000 000
Por outros residentes .....					80 881 378 071
A médio e a longo prazos .....					80 881 378 071
Baced Credit Card, Co., Ltd./96 .....	20 333	PTE 100 000	99 839	99 750	2 030 025 167
Banco Santander/94-30-9-01 — 7,625% .....	26	ESP 25 000 000	27 005 567	31 763 555	702 144 744
Bank Boston .....	1	USD 3 000 000	597 062 786	599 844 774	597 062 786
Bank of Boston .....	1	USD 2 000 000	397 055 429	399 196 516	397 055 429
Bank One 32018 .....	1	USD 5 000 000	997 820 028	997 820 028	997 820 028
Bank One Corp .....	1	USD 3 000 000	595 074 647	586 751 983	595 074 647
Bankamerica Corp .....	1	USD 8 000 000	1 596 512 044	1 596 512 044	1 596 512 044
Bankers Nyc .....	1	USD 6 750 000	1 347 057 037	1 347 057 037	1 347 057 037
Bayer (Hypo & Wec.) .....	8	PTE 10 000 000	9 984 959	9 983 584	79 879 673
BCA Nac Lavoro Inti-Lux .....	1	USD 7 052 500	1 401 907 769	1 401 795 448	1 401 907 769
BEI/95-27-9-00 — 10,8% .....	18 500	PTE 1 000	1 049	1 047	19 400 470
BEI/97-24-6-02 — 5,75% (EUR) .....	7 457	PTE 100 000	99 951	101 006	745 331 662
BEI/96-11-10-16 — 8% .....	1 400	PTE 1 000	1 184	1 197	1 657 247
BEI/94-23-2-01 — 8,20% .....	10 000	PTE 1 000	1 053	1 040	10 533 015
Bonos Y Obligaciones-05 (EUR) .....	1	USD 13 399 750	2 674 107 783	2 459 376 929	2 674 107 783
Bonos Y Obligaciones-05 (EUR) .....	1	USD 9 223 663	1 840 711 034	1 692 901 938	1 840 711 034
Bundesrepublic/08 (EUR) .....	1	USD 20 514 715	4 093 998 697	4 071 481 705	4 093 998 697
Bundesrepublic/08 (EUR) .....	1	USD 1 315 795	262 585 321	261 141 102	262 585 321
Citicorp .....	1	USD 1 000 000	199 906 683	200 076 374	199 906 683
Eagle Pler Corp/95-30-4-02 .....	6 700 000	PTE 100	99,89	99,89	669 245 915
Eurofima/96-18-4-06 .....	24 440 000	PTE 100	100,03	100,03	2 444 709 102
Europen Inv. Bank/00 (PTE) .....	1	USD 7 089 301	1 414 769 298	1 464 771 488	1 414 769 298
Europen Inv. Bank/16 (PTE) .....	2	USD 10 050 756	2 005 769 190	2 428 986 488	4 011 538 379
Europen Inv. Bank/28 (EUR) .....	1	USD 20 481 520	4 088 771 118	4 042 195 924	4 088 771 118
Federal Home Loan Mort/97-30-7-7 (PTE) .....	6 000	PTE 100 000	105 140	107 006	630 837 492

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade		Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
First Boston/06605 Tak 8 .....	1	USD	3 000 000	595 583 015	599 844 774	595 583 015
Ford Credit Europe PLC .....	18 430	PTE	100 000	100 000	99 933	1 843 000 000
Gmac/370425qv5 .....	1	USD	5 000 000	992 404 523	999 189 346	992 404 523
Gold Sachs Lon .....	1	USD	7 000 000	1 396 948 039	1 396 948 039	1 396 948 039
Goldman Sachs .....	1	USD	5 510 000	1 092 242 156	1 100 264 180	1 092 242 156
Goldman Sachs .....	1	USD	5 000 000	991 844 856	998 424 846	991 844 856
Goldman Sachs .....	1	USD	5 000 000	992 121 180	999 099 891	992 404 523
Goldman Sachs .....	1	USD	10 000 000	1 985 669 294	1 998 109 783	1 985 669 294
Goldman Sachs .....	14 100 000	PTE	100	99,29	99,29	1 400 054 678
Goldman Sachs, Co./98-03 .....	250 000	PTE	1 000	1 000	993	249 920 228
Goldman Sachs, GRP/97 .....	16 900	PTE	100 000	99 781	100 100	1 686 296 326
Hani Bank/97-17-4-00 — 4,375% .....	10 000	DEM	1 000	102 402	102 459	1 024 842 388
Izasa Distribuciones Técnicas, S. A./96 .....	500 000	PTE	1 000	998	1 000	499 186 790
Komerčni Bank Fin/96-14-5-01 (USD) .....	500	USD	10 000	1 995 640	1 995 640	997 814 747
Kookmin Bank Var Mtn/99-19-4-01 .....	4	USD	500 000	98 302 350	98 418 775	395 844 164
Korea Dev. Bank/92-1-2-01 — 7,9% (USD) .....	600	USD	5 000	997 820	997 820	598 688 848
Korea Dev. Bank/96-10-9-01 — 2,45% (JPY) .....	6 000	JPY	100 000	195 154	195 154	1 171 160 723
Korea Dev. Bank/97-14-5-01 (DEM) .....	900	DEM	10 000	1 017 922	1 004 547	916 129 795
Korea Dev. Bank/97-14-5-01 (DEM) .....	200	DEM	10 000	1 006 727	1 016 896	202 631 196
Lethman Brothers .....	1	USD	5 000 000	997 820 028	997 820 028	997 820 028
Merrill Lynch .....	1	USD	25 000 000	5 016 455 152	5 001 073 978	5 016 455 152
Merrill Lynch/12-10-00 — 2,55% (JPY) .....	10	JPY	100 000 000	195 124 069	197 985 383	1 951 241 351
Morgan Guaranty Trust, Co./96 .....	200	PTE	1 000 000	999 693	1 000 000	199 938 658
Morgan Nyc — 61687 Yay3 .....	1	USD	5 000 000	997 820 028	1 000 126 379	997 820 028
Morgan Stan 692 .....	1	USD	2 380 000	474 962 333	474 962 333	474 962 333
Morgan Stan 734 .....	1	USD	8 090 500	1 614 572 586	1 614 572 586	1 614 572 586
Morgan Stanley .....	1	USD	5 000 000	993 278 124	999 370 929	993 278 124
Morgan Stanley .....	1	USD	10 000 000	1 985 654 427	1 998 741 858	1 985 654 427
Nations Bank .....	1	USD	2 000 000	398 752 228	399 834 623	398 752 228
Nations Bank .....	1	USD	685 000	136 581 587	136 850 807	136 581 587
Nations Bank Corp. ....	1	USD	8 690 000	1 734 211 208	1 734 211 208	1 734 211 208
Navigator Strips-Ser./10-97-23-2-07 .....	252 390	PTE	1 000	1 000	1 033	252 390 000
Navigator Strips-Ser./8-97-23-2-05 .....	252 390	PTE	1 000	1 000	1 016	252 390 000
Navigator Strips-Ser./9-97-23-2-06 .....	252 390	PTE	1 000	1 000	1 026	252 390 000
Nova n.º 1 .....	1	DEM	8 863 597	908 561 406	908 561 406	908 561 406
Obrigações BEL/96-16 .....	490 000	PTE	1 000	963	1 245	471 998 632
Petroliam National Berhad/96-12-6-01 (JPY) .....	5 000	JPY	100 000	195 154	195 154	975 967 143
Portugal Telecom I. F./99-7-4-09 — 4,625% .....	6 000	EUR	1 000	199 334	—	1 196 004 481
Robert Fleming Cap., Ltd./97-20-8-02 — Var. ....	15 420	DEM	1 000	100 710	100 972	1 562 834 926
Royal Bank Scotland Plc/85-2-5-05 — Var (GBP) .....	3 000	GBP	5 000	1 594 269	1 584 153	4 782 808 480
Salomon Smith Barney .....	1	USD	4 000 000	789 580 849	799 448 154	789 580 849
Sima/95 .....	1	USD	4 000 000	789 197 357	805 759 629	789 197 357
Sima/96 .....	1	USD	309 883	61 377 598	61 377 598	61 377 598
Wachovia Corp. ....	1	USD	1 000 000	199 564 006	199 564 006	199 564 006
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública .....						27 533 312 454
A curto prazo .....						21 001 141 992
BTs Grécia .....	1	GRD	34 600 000 000	21 001 141 992	21 001 141 992	21 001 141 992

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A médio e a longo prazos .....					6 532 170 462
Caisse Refinancement Hypoth .....	5 000	FRF 5	155 673	155 673	778 364 577
Credit Foncier de France .....	3 500	FRF 10	299 181	300 091	1 047 145 844
Dívida Pública de Moçambique .....	20 300	MZM 1 000 000	14 982	—	152 063 469
Hellenic Republic/96-1-8-00 — Var. ....	75	USD 100 000	19 973 888	20 013 484	1 500 405 482
Hellenic Republic/97-20-11-00 — Var. ....	50	EUR 100 000	20 024 202	20 100 443	1 002 498 458
National Bank of Hungary/96-21-5-02 — Var. ....	5 000	DEM 1 000	102 923	103 818	514 825 122
Republic of Greece/97-3-7-02 — Var. ....	150	DEM 100 000	10 241 600	10 253 598	1 536 867 510
Valores de rendimento variável .....					90 507 768 232
Emitidos por residentes .....					83 313 419 741
Acções .....					24 486 644 321
Amadeu Gaudêncio 3600M .....	2 335	PTE 1 000	860,34	—	2 008 894
Aveirense Moagens 260 M-CV .....	10	PTE 1 000	800	—	8 000
Banco Totta & Açores .....	151 000	PTE 1 000	6 859,24	4 846	1 035 745 000
BCI (nominativas) .....	23	PTE 1 000	1 000	997	23 000
Beira Vouga/92 — emissão .....	1 274	—	262,03	—	333 831
BES (nominativas) .....	483	PTE 1 000	1 600	5 593	772 800
Brisa (nominativas priv.) — 1.ª, 2.ª e 3.ª fases .....	518 336	PTE 1 000	1 734,67	1 527,67	899 142 255
Centrel – Gest. Comp./92 .....	1	PTE 1 000	—	1 000	—
Cimpor 84000M — Transaccionáveis .....	950 480	PTE 1 000	3 143,78	3 308	2 988 100 377
Cimpor (nominativas) .....	1 939 680	EUR 5	3 237,29	3 253,12	6 279 300 794
CMP .....	100	PTE 1 000	2 711,53	—	271 153
Cofipsa .....	4 125 000	PTE 1 000	1 136,47	—	4 687 918 433
Cofipsa Imóveis .....	15 000	PTE 1 000	1 080,69	—	16 210 350
Companhia de Seguros Bonança — 6000M — TR .....	100	PTE 1 000	2 711,53	—	271 153
Compta .....	1 100	PTE 1 000	2 152,52	2 405,78	2 367 777
Copinaque .....	5	—	1 000	—	5 000
Douro – SGPS .....	41	—	636,71	—	26 105
EDP (nominativas) .....	30 500	PTE 1 000	3 285,17	3 474,35	100 197 710
Emasa (1 200 000 contos) .....	170 865	PTE 1 000	—	—	1
FNM – Fábrica Nacional de Margarinas .....	1	PTE 1 000	950,28	950,28	950
Fábrica Vasco da Gama .....	73	—	2 000	—	146 000
Finimper – SGPS .....	100	41	1 000	200	41 000
Fitor .....	41	—	1 000	200	41 000
GAP – SGPS .....	66	—	0,02	—	1
Gestinave .....	147 706	PTE 1 000	999,17	1 000	147 583 472
Ilídio Monteiro .....	214 684	PTE 1 000	1 000	—	214 684 000
Inapa (6 000 000 contos) .....	2 248 183	PTE 1 000	1 645,30	1 630	3 698 940 315
Jerónimo Martins – SGPS .....	500	PTE 1 000	4 889,34	5 092,24	2 444 669
Jerónimo Martins/99 — emissão .....	975	PTE 1 000	9 454,89	5 092,24	9 218 519
Macedo Coelho 1300M .....	41 526	PTE 1 000	1 712,72	66	71 122 400
Matur Soc. Emp. Madeira .....	96	—	2 500	—	240 000
Modelo Continente .....	10 000	PTE 1 000	3 576,13	3 803,14	35 761 300
Nutrinveste – SGPS .....	1 026 550	PTE 1 000	3 600	3 600	2 859 674 000
Portugal Telecom .....	6 000	PTE 1 000	2 180,65	2 183,25	13 083 894
Pec Lusa .....	24 500	PTE 1 000	1 000	375	24 500 000



Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Pec. Nordeste .....	14 375	PTE 1 000	1 000	931	14 375 000
Pirites A/C .....	45 207	PTE 1 000	1 000	–	45 207 000
Portucel Industrial .....	53 994	PTE 1 000	1 320,99	1 369,29	71 325 455
PT Multimédia .....	15 000	PTE 10 000	10 418,32	11 321,22	156 274 799
SPE .....	3 999	PTE 1 000	2 000,25	–	7 999 000
Semapa .....	5 000	PTE 1 000	3 392,61	3 442,28	16 963 031
Soares da Costa .....	30 500	PTE 1 000	594,94	609,47	18 145 742
Soc. Imob. Urbanização Parque .....	1 384	PTE 1 000	1 000	–	1 384 000
Soc. Const. Amadeu Gaudêncio .....	500	PTE 1 000	150,06	–	75 030
Soltejo Soc. Hot. Tejo .....	250	–	1 400	–	350 000
Sonae Imobiliária .....	10 000	PTE 1 000	2 621,43	2 624,31	26 214 275
Sonae Investimentos – SGPS .....	17 000	PTE 1 000	8 907,40	10 505,26	151 425 721
Sotancro/94 PT .....	339 873	PTE 1 000	1 000	–	339 873 000
SPGM – Sociedade de Investimento .....	12 390	PTE 10 000	9 951,18	10 000	122 300 000
Subloc – Locação Submarinos (nominativas) .....	2 500	PTE 2 005	2 004,82	2 004,82	5 012 050
Têxtil Lopes Costa .....	2 650	PTE 1 000	2 003	–	5 307 950
Têxtil Luís Correia .....	197 258	1 000	1 948,96	1 000,41	384 448 755
Torralta/90 — Emissão .....	1 516	–	1 000	–	1 516 000
Transbel .....	8 905	PTE 1 000	2 000	–	17 810 000
TVI – Televisão Independente (nominativas) .....	94	PTE 1 000	1 000	1 000	94 000
Unicer .....	2 800	PTE 1 000	3 640,49	3 945,49	10 193 385
Títulos de participação .....					1 932 000
BFN/87 — Títulos de participação — 2.ª emissão .....	2 100	PTE 1 000	920	1 000	1 932 000
Unidades de participação .....					58 481 544 499
Fundo Aberto Portfolio Imobil. ....	18 526 669	–	1 099,11	1 104	20 362 835 782
Fundo Aberto Portfolio Imobiliário .....	1 840 000	–	1 098,09	1 082,88	2 020 485 500
Fundo AF Prestige/15 .....	201 124	EUR 4,99	991,85	–	199 483 920
Fundo AF Prestige/25 .....	199 343	EUR 4,99	1 007,71	–	199 483 720
Fundo AF Prestige/35 .....	200 942	EUR 4,99	992,75	–	199 484 261
Fundo Fechado Rede e Com./03 .....	5 525	PTE 10 000	10 000	–	55 250 000
Fundo Fechado Saúde e Lazer/04 .....	127 197	PTE 10 000	11 071,01	–	1 408 199 386
Fundo Gestão Imobiliária .....	300	–	1 237,47	1 237,37	371 058
Fundo Imobiliário Imorenda .....	284 756	–	1 000	–	284 756 000
Fundo Imobiliário Renda Predial .....	465 868	–	1 000	1 000	465 868 000
Fundo Imocapital Aberto .....	1 745 000	–	2 108,16	2 093,93	3 678 737 865
Fundo Inv. Imob. Aberto Imosonae I .....	1 215 038	–	11 327,22	11 639	13 763 003 006
Fundo Inv. Imobiliário EFISA .....	750 000	PTE 1 200	11 600	–	8 700 000 000
Margueira – Fundo Inv Imob. Fech .....	7 143 586	–	1 000	–	7 143 586 000
Outros títulos .....					343 298 922
Fundo de Gestão Imobiliária .....	81 910	PTE 1 000	1 237,47	1 237,37	101 360 922
Soc. Imob. Quinta Santa Filomena .....	25 000	PTE 250	1 000	–	25 000 000
Marinotéis TP/91 — 4.ª emissão — Taxa variável .....	216 943	PTE 1 000	999,98	–	216 938 000

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Emitidos por não residentes .....						7 194 348 491
Acções .....						39 606 790
Diamang – Diamantes de Angola .....	16 811	PTE	500	1 337,74	–	21 646 030
ISSI .....	90	USD	1 000	199 564,01	–	17 960 760
Unidades de participação .....						5 373 912 967
Fundo Prime Sicav .....	880			11 350	11 350	9 987 721
SBC Warburg/97-18-2-00 .....	25	USD	1 000 000	204 880 904	199 595 936	5 363 925 246
Certificados de depósito .....						1 052 319 174
Australia & New Zeland BKG .....	2 000	USD	1 000	199 522	199 522	398 099 434
Banca Nacional de Lavoeres .....	10	HKD	1 000 000	25 672 800	25 582 900	256 120 306
National Australia Bank .....	200	USD	10 000	1 995 220	1 995 220	398 099 434
Outros títulos .....						728 509 560
Vnesheconombank Ussr/97-2-12-15 — Var. ....	3 645 554	USD	1	200	68	728 509 560
Títulos próprios — rendimento fixo .....						118 670 000
A médio e a longo prazos .....						118 670 000
BCP — Caixa PSI 20/97-7-3-02 .....	8 649	PTE	10 000	10 000	17 750	86 490 000
BCP — Caixa PSI 20/97-7-3-02 .....	3 218	PTE	10 000	17 750		32 180 000
Títulos próprios — rendimento variável .....						5 162 021
Emitidos por residentes .....						5 162 021
Títulos de participação .....						5 162 021
BPA TP/86 — 1.ª emissão — Taxa variável .....	983	PTE	1 000	1 429,24	1 412,20	1 404 945
BPA TP/86 — 2.ª emissão — Taxa variável .....	1 284	PTE	1 000	1 425,70	1 412,10	1 830 605
BPA TP/90 — Remuneração — Taxa variável .....	344	PTE	1 000	1 059,50	1 052,70	364 468
BPA TP/92 — Remuneração — Taxa variável .....	1 075	PTE	1 000	1 069,24	1 045	1 149 432
BPA TP/93 — Remuneração — Taxa variável .....	387	PTE	1 000	1 066,08	1 045	412 572
C) Títulos a vencimento .....						–
D) Imobilizações financeiras .....						166 295 983 350
Participações .....						96 631 963 811
Em instituições de crédito no País .....						300 201 293
Acções .....						300 201 293
Unicre, S. A. ....	211 120	PTE	1 000	1 421,95	–	300 201 293

2284-(184)

DIÁRIO DA REPÚBLICA — III SÉRIE

N.º 26 — 31 de Janeiro de 2001

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Em instituições de crédito no estrangeiro .....					70 346 341 450
Acções .....					70 346 341 450
Banca Intesa, SPA .....	45 653 092	ITL 1 000	976,99	—	44 602 407 888
Banco Santander Central Hispano, S. A. ....	5 136 856	EUR 1	2 345,64	—	12 049 210 783
Big Bank Gdanski, S. A. ....	63 475 913	PLZ 424 590 872	373,82	—	13 577 397 129
Fundo Europeu de Investimento .....	3	EUR 1 000 000	39 108 550	—	117 325 650
Em outras empresas no País .....					9 315 856 453
Acções .....					8 127 104 973
Ambelis – Agência p/ Modern. Econom. Lisb. ....	4 000	PTE 1 000	1 000	—	4 000 000
Anasis – Análise de Sistemas de Informação .....	30 000	PTE 1 000	1 000	—	30 000 000
Apor – Agência Modernização Porto .....	1 200	PTE 1 000	1 000	—	1 200 000
Blaser – Sociedade Têxtil, S. A. ....	75 000	PTE 1 000	1 000	—	75 000 000
Cabelauto – Cabos para Automóveis, S. A. ....	350 000	PTE 1 000	1 000	—	350 000 000
Celpor, S. A. ....	1 210	PTE 1 000	1 000	—	1 210 000
Cerpar – SGPS .....	80 000	PTE 1 000	1 000	—	80 000 000
Cidade Expresso – Serviços de Distribuição .....	14 250	PTE 1 000	1 700	—	24 225 000
Citröen Lusitana, S. A. ....	250	PTE 1 000	35 670,01	—	8 917 502
Clínica Particular do Porto, S. A. ....	43 282	PTE 1 000	1 057,76	—	45 782 000
Clipóvoa, S. A. ....	58 200	PTE 1 000	1 301,34	—	75 738 200
Cofinca – Comércio e Indústria de Confecções .....	115 000	PTE 1 000	1 000	—	115 000 000
Companhia de Cerâmica Devezas, S. A. ....	6	PTE 1 000	61 430,83	—	368 585
Comundo, S. A. ....	10 233	PTE 100	639,15	—	6 540 422
Construtura do Tâmega, S. A. ....	956 142	PTE 1 000	2 000	1 002	1 723 809 976
Copinaque, S. A. ....	20 000	PTE 1 000	2 251	—	45 020 000
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S. A. ....	60 000	PTE 1 000	1 839,88	—	110 392 576
Delfim Freitas – Com. Ind. de Vestuário .....	80 000	PTE 1 000	1 000	—	80 000 000
Emasa, S. A. ....	57 765	PTE 1 000	1 075,35	—	62 117 693
Endouro Turismo .....	49 000	PTE 1 000	1 000	—	49 000 000
Eurominas, S. A. ....	1	PTE 1 000	1 000	—	1 000
Exosol – Turismo Tropical, S. A. ....	3 600	PTE 1 000	1 000	—	3 600 000
Fábricas Ideal – Indústrias Têxteis, S. A. ....	77 677	PTE 1 000	1,50	—	116 516
Fiandeira Castanhense – Indústria Têxtil, S. A. ....	48 043	PTE 1 000	1 000	—	48 043 000
FIEP – Fundo Intern. Empresas Portuguesas, SGPS .....	1 000 000	PTE 1 000	1 000	—	1 000 000 000
Finangest .....	4 500	PTE 4 000	204 000	—	918 000 000
Gices – Soc. Gest. Fundos Investimento Imob. ....	24 000	PTE 1 000	1 083,33	—	26 000 000
Horta da Moura – Agro-Turismo .....	120 000	PTE 1 000	865,13	—	103 815 000
Hospital do Coração .....	25	PTE 10 000	10 000	—	250 000
Imovalor – Soc. Gestão de Investimento Imob. ....	94 699	PTE 1 000	2 831,96	—	268 183 554
Incal, S. A. ....	1 115	PTE 230	108,10	—	120 527
Incotal, S. A. ....	8 415	PTE 1 000	1 000,50	—	8 419 208
Interhotel, S. A. ....	294	PTE 1 000	1 001,50	—	294 441
Margueira, S. A. ....	8 140	PTE 1 000	1 000	—	8 140 000
Matur, S. A. ....	2 251	PTE 1 000	4 816,87	—	10 842 775
Meridiano, S. A. ....	—	—	—	—	64 933 585
Metalurgia Casal, S. A. ....	82	PTE 1 000	1 298,98	—	106 516
Munditer, S. A. ....	9 918	PTE 1 000	1 860,02	—	18 447 636

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Naviser – Transportes Marítimos Internacionais .....	40 000	PTE 1 000	1 000	–	40 000 000
Net, S. A. ....	2 000	PTE 1 000	1 000,13	–	2 000 250
OPE – Optimização Energética, S. A. ....	35 000	PTE 1 000	1 000	–	35 000 000
Perfiladora, S. A. ....	1 102	PTE 1 000	906,84	–	999 339
Pinto & Bulhosa, S. A. ....	96 028	PTE 1 000	887,41	–	85 216 000
PME Capital – Soc. Inf. Cultural .....	151 000	PTE 1 000	1 001,40	–	151 211 280
PME Investimentos .....	151 000	PTE 1 000	1 000,32	–	151 199 680
Publicultura – Soc. Inf. Culturas .....	15 000	PTE 1 000	1 000	–	15 000 000
Salvor, S. A. ....	718	PTE 1 000	1 414,83	–	1 015 847
Scottwool, S. A. ....	18 000	PTE 1 000	1 000	–	18 000 000
SEC – Sociedade de Explosivos Civis, S. A. ....	140 000	PTE 1 000	1 000	–	140 000 000
Secla, S. A. ....	34 890	PTE 1 000	1 383,52	–	48 271 056
Sedas de Vizela – JSO .....	1 342	PTE 1 000	22 354,32	–	29 999 500
Servimédia – Soc. Mediadora Capitais, S. A. ....	36 450	PTE 1 000	1 216,74	–	44 350 000
SGO, S. A. ....	202	PTE 1 000	9,18	–	1 855
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S. A. ....	647 462	PTE 1 000	1 091,92	–	706 978 455
Sociedade Ind. Aliança, S. A. ....	32	PTE 500	500	–	16 000
Sodera – Sociedade Desen. Reg. Alentejo, S. A. ....	1 950	PTE 5 000	5 000	–	9 750 000
Somotel, S. A. ....	20	PTE 500	500,50	–	10 010
Sonafi – Soc. Nacional de Fundação Injectada .....	150 750	PTE 1 000	1 780	–	268 335 000
Sotima – Sociedade Transf. Ind. de Madeira, S. A. ....	1 358 449	PTE 1 000	20,09	–	27 289 626
Sousa Lima, S. A. ....	250 000	PTE 1 000	2 000	–	500 000 000
TagusPark – Parque da Ciência e Tecnologia, S. A. ....	435 000	PTE 1 000	1 001,30	–	435 565 630
Terciforma, S. A. ....	4 999	PTE 1 000	1 000	–	4 999 000
Terologos, S. A. ....	23 990	PTE 1 000	939,98	–	22 550 001
Têxteis Atma, S. A. ....	4 439	PTE 1 000	1 196,60	–	5 311 713
Têxtil Lopes da Costa, S. A. ....	18 141	PTE 1 000	569,98	–	10 340 000
Unifer, S. A. ....	7 620	PTE 1 000	795,15	–	6 059 018
Urbipainel – Publicidade, Comun. e Meios .....	29 110	PTE 1 000	–	–	1
Quotas .....					6 751 480
Inangol – Consultoria Técnica, Económica e Financeira ...	1	PTE 4 750 000	4 750 000	–	4 751 480
Varanda de Castro Comunicação, L.ª .....	1	PTE 2 000 000	2 000 000	–	2 000 000
Unidades de participação .....					1 182 000 000
CTTEVE – Centro Tec. Ind. Têxtil Vestuário de Portugal				2 000 000	
FRIE IPE Capital – Retex/PAIEP .....					200 000 000
FRIE IPE Capital – Soc. Port. Cap. de Risco .....					290 000 000
FRIE IPE Capital – Soc. Port. Cap. de Risco – Retex .....					200 000 000
FRIE Sulpedip .....					290 000 000
FRIE Sulpedip – Retex .....					200 000 000
Em outras empresas no estrangeiro .....					16 669 564 615
Acções .....					16 669 564 615
Airplus, S. A. R. L. ....	–	MZM 551 250 000	–	–	4 134 375
Bitalbond, B. V. ....	245	NLG 100	9 287	–	248 397 481
Clube Financeiro de Vigo .....	1	ESP 1 000	3 564 485	–	3 564 485
CPTTM .....	3	MOP 50 000	1 243 333	–	3 730 000
EBA – Abe Clearing, SAS .....	1	EUR 1 000	–	–	200 482

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Euro Clear Clearence System, S. C. ....	1		4 159	—	4 159
Grupo Financeiro Bital, S. A., de CV .....	42 652 500	MXN 1	391	—	5 819 715 216
Interamerican Hellénic Life Insurance Company .....	630 000	GRD 100	16 481	—	10 382 974 111
Jetco – joint Electronic Teller Services, Ltd. ....	8	HKD 100	19 306 705	—	154 453 641
Liu's Tecnologia .....	500	MOP 1 000	24 866	—	12 432 950
PIM – Parque Industrial Matola, S. A. R. L. ....				—	4 615 400
Swift – Soc. Worldwilde Interbank F. Telecom. ....	170	BEF 5 000	150 789	—	22 909 365
World Trade Center .....	750	MOP 1 000	16 577	—	12 432 950
Partes de capital em empresas coligadas .....					52 279 286 073
Em outras empresas no País .....					50 390 876 899
Acções .....					49 939 275 087
AGII – Atlântico, Gestão e Investimento, S. A. ....	7 000 000	PTE 1 000	1 014,89	—	7 548 280 885
Conselho – Gestão e Investimentos, S. A. ....	120 000	PTE 1 000	552,89	—	68 125 047
David Ferreira da Silva & Filhos, S. A. ....	90 000	PTE 1 000	994,46	—	89 501 100
Fomento – Sociedade de Gestão, SGPS, S. A. ....	280 726	PTE 1 000	2 532,38	—	710 905 792
Luso Atlântico – Aluguer de Viaturas, S. A. ....	196 514	PTE 1 000	1 500,19	—	463 685 080
Novafacer – Imobiliária, S. A. ....	8 118 575	PTE 1 000	426,90	—	3 465 845 276
Rendimo – Sociedade Imobiliária, S. A. ....	316 000	PTE 1 000	467,04	—	147 586 109
Seguros & Pensões Gere, SGPS, S. A. ....	24 554 261	EUR 5	1 687,06	—	36 756 060 093
Servitrust – Trust Management Services, S. A. ....	2 000	PTE 10 000	10 000	—	426 330 170
Tecnilease – Comércio e Aluguer de Equipamentos .....	300 000	EUR 5	1 093	—	262 955 535
Quotas .....					451 601 812
BCP – Assessores Financeiros, L.ª .....	2	PTE 11 000 000	13 675 029	—	22 043 676
Cateri II – Restaurantes, L.ª .....	1	PTE 15 601 280	15 000 001	—	15 000 001
CISF Veículos – Sociedade de Aluguer, L.ª .....	2	PTE 10 000 000	10 000 000	—	77 518 727
Contimaro – Indústria de Mármore, L.ª .....	1	PTE 28 000 000	187 611 855	—	187 611 855
Paço da Palmeira, L.ª .....	2	PTE 8 000 000	8 000 000	—	14 065 428
VSC – Aluguer de Veículos sem Condutor, L.ª .....	1	PTE 250 000 000	250 000 000	—	135 362 125
Em outras empresas no estrangeiro .....					1 888 409 174
Acções .....					1 886 046 904
Caracas Financial Services, Ltd. ....	25 000	USD 1	199,56	—	2 616 636
Companhia de Seguros de Macau, S. A. R. L. ....	14 400	MOP 1 000	74 615,22	—	2605 436 199
Seguradora Internacional de Moçambique, S. A. ....	122 612	MZM 100 000	2 326,78	—	25 345 364
Seguros e Pensões Internacional, BV .....	3 465 755	NLG 100	9 197,58	—	1 252 648 705
Quotas .....					2 362 270
BCM CIL – Consultoria de Investimentos, L.ª .....	2	MOP 100 000	2 201 025	—	2 362 270
Outras imobilizações financeiras .....					17 384 733 466
Prestações suplementares .....					24 500 000
Endouro Turismo .....					24 500 000

N.º 26 — 31 de Janeiro de 2001

DIÁRIO DA REPÚBLICA — III SÉRIE

2284-(187)

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Suprimentos .....					9 708 463 902
AGII – Atlântico, Gestão e Investimento Imobiliário, S. A.					3 000 000 000
David Ferreira da Silva & Filhos .....					229 806 584
Delfim Freitas – Com. Ind. de Vestuário .....					40 000 000
Endouro Turismo .....					7 390 000
Horta da Moura – Agro-Turismo .....					9 750 000
Seguros e Pensões Gere, S. A. ....					6 300 000 000
Shopping Direct – Comércio Electrónico, S. A. ....					121 517 318
Outras .....					7 651 769 564
AGIII – Atlântico, Gestão e Investimento Imobiliário, S. A.					7 110 000 000
Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L. ....					144 011 253
Bolsa de Valores de Lisboa .....					30 285 000
Bolsa de Valores do Porto .....					7 000 000
Caução BCM .....					16 701 945
Caução Luanda .....					5 639 437
Cauções diversas .....					2 386 426
CPC Imobiliária .....					91 538 464
JETCO .....					51 223 610
Liu's Tecnologia .....					37 299 350
Outras .....					61 264 080
Paço da Palmeira – Soc. Agrícola e Com., L. <sup>da</sup> .....					2 420 000
Soc. Imob. Quinta de Santa Filomena .....					92 000 000
E) Títulos vencidos .....					1 003 763 641
Emitidos por residentes .....					421 762 751
A médio e a longo prazos .....					421 762 751
Aldeimor/94 .....					50 000 000
Atlânpesca .....					10 000 000
Cabel .....					7 500 000
Costa & Sousa .....					41 476 565
Finos – Fábrica de Lanifícios de Portalegre, S. A. ....					20 476 205
H. R. Metal Ramalho .....					80 000 000
Highlight .....					8 000 000
João Brogueira .....					23 072 958
Pinto & Bulhosa .....					25 280 000
Rio Confecções .....					38 550 000
Têxteis Luís Correia .....					11 407 023
Transbrotense .....					95 000 000
Transbrotir .....					11 000 000
Emitidos por não residentes .....					582 000 890
A médio e a longo prazos .....					582 000 890
Banco Nacional de Angola .....					582 000 890
<i>Total</i> .....					<b>844 273 688 276</b>

2284-(188)

DIÁRIO DA REPÚBLICA – III SÉRIE

N.º 26 – 31 de Janeiro de 2001

O inventário de títulos e de participações financeiras do Banco, à data de 31 de Dezembro de 1999, é analisado como segue:

						(Em escudos)
Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — negociação .....						—
B) Títulos — investimento .....						135 207 100 832
De rendimento fixo — de emissores públicos .....						6 501 755 468
De outros emissores públicos nacionais .....						3 000 000 000
A médio e a longo prazos .....						3 000 000 000
Câmara Municipal da Maia/98-31-12-06 .....	3 000 000	PTE	1 000	1 000	1 000	3 000 000 000
De outros emissores públicos estrangeiros .....						3 501 755 468
A médio e a longo prazos .....						3 501 755 468
Province of Ontario .....	500	JPY	1 000 000	1 951 543	2 062 976	975 771 440
Republica Finlândia .....	50	FRF	1 000 000	30 563 280	34 628 196	1 528 164 000
Republica Irlanda .....	5 000	USD	1 000	199 564	217 764	997 820 028
De rendimento fixo — de outros emissores .....						85 862 999 204
Emitidos por residentes .....						84 954 437 799
Papel comercial .....						14 850 000 000
Papel comercial Auchan — SGPS/99 — 4. <sup>a</sup> emissão .....	430	PTE	10 000 000	10 000 000	—	4 300 000 000
Papel comercial Auto Ind./97 — 6. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE	10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Auto Ind./97 — 7. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE	10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial CPCIS/99 — 6. <sup>a</sup> emissão .....	25	PTE	10 000 000	10 000 000	—	250 000 000
Papel comercial Ecop/96 — 39. <sup>a</sup> emissão .....	100	PTE	10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Ed. Atlântico/96 — 16. <sup>a</sup> emissão .....	100	PTE	10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Idetex/95 — 49. <sup>a</sup> emissão .....	135	PTE	10 000 000	10 000 000	—	1 350 000 000
Papel comercial JMA96 — 14. <sup>a</sup> emissão .....	100	PTE	10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Luso Atlântico/96 — 30. <sup>a</sup> emissão .....	70	PTE	10 000 000	10 000 000	—	700 000 000
Papel comercial Luso Atlântico/96 — 31. <sup>a</sup> emissão .....	60	PTE	10 000 000	10 000 000	—	600 000 000
Papel comercial Lusotur/97 — 45. <sup>a</sup> emissão .....	30	PTE	10 000 000	10 000 000	—	300 000 000
Papel comercial Lusotur/99 — 29. <sup>a</sup> emissão .....	150	PTE	10 000 000	10 000 000	—	1 500 000 000
Papel comercial SLEM/97 — 9. <sup>a</sup> emissão .....	50	PTE	10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Soares da Costa/95 — 14. <sup>a</sup> emissão .....	75	PTE	10 000 000	10 000 000	—	750 000 000
Papel comercial Tertir/97 — 9. <sup>a</sup> emissão .....	40	PTE	10 000 000	10 000 000	—	400 000 000
Papel comercial TV Guia/96 — 9. <sup>a</sup> emissão .....	20	PTE	10 000 000	10 000 000	—	200 000 000
A médio e a longo prazos .....						70 104 437 799
Amorim Hotéis — SGPS/98-18-11-03 .....	2 000 000	PTE	1 000	1 000	1 000	2 000 000 000
Atlântico/99-2-8-03 — 3,25% — 1. <sup>a</sup> emissão .....	197	EUR	450	9 923,93	9 923,93	1 955 014
Atlântico/99-4-10-04 — Taxa crescente .....	847	EUR	50	9 965,54	9 965,54	8 440 815
BCPA AG Internet/99-6-12-04 .....	100	EUR	50	10 024,10	10 024,10	1 002 410

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BPA Cx PSI20/97-7-3-02 .....	1	PTE 10 000	17 730,30	17 750	17 730
BPA – Sucursal Financeira do Exterior/99 — 1.ª emissão	3 154	EUR 50	9 900,79	9 324,95	31 227 094
BPA – Sucursal Financeira do Exterior/99 — 2.ª emissão	5 684	EUR 50	9 936,39	9 301,01	56 478 464
BNU/92-02 — Obrigações de caixa subordinadas .....	102 000	PTE 8 000	8 000	7 566,4	816 000 000
CISF C. Gar. Dow Jones Euro Stock 50 .....	53 875	PTE 10 000	9 938,61	9 938,61	535 442 652
CISF C. Gar. Energia Mundial/98-23-3-200 .....	59 593	PTE 10 000	9 932,04	9 932,04	591 880 250
CISF Invest. Real/99-10-5-06 .....	23 338	EUR 50	9 978,06	9 978,06	232 868 023
CISF PSI 20/99-12-4-04 .....	259 661	EUR 50	10 007,33	10 007,33	2 598 513 961
Comercial Leasing/99-15-12-04 — 5.ª emissão — 1.ª série	2 500 000	EUR 10	2 004,82	2 004,82	5 012 050 000
Comercial Leasing/99-23-12-04 — 5.ª emissão — 2.ª série	2 500 000	EUR 10	2 004,82	2 004,82	5 012 050 000
Corticeira Amorim/98-10-11-03 .....	5 500 000	PTE 1 000	1 000	1 000	5 500 000 000
Corticeira Amorim/99-30-4-04 .....	8 770 000	EUR 5	1 002,41	1 002,41	8 791 135 700
EDA/99-20-8-06 .....	3 500 000	EUR 5	1 002,41	1 002,41	3 508 435 000
Edif. Atlântico/95-29-9-200 — CAP. ....	1 500 003	PTE 1 209	1 209,16	1 209,16	1 813 744 200
Edifer/98-26-2-03 — Taxa variável .....	100 000	PTE 1 000	999,21	1 000	99 921 441
Efacec Cap – SGPS/99-25-11-04 .....	241 762	EUR 10	2 004,82	2 004,82	484 689 293
Grandes Marcas Mundiais/98-9-2-02 .....	138 099	PTE 10 000	10 258,50	10 750	1 416 688 332
Interbanco/98-6-3-01 — Taxa variável .....	50 000	PTE 10 000	9 993,09	9 993,09	499 654 441
Madeicavado/98-31-12-03 .....	100 000	PTE 1 000	1 000	1 000	100 000 000
Monte & Monte/98-6-8-03 .....	500 000	PTE 750	750	750	375 000 000
Mota & Companhia/99-7-12-04 .....	498 750	EUR 10	2 004,82	2 004,82	999 903 975
Petrogal/96-24-5-03 — Taxa variável .....	1 269 940	PTE 1 000	1 000	999	1 269 940 000
Petrogal/94-2-11-04 — 1.ª emissão .....	2 000 000	PTE 1 000	1 000	999	2 000 000 000
Portucel/99-13-5-04 (EUR) .....	1 208 300	EUR 10	2 004,82	2 004,82	2 422 424 006
Quintas & Quintas/98-31-7-05 .....	500 000	PTE 1 000	1 000	1 000	500 000 000
Sociedade Têxtil Cuca/88-15-12-99 .....	2 000	PTE 600	600	600	1 200 000
Solidal .....	975 000	PTE 1 000	1 000	1 000	975 000 000
Sonae Distribuição/96-30-12-03 .....	10 000 000	PTE 1 000	1 000	1 000	10 000 000 000
Sonae Imobiliária/99-22-12-06 .....	10 000 000	EUR 5	1 002,41	1 002,41	10 024 100 000
Tecnicrédito/98-21-9-02 — 2.ª emissão .....	200 000	PTE 10 000	10 000	10 000	2 000 000 000
Valor Cimpor/99-1-3-01 .....	173	PTE 10 000	10 070,35	10 070,35	1 742 171
Valor EDP/98-14-12-00 .....	7 727	PTE 10 000	9 368,81	9 368,81	72 392 828
Vilartex/98-31-12-01 — RVN .....	100 000	PTE 1 000	1 000	1 000	100 000 000
Vilatêxtil/88-1-12-95 .....	1 800	PTE 300	300	300	540 000
Vista Alegre/98-16-12-05 (EUR) .....	250 000	PTE 1 000	1 000	1 000	250 000 000
Por outros não residentes .....					908 561 406
A médio e a longo prazos .....					908 561 406
Nova n.º 1 .....	1	DEM 8 863 597	908 561 406	908 561 406	908 561 406
Valores de rendimento variável .....					42 755 856 160
Emitidos por residentes .....					42 755 856 160
Acções .....					4 483 355 944
Amadeu Gaudêncio 3600M .....	2 335	PTE 1 000	860,34	—	2 008 894
Banco Totta & Açores .....	151 000	PTE 1 000	6 859,24	4 846	1 035 745 000
Beira Vouga/92 — Emissão .....	1 274	—	262,03	—	333 831



(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BES (nominativas) .....	483	PTE 1 000	1 600	5 593	772 800
Cimpor (nominativas) .....	968 840	EUR 5	3 198,28	3 198,28	3 101 820 184
Companhia de Seguros Bonança — 600M — TR .....	100	PTE 1 000	3 781,28	—	378 128
Copinaque .....	5	—	1 000	—	5 000
Douro — SGPS .....	41	—	636,71	—	26 015
Fábrica Vasco da Gama .....	73	—	2 000	—	146 000
Finimper — SGPS .....	100	—	1 000	—	100 000
Fitor .....	41	—	1 000	200	41 000
GAP — SGPS .....	66	—	0,02	—	1
Matur — Soc. Emp. Madeira .....	96	—	2 500	—	240 000
Soltejo — Sociedade Hot. Tejo .....	250	—	1 400	—	350 000
Sotancro/94 (portador) .....	339 873	PTE 1 000	1 000	—	339 873 000
Torralta/90 — Emissão .....	1 516	—	1 000	—	1 516 000
Títulos de participação .....					1 932 000
BFN/87 — Títulos de participação — 2.ª emissão .....	2 100	PTE 1 000	920	1 000	1 932 000
Unidades de participação .....					38 270 568 217
Fundo Aberto Portfolio Imobil. ....	18 526 669	—	1 099,11	1 104	20 362 835 782
Fundo de Gestão Imobiliária .....	100	—	1 235,64	1 234,08	123 564
Fundo Imobiliário Renda Predial .....	465 868	—	1 000	1 000	465 868 000
Fundo Imocapital Aberto .....	1 745 000	—	2 108,16	2 093,93	3 678 737 865
Fundo Inv. Imob. Aberto Imosona I .....	1 215 038	—	11 327,22	11 639	13 763 003 006
Títulos próprios — rendimento variável .....					86 490 000
Emitidos por residentes .....					86 490 000
Outros títulos .....					86 490 000
BCP Cx. PSI 20/97-7-3-02 .....	8 649	PTE 10 000	10 000	17 750	86 490 000
C) Títulos a vencimento .....					—
D) Imobilizações financeiras .....					447 961 681 168
Participações .....					19 171 147 649
Em instituições de crédito no País .....					62 424 454
Acções .....					62 424 454
Unicre — Cartão Internacional de Crédito .....	48 260	PTE 1 000	1 294	—	62 424 454
Em instituições de crédito no estrangeiro .....					117 325 650
Acções .....					117 325 650
Fundo Europeu de Investimento .....	3	EUR 1 000 000	39 108 550	—	117 325 650

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade		Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Em outras empresas no País .....						696 828 204
Acções .....						696 828 204
Ambelis – Agência p/ Modern. Econom. Lisb. ....	4 000	PTE	1 000	1 000	–	4 000 000
Cosec .....	30 000	PTE	1 000	2 262	–	67 871 326
SIBC – Sociedade Interbancária de Serviços, S. A. ....	228 114	PTE	1 000	562	–	128 189 233
Servimedia – Sociedade Mediadora Capitais, S. A. ....	21 450	PTE	1 000	1 368	–	29 350 000
Sotima – Sociedade Transf. Industrial de Madeiras .....	58 449	PTE	1 000	434	–	25 339 626
SPR – Sociedade Port. Capital de Risco, S. A. ....	7 051	PTE	1 000	924	–	6 512 389
TagusPark – Parque da Ciência e Tecnologia, S. A. ....	435 000	PTE	1 000	1 001	–	435 565 630
Em outras empresas no estrangeiro .....						18 294 569 341
Acções .....						18 294 569 341
EBA – Abe Clearing, SAS .....	1	EUR	1 000	–	–	200 482
Euro Clear Clearance System S. C. ....	1	BEF	–	4 159	–	4 159
Grupo Financeiro Bital, S. A., de CV .....	42 652 500	MXN	1	391	–	16 687 264 500
PIM – Parque Industrial da Matola, S. A. R. L. ....	1	PTE	–	–	–	2 307 700
Seguros e Pensões Internacional BV .....	175 302	NLG	100	9 097	–	1 594 803 099
SWIFT – Soc. Worldwide Interbank F. Telecom. ....	58	BEF	5 000	172 231	–	9 989 401
Partes de capital em empresas coligadas .....						45 331 428 679
Em instituições de crédito no País .....						7 549 864 000
Acções .....						7 549 864 000
Leasefactor – SGPS, S. A. ....	5 000 000	EUR	5	1 510	–	7 549 864 000
Em outras empresas no País .....						37 772 085 879
Acções .....						32 648 480 850
AF – Investimentos, SGPS, S. A. ....	1 836 000	PTE	1 000	3 173	–	5 825 945 356
Comercial Imobiliária, S. A. ....	5 000 000	PTE	1 000	1 008	–	5 037 786 926
SPASA – Sociedade de Participações Atlântico .....	1 000 000	PTE	1 000	1 040	–	1 040 000 000
Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A. ....	12 295 843	EUR	5	1 687	–	20 744 748 568
Quotas .....						5 123 605 029
BCP Assessores Financeiros, L. <sup>da</sup> .....	1	PTE	70 000	70 000	–	13 605 029
BCP IF – SGPS, Sociedade Unipessoal, L. <sup>da</sup> .....	1	PTE	5 000 000	5 000 000	–	5 000 000
BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SC .....	1	PTE	5 000 000	5 000 000	–	5 000 000
BCP – Empresas, SGPS, L. <sup>da</sup> .....	1	PTE	5 100 000 000	5 100 000 000	–	5 100 000 000
Em outras empresas no estrangeiro .....						9 478 800
Acções .....						9 478 800
Bitalbond, B. V. ....	245	NLG	100	9 287	–	2 275 325
Clube Financeiro de Vigo .....	1	ESP	1 000	3 564 485	–	3 564 485
Bitalpart, B. V. ....	400	NLG	100	9 097	–	3 638 991

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Outras imobilizações financeiras .....					383 459 104 840
Empréstimos subordinados .....					1 503 615 000
Banco de Investimento Imobiliário, S. A. ....					1 503 615 000
Prestações suplementares .....					331 474 134 214
BCP IF – SGPS, Sociedade Unipessoal, L. <sup>da</sup> .....					328 228 322 964
BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal – SGPS, L. <sup>da</sup> .....					3 245 811 250
Suprimentos .....					20 475 470 626
AF – Investimentos, SGPS, S. A. ....					500 000 000
Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A. ....					6 300 000 000
SPASA – Soc. de Participações Atlântico, SGPS, S. A. ...					13 675 470 626
Prestações acessórias .....					30 005 885 000
BCP IF – SGPS, Sociedade Unipessoal, L. <sup>da</sup> .....					30 000 000 000
Part. Membro da Bolsa de Valores de Lisboa .....					5 885 000
E) Títulos vencidos .....					983 287 436
Emitidos por residentes .....					401 286 546
A médio e a longo prazos .....					401 286 546
Aldeimor/94 .....					50 000 000
Atlânpesca .....					10 000 000
Cabel .....					7 500 000
Costa & Sousa .....					41 476 565
H. R. Metal Ramalho .....					80 000 000
Highlight .....					8 000 000
João Brogueira .....					23 072 958
Pinto & Bulhosa .....					25 280 000
Rio Confeccções .....					38 550 000
Têxteis Luís Correia .....					11 407 023
Transbrotense .....					95 000 000
Transbrotir .....					11 000 000
Emitidos por não residentes .....					582 000 890
A médio e a longo prazos .....					582 000 890
Banco Nacional de Angola .....					582 000 890
<i>Total</i> .....					<b>584 152 069 436</b>

N.º 26 — 31 de Janeiro de 2001

DIÁRIO DA REPÚBLICA — III SÉRIE

2284-(193)

11 — O desenvolvimento das imobilizações corpóreas e incorpóreas, encontram-se detalhadas nas notas n.ºs 9 e 8 às demonstrações financeiras.

12 — Os montantes referentes a activos com carácter de subordinação, incluído na rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, no Grupo e Banco, são de 2 125 525 000\$ e de 1 724 561 000\$, respectivamente.

13 — À data de 31 de Dezembro de 1999, o Grupo e o Banco não detinham activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — A decomposição por prazos residuais das rubricas de outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes, constam nas notas n.ºs 4 e 5 às demonstrações financeiras, respectivamente.

15 — As reavaliações efectuadas pelo Grupo reportam-se a períodos anteriores à aquisição do Banco Português do Atlântico, S. A., pelo Banco Comercial Português, S. A., tendo sido consideradas como reservas de pré-aquisição nas contas consolidadas deste último.

16 — Os valores de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento, estão incluídos na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, no Banco e no Grupo, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — As decomposições dos débitos sobre instituições de crédito, sobre clientes e representados por títulos em função do prazo residual encontra-se representada nas notas n.ºs 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras, respectivamente.

19 — O valor dos débitos representados por títulos, com vencimento no decurso do ano de 2000, consta na nota n.º 14 às demonstrações financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 1999, os débitos detidos pelo Banco sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, totalizam o montante de 1 411 501 000\$.

21 — À data de 31 de Dezembro de 1999, os débitos do Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, são analisados na nota n.º 44 às demonstrações financeiras.

22 — Relativamente à rubrica 8 do passivo, nomeadamente passivos subordinados, a apresentação das diversas emissões de obrigações é desenvolvida na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão discriminados na nota n.º 37 às demonstrações financeiras.

24 — Os montantes dos compromissos relativamente à responsabilidade contratada por pensões de reforma, encontram-se discriminados na nota n.º 42 às demonstrações financeiras.

25 — Os saldos, bem como os respectivos movimentos das contas de provisões do Grupo e do Banco, encontram-se desenvolvidos nas seguintes notas às demonstrações financeiras:

- Provisões específicas para aplicações em instituições de crédito — nota n.º 4 às demonstrações financeiras;
- Provisões específicas para crédito concedido — nota n.º 5 às demonstrações financeiras;
- Provisões para a carteira de títulos de negociação e de investimento — nota n.º 6 às demonstrações financeiras;
- Provisões para participações financeiras — nota n.º 7 às demonstrações financeiras;
- Provisões para outros activos — nota n.º 10 às demonstrações financeiras;

Provisões para riscos gerais de crédito — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;

Provisões para pensões de reforma e de sobrevivência — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;

Provisões para riscos bancários gerais — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;

Provisões para outros riscos e encargos — nota n.º 17 às demonstrações financeiras.

26 — Os critérios utilizados para distinguir entre os títulos de negociação, os de investimento e os da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos nas políticas contabilísticas apresentadas na nota n.º 1, alínea g), às demonstrações financeiras.

27 — As rubricas de acréscimos e diferimentos de proveitos e de custos, estão discriminadas nas notas n.ºs 11 e 16 às demonstrações financeiras.

28 — a) Montantes ainda não imputados a resultados:

Os montantes ainda não imputados a custos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor superior ao seu valor de reembolso ascenderam, à data de 31 de Dezembro de 1999, a 25 718 000\$.

Os montantes ainda não imputados a proveitos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor inferior ao seu valor de reembolso ascenderam, à data de 31 de Dezembro de 1999, a 19 211 000\$.

b) Valor de mercado dos títulos de investimento:

A análise dos títulos de investimento, nomeadamente entre o valor contabilístico e o valor de mercado, é apresentada na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

c) Títulos de negociação:

À data de 31 de Dezembro de 1999 o Banco não detinha carteira de títulos de negociação, pelo que não existe diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação no Banco e o que lhes corresponderia se a avaliação se efectuasse ao valor de custo (juros corridos e valias).

29 — Os aumentos de capital social do Banco ocorridos durante o ano encontram-se expressos na nota n.º 19 às demonstrações financeiras.

30 — As partes de capital beneficiárias de obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares, são referidas na nota n.º 23 às demonstrações financeiras.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos está expresso nas notas n.ºs 10 e 15 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos incluídos ou não no balanço administrados pelo Grupo e Banco, em nome próprio por conta de outrem. Relativamente aos fundos administrados pelo Grupo e não reflectidos no balanço, os mesmos são analisados na nota n.º 39 às demonstrações financeiras.

33 — As operações a prazo efectuadas e não vencidas, têm a sua desagregação apresentada na nota n.º 37 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço e respectiva ventilação por grandes categorias profissionais encontra-se referida na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

35 — As remunerações dos órgãos de administração, fiscalização e direcção estão expressos na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — Os contravalores do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira para o Grupo e Banco, à data de 31 de Dezembro de 1999 e 1998, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Activos .....	1 278 774 936	1 044 266 694	765 895 872	687 012 736
Passivos .....	1 279 115 721	1 068 482 071	763 297 720	617 257 530

38 — Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a distribuição dos proveitos por grandes áreas de mercados geográficos é analisada como segue:

(Em percentagem)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Portugal .....	87,8	78,6	96,5	84,6
Restantes países da União Europeia .....	5	7,2	—	—
Estados Unidos da América .....	1,4	1,2	—	—
Ásia .....	3,3	6	3,5	15,4
Ilhas Caymão .....	2	6,5	—	—
Outros .....	0,5	0,5	—	—
	100	100	100	100

39 — As principais componentes das rubricas de outros custos e proveitos de exploração, bem como das rubricas de perdas e ganhos extraordinários, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
<b>Outros custos de exploração:</b>				
Quotizações e donativos .....	591 071	318 487	443 290	210 656
Menos-valias em bens de locação financeira .....	78 372	112 433	—	—
Prejuízos por equivalência patrimonial .....	820 401	441 456	—	—
Outros custos de exploração .....	261 811	1 137 500	396 111	314 535
	<u>1 751 655</u>	<u>2 009 876</u>	<u>839 401</u>	<u>525 191</u>
<b>Perdas extraordinárias:</b>				
Menos-valias em imobilizações .....	230 130	256 341	82 010	957
Perdas de exercícios anteriores .....	524 580	1 231 822	10 043	6 600
Outras perdas extraordinárias .....	1 517 295	1 705 531	514 777	29 077
	<u>2 272 005</u>	<u>3 193 694</u>	<u>606 830</u>	<u>36 634</u>
<b>Outros proveitos de exploração:</b>				
Prestação de serviços .....	7 123 724	5 946 203	1 569 486	1 672 029
Reembolso de despesas .....	4 141 314	5 233 383	1 937 525	2 901 575
Proveitos de locação financeira .....	327 475	294 743	—	—
Rendimentos de imóveis .....	248 264	124 086	285 942	581 984
Outros proveitos de exploração .....	16 113 198	6 830 369	6 161 230	6 454 677
	<u>27 953 975</u>	<u>18 428 784</u>	<u>9 954 183</u>	<u>11 610 265</u>
<b>Ganhos extraordinários:</b>				
Mais-valias em imobilizações .....	78 709 481	35 850 337	100 305	1 273 060
Recuperação de créditos .....	7 204 112	7 442 282	3 002 750	1 795 199
Outros ganhos de exercícios anteriores .....	544 501	431 115	12 618	311 565
Outros ganhos extraordinários .....	2 254 308	3 098 885	164 614	24 188
	<u>88 712 402</u>	<u>46 822 619</u>	<u>3 280 287</u>	<u>3 404 012</u>

40 — Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios, está referida na nota n.º 36 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas do Banco são objecto de consolidação pelo método da equivalência patrimonial, na Eureka B. V., com sede em Entrada 501, 1096 EH, Amsterdam, Holanda.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da Comunidade Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração dos resultados.

45 — As operações de locação financeira realizadas pelo Grupo, na óptica do locatário, em 31 de Dezembro de 1999, atingiram o

montante de 246 237 000\$, e as amortizações acumuladas respectivas ascenderam a 229 956 000\$.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e saldos credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização, efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do «Capítulo II — Normas e princípios contabilísticos».

47 — Os montantes incluídos nos resultados do Banco provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio, no âmbito da instrução n.º 7/98 — (BNBP n.º 5, 15 de Maio de 1998), totalizam 2 554 804 000\$, que foram anulados em consolidação.

48 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Banco.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

### Balanço em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

#### ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	Notas	1999 (milhares de euros)	1999	1998
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	2	376 120	75 405 324	37 376 998
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito ....	3	365 326	73 241 232	70 077 465
Outros créditos sobre instituições de crédito .....	4	7 208 989	1 445 272 617	1 785 121 121
Créditos sobre clientes .....	5	9 147 228	1 833 854 570	1 286 330 600
Obrigações, acções e outros títulos .....	6	672 692	134 862 646	237 763 111
Acções próprias .....	22	249 328	49 985 676	4 724 100
Participações financeiras .....	7	270 227	54 175 576	50 566 722
Imobilizações incorpóreas .....	8	12 564	2 518 810	3 864 468
Imobilizações corpóreas .....	9	368 507	73 879 059	95 568 273
Outros activos .....	10	2 037 535	408 489 111	412 650 095
Contas de regularização .....	11	798 394	160 063 742	72 831 507
		21 506 910	4 311 748 363	4 056 874 460

#### PASSIVO

	Notas	1999 (milhares de euros)	1999	1998
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista .....		236 906	47 495 383	84 743 897
A prazo .....	12	9 828 400	1 970 417 300	2 131 725 040
Débitos para com clientes:				
À vista .....		4 343 045	870 702 335	750 330 936
A prazo .....	13	2 390 636	479 279 403	443 755 137
Débitos representados por títulos .....	14	145 886	29 247 477	11 500 000
Outros passivos .....	15	48 096	9 642 475	12 939 198
Contas de regularização .....	16	263 035	52 733 675	60 914 389
Provisão para riscos e encargos .....	17	216 795	43 463 551	21 567 920
Passivos subordinados .....	18	1 913 650	383 652 424	140 845 889
<i>Total do passivo</i> .....		19 386 449	3 886 634 023	3 658 322 406
<b>Situação líquida</b>				
Capital subscrito .....	19	1 000 000	200 482 000	196 969 000
Prémio de emissão .....		587 202	117 723 467	115 197 231
Reservas e resultados acumulados .....	21	533 259	106 908 873	86 385 823
<i>Total da situação líquida</i> .....		2 120 461	425 114 340	398 552 054
		21 506 910	4 311 748 363	4 056 874 460

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 37).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

**Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 e 1998**

## ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	Notas	1999 (milhares de euros)	1999	1998
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	2	878 080	176 039 142	80 677 729
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	3	695 762	139 487 755	119 829 835
Outros créditos sobre instituições de crédito .....	4	2 180 810	437 213 098	569 293 411
Créditos sobre clientes .....	5	23 735 831	4 758 606 895	3 643 082 619
Obrigações, acções e outros títulos .....	6	3 361 378	673 895 884	670 085 937
Acções próprias .....	22	249 328	49 985 676	4 724 100
Participações financeiras .....	7	734 099	147 173 591	116 703 316
Imobilizações incorpóreas .....	8	67 045	13 441 380	12 390 997
Diferenças de consolidação e de reavaliação .....	8	408 230	81 842 738	113 393 196
Imobilizações corpóreas .....	9	850 265	170 462 912	164 701 490
Outros activos .....	10	750 998	150 561 596	130 461 538
Contas de regularização .....	11	1 386 785	278 025 523	176 652 850
		<u>35 298 611</u>	<u>7 076 736 190</u>	<u>5 801 997 018</u>

## PASSIVO

	Notas	1999 (milhares de euros)	1999	1998
<b>Débitos para com instituições de crédito:</b>				
À vista .....		92 551	18 554 828	119 930 649
A prazo .....	12	10 969 372	2 199 161 636	1 525 049 169
<b>Débitos para com clientes:</b>				
Débitos à vista .....		7 224 207	1 448 323 564	1 248 141 784
Débitos a prazo .....	13	8 313 844	1 666 776 109	1 715 610 804
Débitos representados por títulos .....	14	3 348 929	671 400 070	253 768 815
Outros passivos .....	15	169 155	33 912 513	58 203 533
Contas de regularização .....	16	758 525	152 070 489	173 082 097
Diferenças de consolidação e reavaliação .....	16	525	105 161	105 161
Provisão para riscos e encargos .....	17	536 667	107 592 024	73 741 711
Passivos subordinados .....	18	751 460	150 654 295	149 250 872
<i>Total do passivo</i> .....		<u>32 165 235</u>	<u>6 448 550 689</u>	<u>5 316 884 595</u>
<b>Situação líquida</b>				
Capital subscrito .....	19	1 000 000	200 482 000	196 969 000
Prémio de emissão .....		587 202	117 723 467	115 197 231
Reservas e resultados acumulados .....	21	226 028	45 314 449	(3 587 416)
<i>Total da situação líquida</i> .....		<u>1 813 230</u>	<u>363 519 916</u>	<u>308 578 815</u>
Interesses minoritários .....	23	1 320 146	264 665 585	176 533 608
		<u>35 298 611</u>	<u>7 076 736 190</u>	<u>5 801 997 018</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 37).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

**Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998**

(Em milhares de escudos)

	Notas	1999 (milhares de euros)	1999	1998
Juros e proveitos equiparados .....	24	799 477	160 280 734	173 225 443
Juros e custos equiparados .....	25	588 719	118 027 541	135 853 274
Margem financeira .....		210 758	42 253 193	37 372 169
Provisão para riscos de crédito .....	26	56 373	11 301 736	11 794 476
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		<u>154 385</u>	<u>30 951 457</u>	<u>25 577 693</u>

(Em milhares de escudos)

	Notas	1999 (milhares de euros)	1999	1998
<b>Outros proveitos:</b>				
Rendimentos de títulos .....	27	394 432	79 076 610	40 526 492
Comissões .....	28	174 875	35 059 275	34 238 060
Lucros em operações financeiras .....	29	56 049	11 236 794	9 971 721
Outros proveitos de exploração .....	30	66 013	13 234 470	13 826 132
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e em associadas .....		—	—	1 188 145
		<u>691 369</u>	<u>138 607 149</u>	<u>99 750 550</u>
<b>Outros custos:</b>				
Comissões .....	28	9 643	1 933 334	1 201 837
Prejuízos em operações financeiras .....	29	16 730	3 354 079	2 268 505
Custos com o pessoal .....	32	149 636	29 999 261	27 771 481
Outros gastos administrativos .....		186 887	37 467 429	33 437 662
Amortizações do exercício .....	33	36 610	7 339 633	9 750 728
Outras provisões .....	34	212 397	42 581 733	20 163 930
Outros custos de exploração .....	35	9 895	1 983 877	1 018 213
		<u>621 798</u>	<u>124 659 346</u>	<u>95 612 356</u>
Lucro antes de impostos .....		223 956	44 899 260	29 715 887
Impostos sobre lucros .....	36	<u>2 517</u>	<u>504 700</u>	<u>504 070</u>
Lucro do exercício .....		221 439	44 394 560	29 211 817

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

### Demonstração dos resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

(Em milhares de escudos)

	Notas	1999 (milhares de euros)	1999	1998
Juros e proveitos equiparados .....	24	1 539 288	308 599 639	331 221 235
Juros e custos equiparados .....	25	<u>783 735</u>	<u>157 124 790</u>	<u>191 057 323</u>
Margem financeira .....		755 553	151 474 849	140 163 912
Provisão para riscos de crédito .....	26	<u>150 532</u>	<u>30 178 943</u>	<u>29 495 016</u>
Margem financeira após provisão para riscos de crédito .....		<u>605 021</u>	<u>121 295 906</u>	<u>110 668 896</u>
<b>Outros proveitos:</b>				
Rendimentos de títulos .....	27	68 983	13 829 784	10 512 437
Comissões .....	28	363 559	72 887 000	67 128 794
Lucros em operações financeiras .....	29	254 785	51 079 742	65 447 751
Outros proveitos de exploração .....	30	189 328	37 956 896	29 401 066
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas .....	31	<u>392 601</u>	<u>78 709 481</u>	<u>35 850 337</u>
		<u>1 269 256</u>	<u>254 462 903</u>	<u>208 340 385</u>
<b>Outros custos:</b>				
Comissões .....	28	26 497	5 312 136	5 299 447
Prejuízos em operações financeiras .....	29	123 341	24 727 552	42 731 458
Custos com o pessoal .....	32	452 206	90 659 084	81 302 062
Outros gastos administrativos .....		294 391	59 020 046	56 481 559
Amortizações do exercício .....	33	127 631	25 587 713	25 692 818
Outras provisões .....	34	220 023	44 110 705	17 174 908
Outros custos de exploração .....	35	<u>31 992</u>	<u>6 414 018</u>	<u>7 106 068</u>
		<u>1 276 081</u>	<u>255 831 254</u>	<u>235 788 320</u>



(Em milhares de escudos)

	Notas	1999 (milhares de euros)	1999	1998
Lucro antes de impostos .....		598 196	119 927 555	83 220 961
Impostos sobre lucros .....	36	53 941	10 814 246	10 196 960
Lucro depois de impostos .....		544 255	109 113 309	73 024 001
Interesses minoritários .....		113 868	22 828 542	18 818 768
Lucro consolidado do exercício .....		430 387	86 284 767	54 205 233

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

### Mapa de alterações na situação líquida consolidada para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

(Em milhares de escudos)

	Milhares de euros	Total da situação líquida	Capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 1997 ...	795 605	159 504 549	156 006 351	39 909 041	12 435 000	(48 845 843)
Constituição de reservas:						
Reserva legal .....	—	—	—	—	1 842 145	(1 842 145)
Reserva estatutária .....	—	—	—	—	150 000	(150 000)
Dividendos distribuídos .....	(73 908)	(14 817 282)	—	—	—	(14 817 282)
Bónus aos empregados .....	(7 236)	(1 450 783)	—	—	—	(1 450 783)
Aumento de capital por emissão de 32 833 649 acções reservadas a accionistas e colaboradores .....	499 509	100 142 629	32 833 649	67 308 980	—	—
Aumento de capital por emissão de 8 129 000 acções pelo exercício parcial dos direitos de conversão das acções preferenc. convertíveis	83 507	16 741 639	8 129 000	8 612 639	—	—
Encargos relacionados com aumentos de capital .....	(3 160)	(633 429)	—	(633 429)	—	—
Resultado do exercício .....	270 375	54 205 233	—	—	—	54 205 233
Dif. cambial result. da consolidação	(18 742)	(3 757 211)	—	—	—	(3 757 211)
Outras reservas de consolidação ...	(6 766)	(1 356 530)	—	—	—	(1 356 530)
Saldos em 31 de Dezembro de 1998 ...	1 539 184	308 578 815	196 969 000	115 197 231	14 427 145	(18 014 561)
Constituição de reservas:						
Reserva legal .....	—	—	—	—	2 921 182	(2 921 182)
Reserva estatutária .....	—	—	—	—	180 000	(180 000)
Dividendos distribuídos .....	(116 000)	(23 256 000)	—	—	—	(23 256 000)
Bónus aos empregados .....	(9 884)	(1 981 542)	—	—	—	(1 981 542)
Aumento de capital por emissão de 3 031 000 acções pelo exercício parcial dos direitos de conversão das acções preferenciais conver- tíveis (nota n.º 19) .....	30 781	6 171 116	3 031 000	3 140 116	—	—
Encargos relacionados com aumentos de capital .....	(284)	(56 915)	—	(56 915)	—	—
Redenominação do capital social de escudos para euros (nota n.º 19)	—	—	482 000	(482 000)	—	—
Resultado do exercício .....	430 387	86 284 767	—	—	—	86 284 767
Encargos com o <i>split</i> de acções ...	(374)	(74 965)	—	(74 965)	—	—
Despesas com a emissão de acções preferenciais .....	(8 000)	(1 603 856)	—	—	—	(1 603 856)
<i>Goodwill</i> na aquisição do BIG Bank Gdanski, S. A. ....	(59 293)	(11 887 219)	—	—	—	(11 887 219)
Dif. cambial result. da consolidação	28 253	5 664 202	—	—	—	5 664 202
Outras reservas de consolidação ...	(21 540)	(4 318 487)	—	—	—	(4 318 487)
Saldos em 31 de Dezembro de 1999 ...	1 813 230	363 519 916	200 482 000	117 723 467	17 528 327	27 786 122

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Demonstração de fluxos de caixa consolidados  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998**

(Em milhares de escudos)

	1999 (milhares de euros)	1999	1998
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais:</b>			
Juros e comissões recebidas .....	1 894 097	379 732 255	359 789 133
Recebimentos por prestação de serviços .....	132 853	26 634 708	19 192 342
Pagamento de juros e comissões .....	(872 494)	(174 919 418)	(182 087 256)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos .....	35 934	7 204 112	7 442 282
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores .....	(841 809)	(168 767 638)	(131 018 947)
	<u>348 581</u>	<u>69 884 019</u>	<u>73 317 554</u>
<b>Diminuições/(aumentos) de activos operacionais:</b>			
Fundos adiantados a instituições de crédito .....	530 756	106 407 025	480 420 286
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário .....	(115 683)	(23 192 372)	42 378 191
Fundos adiantados a clientes .....	(5 710 917)	(1 144 936 141)	(981 467 288)
Títulos negociáveis a curto prazo .....	(175 585)	(35 201 647)	(1 834 763)
<b>Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais:</b>			
Débitos para com instituições de crédito — à vista .....	(505 660)	(101 375 821)	43 005 148
Débitos para com instituições de crédito — a prazo .....	3 362 459	674 112 468	298 286 341
Débitos para com clientes — à vista .....	998 503	200 181 780	84 436 014
Débitos para com clientes — a prazo .....	(243 586)	(48 834 695)	(225 138 619)
	<u>(1 511 132)</u>	<u>(302 955 384)</u>	<u>(186 597 136)</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos .....	(44 711)	(8 963 681)	(7 245 509)
	<u>(1 555 843)</u>	<u>(311 919 065)</u>	<u>(193 842 645)</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento:</b>			
Cedência de participações financeiras .....	1 041 503	208 802 559	173 045 028
Aquisição de participações financeiras .....	(506 715)	(101 587 242)	(150 658 158)
Dividendos recebidos .....	16 554	3 318 853	2 956 803
Juros recebidos de títulos de investimento .....	128 300	25 721 882	34 723 568
Venda de títulos de investimento .....	4 579 637	918 134 763	962 757 186
Compra de títulos de investimento .....	(6 319 704)	(1 266 986 878)	(1 290 915 487)
Vencimentos de títulos de investimento .....	1 739 116	348 661 380	455 234 991
Compra de immobilizações .....	(191 512)	(38 394 762)	(34 419 133)
Venda de immobilizações .....	43 544	8 729 720	14 568 215
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo .....	(352 805)	(70 731 126)	23 821 195
	<u>177 918</u>	<u>35 669 149</u>	<u>191 114 208</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento:</b>			
Emissão de dívida subordinada .....	16 250	3 257 832	2 347 000
Reembolso de dívida subordinada .....	(9 250)	(1 854 410)	(13 933 410)
Emissão de empréstimos obrigacionistas .....	2 150 166	431 069 644	69 898 109
Reembolso de empréstimos obrigacionistas .....	(67 473)	(13 527 159)	(29 632 574)
Aumento de capital .....	15 119	3 031 000	32 833 649
Prémio de emissão .....	15 005	3 008 236	66 675 551
Certificados de depósito .....	443	88 770	(3 434 831)
Dividendos pagos e bónus a empregados .....	(125 884)	(25 237 542)	(16 268 065)
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo e interesses mino- ritários .....	(308 505)	(61 849 696)	(65 537 405)
	<u>1 685 871</u>	<u>337 986 675</u>	<u>42 948 024</u>
<b>Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes</b>			
	<u>28 253</u>	<u>5 664 202</u>	<u>(3 757 211)</u>
Varição líquida em caixa e seus equivalentes .....	336 199	67 400 961	36 462 376
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	834 663	167 334 996	130 872 620
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	<u>1 170 862</u>	<u>234 735 757</u>	<u>167 334 996</u>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

## Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

### I — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação.* — O Banco Comercial Português, S. A., é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª Directiva Comunitária n.º 86/635/CEE, relativa à prestação de contas de bancos e outras instituições financeiras, e da 7.ª Directiva 83/349/CEE, relativa à consolidação de contas. Adicionalmente é apresentada informação suplementar de uma forma consistente em relação às demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, mas que inclui a aplicação do método de consolidação integral às subsidiárias seguradoras.

Os valores constantes em euros nas demonstrações financeiras do Banco e do Grupo, relativos ao exercício de 1999, foram convertidos de escudos para euros à taxa de conversão fixa e irrevogável de 200\$482 sendo apresentados para fins meramente informativos.

### b) Bases de consolidação:

#### Datas de referência:

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial Português, S. A., e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota n.º 7, bem como o resultado proporcional à participação financeira em empresas associadas, relativamente aos anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998.

#### Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias do sector financeiro que representem 50%, ou a maioria do capital, ou de direitos de voto, e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral.

Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados. As participações financeiras em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, nomeadamente as empresas comerciais e seguradoras, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

#### Participações financeiras em associadas:

As participações financeiras em empresas associadas cujo valor da participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo exerce influência significativa, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao valor proporcional da participação em capital, reservas e resultados da empresa associada. Nas empresas em que o Grupo exerce controlo em conjunto com outros accionistas é aplicado o método da consolidação proporcional.

Nos casos em que o valor da participação financeira numa sociedade representa menos de 20% do capital social e na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nos órgãos de decisão, na gestão dos negócios conjuntos e na definição da estratégia, é também aplicado o critério da equivalência patrimonial.

#### Diferenças de consolidação e de reavaliação — *goodwill*:

O *goodwill*, resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Até 31 de Dezembro de 1998, foi adoptada a política de capitalização do *goodwill* como imobilizado incorpóreo, sendo amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos.

A partir de 1 de Janeiro de 1999, o *goodwill* passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação.

Para as subsidiárias já existentes, em que se verificam alterações no valor do investimento, mantém-se o critério de amortização definido para a primeira diferença de consolidação ou de reavaliação.

#### Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro:

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em escudos às taxas de câmbio oficiais em vigor na data do balanço. Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em escudos à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em escudos da situação patrimonial no início do ano e dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data do balanço, são registadas em reservas.

#### Outros investimentos:

Os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exerce influência significativa são contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado.

d) *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco, tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

e) *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo. A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, e aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal.

f) *Provisão para risco-país.* — A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Banco de Portugal, incluindo as alterações de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida instrução.

g) *Obrigações, acções e outros títulos.* — Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

#### Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros decorridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício. Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição acrescido dos juros decorridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

#### Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos. De acordo com o disposto nos pontos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

#### Carteira a vencimento:

A carteira a vencimento é representada por títulos que o Banco pretende manter até ao seu vencimento, sendo constituída exclusivamente por títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento de emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do n.º 15 do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

Os títulos com *call option* apenas poderão integrar a carteira a vencimento desde que o *call price* não seja inferior ao valor de reembolso na data de vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição, sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

A transferência de títulos da carteira de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado.

A transferência de títulos da carteira de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor a que se encontram registados, líquidos das respectivas provisões constituídas.

Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento, as diferenças entre o valor de reembolso e o valor por que os títulos foram registados na carteira a vencimento são periodificadas pelo prazo que decorrerá até à sua amortização, por contrapartida de proveitos ou custos.

*h) Fundos autónomos de investimento afectos à actividade seguradora.* — Existem modalidades de seguro relativamente às quais os prémios são aplicados, autonomamente, em fundos de investimento. Para cada fundo autónomo existe a garantia de uma remuneração de gestão financeira das companhias de seguros de vida do Grupo.

O excedente ao rendimento mínimo gerado pelos respectivos fundos, líquidos da remuneração de gestão financeira, é atribuído aos segurados ou aos beneficiários nas respectivas percentagens de participação acordadas entre as companhias do Grupo e os segurados, na forma de participação nos resultados.

*i) Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.* — Os investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro correspondem a seguros de grupo ligados a fundos de investimento colectivo *unit-link* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respectivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro.

Os rendimentos da comercialização dos produtos *unit-link*, são provenientes de comissões de subscrição, cobrados no início de cada contrato, e de comissões de gestão, determinadas em função do valor dos respectivos fundos.

A carteira de títulos que representa as unidades de participação acima referida é composta por títulos de rendimento fixo, valorizados, na data do balanço, de acordo com as cotações da Bolsa de Valores. As mais e menos-valias não realizadas são registadas como proveitos ou custos do exercício.

*j) Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos.* — Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

#### Posição à vista:

Constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, resultados em moeda estrangeira, operações à vista a aguar-

dar liquidação e operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio indicativo do Banco de Portugal e as diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

#### Posição a prazo:

Constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

#### Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

#### Operações de *swap* de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento, por contrapartida de proveitos ou custos.

#### Operações de *swap* de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações. As operações de *swap* de taxa de juro, de negociação, são reavaliadas com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

#### Contratos a prazo de taxa de juro (FRA — *forward rate agreement*):

Os FRAs são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Os contratos de negociação são reavaliados ao valor de mercado, *marked to market*, sendo as respectivas reavaliações reconhecidas em contas de resultados. Tais reavaliações são calculadas no período compreendido entre a data de contratação e a data de liquidação das operações.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados obtidos na data de liquidação, periodificados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos.

#### Opções e futuros:

As posições de negociação em contratos de opções e futuros transaccionados em mercados organizados são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício.

Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos.

Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a opção for exercida, ou reflectidos em custos, se a opção não for exercida.

Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados.

As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos.

#### *Caps* e *floors*:

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

Outros derivativos:

Estas operações são reavaliadas diariamente, sendo os presumíveis prejuízos assumidos como custos e os potenciais proveitos registados apenas quando realizados.

k) *Imobilizações corpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. Para as empresas do Grupo Atlântico as imobilizações corpóreas são apresentadas ao custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas das reintegrações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis .....	50
Obras em edifícios alheios .....	10
Equipamento .....	4 a 12
Outras imobilizações .....	3

Relativamente à actividade seguradora, os investimentos em terrenos e edifícios são valorizados ao seu valor actual, valor este que corresponde ao valor de mercado determinado com base na última avaliação de cada terreno e de cada edifício, efectuado nos últimos cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal, ou ao seu custo de aquisição ou produção, em casos onde a aquisição ou produção dos respectivos terrenos ou edifícios decorreu nos últimos seis meses.

Os terrenos e edifícios para uso próprio, afectos à actividade seguradora, não são reintegrados, de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

l) *Imobilizações incorpóreas.* — Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento:

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

- O produto/processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;
- Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;
- O conselho de administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;
- Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;
- Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

Despesas de estabelecimento e trespasses:

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e de trespasses são amortizadas durante um período de três anos.

*Goodwill:*

O *goodwill* resultante de aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas até 31 de Dezembro de 1998 é capitalizado e amortizado num período não excedendo 20 anos, de acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea b).

A partir de 1 de Janeiro de 1999, o *goodwill* passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação. Para as subsidiárias já existentes, em que se verificam alterações no valor do investimento, mantém-se o critério de amortização definido para a primeira diferença de consolidação ou de reavaliação.

m) *Locação financeira:*

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada,

que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital.

Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

n) *Pensões de reforma.* — Até 31 de Dezembro de 1997, em conformidade com os contratos negociados com os seus trabalhadores, o Grupo BCPAtlântico tinha assumido a responsabilidade relativa a pensões de reforma e invalidez, incluindo os benefícios ao cônjuge sobrevivente e órfãos, consagrados no ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário e nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalhadores de Seguros (CCT).

A responsabilidade contratual para as empresas do Grupo encontrava-se coberta por fundos distintos, nomeadamente pelo Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Banco Comercial Português, administrado pela ex-Vanguarda — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., actualmente integrada na Pensõesgera — SGFP, S. A., pelo Fundo de Pensões referente aos trabalhadores do Atlântico e suas subsidiárias, administrado pela ex-Praemium — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., igualmente integrada na Pensõesgera — SGFP, S. A., e pelos fundos Fundo Bonança, Fundo BPA Seguros e Fundo Ocidental referentes aos trabalhadores do Grupo Seguros e Pensões nos termos do Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCPAtlântico agregou os diversos Fundos de Pensões num fundo único denominado Fundo de Pensões do Grupo BCPAtlântico nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores do Grupo BCPAtlântico de forma idêntica salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (plano complementar).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV), Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ) e Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

Os benefícios projectados no plano base são baseados nos anos de serviço dos colaboradores e na compensação obrigatória a atribuir ao colaborador à data da reforma.

Os correspondentes pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições, determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do plano complementar quando atribuído.

Anualmente, é calculado o excesso ou insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades por benefícios projectados com os serviços passados, que resulta directamente da variação entre os pressupostos actuariais utilizados e o valor real desses mesmos parâmetros, nomeadamente a evolução da taxa de rentabilidade do fundo, da taxa técnica para pensionistas, da taxa de crescimento salarial e taxa de mortalidade.

O excesso resultante desta análise é em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades por serviços passados não financiadas, incluindo as responsabilidades para o plano complementar, sendo o valor remanescente considerado como proveito do exercício.

Se o resultado desta análise corresponder a uma insuficiência este montante será financiado pelas empresas do Grupo e considerado como custo do exercício.

o) *Fiscalidade.* — As empresas do Grupo BCPAtlântico com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consagrado pelo Código do IRC — Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

p) *Distribuição de resultados pelos empregados.* — De acordo com os estatutos do Banco, os accionistas, em assembleia geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída pelos empregados, competindo ao conselho de administração fixar os respectivos critérios. Em substância, estes montantes a pagar aos empregados são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os empregados.

Esta distribuição de resultados é debitada em reservas no exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do conselho de administração do Banco, a contabilização da distribuição de resultados pelos empregados é apropriada de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

q) *Provisões da actividade seguradora:*

Provisão para prémios não adquiridos:

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método *pro-rata temporis*, por cada contrato em vigor.

De acordo com a norma n.º 19/94 do Instituto de Seguros de Portugal, o método *pro-rata temporis* é aplicado sobre os prémios brutos adquiridos acima citados, deduzidos dos respectivos custos de aquisição. Esta provisão é aplicável a todos os ramos, excepto para o ramo Vida.

Provisão para sinistros:

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos directos e indirectos associados à respectiva regularização, no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de acidentes de trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Provisão matemática do ramo Vida:

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do

Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados:

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática do ramo Vida.

Provisões para riscos em curso:

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Provisão para desvio de sinistralidade:

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Provisões para recibos por cobrar:

O cálculo da provisão para recibos por cobrar é efectuado com base na probabilidade de cobrança dos recibos de prémios por cobrar no final do ano e em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal. Esta provisão é apresentada no balanço como dedução aos devedores por operações de seguro directo.

Provisão para envelhecimento:

A provisão para envelhecimento corresponde ao valor actuarial dos compromissos da companhia de seguros após dedução do valor actuarial dos prémios futuros.

2 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Caixa .....	95 248 202	47 505 161	41 448 845	19 345 416
Bancos centrais .....	80 790 940	33 172 568	33 956 479	18 031 582
	176 039 142	80 677 729	75 405 324	37 376 998

A rubrica de bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa cuja reserva é calculada com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da zona do euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Em instituições de crédito no país .....	10 640 842	4 786 786	9 703 427	14 902 578
Em instituições de crédito no estrangeiro .....	26 361 497	35 045 569	2 107 886	4 604 229
Valores a cobrar .....	102 485 416	79 997 480	61 429 919	50 570 658
	139 487 755	119 829 835	73 241 232	70 077 465

A rubrica de valores a cobrar representa essencialmente cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

## 4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Banco de Portugal .....	143 275 000	167 701 000	61 655 986	72 889 000
Mercado monetário interbancário .....	20 043 476	7 139 957	31 820 503	27 100 000
Aplicações sobre outras instituições de crédito no País .....	48 332 673	34 603 690	759 939 035	608 137 578
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro .....	237 390 170	370 443 745	591 857 093	1 076 994 543
	449 041 319	579 888 392	1 445 272 617	1 785 121 121
Crédito vencido — mais de 90 dias .....	259 535	245 487	—	—
	449 300 854	580 133 879	1 445 272 617	1 785 121 121
Provisão específica para riscos de crédito .....	(12 087 756)	(10 840 468)	—	—
	437 213 098	569 293 411	1 445 272 617	1 785 121 121

A rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito — Banco de Portugal, refere-se aos títulos de depósitos constituídos no Banco de Portugal pelo Grupo e pelo Banco, respectivamente. Os referidos títulos foram subscritos na sequência da alteração do regime de constituição de reservas de caixa, introduzido pelo aviso n.º 7/94, de 19 de Outubro, do Ministério das Finanças.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses .....	197 069 205	297 102 874	963 313 394	1 093 519 233
De três meses até um ano .....	121 394 348	88 457 262	420 078 107	517 836 550
De um ano até cinco anos .....	130 577 766	49 001 035	61 881 116	159 050 304
Mais de cinco anos .....	—	145 327 221	—	14 715 034
Duração indeterminada .....	259 535	245 487	—	—
	449 300 854	580 133 879	1 445 272 617	1 785 121 121

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito sobre instituições de crédito no Grupo são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Provisão específica para crédito vencido e vincendo associado sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro .....	2 511 619	471 291
Transferências .....	58 000	1 009 567
Provisão do exercício .....	118 933	1 042 933
Diferenças cambiais .....	334 016	(12 172)
Saldo em 31 de Dezembro .....	3 022 568	2 511 619
Provisão específica para risco-país:		
Saldo em 1 de Janeiro .....	8 328 849	9 860 473
Transferências .....	(263 708)	(366 981)
Provisão do exercício .....	(312 138)	(1 154 899)
Diferenças cambiais .....	1 312 185	(9 744)
Saldo em 31 de Dezembro .....	9 065 188	8 328 849
	12 087 756	10 840 468

## 5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Crédito ao sector público .....	13 542 557	17 366 097	9 402 823	3 146 078
Crédito com garantias reais .....	1 826 119 129	1 352 395 675	438 752 551	294 968 676
Crédito com outras garantias .....	1 090 925 118	826 671 420	781 671 182	592 268 184

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Crédito sem garantias .....	934 815 653	738 531 896	283 372 600	199 965 622
Crédito sobre o estrangeiro .....	499 135 670	369 556 976	317 859 500	185 676 660
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i> .....	74 869 847	88 138 489	—	—
Capital em locação .....	306 047 435	235 884 138	3 579 808	2 178 804
	<u>4 745 455 409</u>	<u>3 628 544 691</u>	<u>1 834 638 464</u>	<u>1 278 204 024</u>
Crédito vencido — menos de 90 dias .....	6 609 246	5 371 810	2 128 564	2 450 494
Crédito vencido — mais de 90 dias .....	47 952 474	54 071 026	18 415 142	20 787 385
	<u>4 800 017 129</u>	<u>3 687 987 527</u>	<u>1 855 182 170</u>	<u>1 301 441 903</u>
Provisão específica para riscos de crédito .....	(41 410 234)	(44 904 908)	(21 327 600)	(15 111 303)
	<u>4 758 606 895</u>	<u>3 643 082 619</u>	<u>1 833 854 570</u>	<u>1 286 330 600</u>

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
<b>Curto prazo:</b>				
Crédito descontado titulado por efeitos .....	209 158 283	217 645 298	119 921 265	129 121 237
Crédito em conta corrente .....	905 083 961	689 178 568	588 276 470	470 324 964
Descobertos em depósitos à ordem .....	349 929 013	194 566 032	262 895 688	129 851 207
Empréstimos .....	913 438 196	594 403 869	633 161 639	324 112 427
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i> .....	74 869 847	88 138 489	—	—
Outros créditos .....	1 797 717	12 137 859	—	—
	<u>2 454 277 017</u>	<u>1 796 070 115</u>	<u>1 604 255 062</u>	<u>1 053 409 835</u>
<b>Médio e longo prazo:</b>				
Crédito descontado titulado por efeitos .....	14 525 493	24 259 083	7 469 239	6 914 599
Empréstimos .....	657 437 978	510 410 282	153 219 718	126 504 617
Crédito imobiliário .....	1 286 612 411	989 442 815	60 518 992	55 456 232
Capital em locação .....	306 047 435	235 956 261	3 579 808	2 178 804
Outros créditos .....	26 555 075	72 406 135	5 595 645	33 739 937
	<u>2 291 178 392</u>	<u>1 832 474 576</u>	<u>230 383 402</u>	<u>224 794 189</u>
	<u>4 745 455 409</u>	<u>3 628 544 691</u>	<u>1 834 638 464</u>	<u>1 278 204 024</u>
Crédito vencido — menos de 90 dias .....	6 609 246	5 371 810	2 128 564	2 450 494
Crédito vencido — mais de 90 dias .....	47 952 474	54 071 026	18 415 142	20 787 385
	<u>4 800 017 129</u>	<u>3 687 987 527</u>	<u>1 855 182 170</u>	<u>1 301 441 903</u>
Provisão específica para riscos de crédito .....	(41 410 234)	(44 904 908)	(21 327 600)	(15 111 303)
	<u>4 758 606 895</u>	<u>3 643 082 619</u>	<u>1 833 854 570</u>	<u>1 286 330 600</u>

A análise do crédito sobre clientes, por sector da actividade, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura .....	39 774 947	34 378 425	17 007 447	13 420 683
Indústrias extractivas .....	19 226 916	15 604 613	6 953 706	5 362 575
Alimentação, bebidas e tabaco .....	101 244 097	83 853 048	33 372 369	19 664 661
Têxteis .....	113 079 696	102 083 988	59 838 289	50 647 041
Madeira e cortiça .....	48 546 685	46 960 585	20 227 464	12 928 173
Papel, artes gráficas e editoras .....	43 622 167	35 149 579	15 662 971	10 021 447
Químicas .....	68 301 427	38 159 598	30 107 436	12 022 216
Máquinas, equipamentos e metalúrgica de base .....	118 697 679	94 210 977	43 578 881	33 107 226
Electricidade, água e gás .....	77 835 529	43 133 661	30 438 477	11 366 924
Construção .....	393 021 737	342 705 022	110 347 365	90 848 058
Comércio a retalho .....	213 928 446	160 390 323	96 912 784	70 065 649
Comércio por grosso .....	383 557 640	313 974 915	173 181 176	131 393 223
Restaurantes e hotéis .....	51 255 270	36 866 212	30 406 492	20 844 072
Transportes e comunicações .....	114 585 702	49 428 007	35 399 829	13 929 259



(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Serviços .....	676 657 339	611 544 687	379 224 894	329 853 835
Crédito ao consumo .....	507 863 521	354 106 732	244 996 496	212 825 093
Crédito hipotecário .....	1 174 212 211	918 831 335	60 518 992	55 456 232
Outras actividades nacionais .....	272 783 540	145 010 671	151 506 310	33 792 972
Outras actividades internacionais .....	381 822 580	261 595 149	315 500 792	173 892 564
	4 800 017 129	3 687 987 527	1 855 182 170	1 301 441 903
Provisão específica para riscos de crédito .....	(41 410 234)	(44 904 908)	(21 327 600)	(15 111 303)
	4 758 606 895	3 643 082 619	1 833 854 570	1 286 330 600

A análise do crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Crédito ao sector público .....	11 469 723	1 792 549	280 285	13 542 557
Crédito com garantias reais .....	393 615 409	260 650 837	1 171 852 883	1 826 119 129
Crédito com outras garantias .....	939 518 313	115 192 405	36 214 400	1 090 925 118
Créditos em garantias .....	792 654 165	87 122 993	55 038 495	934 815 653
Crédito sobre o estrangeiro .....	431 892 227	31 757 828	35 485 615	499 135 670
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i> .....	70 943 907	3 925 940	—	74 869 847
Capital em locação .....	22 359 829	166 717 333	116 970 273	306 047 435
	2 662 453 573	667 159 885	1 415 841 951	4 745 455 409

A análise do crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Agricultura e silvicultura .....	28 818 858	7 783 242	2 477 716	39 079 816
Indústrias extractivas .....	13 834 494	4 343 026	964 563	19 142 083
Alimentação, bebidas e tabaco .....	64 535 043	27 434 518	6 868 522	98 838 083
Têxteis .....	90 404 076	12 931 217	4 646 498	107 981 791
Madeira e cortiça .....	41 998 609	2 714 256	1 636 569	46 349 434
Papel, artes graficas e editoras .....	33 720 965	5 660 549	3 676 735	43 058 249
Químicas .....	54 642 461	8 607 106	4 905 193	68 154 760
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base .....	96 231 958	14 125 714	6 931 741	117 289 413
Electricidade, água e gás .....	44 049 976	3 127 670	30 657 391	77 835 037
Construção .....	265 713 598	103 149 566	18 813 316	387 676 480
Comércio a retalho .....	157 046 337	34 266 491	19 584 625	210 897 453
Comércio por grosso .....	321 391 578	29 254 575	24 525 285	375 171 438
Restaurantes e hotéis .....	38 256 730	4 707 980	7 763 405	50 728 115
Transportes e comunicações .....	76 660 048	20 077 096	17 054 605	113 791 749
Serviços .....	543 770 138	61 169 550	66 030 943	670 970 631
Crédito ao consumo .....	208 455 657	233 766 312	54 886 654	497 108 623
Crédito hipotecário .....	18 269 309	45 668 128	1 104 542 880	1 168 480 317
Outras actividades nacionais .....	210 944 989	28 283 248	32 490 856	271 719 093
Outras actividades internacionais .....	353 708 749	20 089 641	7 384 454	381 182 844
	2 662 453 573	667 159 885	1 415 841 951	4 745 455 409

A análise do crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Crédito ao sector público .....	9 402 823	—	—	9 402 823
Crédito com garantias reais .....	315 560 374	65 865 812	57 326 365	438 752 551
Crédito com outras garantias .....	745 339 769	34 307 668	2 023 745	781 671 182
Crédito sem garantias .....	277 310 900	6 061 700	—	283 372 600
Crédito sobre o estrangeiro .....	315 721 117	2 138 383	—	317 859 500
Capital em locação .....	—	3 579 808	—	3 579 808
	1 663 334 983	111 953 371	59 350 110	1 834 638 464

A análise do crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vencendo			Total
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	
Agricultura e silvicultura .....	16 749 300	4 986	—	16 754 286
Indústrias extractivas .....	6 903 827	1 390	—	6 905 217
Alimentação, bebidas e tabaco .....	31 888 216	—	24 383	31 912 599
Têxteis .....	55 809 314	32 422	31 707	55 873 443
Madeira e cortiça .....	18 137 430	139 500	39 194	18 316 124
Papel, artes gráficas e editoras .....	15 406 192	6 391	—	15 412 583
Químicas .....	29 963 909	40 768	46 033	30 050 710
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base .....	43 079 711	119 096	16 928	43 215 735
Electricidade, água e gás .....	30 436 660	—	1 817	30 438 477
Construção .....	108 385 252	48 525	40 588	108 474 365
Comércio a retalho .....	93 746 862	2 006 846	22 536	95 776 244
Comércio por grosso .....	169 879 506	462 758	77 706	170 419 970
Restaurantes e hotéis .....	30 324 932	7 850	—	30 332 782
Transportes e comunicações .....	35 134 489	531	11 294	35 146 314
Serviços .....	372 179 328	4 088 885	7 356	376 275 569
Crédito ao consumo .....	137 611 491	103 062 938	1 704 203	242 378 632
Crédito hipotecário .....	1 447 242	1 745 385	57 326 365	60 518 992
Outras actividades nacionais .....	151 201 754	185 100	—	151 386 854
Outras actividades internacionais .....	315 049 568	—	—	315 049 568
	1 663 334 983	111 953 371	59 350 110	1 834 638 464

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura .....	1 398 874	727 436	642 155	640 339
Indústrias extractivas .....	1 117 574	174 036	9 282	45 438
Alimentação, bebidas e tabaco .....	6 829 240	6 495 431	1 114 220	1 906 106
Têxteis .....	9 648 990	8 671 365	6 871 259	7 466 318
Madeira e cortiça .....	1 769 294	946 054	227 316	80 259
Papel, artes gráficas e editoras .....	618 025	448 144	389 414	223 753
Químicas .....	698 097	659 376	241 227	94 801
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base .....	3 791 344	4 499 860	2 969 585	3 492 467
Construção .....	2 343 165	9 533 527	908 750	1 551 110
Comércio a retalho .....	1 634 099	2 621 773	571 766	871 273
Comércio por grosso .....	2 035 955	2 420 244	1 421 862	1 591 390
Restaurantes e hotéis .....	271 446	1 470 211	271 446	639 935
Transportes e comunicações .....	18 739	183 366	18 739	137 154
Serviços .....	3 551 342	4 600 530	3 164 045	3 736 316
Crédito ao consumo .....	1 890 557	1 105 395	1 890 557	1 105 393
Outras actividades nacionais .....	2 977 660	3 015 417	142 775	140 327
	40 594 401	47 572 165	20 854 398	23 722 379

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Crédito com garantias reais .....	18 610 903	24 028 390	6 665 225	8 121 951
Crédito com outras garantias .....	15 883 746	18 759 058	9 377 372	12 062 762
Crédito sem garantias .....	14 757 107	12 457 731	4 501 109	3 053 166
Crédito sobre o estrangeiro .....	1 181 578	504 477	—	—
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i> .....	689 858	977 111	—	—
Capital em locação .....	3 438 528	2 716 069	—	—
	54 561 720	59 442 836	20 543 706	23 237 879

A análise do crédito vencido por sectores de actividades para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura .....	695 131	2 751 295	253 161	260 946
Indústrias extractivas .....	84 833	174 973	48 489	52 875
Alimentação, bebidas e tabaco .....	2 406 014	1 410 238	1 459 770	581 055
Têxteis .....	5 097 905	3 964 986	3 964 846	2 899 183
Madeira e cortiça .....	2 197 251	804 638	1 911 340	230 817
Papel, artes gráficas e editoras .....	563 918	676 964	250 388	212 395
Químicas .....	146 667	781 206	56 726	60 117
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base .....	1 408 266	2 079 180	363 146	941 654
Electricidade, água e gás .....	492	16 207	—	—
Construção .....	5 345 257	6 762 460	1 873 000	1 750 078
Comércio a retalho .....	3 030 993	3 179 784	1 136 540	1 053 230
Comércio por grosso .....	8 386 202	6 968 064	2 761 206	1 739 582
Restaurantes e hotéis .....	527 155	904 712	73 710	135 855
Transportes e comunicações .....	793 953	613 879	253 515	236 251
Serviços .....	5 686 708	5 647 957	2 949 325	3 210 145
Crédito ao consumo .....	10 754 898	15 448 943	2 617 864	9 225 063
Crédito hipotecário .....	5 731 894	5 780 085	—	—
Outras actividades nacionais .....	1 064 447	1 215 268	119 456	648 633
Outras actividades internacionais .....	639 736	261 997	451 224	—
	<u>54 561 720</u>	<u>59 442 836</u>	<u>20 543 706</u>	<u>23 237 879</u>

O quadro seguinte apresenta, para o Grupo, a desagregação da provisão específica para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 1999:

(Em milhares de escudos)

	Classes de incumprimento					Total
	Classe I Até três meses	Classe II De três meses a seis meses	Classe III De seis meses a 12 meses	Classe IV De um ano a três anos	Classe V Mais de três anos	
Crédito vencido com garantia .....	3 819 875	2 604 164	5 897 088	21 357 677	3 583 827	37 262 631
Provisão específica existente .....	42 329	325 949	2 369 695	11 312 731	2 285 299	16 336 003
Crédito vencido sem garantia .....	2 789 371	4 355 027	6 227 034	3 218 386	709 271	17 299 089
Provisão específica existente .....	36 676	1 052 375	2 865 754	3 218 386	709 271	7 882 462
Total de crédito vencido .....	6 609 246	6 959 191	12 124 122	24 576 063	4 293 098	<u>54 561 720</u>
Total da provisão específica para crédito vencido .....	79 005	1 378 324	5 235 449	14 531 117	2 994 570	24 218 465
Total da provisão específica para crédito vincendo associado a crédito vencido .....						5 384 188
Total da provisão específica para crédito reestruturado .....						4 918 755
Total da provisão específica para risco país .....						<u>6 888 826</u>
Total da provisão específica para riscos de crédito .....						41 410 234

As provisões específicas por tipo de crédito são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Crédito com garantias reais .....	11 900 562	14 499 705	5 102 030	5 076 512
Crédito com outras garantias .....	8 966 675	15 271 466	5 504 698	6 076 808
Créditos em garantias .....	17 156 638	12 436 351	10 720 872	3 957 983
Crédito sobre o estrangeiro .....	1 824 985	831 954	—	—
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i> .....	132 074	132 906	—	—
Capital em locação .....	1 429 300	1 732 526	—	—
	<u>41 410 234</u>	<u>44 904 908</u>	<u>21 327 600</u>	<u>15 111 303</u>

O crédito vincendo associado ao crédito vencido há mais de 90 dias, para o Grupo e para o Banco, ascende a 17 677 566 000\$ e 5 408 963 000\$ respectivamente, à data de 31 de Dezembro de 1999.

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
<b>Provisões específicas para crédito vencido e vincendo associado:</b>				
Saldo em 1 de Janeiro .....	29 896 753	36 585 372	9 714 609	13 225 414
Transferências resultantes de aquisições/(alienações) .....	(21)	—	—	—
Outras transferências .....	10 674 711	2 318 725	6 997 829	2 426 062
Provisão do exercício .....	18 677 661	16 884 610	5 309 882	7 948 862
Utilização de provisões .....	(30 347 306)	(25 749 196)	(10 324 938)	(13 885 729)
Diferenças cambiais .....	700 855	(142 758)	—	—
<b>Saldo em 31 de Dezembro .....</b>	<b>29 602 653</b>	<b>29 896 753</b>	<b>11 697 382</b>	<b>9 714 609</b>
<b>Provisões específicas para crédito reestruturado:</b>				
Saldo em 1 de Janeiro .....	12 543 342	13 913 141	3 676 210	5 759 931
Transferências .....	(494 199)	(1 656 234)	—	(2 083 721)
Provisão do exercício .....	686 173	284 900	—	—
Utilização de provisões .....	(7 816 561)	—	—	—
Diferenças cambiais .....	—	1 535	—	—
<b>Saldo em 31 de Dezembro .....</b>	<b>4 918 755</b>	<b>12 543 342</b>	<b>3 676 210</b>	<b>3 676 210</b>
<b>Provisões específicas para risco-país:</b>				
Saldo em 1 de Janeiro .....	2 464 813	1 293 569	1 720 484	828 305
Transferências .....	4 298 016	71 064	4 158 364	(156 916)
Provisão do exercício .....	44 397	1 101 676	75 160	1 049 095
Diferenças cambiais .....	81 600	(1 496)	—	—
<b>Saldo em 31 de Dezembro .....</b>	<b>6 888 826</b>	<b>2 464 813</b>	<b>5 954 008</b>	<b>1 720 484</b>
	<b>41 410 234</b>	<b>44 904 908</b>	<b>21 327 600</b>	<b>15 111 303</b>

As transferências por aquisições e alienações, dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1 alínea c), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando está de acordo com as normas do Banco de Portugal e corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecuperável numa óptica económica. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Crédito com garantias reais .....	8 177 654	7 800 001	1 925 086	4 077 512
Crédito com outras garantias .....	10 289 255	9 269 759	3 504 854	5 251 688
Crédito sem garantias .....	15 473 967	7 098 002	4 894 998	4 556 529
Crédito sobre o estrangeiro .....	1 667 514	333 342	—	—
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i> .....	1 552 452	41 584	—	—
Capital em locação .....	1 003 025	1 206 508	—	—
	<b>38 163 867</b>	<b>25 749 196</b>	<b>10 324 938</b>	<b>13 885 729</b>

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura .....	515 637	463 850	61 008	186 024
Indústrias extractivas .....	134 377	99 128	52 877	78 330
Alimentação, bebidas e tabaco .....	2 744 161	382 030	127 493	290 534
Têxteis .....	1 507 327	1 440 465	533 759	1 030 915

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Madeira e cortiça .....	983 449	314 758	73 270	183 533
Papel, artes gráficas e editoras .....	135 516	426 092	78 786	321 910
Químicas .....	553 229	276 593	57 457	66 001
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base .....	1 658 594	2 652 603	849 677	1 947 476
Electricidade, água e gás .....	18	2 190	—	2 190
Construção .....	10 655 790	2 424 974	1 041 446	1 496 324
Comercio a retalho .....	1 518 028	1 853 832	572 606	1 392 106
Comércio por grosso .....	3 300 570	4 593 585	1 338 380	2 461 699
Restaurantes e hotéis .....	389 677	345 953	24 997	101 930
Transportes e comunicações .....	324 599	646 998	193 549	123 435
Serviços .....	3 523 052	1 694 257	1 186 023	384 084
Crédito ao consumo .....	9 514 174	6 063 672	4 111 109	3 819 023
Crédito hipotecário .....	558 663	1 692 898	—	—
Outras actividades nacionais .....	147 006	355 326	22 501	215
Outras actividades internacionais .....	—	19 992	—	—
	38 163 867	25 749 196	10 324 938	13 885 729

A análise da recuperação de créditos, anulados por contrapartida das provisões nos exercícios anteriores, efectuada no decorrer de 1999, sob a forma de reestruturação e de cobrança efectiva, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo			Banco		
	Crédito reestruturado	Crédito cobrado	Total	Crédito reestruturado	Crédito cobrado	Total
Crédito com garantias reais .....	101 650	736 562	838 212	2 650	105 865	108 515
Crédito como outras garantias .....	247 558	1 751 257	1 998 815	242 493	926 452	1 168 945
Crédito sem garantias .....	1 321 701	1 814 963	3 136 664	616 575	1 108 715	1 725 290
Crédito sobre o estrangeiro .....	—	8 215	8 215	—	—	—
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i> .....	—	80 983	80 983	—	—	—
Capital em locação .....	—	1 141 223	1 141 223	—	—	—
	1 670 909	5 533 203	7 204 112	861 718	2 141 032	3 002 750

A recuperação de créditos anulados, por contrapartida das provisões nos exercícios anteriores, efectuada no decorrer de 1999 e 1998, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Agricultura e silvicultura .....	156 706	186 665	103 884	146 756
Indústrias extractivas .....	19 494	64 471	112	15 747
Alimentação, bebidas e tabaco .....	655 945	175 531	452 283	127 207
Têxteis .....	547 737	362 234	286 836	202 214
Madeira e cortiça .....	504 262	935 040	84 279	6 513
Papel, artes gráficas e editoras .....	360 137	34 477	255 650	912
Químicas .....	91 791	111 581	16 036	5 502
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base .....	527 759	225 399	313 405	12 598
Electricidade, água e gás .....	1 805	666	—	—
Construção .....	953 882	1 330 255	397 627	134 108
Comércio a retalho .....	308 131	207 787	107 642	98 444
Comércio por grosso .....	1 014 049	1 958 068	578 136	593 923
Restaurantes e hotéis .....	188 835	135 440	88 236	47 674
Transportes e comunicações .....	113 110	417 158	48 896	14 328
Serviços .....	471 648	173 795	116 565	82 243
Crédito ao consumo .....	1 017 068	762 441	123 403	304 576
Crédito hipotecário .....	73 113	173 439	—	—
Outras actividades nacionais .....	198 640	172 120	29 760	2 454
Outras actividades internacionais .....	—	15 715	—	—
	7 204 112	7 442 282	3 002 750	1 795 199

## 6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos .....	221 869 567	251 631 732	6 501 756	6 563 860
De outros emissores .....	362 927 917	313 437 307	85 809 534	164 095 468
Títulos próprios .....	118 670	4 548	86 490	—
	584 916 154	565 073 587	92 397 780	170 659 328
Títulos vencidos .....	1 003 764	907 569	983 287	894 309
Provisão específica para títulos vencidos .....	(951 278)	(825 800)	(945 415)	(825 667)
	584 968 640	565 155 356	92 435 652	170 727 970
Acções e outros títulos de rendimento variável .....	88 927 244	104 930 581	42 426 994	67 035 141
	673 895 884	670 085 937	134 862 646	237 763 111

O valor dos títulos de rendimento fixo com vencimento no decurso do ano de 2000 são os seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	Banco
	Emissores públicos .....	25 529 708
Outros emissores .....	120 472 323	26 760 237
	146 002 031	26 760 237

A análise da carteira de títulos por tipo, nomeadamente títulos de negociação e de investimento é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Títulos de negociação:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais .....	1 704 404	9 894 671	—	—
Estrangeiros .....	—	7 484 010	—	—
Obrigações de outros emissores nacionais .....	17 086 755	—	—	—
Acções de empresas nacionais .....	462 381	389 395	—	—
Unidades de participação .....	904 509	—	—	—
Outros títulos .....	—	—	—	—
	20 158 049	17 768 076	—	—
Mais-valias não realizadas .....	—	—	—	—
Menos-valias não realizadas .....	(29 485)	(85 055)	—	—
	20 128 564	17 683 021	—	—
Títulos de investimento:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais .....	144 880 567	174 639 641	3 000 000	3 000 000
Estrangeiros .....	40 605 715	52 115 040	3 501 756	3 563 860
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais .....	176 813 450	209 014 461	70 505 724	140 980 422
Estrangeiros .....	80 881 379	69 631 358	1 490 562	2 988 642
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública:				
Sem acordo de recompra .....	27 533 313	7 574 695	—	—
Papel comercial .....	96 473 633	34 868 598	14 850 000	18 100 000

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Acções de empresas:				
Nacionais .....	24 486 644	17 484 520	4 483 356	1 621 944
Estrangeiras .....	39 607	1 399 022	—	—
Unidades de participação .....	63 855 457	87 207 277	38 270 568	65 817 875
Certificados de depósito .....	1 052 319	998 860	—	3 000 000
Outros títulos .....	1 073 741	1 312 368	1 932	11 998
	<u>657 695 825</u>	<u>656 245 840</u>	<u>136 103 898</u>	<u>239 084 741</u>
Provisões para títulos de investimento .....	(4 052 337)	(3 847 472)	(1 327 742)	(1 321 630)
	<u>653 643 488</u>	<u>652 398 368</u>	<u>134 776 156</u>	<u>237 763 111</u>
Títulos próprios:				
De rendimento fixo .....	118 670	4 548	86 490	—
De rendimento variável .....	5 162	—	—	—
	<u>123 832</u>	<u>4 548</u>	<u>86 490</u>	<u>—</u>
	<u>673 895 884</u>	<u>670 085 937</u>	<u>134 862 646</u>	<u>237 763 111</u>

À data de 31 de Dezembro de 1999, não existiam títulos contabilizados na carteira a vencimento do Grupo e do Banco.

Nos títulos de negociação, as mais e menos-valias não realizadas referem-se à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Os títulos de investimento são provisionados conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea g).

Os movimentos nas provisões para títulos de negociação e para títulos de investimento são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão para títulos de negociação:				
Saldo em 1 de Janeiro .....	85 055	11 774	—	—
Transferências .....	23 577	(55 396)	—	—
Provisão do exercício .....	(79 147)	128 677	—	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	<u>29 485</u>	<u>85 055</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Provisão para títulos de investimento:				
Saldo em 1 de Janeiro .....	3 847 472	7 861 678	1 321 630	869 124
Transferências resultantes de aquisições/(alienações) .....	(22 757)	—	—	—
Outras transferências .....	(67 083)	(1 454 430)	—	156 916
Provisão do exercício .....	334 069	(1 330 178)	6 112	295 590
Utilização de provisões .....	(138 565)	(961 611)	—	—
Diferenças cambiais .....	99 201	(267 987)	—	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	<u>4 052 337</u>	<u>3 847 472</u>	<u>1 327 742</u>	<u>1 321 630</u>
	<u>4 081 822</u>	<u>3 932 527</u>	<u>1 327 742</u>	<u>1 321 630</u>

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

#### 7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Participações financeiras em subsidiárias:				
Instituições de crédito residentes .....	—	—	7 549 864	3 125 100
Instituições de crédito não residentes .....	—	172 119	—	—
Outras subsidiárias residentes .....	50 390 877	54 358 325	37 772 086	42 766 086
Outras subsidiárias não residentes .....	1 888 409	2 248 587	9 479	9 464
	<u>52 279 286</u>	<u>56 779 031</u>	<u>45 331 429</u>	<u>45 900 650</u>

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Participações financeiras em associadas e outras:				
Instituições de crédito residentes .....	300 201	—	62 424	62 424
Instituições de crédito não residentes .....	70 346 341	53 291 057	117 326	117 326
Outras empresas residentes .....	9 315 856	9 218 085	696 828	696 201
Outras empresas não residentes .....	16 669 566	5 097 050	18 294 569	18 330 121
	<u>96 631 964</u>	<u>67 606 192</u>	<u>19 171 147</u>	<u>19 206 072</u>
	<u>148 911 250</u>	<u>124 385 223</u>	<u>64 502 576</u>	<u>65 106 722</u>
Provisão específica para participações financeiras:				
Em empresas subsidiárias .....	(104 491)	(1 404 086)	—	—
Em empresas associadas .....	(313 586)	(4 963 087)	(10 327 000)	(14 540 000)
Em outras participações financeiras .....	(1 319 582)	(1 314 734)	—	—
	<u>(1 737 659)</u>	<u>(7 681 907)</u>	<u>(10 327 000)</u>	<u>(14 540 000)</u>
	<u>147 173 591</u>	<u>116 703 316</u>	<u>54 175 576</u>	<u>50 566 722</u>

As participações financeiras superiores ou iguais a 20% do capital social das empresas detidas directamente pelo Banco à data de 31 de Dezembro de 1999, eram as seguintes:

(Em milhares de escudos)

Empresas subsidiárias e associadas	Sede	Percentagem de participação do Banco	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 1999	Valor proporcional nos capitais próprios (A)	Custo da participação (B)	Diferença (A-B)
Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A. ....	Lisboa	25,09	75 371 798	18 910 784	20 744 749	(1 833 965)
AF Investimentos – SGPS, S. A. ....	Lisboa	51	9 882 925	5 040 292	5 825 945	(785 653)
Leasefactor – SGPS, S. A. ....	Lisboa	40	14 738 720	5 895 488	7 549 864	(1 654 376)
BCP – Internacional II, Soc. Unipessoal, SGPS, L.ª ....	Funchal	100	3 500 397	3 500 397	5 000	3 495 397
BCP – Empresas, SGPS, L.ª ....	Lisboa	51	11 136 522	5 679 626	5 100 000	579 626
BCP – IF, SGPS, L.ª ....	Lisboa	100	11 702 864	11 702 864	5 000	11 697 864
BCP – Assesores Financeiros, L.ª ....	Lisboa	99,40	23 716	23 574	13 605	9 969
SPASA – Soc. de Participações Atlântico, SGPS, S. A. ....	Porto	100	(12 339 197)	(12 339 197)	1 040 000	(13 379 197)
Comercial Imobiliária, S. A. ....	Lisboa	100	5 113 421	5 113 421	5 037 787	75 634
BitalBond, B. V. ....	Roterdão	49	506 934	248 398	2 275	246 123
BitalPart, B. V. ....	Roterdão	100	3 570	3 570	3 639	(69)
				<u>43 779 217</u>	<u>45 327 864</u>	<u>(1 548 647)</u>

O movimento da provisão específica para participações financeiras é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão para participações financeiras:				
Saldo em 1 de Janeiro .....	7 681 907	2 182 272	14 540 000	—
Transferências .....	(4 213 000)	1 095 644	(4 213 000)	—
Provisão do exercício .....	(328 492)	4 476 764	—	14 540 000
Utilização de provisões .....	<u>(1 402 756)</u>	<u>(72 773)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Saldo em 31 de Dezembro .....	<u>1 737 659</u>	<u>7 681 907</u>	<u>10 327 000</u>	<u>14 540 000</u>

As demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal incluem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial Português, S. A., e das suas empresas subsidiárias, com actividade financeira. Para fins informativos é apresentada informação complementar incluindo a consolidação pelo método integral da actividade seguradora nas notas n.º 47 e seguintes às demonstrações financeiras.



Os investimentos em participações financeiras do Grupo e do Banco são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
AF Investimentos – SGPS, S. A. ....	–	–	5 825 945	5 825 945
BCP – Empresas, SGPS, L. <sup>da</sup> .....	–	–	5 100 000	5 100 000
BCP – IF, S G P S, Sociedade Unipessoal, L. <sup>da</sup> .....	–	–	5 000	5 000
BCP Internacional – SGPS, L. <sup>da</sup> .....	–	–	–	4 999 000
BCP Internacional II – Sociedade Unipessoal, SGPS, L. <sup>da</sup> .....	–	–	5 000	–
Comercial Imobiliária, S. A. ....	–	–	5 037 787	5 037 787
Leasefactor – SGPS, S. A. ....	–	–	7 549 864	3 125 100
SPASA – Soc. de Participações Atlântico, SGPS, S. A. ....	–	–	1 040 000	1 040 000
SPR – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A. ....	–	–	6 512	–
	–	–	24 570 108	25 132 832
Outras participações financeiras .....	148 911 250	124 385 223	39 932 468	39 973 890
Provisões para outras participações financeiras .....	(1 737 659)	(7 681 907)	(10 327 000)	(14 540 000)
	147 173 591	116 703 316	29 605 468	25 433 890
	147 173 591	116 703 316	54 175 576	50 566 722

O valor das outras participações financeiras é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
<b>Particip. financ. em filiais excluídas e empresas associadas:</b>				
AGI – Atlântico, Gestão e Investim. Imobiliário, S. A. ....	7 548 281	7 098 952	–	–
Banco Santander Central Hispano, S. A. ....	–	48 130 711	–	–
BCP – Assessores Financeiros, L. <sup>da</sup> .....	22 044	94 593	13 605	13 605
BIG Bank Gdansk, S. A. ....	13 577 397	–	–	–
BIM Investimento, S. A. R. L. ....	–	172 119	–	–
Cabelauto – Cabos para Automóveis, S. A. ....	350 000	500 000	–	–
Construtora do Tâmega, S. A. ....	1 723 810	1 151 790	–	–
Fomento – Sociedade de Gestão, SGPS, S. A. ....	710 906	670 671	–	–
Grupo Financiero Bital, S. A. de CV .....	5 819 715	4 565 453	16 687 265	16 687 265
Luso Atlântica – Aluguer de Viaturas, S. A. ....	463 685	429 623	–	–
Novafacar – Imobiliária e Metalúrgica S. A. ....	3 465 845	3 435 837	–	–
Seguros e Pensões Intematonal, B. V. ....	1 252 649	1 764 949	1 594 803	1 630 556
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A. ....	36 756 060	38 944 493	20 744 749	20 744 749
Servitrust – Trust Management Service, S. A. ....	426 330	372 015	–	–
SLEI – Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A. ....	–	2 147 632	–	–
VSC – Aluguer de Veículos Sem Condutor, L. <sup>da</sup> ....	135 362	202 008	–	–
Outras .....	2 768 178	2 832 125	–	–
	75 020 262	112 512 971	39 040 422	39 076 175
Provisões para particip. financ. em subsid. e associadas	(418 077)	(6 367 173)	(10 327 000)	(14 540 000)
	74 602 185	106 145 798	28 713 422	24 536 175
<b>Outras participações financeiras:</b>				
Banca Intesa, S. p. A. ....	44 602 408	–	–	–
Banco Santander Central Hispano, S. A. ....	12 049 211	–	–	–
BIG Bank Gdansk, S. A. ....	–	5 160 346	–	–
Interamerican Hellenic Life Insurance Company, S. A. ....	10 382 974	–	–	–
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S. A. ....	706 978	706 978	128 189	128 189
TagusPark – Parque de Ciência e Tecnologia, S. A. ....	435 566	435 566	435 566	435 566
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S. A. ....	300 201	300 201	62 424	62 424
Outras .....	5 413 650	5 269 161	265 867	271 536
	73 890 988	11 872 252	892 046	897 715
Provisões para outras participações financeiras .....	(1 319 582)	(1 314 734)	–	–
	72 571 406	10 557 518	892 046	897 715
	147 173 591	116 703 316	29 605 468	25 433 890

Em consequência da cessação da aliança estratégica entre o Banco Comercial Português (BCP) e o Banco Santander Central Hispano (BSCH), o BCP alienou, através da sua subsidiária BCP Internacional – SGPS, L.<sup>da</sup>, as acções que detinha no BSCH, correspondentes a 2,71% do respectivo capital social, tendo realizado uma mais-valia de 74 893 803 000\$, conforme nota n.º 31. À data de 31 de Dezembro de 1999, o Grupo BCPAtlântico detinha acções do

BSCH no montante de 12 049 211 000\$, sobre as quais foi celebrado um contrato de *equity swap* com vencimento em Março de 2000.

Em simultâneo o Banco Comercial Português, S. A., procedeu à colocação de um lote de 27 137 861 acções representativas do seu capital social, anteriormente detidas pelo Banco Santander Central Hispano, tendo o Banco adquirido 19 000 000 de acções próprias.

Outras alterações na estrutura do Grupo são descritas na nota n.º 41.

Em 31 de Dezembro de 1999, as empresas subsidiárias do Grupo BCPAtlântico incluídas na consolidação pelo método integral, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percent. de controlo	Percent. de particip. efectiva	Percent. de particip. directa
AF Investimentos – SGPS, S. A. ....	Lisboa	3 600 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	85,3	51
AF Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª .....	Funchal	100 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	85,3	–
AF Investimentos – Fundos Mobiliários, S. A. ....	Lisboa	1 000 000 000	PTE	Gestão de fundos de invest. mobil.	100	85,3	–
AF Investimentos – Fundos Imobiliários, S. A. ....	Lisboa	175 000 000	PTE	Gestão de fundos de inv. imobil.	100	85,3	–
AF Investimentos – Gestão de Patrimónios, S. A. ....	Lisboa	425 000 000	PTE	Gestão de patrimónios	100	85,3	–
BCP Investimentos Internacional, S. A. ....	Luxemburgo	30 072 300	PTE	Gestão de fundos de invest. mobil.	100	85,3	–
AF Investimentos Internacional, S. A. ....	Luxemburgo	30 000 000	PTE	Gestão de fundos de invest. mobil.	100	85,3	–
Prime Internacional, S. A. ....	Luxemburgo	15 000	EUR	Consultoria de invest. mobiliário	100	85,3	–
AF Investments, Ltd. ....	George Town	100 000 000	PTE	Financeira	100	85,3	–
Leasefactor – SGPS, S. A. ....	Lisboa	62 500 000	EUR	Gestão de participações sociais	100	85,3	40
Nacional Factoring, S. A. ....	Lisboa	13 750 000	EUR	Factoring	100	85,3	–
Factoring Atlântico, S. A. ....	Lisboa	5 000 000	EUR	Factoring	100	85,3	–
Nacional Leasing – Locação Financeira, S. A. ....	Lisboa	10 000 000	EUR	Locação financeira mobiliária	100	85,3	–
Comercial Leasing, S. A. ....	Lisboa	19 500 000	EUR	Locação financeira mobiliária	100	85,3	–
Leasing Atlântico – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A. ....	Porto	17 000 000	EUR	Locação financeira mobiliária	100	85,3	–
BCPA – Banco de Investimento, S. A. ....	Lisboa	50 000 000	EUR	Banca	100	85,3	–
CISF Imobiliária – Comp. de Investimentos e Gestão de Imóveis, S. A. ....	Lisboa	3 000 000	EUR	Gestão de imóveis	100	85,3	–
CISF Risco – Companhia Portuguesa de Capital de Risco, S. A. ....	Lisboa	10 000 000	EUR	Capital de risco	100	85,3	–
CISF Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. ....	Lisboa	2 500 000	EUR	Financeira de corretagem	100	85,3	–
BCP Internacional II – SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª .....	Funchal	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	100
BCP – Empresas, SGPS, L.ª .....	Lisboa	7 728 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	85,3	51
BCP IF – SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª .....	Lisboa	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	100
SPASA – Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A. ....	Porto	1 000 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	100
SPR – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A. ....	Porto	4 506 235 000	PTE	Capital de risco	100	92,7	0,2
BitalPart, B. V. ....	Roterdão	40 000	NLG	Gestão de participações sociais	100	100	100
Comercial Imobiliária, S. A. ....	Lisboa	5 000 000 000	PTE	Gestão de imóveis	100	100	100
ServiBanca – Empresa de Prestação de Serviços, ACE .....	Lisboa	–	–	Serviços	100	–	–
CrediBanco – Banco de Crédito Pessoal, S. A. ....	Lisboa	7 018 000 000	PTE	Banca	100	85,3	–
Soficre – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A. ....	Lisboa	1 500 000 000	PTE	Aquisições a crédito	100	85,3	–
Banco de Investimento Imobiliário, S. A. ....	Lisboa	60 000 000	EUR	Banca	50	42,7	–
BII Internacional – SGPS, L.ª .....	Funchal	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	50	42,7	–
BII Finance Company .....	George Town	25 000	USD	Financeira	50	42,7	–
BII International Bank (Cayman), Ltd. ....	George Town	1 000 000	USD	Banca	50	42,7	–
Banco Popular Comercial, S. A. ....	Paris	250 250 000	FRF	Banca	50	50	–
Banco Comercial de Macau, S. A. R. L. ....	Macau	225 000 000	MOP	Banca	99,9	99,9	–
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd. ....	George Town	90 000 000	USD	Banca	100	100	–
BCP International Bank, Ltd. ....	George Town	20 964 725	USD	Banca	100	52,5	–
BCP Finance Bank, Ltd. ....	George Town	38 000 000	USD	Banca	100	100	–
BCP Finance Company .....	George Town	413 121 000	USD	Financeira	100	–	–
BCP Capital Finance, Ltd. ....	George Town	516 000 000	USD	Investimento	100	3,1	–
BCP Overseas, Ltd. ....	Dublin	100 000	PTE	Investimento	100	100	–
BCP IFSC, Ltd. ....	Dublin	7 253 023 833	PTE	Investimento	100	100	–
Banco Português do Atlântico, S. A. ....	Porto	630 500 000	EUR	Banca	70	70	–
Banco Expresso Atlântico, S. A. ....	Porto	40 000 000	EUR	Banca	50	35	–
BPA Internacional – SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª .....	Funchal	2 000 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	70	–
BPA Ireland, Ltd. ....	Dublin	100	PTE	Investimento	100	70	–
BPA Ireland Investments Incorporated .....	Dublin	7 500 000 000	PTE	Investimento	100	70	–
BPA Overseas Bank, Ltd. ....	George Town	130 005 000	USD	Banca	100	70	–
Corretora Atlântico – Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. ....	Porto	500 000 000	PTE	Financeira de corretagem	100	70	–
SLAC – Soc. Luso-Atlântico de Empreend. Comerciais, S. A. ....	Porto	440 000 000	PTE	Investimento e gestão imobiliária	100	70	–
SLEI – Soc. Luso-Atlântico de Empreend. Industriais, SGPS, S. A. ....	Porto	2 900 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	70	–

Em 31 de Dezembro de 1999, as empresas subsidiárias do Grupo BCPAtlântico incluídas na consolidação de contas pelo método proporcional foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percent. de controlo	Percent. de particip. efectiva	Percent. de particip. directa
Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L. ....	Maputo	318 100 000 000	MZM	Banca	50	50,3	—
BIM Investimento, S. A. R. L. ....	Maputo	23 222 000 000	MZM	Banca	50	46,3	—

Em 31 de Dezembro de 1999, a empresa subsidiária do Grupo BCPAtlântico do ramo segurador incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, era a seguinte:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percent. de controlo	Percent. de particip. efectiva	Percent. de particip. directa
Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A. ....	Lisboa	245 000 000	EUR	Gestão de participações sociais	50,1	46,2	25,1

A composição do Grupo Seguros e Pensões é apresentada detalhadamente nas notas n.ºs 47 e 48.

Em 31 de Dezembro de 1999, as subsidiárias excluídas da consolidação de contas pelo método da consolidação integral, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade ou a sua imaterialidade e que são registadas pelo método da equivalência patrimonial, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percent. de controlo	Percent. de particip. efectiva	Percent. de particip. directa
AGII – Atlântico, Gestão e Investimento Imobiliário, S. A. ....	Porto	7 000 000 000	PTE	Investimento e gestão imobiliária	50	42,7	—
BCM CIL – Consultoria de Investimentos, L.ª .....	Macau	100 000	MOP	Consultoria de investimentos	100	98,3	—
BCP – Assesores Financeiros, L.ª .....	Lisboa	11 000 000	PTE	Assessoria financeira	100	99,9	99,4
BPA Trade Finance e Serviços, L.ª .....	São Paulo	60 000	USD	Serviços financeiros	100	70	—
Caracas Financial Services, Ltd. ....	George Town	25 000	USD	Serviços financeiros	100	70	—
CETRA – Centro Técnico de Reparação de Automóveis, S. A. ...	Lisboa	150 000 000	PTE	Reparação de automóveis	83,3	38,5	—
CISF Veículos – Sociedade de Aluguer, L.ª .....	Porto	10 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	100	85,3	—
Conselho – Gestão e Investimentos, S. A. ....	Porto	120 000 000	PTE	Gestão e administração	100	70	—
Fomento – Sociedade de Gestão, SGPS, S. A. ....	Porto	400 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	70,2	49,1	—
Luso-Atlântica – Aluguer de Viaturas, S. A. ....	Porto	200 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	98,3	83,8	—
Novafacar-Imobiliária, S.A. ....	Matosinhos	8 175 000 000	PTE	Investimento e gestão imobiliária e metalurgia	99,3	69,5	—
Paço da Palmeira – Sociedade Agrícola e Comercial, L.ª .....	Braga	8 000 000	PTE	Sociedade agrícola	100	70	—
Rendimo – Sociedade Imobiliária, S. A. ....	Lisboa	600 000 000	PTE	Imobiliária	52,7	36,9	—
Servitrust – Trust Management Service, S. A. ....	Funchal	20 000 000	PTE	Serviços de <i>trust</i>	100	100	—
Shopping Direct – Comércio Electrónico, S. A. ....	Porto	10 000 000	PTE	Telecomunicações	100	85,3	—
Tecnilease - Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A. ....	Lisboa	1 500 000	EUR	Aluguer de equipamento	100	83,7	—
Vilamouraténis – Empreendimentos Desportivos e Turísticos, L.ª .....	Quarteira	82 000 000	PTE	Desporto e lazer	100	69,9	—
VSC – Aluguer de Veículos sem Condutor, L.ª .....	Lisboa	500 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	50	42,7	—

Em 31 de Dezembro de 1999, as empresas associadas eram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percent. de controlo	Percent. de particip. efectiva	Percent. de particip. directa
BitalBond, B. V. ....	Roterdão	50 000	NLG	Investimento mobiliário	49	49	49,3
Construtora do Tâmega, S. A. ....	Amarante	4 000 000 000	PTE	Construção	23,9	16,7	—
Fábricas Ideal – Indústrias Têxteis, S. A. ....	Coimbra	178 453 000	PTE	Indústria têxtil	43,5	30,5	—
GICES – Soc. Gestora de Fundos de Investim. Imobiliários, S. A.	Lisboa	120 000 000	PTE	Gestão de fundos de investimento imobiliários	20	17,1	—
Servimédia – Sociedade Mediadora de Capitais, S. A. ....	Lisboa	150 000 000	PTE	Mediadora de capitais	24,3	24,3	14,3
Terciforma, S A .....	Porto	20 000 000	PTE	Serviços	25	17,5	—

Em 31 de Dezembro de 1999, as principais participações financeiras em grupos financeiros eram as seguintes:

Grupos financeiros	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Percent. de controlo	Percent. de particip. efectiva	Percent. de particip. directa
BIG Bank Gdanski, S. A. ....	Varsóvia	424 590 872	PLZ	Banca	15	15	—
Eureko B. V. ....	Amesterdão	108 420 700	NLG	Grupo «Assure-finance»	15,6	7,1	—
Grupo Financiero Bital, S. A. de C. V. ....	Cidade do México	515 323 189	MXN	Grupo financeiro	10	8,3	8,3

## 8 — Imobilizações incorpóreas, diferenças de consolidação e de reavaliação:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Despesas de estabelecimento .....	1 312 427	796 381	60 379	60 379
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	619 201	681 305	206 728	255 571
Software .....	15 164 156	15 391 409	4 238 186	6 619 004
Despesas com campanhas publicitárias .....	97 399	57 426	—	—
Outras imobilizações incorpóreas .....	8 454 201	7 335 675	1 957 823	2 311 062
	<u>25 647 384</u>	<u>24 262 196</u>	<u>6 463 116</u>	<u>9 246 016</u>
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente .....	(4 546 710)	(4 437 266)	(1 199 386)	(2 029 160)
Relativas a exercícios anteriores .....	(7 659 294)	(7 433 933)	(2 744 920)	(3 352 388)
	<u>(12 206 004)</u>	<u>(11 871 199)</u>	<u>(3 944 306)</u>	<u>(5 381 548)</u>
	<u>13 441 380</u>	<u>12 390 997</u>	<u>2 518 810</u>	<u>3 864 468</u>
Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial ...	3 313 162	46 891 441	—	—
Diferenças de consolidação .....	100 174 675	86 197 810	—	—
	<u>103 487 837</u>	<u>133 089 251</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente .....	(5 832 223)	(5 902 866)	—	—
Relativas a exercícios anteriores .....	(15 812 876)	(13 793 189)	—	—
	<u>(21 645 099)</u>	<u>(19 696 055)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>81 842 738</u>	<u>113 393 196</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>95 284 118</u>	<u>125 784 193</u>	<u>2 518 810</u>	<u>3 864 468</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo, diferenças de consolidação e de reavaliação, durante o ano de 1999, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Despesas de estabelecimento .....	796 381	530 618	(59 723)	21 351	23 800	1 312 427
Investigação e desenvolvimento ...	681 305	35 224	(97 328)	—	—	619 201
Software .....	15 391 409	3 488 939	(3 367 728)	(472 579)	124 115	15 164 156
Campanhas publicitárias .....	57 426	37 992	—	—	1 981	97 399
Outras imobilizações incorpóreas	7 335 675	1 884 963	(756 419)	(31 696)	21 678	8 454 201
	<u>24 262 196</u>	<u>5 977 736</u>	<u>(4 281 198)</u>	<u>(482 924)</u>	<u>171 574</u>	<u>25 647 384</u>
Diferenças de consolidação e de reavaliação .....	133 089 251	35 524 514	(65 125 928)	—	—	103 487 837
	<u>157 351 447</u>	<u>41 502 250</u>	<u>(69 407 126)</u>	<u>(482 924)</u>	<u>171 574</u>	<u>129 135 221</u>
Amortizações acumuladas:						
Despesas de estabelecimento .....	579 594	71 579	(59 724)	6 039	17 417	614 905
Investigação e desenvolvimento ...	394 897	191 181	(97 329)	—	—	488 749
Software .....	9 015 157	3 682 770	(3 375 840)	(298 547)	104 549	9 128 089
Campanhas publicitárias .....	49 963	13 701	—	202	1 616	65 482
Outras imobilizações incorpóreas	1 831 588	587 479	(872 276)	346 262	15 726	1 908 779
	<u>11 871 199</u>	<u>4 546 710</u>	<u>(4 405 169)</u>	<u>53 956</u>	<u>139 308</u>	<u>12 206 004</u>
Diferenças de consolidação e de reavaliação .....	19 696 055	5 832 223	(3 883 179)	—	—	21 645 099
	<u>31 567 254</u>	<u>10 378 933</u>	<u>(8 288 348)</u>	<u>53 956</u>	<u>139 308</u>	<u>33 851 103</u>

A rubrica de transferências inclui os montantes de 507 667 000\$ e de 313 803 000\$ de custo e amortizações acumuladas, respectivamente, referentes a alterações na estrutura do Grupo, nomeadamente à inclusão no perímetro de consolidação do BIM Investimento, S. A. R. L., e à alienação do Banco Banif – Banqueros Personales, S. A.

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 1999, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
<b>Custo:</b>						
Despesas de estabelecimento .....	60 379	—	—	—	—	60 379
Investigação e desenvolvimento ...	255 571	—	(48 843)	—	—	206 728
Software .....	6 619 004	159 800	(2 539 718)	—	(900)	4 238 186
Outras imobilizações incorpóreas	2 311 062	907 016	(1 260 832)	571	6	1 957 823
	<u>9 246 016</u>	<u>1 066 816</u>	<u>(3 849 393)</u>	<u>571</u>	<u>(894)</u>	<u>6 463 116</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>						
Despesas de estabelecimento .....	35 743	4 105	—	—	—	39 848
Investigação e desenvolvimento ...	176 519	62 934	(48 842)	—	—	190 611
Software .....	5 105 338	1 096 612	(2 536 156)	493	(908)	3 665 379
Outras imobilizações incorpóreas	63 948	35 735	(50 722)	(493)	—	48 468
	<u>5 381 548</u>	<u>1 199 386</u>	<u>(2 635 720)</u>	<u>—</u>	<u>(908)</u>	<u>3 944 306</u>

A rubrica de diferenças de consolidação e de reavaliação, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial da empresa à data da aquisição, para as compras efectuadas desde 1995, é analisada como segue:

	1999			1998		
	Diferenças líquidas	Amortizações acumuladas	Diferenças brutas	Diferenças líquida	Amortizações acumuladas	Diferenças brutas
<b>Diferenças de consolidação:</b>						
AF – Investimentos, SGPS, S. A.	6 175 202	(882 055)	7 057 257	6 528 065	(529 192)	7 057 257
Banco Português do Atlântico, S. A.	58 933 771	(19 300 036)	78 233 807	56 353 790	(15 490 991)	71 844 781
BCP – Empresas, SGPS, L. <sup>da</sup> .....	2 339 925	(201 170)	2 541 095	2 466 980	(74 115)	2 541 095
Banco Com. de Macau, S. A. R. L.	3 285 578	(365 064)	3 650 642	3 468 110	(182 532)	3 650 642
Comercial Leasing, S. A. ....	195 614	(49 845)	245 459	207 840	(37 619)	245 459
Nacional Leasing, S. A. ....	681 551	(93 673)	775 224	720 312	(54 912)	775 224
Leasefactor, SGPS, S. A. ....	7 543 849	(31 564)	7 575 413	—	—	—
Outras entidades .....	83 964	(11 814)	95 778	74 783	(8 569)	83 352
	<u>79 239 454</u>	<u>(20 935 221)</u>	<u>100 174 675</u>	<u>69 819 880</u>	<u>(16 377 930)</u>	<u>86 197 810</u>
<b>Diferenças de reavaliação:</b>						
Banco Santander Central Hispano, S. A. ....	—	—	—	40 834 666	(2 784 942)	43 619 608
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.	2 547 187	(688 051)	3 235 238	2 708 949	(526 289)	3 235 238
Outras entidades .....	56 097	(21 827)	77 924	29 701	(6 894)	36 595
	<u>2 603 284</u>	<u>(709 878)</u>	<u>3 313 162</u>	<u>43 573 316</u>	<u>(3 318 125)</u>	<u>46 891 441</u>
	<u>81 842 738</u>	<u>(21 645 099)</u>	<u>103 487 837</u>	<u>113 393 196</u>	<u>(19 696 055)</u>	<u>133 089 251</u>
Amortizações do exercício .....		5 832 223			5 902 866	

#### 9 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Imóveis .....	136 554 743	129 016 214	68 567 970	84 177 605
<b>Equipamento:</b>				
Mobiliário .....	17 718 475	16 856 977	8 465 235	7 763 101
Máquinas .....	4 219 757	5 781 416	1 729 012	1 749 638
Equipamento informático .....	40 979 217	55 014 750	21 674 949	26 933 845
Instalações interiores .....	20 816 963	19 757 415	5 449 614	7 149 845
Viaturas .....	3 541 700	4 237 118	1 178 939	1 475 757
Equipamento de segurança .....	12 528 944	12 469 885	8 632 431	8 216 478
Obras em curso .....	23 437 812	21 399 678	6 164 738	7 562 342
Outras imobilizações corpóreas .....	4 483 068	4 309 384	2 886 682	2 716 874
	<u>264 280 679</u>	<u>268 842 837</u>	<u>124 749 570</u>	<u>147 745 485</u>

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente .....	(15 208 780)	(15 352 686)	(6 140 247)	(7 721 568)
Relativas a exercícios anteriores .....	(78 608 987)	(88 788 661)	(44 730 264)	(44 455 644)
	<u>(93 817 767)</u>	<u>(104 141 347)</u>	<u>(50 870 511)</u>	<u>(52 177 212)</u>
	170 462 912	164 701 490	73 879 059	95 568 273

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 1999, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Imóveis .....	129 016 214	4 770 459	(6 063 790)	8 353 772	478 088	136 554 743
Equipamento:						
Mobiliário .....	16 856 977	1 051 110	(325 043)	62 907	72 524	17 718 475
Máquinas .....	5 781 416	512 776	(2 178 942)	89 750	14 757	4 219 757
Equipamento informático .....	55 014 750	3 894 095	(17 348 465)	(746 738)	165 575	40 979 217
Instalações interiores .....	19 757 415	1 310 090	(877 894)	558 789	68 563	20 816 963
Viaturas .....	4 237 118	374 746	(1 096 028)	902	24 962	3 541 700
Equipamento de segurança ...	12 469 885	764 822	(899 556)	180 832	12 961	12 528 944
Obras em curso .....	21 399 678	19 518 022	(6 608 146)	(10 894 048)	22 306	23 437 812
Outras imobilizações corpóreas ...	4 309 384	220 906	(66 136)	5 052	13 862	4 483 068
	<u>268 842 837</u>	<u>32 417 026</u>	<u>(35 464 000)</u>	<u>(2 388 782)</u>	<u>873 598</u>	<u>264 280 679</u>
Amortizações acumuladas:						
Imóveis .....	21 604 580	5 302 758	(2 842 352)	(467 226)	125 467	23 723 227
Equipamento:						
Mobiliário .....	11 667 418	1 362 760	(273 595)	(73 907)	46 648	12 729 324
Máquinas .....	4 100 646	424 705	(2 176 488)	(13 363)	9 129	2 344 629
Equipamento informático .....	46 233 203	4 473 804	(16 946 190)	(482 717)	139 652	33 417 752
Instalações interiores .....	10 564 634	1 720 246	(882 779)	(252 571)	10 960	11 160 490
Viaturas .....	2 391 059	847 561	(847 318)	492	16 191	2 407 985
Equipamento de segurança ...	7 528 143	1 069 057	(640 053)	10 697	4 124	7 971 968
Outras imobilizações corpóreas .....	51 664	7 889	(1 534)	2 394	1 979	62 392
	<u>104 141 347</u>	<u>15 208 780</u>	<u>(24 610 309)</u>	<u>(1 276 201)</u>	<u>354 150</u>	<u>93 817 767</u>

A rubrica de transferências, inclui os montantes de 2 364 039 000\$ e de 908 442 000\$ de custo e amortizações acumuladas, respectivamente, referentes a alterações na estrutura do Grupo, nomeadamente à inclusão no perímetro de consolidação do BIM Investimento, S. A. R. L., à alienação do Banco Banif – Banqueros Personales, S. A., e à fusão por incorporação da SLA – Sociedade Luso-Atlântica de Gestão, SGPS, S. A., na SLEI – Sociedade Luso-Atlântica de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 1999, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Imóveis .....	84 177 605	998 238	(18 919 936)	2 312 063	–	68 567 970
Equipamento:						
Mobiliário .....	7 763 101	513 324	(9 400)	196 164	2 046	8 465 235
Máquinas .....	1 749 638	35 845	(56 743)	–	272	1 729 012
Equipamento informático .....	26 933 845	463 196	(5 722 578)	–	486	21 674 949
Instalações interiores .....	7 149 845	50 104	(2 177 784)	427 207	242	5 449 614
Viaturas .....	1 475 757	145 771	(444 500)	–	1 911	1 178 939
Equipamento de segurança ...	8 216 478	342 877	(3 800)	76 841	35	8 632 431
Obras em curso .....	7 562 342	6 215 117	(4 599 875)	(3 012 846)	–	6 164 738
Outras imobilizações corpóreas ...	2 716 874	194 572	(25 002)	–	238	2 886 682
	<u>147 745 485</u>	<u>8 959 044</u>	<u>(31 959 618)</u>	<u>(571)</u>	<u>5 230</u>	<u>124 749 570</u>

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Amortizações acumuladas:						
Imóveis .....	10 469 498	2 462 231	(536 004)	—	—	12 395 725
Equipamento:						
Mobiliário .....	5 451 578	698 950	(7 753)	—	1 311	6 144 086
Máquinas .....	1 407 447	125 273	(56 742)	—	261	1 476 239
Equipamento informático .....	24 920 836	1 320 246	(5 640 872)	—	458	20 600 668
Instalações interiores .....	4 102 013	483 841	(826 648)	—	114	3 759 320
Viaturas .....	944 592	253 148	(381 965)	—	1 772	817 547
Equipamento de segurança ...	4 878 172	796 388	(904)	—	25	5 673 681
\Outras imobilizações corpóreas ...	3 076	170	(2)	—	1	3 245
	52 177 212	6 140 247	(7 450 890)	—	3 942	50 870 511

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Devedores .....	66 362 153	19 189 692	3 634 500	1 130 478
Aplicações por recuperação de crédito .....	15 344 861	20 150 582	8 223 463	10 731 893
Outras imobilizações financeiras .....	17 384 733	43 080 521	383 459 105	377 225 572
Valores a cobrar .....	3 574 332	4 256 898	2 564 648	1 733 373
Impostos a recuperar .....	10 900 307	5 652 585	1 111 930	1 182 567
Bonificações a receber .....	25 631 171	14 380 379	—	—
Associadas .....	2 839 792	2 137 447	24 532 747	19 310 305
Contas diversas .....	14 501 129	25 372 821	1 705 179	1 526 313
	156 538 478	134 220 925	425 231 572	412 840 501
Provisões diversas .....	(5 976 882)	(3 759 387)	(16 742 461)	(190 406)
	150 561 596	130 461 538	408 489 111	412 650 095

Na rubrica de outras imobilizações financeiras do Banco, encontra-se incluído o montante de prestações e suprimentos efectuados às *holdings* subsidiárias destinadas à tomada de participações financeiras em empresas subsidiárias. Os montantes referidos foram eliminados em consolidação.

Os referidos suprimentos e prestações são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Banco	
	1999	1998
Holdings subsidiárias do Banco Comercial Português, S. A.:		
AF Investimentos – SGPS, S. A. ....	500 000	—
BCP – IF, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. <sup>da</sup> .....	358 228 323	232 716 248
BCP – Internacional, SGPS, L. <sup>da</sup> .....	—	130 166 381
BCP – Internacional II, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. <sup>da</sup> .....	3 245 811	—
SPASA – Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A. ....	13 675 470	12 903 081
Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A. ....	6 300 000	—
	381 949 604	375 785 710

Os movimentos nas provisões diversas são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Saldo em 1 de Janeiro .....	3 759 387	2 511 832	190 406	137 078
Transferências .....	3 154 970	263 550	3 200 000	220 476
Provisão do exercício .....	361 684	1 946 057	13 788 621	85 340
Utilização de provisões .....	(1 299 159)	(962 042)	(436 566)	(252 488)
Diferenças cambiais .....	—	(10)	—	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	5 976 882	3 759 387	16 742 461	190 406



## 11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Juros e outros proveitos a receber .....	91 540 312	107 589 247	64 276 777	47 412 007
Despesas antecipadas .....	13 582 265	9 018 148	2 091 678	2 797 068
Operações sobre títulos a receber .....	57 002 554	8 450 035	55 631 359	1 437 912
Valores a debitar a clientes .....	13 380 568	13 252 926	8 838 701	11 073 895
Outras contas de regularização .....	102 519 824	38 342 494	29 225 227	10 110 625
	<u>278 025 523</u>	<u>176 652 850</u>	<u>160 063 742</u>	<u>72 831 507</u>

A contribuição inicial para o Fundo de Garantia de Depósitos, efectuada nos termos do aviso n.º 11/94 do Ministério das Finanças, foi amortizada no período de cinco anos, tendo tido início em Janeiro de 1995, conforme determinado pelo Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 1999, o valor encontra-se totalmente amortizado.

## 12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Banco de Portugal .....	114 301 680	135 149 654	11 123 360	40 000 000
Mercado monetário interbancário .....	191 857 823	193 609 989	603 270 386	817 700 000
Recursos de outras instituições de crédito no País .....	123 784 753	74 506 678	507 809 322	153 299 800
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro .....	1 769 217 380	1 121 782 848	848 214 232	1 120 725 240
	<u>2 199 161 636</u>	<u>1 525 049 169</u>	<u>1 970 417 300</u>	<u>2 131 725 040</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses .....	1 506 250 186	663 298 634	1 529 833 219	1 391 885 986
De três meses até seis meses .....	172 111 701	337 631 795	338 393 842	358 491 554
De seis meses até um ano .....	161 917 718	514 428 764	72 592 852	229 854 376
De um ano até cinco anos .....	198 506 268	9 689 976	24 585 337	19 443 608
Mais de cinco anos .....	160 375 763	—	5 012 050	132 049 516
	<u>2 199 161 636</u>	<u>1 525 049 169</u>	<u>1 970 417 300</u>	<u>2 131 725 040</u>

## 13 — Débitos para com clientes a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Depósitos para com clientes:				
Depósitos a prazo .....	1 171 808 860	1 138 744 857	361 998 191	319 745 808
Depósitos de poupança .....	458 213 138	507 610 771	102 695 981	110 191 695
Bilh. do Tesouro e outros activos c/ acordos de recompra	—	43 919 206	—	—
Outros débitos .....	36 754 111	25 335 970	14 585 231	13 817 634
	<u>1 666 776 109</u>	<u>1 715 610 804</u>	<u>479 279 403</u>	<u>443 755 137</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Depósitos:				
Até três meses .....	1 064 143 463	855 880 879	321 573 651	284 854 167
De três meses até seis meses .....	307 864 259	333 981 331	81 827 911	91 792 361
De seis meses até um ano .....	183 704 348	371 286 548	57 481 321	47 747 060
De um ano até cinco anos .....	64 457 730	83 191 634	3 705 789	5 510 126
Mais de cinco anos .....	9 852 198	2 015 236	105 500	33 789
	<u>1 630 021 998</u>	<u>1 646 355 628</u>	<u>464 694 172</u>	<u>429 937 503</u>

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra:				
Até três meses .....	—	43 919 206	—	—
Outros débitos:				
Até três meses .....	15 130 123	25 335 970	14 585 231	13 817 634
De seis meses até um ano .....	1 370 094	—	—	—
De um ano até cinco anos .....	20 253 894	—	—	—
	<u>36 754 111</u>	<u>25 335 970</u>	<u>14 585 231</u>	<u>13 817 634</u>
	1 666 776 109	1 715 610 804	479 279 403	443 755 137

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo, estão fixados no aviso n.º 11/94 do Ministério das Finanças.

## 14 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Certificados de depósitos .....	142 632	53 862	—	—
Empréstimos obrigacionistas .....	616 246 063	253 714 953	29 247 477	11 500 000
Papel comercial .....	55 011 375	—	—	—
	<u>671 400 070</u>	<u>253 768 815</u>	<u>29 247 477</u>	<u>11 500 000</u>

Incluídos na rubrica de empréstimos obrigacionistas, encontram-se as oito emissões de obrigações emitidas pelo BCP Finance Bank, Ltd., no âmbito do programa de Medium Term Notes, nos montantes de 400 000 000 de euros, 100 000 000 de euros, 400 000 000 de USD, 15 000 000 de USD, 25 000 000 de euros, 10 000 000 de USD, 200 000 000 de euros e 75 000 000 de euros, emitidas em 26 de Fevereiro, 23 de Abril, 19 de Maio, 16 de Junho, 2 Agosto, 12 Agosto, 24 de Setembro e 29 de Outubro de 1999, respectivamente.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Certificados de depósitos:				
Até três meses .....	135 632	46 862	—	—
De um ano até cinco anos .....	7 000	—	—	—
Mais de cinco anos .....	—	7 000	—	—
	<u>142 632</u>	<u>53 862</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Empréstimos obrigacionistas:				
Até três meses .....	—	4 000 000	—	2 000 000
De três meses até seis meses .....	—	790 380	—	—
De seis meses até um ano .....	12 916 380	28 788 782	—	—
De um ano até cinco anos .....	407 516 362	53 135 791	28 245 067	9 500 000
Mais de cinco anos .....	195 813 321	167 000 000	1 002 410	—
	<u>616 246 063</u>	<u>253 714 953</u>	<u>29 247 477</u>	<u>11 500 000</u>
Papel comercial:				
Até três meses .....	35 798 150	—	—	—
De três meses até seis meses .....	19 213 225	—	—	—
	<u>55 011 375</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	671 400 070	253 768 815	29 247 477	11 500 000

Em 31 de Dezembro de 1999, as emissões de empréstimos obrigacionistas do Grupo e do Banco, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>					
<b>Banco Comercial Português:</b>					
Capital garantido PSI 20/97 .....	Fevereiro de 1997	Fevereiro de 2002	Indexada ao Índice PSI 20 .....	3 000 000	3 000 000
Capital garantido PSI 20/97 .....	Março de 1997	Março de 2002	Indexada ao Índice PSI 20 .....	2 098 270	2 500 000
Nikei 225/97 .....	Agosto de 1997	Agosto de 2002	Indexada ao Índice Nikkei 225 .....	3 000 000	3 000 000
Capital garantido PSI 20/99 .....	Abril de 1999	Abril de 2004	Indexada ao Índice PSI 20 .....	1 002 410	1 002 410
Capital garantido Dow Jones Euro Stoxx 50 .....	Julho de 1998	Julho de 2002	Indexada ao Índice Dow Jones Stoxx 50 .....	999 000	1 000 000
Investimento Real/99 .....	Maior de 1999	Maior de 2006	Taxa de 2,5%, 1.º ano. Indexada ao IPC .....	1 002 410	1 002 410
BCP/99 — 3,5% — 1.ª emissão .....	Agosto de 1999	Agosto de 2004	Taxa fixa de 3,5% .....	5 399 440	5 413 014
BCP/99 — 3,5% — 2.ª emissão .....	Setembro de 1999	Setembro de 2004	Taxa fixa de 3,5% .....	7 013 769	7 016 870
Investimento Taxa Crescente .....	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Taxa de 3%, 1 ano .....	5 312 773	5 312 773
<b>BCPA – Banco de Investimento:</b>					
1997 — Nikkei 225 .....	Agosto de 1997	Agosto de 2002	Indexada ao Índice Nikkei 225 .....	3 000 000	—
1998 — Grandes Marcas .....	Fevereiro de 1998	Fevereiro de 2002	Indexada a um cabaz de acções (G. Marcas) ...	12 839 513	—
1998 — Energia Mundial .....	Março de 1998	Março de 2002	Indexada a um cabaz de acções (Energia) .....	11 169 797	—
1998 — Dow Jones .....	Junho de 1998	Junho de 2002	Indexada ao Índice Dow Jones Stoxx 50 .....	9 585 048	—
1998 — Valor EDP .....	Dezembro de 1998	Dezembro de 2000	Indexada às acções EDP .....	12 916 380	—
1999 — Valor Cimpor .....	Março de 1999	Março de 2001	Indexada às acções Cimpor .....	4 988 715	—
1999 — Capital Garantido PSI 20 .....	Abril de 1999	Abril de 2004	Indexada ao Índice PSI 20 .....	7 288 454	—
1999 — Investimento Real .....	Maior de 1999	Maior de 2006	Taxa de 2,5% 1.º ano. Indexada ao IPC .....	7 762 711	—
1999 — Taxa fixa — 3,25% — 1.ª emissão .....	Agosto de 1999	Agosto de 2003	Taxa fixa de 3,25% .....	8 872 229	—
1999 — Taxa fixa — 3,25% — 2.ª emissão .....	Setembro de 1999	Setembro de 2003	Taxa fixa de 3,25% .....	8 131 571	—
1999 — Taxa Crescente .....	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Taxa de 3%, 1.º ano .....	7 167 757	—
1999 — Capital Garantido Internet .....	Dezembro de 1999	Dezembro de 2004	Indexada a um cabaz de acções (Internet) .....	7 917 580	—
<b>Banco de Investimento Imobiliário:</b>					
BII/96-11 .....	Junho de 1996	Junho de 2011	Lisbor 3 meses + 1,75% .....	60 000 000	—
Hipotecárias BII/96-08 .....	Dezembro de 1996	Dezembro de 2008	(a) .....	37 000 000	—
BII/97-02 .....	Outubro de 1997	Outubro de 2002	Lisbor 6 meses + 0,25% .....	12 800 000	—
BII Finance Company .....	Setembro de 1996	Setembro de 2011	Lisbor 3 meses + 1,75% .....	70 000 000	—
<b>Banco Português do Atlântico:</b>					
PSI 20 Capital Garantido .....	Março de 1997	Março de 2002	Indexada ao Índice PSI 20 .....	1 792 858	—
Atlântico — 3,5% — 1.ª emissão .....	Agosto de 1999	Agosto de 2004	Taxa fixa de 3,5% .....	12 028 755	—
Atlântico — 3,25% — 1.ª emissão .....	Agosto de 1999	Agosto de 2003	Taxa fixa de 3,25% .....	6 756 243	—
Atlântico — 3,5% — 2.ª emissão .....	Setembro de 1999	Setembro de 2004	Taxa fixa de 3,5% .....	21 050 610	—
Atlântico — 3,25% — 2.ª emissão .....	Setembro de 1999	Setembro de 2003	Taxa fixa de 3,25% .....	12 028 920	—
Investimento Taxa Crescente .....	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Taxa de 3%, 1.º ano .....	8 520 443	—

(Em milhares de escudos)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
BCP Finance Bank:					
Euros 400 milhões .....	Fevereiro de 1999	Fevereiro de 2002	Euribor 3 meses + 0,15% .....	80 192 800	—
Euros 100 milhões .....	Abril de 1999	Abril de 2001	Euribor 3 meses + 0,0625% .....	19 046 593	—
USD 400 milhões .....	Maior de 1999	Maior de 2004	US Libor 3 meses + 0,125% .....	79 427 314	—
USD 15 milhões .....	Junho de 1999	Março de 2003	Taxa de 5% .....	2 993 460	—
Euros 25 milhões .....	Agosto de 1999	Setembro de 2007	Taxa de 4,85% .....	5 012 050	—
USD 10 milhões .....	Agosto de 1999	Agosto de 2001	Indexada ao câmbio JPY/USD .....	1 995 640	—
Euros 200 milhões .....	Setembro de 1999	Setembro de 2002	Euribor 3 meses + 0,125% .....	40 096 400	—
Euros 75 milhões .....	Outubro de 1999	Outubro de 2007	Taxa de 5,697429% .....	15 036 150	—
				<u>616 246 063</u>	<u>29 247 477</u>

(a) A taxa de juro será igual a 60% da taxa anual normal variável do crédito à habitação para o regime geral com prestações mensais e constantes, praticada e divulgada pelo BII e em vigor nessa data.  
A taxa de juro definida não poderá ser inferior à Lisbor a 3 meses acrescida de 1,5%.

## 15 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Credores:				
Fornecedores .....	12 350 946	24 353 988	2 187 818	2 906 639
Por contratos de <i>factoring</i> .....	3 476 580	4 554 512		
Outros credores .....	8 119 538	9 795 898	5 079 127	425 958
Sector público administrativo .....	9 165 170	11 268 458	2 210 853	1 994 483
Contas diversas .....	800 279	8 230 677	164 677	7 612 118
	<u>33 912 513</u>	<u>58 203 533</u>	<u>9 642 475</u>	<u>12 939 198</u>

## 16 — Contas de regularização do passivo, diferenças de consolidação e de reavaliação:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Juros a pagar .....	93 858 326	105 531 862	30 019 169	29 451 328
Receitas antecipadas .....	9 554 201	6 106 851	2 547 764	2 113 071
Férias e subsídios de férias a pagar .....	9 042 042	8 552 841	2 910 736	2 796 424
Outros custos administrativos a pagar .....	840 220	336 625	—	—
Operações sobre títulos a liquidar .....	2 040 538	11 243 751	515 888	10 869 365
Outras contas de regularização .....	36 735 162	41 310 167	16 740 118	15 684 201
	<u>152 070 489</u>	<u>173 082 097</u>	<u>52 733 675</u>	<u>60 914 389</u>
Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial ...	75 017	75 017	—	—
Diferenças de consolidação .....	30 144	30 144	—	—
	<u>105 161</u>	<u>105 161</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>152 175 650</u>	<u>173 187 258</u>	<u>52 733 675</u>	<u>60 914 389</u>

## 17 — Provisão para riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão para riscos gerais de crédito .....	55 605 562	40 498 631	23 802 551	13 934 920
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência .....	20 488 855	12 207 118	11 786 000	—
Provisões para riscos bancários gerais .....	31 481 237	20 958 890	7 875 000	7 633 000
Outras provisões para riscos e encargos .....	16 370	77 072	—	—
	<u>107 592 024</u>	<u>73 741 711</u>	<u>43 463 551</u>	<u>21 567 927</u>

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão genérica para crédito directo:				
Saldo em 1 de Janeiro .....	34 747 432	25 026 895	11 827 507	8 533 045
Transferências resultantes de aquisições/(alienações) .....	(60 930)	—	—	—
Outras transferências .....	2 469 747	394 482	2 520 743	806 250
Provisão do exercício .....	9 875 973	9 868 073	3 250 775	2 488 212
Utilização de provisões .....	(118 149)	(392 529)	(72 364)	—
Diferenças cambiais .....	250 022	(149 489)	—	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	<u>47 164 095</u>	<u>34 747 432</u>	<u>17 526 661</u>	<u>11 827 507</u>

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisão genérica para crédito por assinatura:				
Saldo em 1 de Janeiro .....	5 751 199	4 339 430	2 107 413	1 625 099
Transferências resultantes de aquisições/(alienações) .....	(91 893)	—	—	—
Outras transferências .....	1 657 744	486 604	1 502 558	174 007
Provisão do exercício .....	1 087 944	1 467 723	2 665 919	308 307
Utilização de provisões .....	—	(523 028)	—	—
Diferenças cambiais .....	36 473	(19 530)	—	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	8 441 467	5 751 199	6 275 890	2 107 413
	55 605 562	40 498 631	23 802 551	13 934 920

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, conforme referido na nota n.º 1 alínea e).

Os movimentos das provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência, incluindo o montante referente a custos de reestruturação através de reformas antecipadas, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Saldo em 1 de Janeiro .....	12 207 118	13 256 307	—	—
Transferências .....	—	60 251	—	—
Provisão do exercício .....	16 057 161	(102 187)	16 087 000	—
Utilização de provisões .....	(7 775 424)	(1 007 253)	(4 301 000)	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	20 488 855	12 207 118	11 736 000	—

Os movimentos das provisões para riscos bancários gerais são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Saldo em 1 de Janeiro .....	20 958 890	11 461 601	7 633 000	3 053 000
Transferências resultantes de aquisições/(alienações) ....	(119 351)	—	—	—
Outras transferências .....	(17 131 236)	(1 856 226)	(12 458 000)	(663 000)
Provisão do exercício .....	27 764 574	12 015 012	12 700 000	5 243 000
Utilização de provisões .....	—	(661 497)	—	—
Diferenças cambiais .....	8 360	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	31 481 237	20 958 890	7 875 000	7 633 000

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

Os movimentos nas outras provisões para riscos e encargos são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Saldo em 1 de Janeiro .....	77 072	110 582	—	—
Transferências resultantes de aquisições/(alienações) ....	(43 513)	—	—	—
Outras transferências .....	66	(68 248)	—	—
Provisão do exercício .....	856	40 763	—	—
Utilização de provisões .....	(18 275)	(6 025)	—	—
Diferenças cambiais .....	164	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	16 370	77 072	—	—

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo.

As provisões para riscos de crédito em 31 de Dezembro de 1999, por sector de actividade referentes ao Grupo, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Provisão genérica	Provisão específica	Total de provisões	Percentagem do total de provisões	Percentagem de crédito por sector em relação ao total de crédito
Agricultura e silvicultura .....	460 771	288 493	749 264	1	1
Indústrias extractivas .....	222 733	29 836	252 569	—	—
Alimentação, bebidas e tabaco .....	1 172 857	1 605 784	2 778 641	3	2

(Em milhares de escudos)

	Provisão genérica	Provisão específica	Total de provisões	Percentagem do total de provisões	Percentagem de crédito por sector em relação ao total de crédito
Têxteis .....	1 309 966	4 389 684	5 699 650	6	2
Madeira e cortiça .....	562 387	1 319 279	1 881 666	2	1
Papel, artes gráficas e editoras .....	505 339	504 064	1 009 403	1	1
Químicas .....	791 235	48 075	839 310	1	1
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base .....	1 375 047	1 044 461	2 419 508	2	2
Electricidade, água e gás .....	901 682	5	901 687	1	2
Construção .....	4 545 501	3 174 573	7 720 074	8	8
Comércio a retalho .....	2 478 244	1 369 992	3 848 236	4	4
Comércio por grosso .....	4 443 305	4 028 602	8 471 907	9	8
Restaurantes e hotéis .....	593 764	338 931	932 695	1	1
Transportes e comunicações .....	1 327 412	286 440	1 613 852	2	2
Serviços .....	7 831 768	8 464 320	16 296 088	17	15
Crédito ao consumo .....	5 883 320	4 685 186	10 568 506	11	11
Crédito hipotecário .....	13 616 979	2 966 826	16 583 805	17	25
Outras actividades nacionais .....	3 160 047	1 118 387	4 278 434	4	6
Outras actividades internacionais .....	4 423 205	5 747 296	10 170 501	10	8
	55 605 562	41 410 234	97 015 796	100	100

## 18 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Obrigações convertíveis .....	—	—	4 306 481	9 549 389
Obrigações de caixa com opção de reembolso antecipado .....	104 670 218	104 749 000	45 000 000	45 000 000
Obrigações perpétuas .....	45 503 615	44 000 000	80 192 800	—
Outros passivos subordinados .....	480 462	501 872	254 153 143	86 296 500
	150 654 295	149 250 872	383 652 424	140 845 889

Em 31 de Dezembro de 1999, as emissões de empréstimos subordinados do Grupo e do Banco são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
<b>Obrigações convertíveis:</b>					
BCP — USD 250 milhões .....	Julho de 1996	Julho de 2026	V. referência (vi) .....	—	4 306 481
<b>Obrig. de caixa com opção de reembolso antecipado:</b>					
<b>Banco Comercial Português:</b>					
BCP/93 .....	Dezembro de 1993	Dezembro de 2003	V. referência (i) .....	14 999 000	15 000 000
BCP/95 .....	Março de 1995	Março de 2005	Lisbor 6 meses + 0,20% .....	29 250 000	30 000 000
<b>BCPA – Banco de Investimento:</b>					
CISF/93 .....	Dezembro de 1993	Dezembro de 2003	V. referência (ii) .....	6 000 000	—
<b>Banco de Investimento Imobiliário:</b>					
BII/93 .....	Novembro de 1993	Novembro de 2003	4,4063% .....	1 817 000	—
BII/95 .....	Junho de 1995	Junho de 2005	Lisbor 3 meses + 0,25% .....	2 000 000	—
BII/99 .....	Dezembro de 1999	Dezembro de 2009	Euribor 6 meses + 1% .....	1 754 218	—
<b>Banco Português do Atlântico:</b>					
BPA/93 — 1.ª emissão .....	Fevereiro de 1993	Fevereiro de 2003	TBA x 1,055 .....	15 000 000	—
BPA/93 — 2.ª emissão .....	Dezembro de 1993	Dezembro de 2003	V. referência (iii) .....	7 500 000	—
<b>Leasimpor:</b>					
1992 — 1.ª emissão .....	Junho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,06 .....	700 000	—
1992 — 2.ª emissão .....	Junho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,06 .....	1 300 000	—
1992 — 3.ª emissão .....	Dezembro de 1992	Dezembro de 2002	TBA x 1,065 .....	3 000 000	—
1993 — 1.ª emissão .....	Junho de 1993	Junho de 2003	V. referência (iv) .....	2 000 000	—
1993 — 2.ª emissão .....	Setembro de 1993	Setembro de 2003	V. referência (v) .....	2 350 000	—
<b>Leasing Atlântico:</b>					
1992 — 1.ª emissão .....	Junho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,06 .....	1 000 000	—
1992 — 2.ª emissão .....	Junho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,06 .....	1 000 000	—
1992 — 3.ª emissão .....	Dezembro de 1992	Dezembro de 2002	TBA x 1,065 .....	2 000 000	—
BPA Factor 1995 .....	Agosto de 1995	Agosto de 2005	Lisbor 6 meses + 0,375% .....	500 000	—
<b>Expresso Atlântico:</b>					
BCM/91 — Sem cupão .....	Dezembro de 1991	Dezembro de 2001	Não vence juros .....	5 000 000	—
BCM/92 — 2.ª emissão .....	Maior de 1992	Maior de 2003/4	TBA x 1,06 .....	4 000 000	—
BCM/92 — 3.ª emissão .....	Setembro de 1992	Maior de 2003/4	TBA x 1,06 .....	2 500 000	—
Macaulease Imobiliária/93 .....	Dezembro de 1993	Dezembro de 2003	Lisbor 6 meses + 0,625% .....	1 000 000	—
				<u>104 670 218</u>	<u>45 000 000</u>



(Em milhares de escudos)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
<b>Obrigações perpétuas:</b>					
BPA/96 .....	Julho de 1997	—	Lisbor 3 meses + 0,95% .....	40 000 000	—
BII//97 .....	Dezembro de 1997	—	Lisbor 3 meses + 0,8% .....	4 000 000	—
BII/99 .....	Setembro de 1999	—	Euribor 3 meses + 2% .....	1 503 615	—
BCP — Euro 400 milhões .....	Junho de 1999	—	Taxa fixa 6,25% .....	—	80 192 800
.....			.....	<u>45 503 615</u>	<u>80 192 800</u>
<b>Outros passivos subordinados:</b>					
Títulos de particip. BPA — 1.ª e 2.ª emissões ...	1986	A partir de 1996	V. 3.º e 4.º §§ .....	480 462	—
BCP — USD 500 milhões .....	Setembro de 1998	Setembro de 2000	Libor 12 meses + 1% .....	—	99 782 003
BCP — Euro 400 milhões .....	Fevereiro de 1999	Fevereiro de 2002	Euribor 3 meses + 0,1775% .....	—	80 192 800
BCP — Euro 370 milhões .....	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Euribor 3 meses + 0,16% .....	—	74 178 340
				<u>480 462</u>	<u>254 153 143</u>
				150 654 295	383 652 424

## Referências:

TBA — Taxa base anual do Banco de Portugal.

PRV — Média das *prime rate* variáveis praticadas pela CGD, BES, BPA e BFE.

(i) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,125% e TBA + 1%.

(ii) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,15% e TBA + 1%.

(iii) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,2% e TBA + 0,8125%.

(iv) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,4375% e TBA + 1,0625%.

(v) A menor entre, Lisbor 3 meses + 0,25% e PRV – 1%.

(vi) Taxa inicial com ajustamento para corresponder à taxa de dividendo preferencial vigente na emissão pelo BCP International Bank, Ltd., de Non-cumulative Guaranteed Exchangeable Preference Shares, Série A, sendo actualmente de 8% ao ano.

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Grupo, à data de 31 de Dezembro de 1999, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
<b>Obrigações de emissores públicos:</b>						
Nacionais .....	144 594 802	285 765	144 880 567	306 116	(285 765)	144 900 918
Estrangeiros .....	40 577 448	28 267	40 605 715	989 866	(28 267)	41 567 314
<b>Obrigações de outros emissores:</b>						
Nacionais .....	175 549 138	1 264 312	176 813 450	443 252	(1 264 312)	175 992 390
Estrangeiros .....	80 048 398	832 981	80 881 379	1 338 369	(832 981)	81 386 767
<b>Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública:</b>						
.....	27 533 313	—	27 533 313	18 614	—	27 551 927
Papel comercial .....	96 473 633	—	96 473 633	—	—	96 473 633
<b>Acções de empresas:</b>						
Nacionais .....	23 518 429	968 215	24 486 644	243 736	(968 215)	23 762 165
Estrangeiras .....	39 607	—	39 607	—	—	39 607
Unidades de participação .....	63 855 457	—	63 855 457	464 031	—	64 319 488
Certificados de depósito .....	1 052 319	—	1 052 319	—	—	1 052 319
Outros títulos .....	400 944	672 797	1 073 741	193	(672 797)	401 137
	<u>653 643 488</u>	<u>4 052 337</u>	<u>657 695 825</u>	<u>3 804 177</u>	<u>(4 052 337)</u>	<u>657 447 665</u>

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Banco, à data de 31 de Dezembro de 1999, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
<b>Obrigações de emissores públicos:</b>						
Nacionais .....	3 000 000	—	3 000 000	—	—	3 000 000
Estrangeiros .....	3 501 756	—	3 501 756	349 964	—	3 851 720
<b>Obrigações de outros emissores:</b>						
Nacionais .....	69 512 272	993 452	70 505 724	67 877	(993 452)	69 580 149
Estrangeiros .....	1 485 134	5 428	1 490 562	—	(5 428)	1 485 134
Papel comercial .....	14 850 000	—	14 850 000	—	—	14 850 000
<b>Acções de empresas:</b>						
Nacionais .....	4 154 494	328 862	4 483 356	1 929	(328 862)	4 156 423
Estrangeiras .....	—	—	—	—	—	—
Unidades de participação .....	38 270 568	—	38 270 568	464 031	—	38 734 599
Outros títulos .....	1 932	—	1 932	167	—	2 099
	<u>134 776 156</u>	<u>1 327 742</u>	<u>136 103 898</u>	<u>883 968</u>	<u>(1 327 742)</u>	<u>135 660 124</u>

As mais e menos-valias realizadas durante o exercício na alienação de títulos de investimento foram as seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Mais-valias realizadas .....	9 442 708	13 917 327	483 491	4 591 711
Menos-valias realizadas .....	(1 753 550)	(1 335 527)	(101 026)	(39 757)
	<u>7 689 158</u>	<u>12 581 800</u>	<u>382 465</u>	<u>4 551 954</u>

As emissões de obrigações de caixa têm reembolso antecipado a partir do 5.º ano após a data de emissão com excepção da emissão BCM/91 — sem cupão que poderá ser reembolsada em qualquer data.

O empréstimo subordinado do BCM/91 — sem cupão — foi emitido abaixo do par pelo valor de 285\$ por obrigação, sendo reembolsado ao fim de dez anos pelo valor nominal de 1000\$, proporcionando uma rentabilidade efectiva anual ilíquida para o subscritor de 13,3745%. O Banco Expresso Atlântico, S. A., poderá em qualquer altura comprar em mercado secundário obrigações BCM/91 — sem cupão/91 a qualquer preço, podendo ser canceladas nos termos gerais.

A remuneração dos títulos de participação emitidos pelo Banco Português do Atlântico, S. A., em 1986 tem duas componentes: uma fixa e outra variável. A parte fixa incide sobre dois terços do valor nominal e é igual à taxa de referência do mercado de capitais fixado por aviso do Banco de Portugal em vigor no início de cada período

anual de contagem de juros, acrescida de dois pontos percentuais. A parte variável incide sobre um terço do valor nominal e é calculada em função do resultado do Banco Português do Atlântico, S. A., na respectiva proporção, isto é, atendendo ao valor do capital do Banco Português do Atlântico, S. A., que concorre com os títulos de participação para este efeito. No entanto, independentemente do montante dos resultados apurados, será sempre garantida uma remuneração variável mínima de 5% incidente sobre a terça parte do valor nominal dos títulos.

O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Português do Atlântico, S. A., em 1986, poderá ocorrer a partir do final do 10.º ano de vida dos títulos, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. Por outro lado, o Banco Português do Atlântico, S. A., poderá, em qualquer altura, adquirir nas Bolsas de Valores os títulos de participação por si emitidos, para posterior venda ou anulação dentro do prazo de um ano.

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses .....	480 462	501 872	—	—
De seis meses até um ano .....	—	—	99 782 003	—
De um ano até cinco anos .....	71 166 000	71 999 000	199 371 140	101 296 500
Mais de cinco anos .....	33 504 218	32 750 000	4 306 481	39 549 389
Indeterminada .....	45 503 615	44 000 000	80 192 800	—
	<u>150 654 295</u>	<u>149 250 872</u>	<u>383 652 424</u>	<u>140 845 889</u>

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Encargos imputados compassivos subordinados .....	5 732 377	8 525 720	13 610 922	6 420 179
Encargos pagos compassivos subordinados .....	4 811 862	8 778 438	10 625 151	5 087 715

#### 19 — Capital:

O capital de 1 000 000 000 de euros (200 482 000 000\$), representado por 1 000 000 000 de acções de valor nominal de um euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Em Fevereiro de 1999, o Banco Comercial Português, S. A., procedeu ao aumento do capital social de 196 969 000 000\$ para 200 000 000 000\$, mediante a emissão de 3 031 000 novas acções. Esta operação correspondeu ao exercício parcial dos direitos de conversão associados às acções preferenciais emitidas em Junho de 1996 pelo BCP International Bank, Ltd. (8% Non-Cumulative Guaranteed Exchangeable Preference Shares, série A). A subscrição destas novas acções, com valor nominal de 1000\$, foi realizada com um prémio de emissão total de 3 140 116 000\$, conforme decorre das condições técnicas de emissão.

Em 23 de Junho de 1999, o Banco Comercial Português, S. A., procedeu à redenominação da totalidade das acções representativas do capital social e simultâneo aumento do mesmo por incorporação de reservas no valor de 482 000 000\$.

Com esta operação, o capital social do Banco passou a ser de 1 000 000 000 de euros representado por 200 000 000 de acções com o valor nominal de cinco euros cada uma.

Por escritura pública de 29 de Outubro de 1999, procedeu-se à alteração no valor nominal das acções representativas do capital social de cinco euros para um euro cada, tendo em consequência o capital social do Banco passado a ser representado por 1 000 000 000 de acções. Este processo foi concluído em 15 de Novembro de 1999, com o desdobramento das acções junto da Central de Valores Mobiliários.

#### 20 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Neste contexto, e na sequência da deliberação da assembleia geral, em Março de 1999, foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de 2 921 182 000\$.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5% e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

#### 21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Reserva legal .....	16 038 327	13 117 145	16 038 327	13 117 145
Reserva estatutária .....	1 490 000	1 310 000	1 490 000	1 310 000
Outras reservas e resultados transitados .....	92 346 631	68 083 978	44 985 986	42 746 861
Resultado do exercício .....	86 284 767	54 205 233	44 394 560	29 211 817
Goodwill resultante da consolidação .....	(45 638 087)	(33 750 868)	—	—
Diferença cambial de consolidação .....	3 747 862	(1 916 340)	—	—
Outras reservas de consolidação .....	(108 955 051)	(104 636 564)	—	—
	<u>45 314 449</u>	<u>(3 587 416)</u>	<u>106 908 873</u>	<u>86 385 823</u>

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, na rubrica de outras reservas de consolidação, encontra-se incluído o montante de 100 milhões de contos referente a uma redução no valor do goodwill efectuada em 31 de Dezembro de 1997 resultante da aquisição do Banco Português do Atlântico, S.A.

#### 22 — Acções próprias:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em escudos)

	Grupo e Banco	
	1999	1998
Valor de balanço das acções do Banco Comercial Português, S. A. ....	49 985 675 845	4 724 100 006
Número de acções .....	45 250 000	900 000
Valor unitário médio .....	1 104,66	5 249

As acções próprias detidas pelo Banco Comercial Português, S. A., encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

## 23 — Interesses minoritários:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	
	1999	1998
Banco Português do Atlântico, S. A. ....	59 791 577	56 150 829
Banco Popular Comercial, S. A. ....	5 318 686	5 296 872
Banco de Investimento Imobiliário, S. A. ....	14 888 869	11 075 180
Leasefactor – SGPS, S. A. ....	—	6 538 301
Outras subsidiárias .....	714 449	1 366 542
	80 713 581	80 427 724
Acções preferenciais .....	183 952 004	96 105 884
	264 665 585	176 533 608

Os interesses minoritários em acções preferenciais dizem respeito a três emissões, nomeadamente (i) à emissão de 20 000 000 de acções preferenciais série A, de 25 USD cada uma; sem direito a voto, no montante total de 500 000 000 de USD, pela BCP Capital Finance Ltd., em 29 de Setembro de 1995, (ii) à emissão de 5 000 000 de acções preferenciais convertíveis série A, de 50 USD cada uma (25 USD de valor nominal e 25 USD de prémio de emissão), sem direito a voto, no montante de 250 000 000 USD, pelo BCP International Bank, Ltd., em 21 de Junho de 1996, e (iii) à emissão de 8 000 000 de acções preferenciais, de 50 euros cada uma, sem direito a voto, no montante total de 400 000 000 de euros, pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

Em Dezembro de 1997, foram convertidas 1 644 000 acções no montante de 82 200 000 USD, em acções do Banco Comercial Português, S. A., procedendo-se, em consequência, à emissão de 6 006 351 novas acções representativas do capital social do Banco Comercial Português, S. A., pelo exercício parcial dos direitos de conversão, associados às acções preferenciais emitidas em Junho de 1996 pelo BCP International Bank, Ltd. (8% Non-Cumulative Guaranteed Exchangeable Preference Shares, séries A). A subscrição destas novas acções, com o valor nominal de 1000\$ cada uma, foi realizada com um prémio de emissão unitário de 1144\$52, no montante total de 6 874 389 000\$, conforme decorre das condições da emissão.

Durante o 1.º semestre de 1998, procedeu-se à conversão de 2 136 776 acções preferenciais emitidas pela BCP International Bank, Ltd., no montante de 106 838 800 USD em 8 129 000 acções do Banco Comercial Português, S. A.

Em Fevereiro de 1999, procedeu-se à conversão de 787 635 acções preferenciais emitidas pela BCP International Bank, Ltd., no montante de 39 381 750 USD em 3 031 000 acções do Banco Comercial Português, S. A.

As empresas BCP Capital Finance Ltd., BCP International Bank, Ltd., e BCP Finance Company, com sede nas Ilhas Cayman, são subsidiárias detidas integralmente e indirectamente pelo Banco Comercial

Português, S. A., e o seu enquadramento jurídico rege-se pelas leis vigentes nas ilhas Cayman.

Os titulares das acções preferenciais respeitantes à emissão pelo BCP Capital Finance, auferem um dividendo trimestral, garantido pelo Banco Comercial Português, S. A., calculado à taxa Libor a três meses acrescida de 2,75 pontos percentuais, por ano. As acções preferenciais respeitantes à emissão pelo BCP Capital Finance Ltd., podem ser reembolsadas antecipadamente, apenas pela totalidade da emissão, por iniciativa do emitente e com o consentimento prévio do Banco Comercial Português, S. A., e do Banco de Portugal, ao preço de 25 USD por acção, em qualquer data de pagamento de dividendos, com início em Setembro do ano 2000.

As acções preferenciais emitidas pelo BCP International Bank, Ltd., são títulos perpétuos que garantem aos seus detentores um dividendo trimestral não cumulativo, garantido pelo Banco Comercial Português, S. A., calculado à taxa anual de 8% sobre o valor de emissão unitário de 50 USD. A partir de 30 de Setembro de 1996, as acções preferenciais do BCP International Bank, Ltd., poderão ser convertidas em acções nominativas ou American Depositary Shares (ADS), ao preço de conversão de 13,66 USD. As mesmas poderão ser reembolsadas pelo valor de 50 USD parcialmente e antecipadamente a partir do 7.º ano, ou por inteiro a partir do 5.º ano por opção do emitente sujeito à prévia autorização do Banco de Portugal.

Os titulares das acções preferenciais respeitantes à emissão pelo BCP Finance Company, auferem um dividendo trimestral, garantido pelo Banco Comercial Português, S. A., calculado à taxa de 6,25 pontos percentuais, por ano. As acções preferenciais respeitantes a esta emissão podem ser reembolsadas antecipadamente, parcialmente ou pela totalidade da emissão, por iniciativa do emitente e com o consentimento prévio do Banco Comercial Português, S. A., e do Banco de Portugal, ao preço de 50 euros por acção, em qualquer data de pagamento de dividendos, com início em 14 de Junho do ano 2004.

## 24 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Juros de crédito .....	240 155 166	228 745 095	81 447 842	76 751 296
Juros de títulos de negociação .....	507 575	1 217 107	—	251 713
Juros de títulos de investimento .....	23 685 718	33 747 945	11 105 060	12 640 690
Juros de depósitos e outras aplicações .....	44 251 180	67 511 088	67 727 832	83 581 744
	308 599 639	331 221 235	160 280 734	173 225 443

## 25 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Juros de depósitos e outros recursos .....	134 664 129	166 980 218	103 936 067	128 565 934
Juros de títulos com acordo de recompra .....	1 049 947	2 715 147	—	245 665
Juros de títulos emitidos .....	21 410 714	21 361 958	14 091 474	7 041 675
	157 124 790	191 057 323	118 027 541	135 853 274

26 — Provisão para riscos de crédito:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Aplicações em instituições de crédito:				
Credito vencido e cobrança duvidosa .....	118 933	1 042 933	—	—
Risco país .....	(312 138)	(1 154 899)	—	—
	<u>(193 205)</u>	<u>(111 966)</u>	—	—
Crédito concedido a clientes:				
Crédito vencido, vincendo associado e risco país ...	18 722 058	17 986 286	5 385 042	8 997 957
Crédito reestruturado .....	686 173	284 900	—	—
Riscos gerais de crédito .....	<u>10 963 917</u>	<u>11 335 796</u>	<u>5 916 694</u>	<u>2 796 519</u>
	<u>30 372 148</u>	<u>29 606 982</u>	<u>11 301 736</u>	<u>11 794 476</u>
	30 178 943	29 495 016	11 301 736	11 794 476

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

27 — Rendimentos de títulos:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Rendimentos de títulos de investimento .....	1 751 132	1 855 803	161 305	25 063
Rendimento de imobilizações financeiras:				
De participações em subsidiárias .....	—	—	78 837 647	39 782 721
De participações em associadas e outras .....	384 582	600 591	77 658	718 708
De apropriação por equivalência patrimonial .....	<u>11 694 070</u>	<u>8 056 043</u>	—	—
	13 829 784	10 512 437	79 076 610	40 526 492

28 — Comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Comissões recebidas:				
Por garantias prestadas .....	6 479 369	5 859 192	2 865 450	2 519 296
Por compromissos perante terceiros .....	1 408 501	199 491	195 847	102 755
Por serviços bancários prestados .....	45 906 654	40 736 461	18 556 325	16 155 566
Por operações realizadas com títulos .....	11 964 335	14 839 237	3 939 339	7 643 109
Outras comissões .....	<u>7 128 141</u>	<u>5 494 413</u>	<u>9 502 314</u>	<u>7 817 334</u>
	<u>72 887 000</u>	<u>67 128 794</u>	<u>35 059 275</u>	<u>34 238 060</u>
Comissões pagas:				
Por garantias recebidas .....	26 555	21 701	13 951	12 383
Por compromissos assumidos perante terceiros .....	165	48 351	—	35 121
Por serviços bancários prestados por terceiros .....	2 516 109	1 713 251	1 211 263	799 435
Por operações realizadas com títulos .....	1 182 333	1 147 152	647 814	313 715
Outras comissões .....	<u>1 586 974</u>	<u>2 368 992</u>	<u>60 306</u>	<u>41 183</u>
	<u>5 312 136</u>	<u>5 299 447</u>	<u>1 933 334</u>	<u>1 201 837</u>
Resultados líquidos de comissões .....	67 574 864	61 829 347	33 125 941	33 036 223

## 29 — Resultados em operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
<b>Lucros em operações financeiras:</b>				
Operações cambiais .....	7 587 992	11 283 575	2 577 995	5 200 753
Operações com títulos .....	14 849 730	23 783 969	2 941 215	4 666 142
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs) .....	6 282 212	9 525 757	30 407	11 103
Contratos de opções .....	14 697 088	20 307 727	3 894 503	77 281
Outras operações .....	7 662 720	546 723	1 792 674	16 442
	<u>51 079 742</u>	<u>65 447 751</u>	<u>11 236 794</u>	<u>9 971 721</u>
<b>Prejuízo em operações financeiras:</b>				
Operações cambiais .....	1 374 863	1 599 703	135 232	283 551
Operações com títulos .....	3 446 627	9 255 183	124 695	1 503 590
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs) .....	6 301 204	10 999 312	121 240	17 874
Contratos de opções .....	10 133 780	20 854 526	2 917 852	457 896
Outras operações .....	3 471 078	22 734	55 060	5 594
	<u>24 727 552</u>	<u>42 731 458</u>	<u>3 354 079</u>	<u>2 268 505</u>
Resultados líquidos de operações financeiras .....	26 352 190	22 716 293	7 882 715	7 703 216

## 30 — Outros proveitos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Prestação de serviços .....	7 123 724	5 946 203	1 569 486	1 672 029
Recuperação de créditos .....	7 204 112	7 442 282	3 002 750	1 795 199
Reembolso de despesas .....	4 141 314	5 233 383	1 937 525	2 901 575
Proveitos de locação financeira .....	327 475	294 743	—	—
Outros .....	19 160 271	10 484 455	6 724 709	7 457 329
	<u>37 956 896</u>	<u>29 401 066</u>	<u>13 234 470</u>	<u>13 826 132</u>

Incluído na rubrica de recuperação de créditos do Grupo, encontra-se o montante de 1 670 909 000\$ (1998: 693 378 000\$) referente a créditos que foram reestruturados que tinham sido objecto de utilização de provisões (v. quadro da nota n.º 5).

## 31 — Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas:

O valor desta rubrica referente ao Grupo é composto por:

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Participação alienada (percentagem)	Mais/(menos)-valias	Participação alienada (percentagem)	Mais/(menos)-valias
Ganhos/(prejuízos) na alienação de particip. financeiras:				
Banco Português do Atlântico, S. A. ....	—	—	32,3	35 850 337
Banco Banif — Banqueros Personales, S. A. ....	50	3 815 678	—	—
Banco Santander Central Hispano, S. A. ....	2,7	74 893 803	—	—
		<u>78 709 481</u>		<u>35 850 337</u>

## 32 — Custos com o pessoal:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Remunerações .....	70 561 706	63 415 030	24 164 061	22 088 832
Encargos sociais obrigatórios .....	17 779 727	15 537 179	5 071 742	4 697 051
Encargos sociais facultativos .....	1 822 352	1 462 340	688 641	886 211
Outros custos .....	495 299	887 513	74 817	99 387
	<u>90 659 084</u>	<u>81 302 062</u>	<u>29 999 261</u>	<u>27 771 481</u>

O valor total de remunerações atribuídas pelo Grupo aos órgãos da administração, fiscalização e direcção, no exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, registados na rubrica de custos com o pessoal, foi de 21 860 449 000\$ (1998: 17 398 967 000\$).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo e no Banco durante o exercício de 1999, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Grupo	Banco
Direcção .....	869	303
Enquadramento .....	1 910	818
Específicas/técnicas .....	1 278	213
Outras funções .....	6 487	2 416
	<u>10 544</u>	<u>3 750</u>

## 33 — Amortizações do exercício:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
<b>Imobilizado incorpóreo:</b>				
Despesas de estabelecimento .....	71 579	96 196	4 105	4 106
Despesas de investigação e desenvolvimento .....	191 181	216 705	62 934	77 301
Software .....	3 682 770	3 690 153	1 096 612	1 911 971
Despesas com campanhas publicitárias .....	13 701	1 903	—	—
Outras imobilizações incorpóreas .....	587 479	432 309	35 735	35 782
	<u>4 546 710</u>	<u>4 437 266</u>	<u>1 199 386</u>	<u>2 029 160</u>
Diferenças de consolidação e de reavaliação .....	5 832 223	5 902 866	—	—
	<u>10 378 933</u>	<u>10 340 132</u>	<u>1 199 386</u>	<u>2 029 160</u>
<b>Imobilizado corpóreo:</b>				
Imóveis .....	5 302 758	4 383 398	2 462 231	2 604 292
Equipamento:				
Mobiliário .....	1 362 760	1 428 979	698 950	785 789
Máquinas .....	424 705	352 610	125 273	158 191
Equipamento informático .....	4 473 804	5 387 831	1 320 246	2 305 468
Instalações interiores .....	1 720 246	1 603 575	483 841	755 196
Viaturas .....	847 561	1 038 507	253 148	332 258
Equipamento de segurança .....	1 069 057	1 137 773	796 388	780 059
Outras imobilizações corpóreas .....	7 889	20 013	170	315
	<u>15 208 780</u>	<u>15 352 686</u>	<u>6 140 247</u>	<u>7 721 568</u>
	<u>25 587 713</u>	<u>25 692 818</u>	<u>7 339 633</u>	<u>9 750 728</u>

## 34 — Outras provisões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Provisões para títulos de negociação .....	(79 147)	128 677	—	—
Provisões para títulos de investimento .....	334 069	(1 330 178)	6 112	295 590
Provisão para participações financeiras .....	(328 492)	4 476 764	—	14 540 000
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência .....	16 057 161	(102 187)	16 087 000	—
Provisões para riscos bancários gerais .....	27 764 574	12 015 012	12 700 000	5 243 000
Provisões para outros activos .....	361 684	1 946 057	13 788 621	85 340
Outras provisões para riscos e encargos .....	856	40 763	—	—
	<u>44 110 705</u>	<u>17 174 908</u>	<u>42 581 733</u>	<u>20 163 930</u>

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

35 — Outros custos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Impostos .....	1 569 957	1 461 042	537 646	456 388
Menos-valias em imobilizado .....	230 130	256 341	82 010	957
Outros custos de exploração .....	4 613 931	5 388 685	1 364 221	560 868
	6 414 018	7 106 068	1 983 877	1 018 213

36 — Provisão para impostos sobre lucros:

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Carga fiscal imputada (dotações):				
Exercício de 1997 .....			13 847 591	6 504 341
Exercício de 1998 .....			10 196 960	504 070
Exercício de 1999 .....			10 814 246	504 700
Carga fiscal paga:				
Exercício de 1997 .....			11 195 523	6 660 831
Exercício de 1998 .....			10 892 829	(389 258)
Exercício de 1999 .....			8 963 681	(792 109)
Diferença:				
Exercício de 1999 .....			1 850 565	1 296 809

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se totalmente provisionada e registada em outros passivos na rubrica de sector público administrativo, nota n.º 15.

A provisão para impostos sobre lucros para o Banco Comercial Português, S. A., e as suas subsidiárias foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço.

Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros.

A taxa efectiva de pagamento dos impostos sobre lucros é inferior à taxa nominal de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, devido a reporte de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e benefícios fiscais, nomeadamente o relativo a dividendos e as actividades desenvolvidas na sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira.

37 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Garantias e avales prestados .....	1 131 377 557	915 572 397	871 910 609	356 495 248
Garantias e avales recebidos .....	2 241 391 924	1 437 621 299	1 056 578 501	694 652 243
Compromissos perante terceiros .....	528 358 705	641 516 081	136 193 143	218 610 853
Compromissos assumidos por terceiros .....	1 461 516 986	1 077 912 763	900 617 051	609 967 932
Operações cambiais à vista:				
Compras .....	76 389 042	329 205 097	5 962 431	20 204 658
Vendas .....	83 984 103	328 834 835	6 815 721	20 147 293
Operações cambiais a prazo:				
Compras .....	419 174 073	306 454 512	282 362 371	94 528 207
Vendas .....	411 968 351	313 360 823	296 058 030	94 246 521
Contratos de <i>swap</i> de moeda .....	353 766 287	354 276 440	4 358 552	5 110 444
Contratos de <i>swap</i> de taxa de juro .....	3 321 979 281	3 342 214 401	709 691 745	411 748 816
Contratos de <i>swap</i> de taxa de juro e cambiais .....	258 583 584	194 793 779	74 812 369	103 447 321
Operações sobre taxas de câmbio e taxa de juro:				
Futuros .....	80 855 206	115 839 310	—	—
FRAs .....	144 838 659	1 056 690 550	38 091 580	1 000 000
Opções compradas .....	87 179 486	31 646 678	47 463 085	24 199 827
Opções vendidas .....	50 213 357	11 206 686	22 963 085	4 199 827
Contratos com garantia de taxa de juro .....	50 030 310	6 000 000	1 000 000	—
Valores recebidos em depósitos .....	27 392 308 471	10 130 020 244	18 411 242 383	7 228 986 111
Valores depositados na Central de Valores .....	30 802 280 506	13 285 013 249	15 893 454 260	5 524 629 946
Outras contas extrapatrimoniais .....	3 679 785 465	2 839 588 046	1 017 694 713	654 279 485

Os contratos a prazo de operações cambiais resultam do desenvolvimento normal das operações não se prevendo quaisquer perdas materiais com o resultado destas operações.



Os instrumentos financeiros são registados no balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

No quadro seguinte são apresentados os instrumentos financeiros por prazo de maturidade e também a sua ponderação em termos de riscos para efeitos de cálculo do *ratio* de solvabilidade:

(Em milhares de escudos)

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	A mais de dois anos	Total	Ponderação para efeitos do <i>ratio</i> de solvabilidade
<i>Swaps</i> de moeda .....	353 766 287	—	—	353 766 287	2 552 868
<i>Swaps</i> de taxa de juro .....	1 024 961 455	676 448 862	1 620 568 964	3 321 979 281	6 023 076
<i>Swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs) .....	92 975 060	36 288 252	129 320 272	258 583 584	13 186 173
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs) .....	144 838 659	—	—	144 838 659	4 890
Futuros .....	61 207 970	19 647 236	—	80 855 206	—
Opções compradas:					
De moeda .....	14 646 241	—	—	14 646 241	29 259
De taxa de juro .....	6 000 000	—	—	6 000 000	—
De cotações .....	66 533 245	—	—	66 533 245	—
Opções vendidas:					
De moeda .....	14 711 442	—	—	14 711 442	2 619
De taxa de juro .....	6 000 000	—	—	6 000 000	—
De cotações .....	29 501 915	—	—	29 501 915	—
Contratos com garantia de taxa de juro .....	441 500	463 000	49 125 810	50 030 310	437 470
Contratos a prazo de moeda .....	404 625 905	187 021	14 361 147	419 174 073	4 603 959
	<u>2 220 209 679</u>	<u>733 034 371</u>	<u>1 813 376 193</u>	<u>4 766 620 243</u>	<u>26 840 314</u>

O Grupo gere os instrumentos financeiros de negociação e de cobertura de riscos (*hedging*) numa base de categorias por prazos de maturidade, como se apresenta nos quadros seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	A mais de dois anos	Total
Operações de negociação:				
<i>Swaps</i> de taxa de juro .....	749 300 029	594 790 272	1 194 545 274	2 538 635 575
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs) .....	144 838 659	—	—	144 838 659
Futuros .....	61 207 970	19 647 236	—	80 855 206
Opções de moeda compradas .....	11 606 142	—	—	11 606 142
Opções de moeda vendidas .....	11 671 343	—	—	11 671 343
	<u>978 624 143</u>	<u>614 437 508</u>	<u>1 194 545 274</u>	<u>2 787 606 925</u>
Operações de cobertura de riscos ( <i>hedging</i> ):				
<i>Swaps</i> de moeda .....	353 766 287	—	—	353 766 287
<i>Swaps</i> de taxa de juro .....	275 661 426	81 658 590	426 023 690	783 343 706
<i>Swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs) .....	92 975 058	36 288 252	129 320 274	258 583 584
Opções compradas:				
De moeda .....	3 040 099	—	—	3 040 099
De taxa de juro .....	6 000 000	—	—	6 000 000
De cotações .....	66 533 245	—	—	66 533 245
Opções vendidas:				
De moeda .....	3 040 099	—	—	3 040 099
De taxa de juro .....	6 000 000	—	—	6 000 000
De cotações .....	29 501 915	—	—	29 501 915
Contratos com garantia de taxa de juro .....	441 500	463 000	49 125 810	50 030 310
Contratos a prazo de moeda .....	404 625 907	187 021	14 361 145	419 174 073
	<u>1 241 585 536</u>	<u>118 596 863</u>	<u>618 830 919</u>	<u>1 979 013 318</u>
	<u>2 220 209 679</u>	<u>733 034 371</u>	<u>1 813 376 193</u>	<u>4 766 620 243</u>

Para se conseguir gerar resultados de operações não associadas à procura verificada pelos clientes, o Banco pode criar posições de risco para aproveitar vantagens e oportunidades de mercado que não estão directamente associadas com as actividades dos clientes.

O quadro seguinte apresenta, para 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o resultado líquido das operações de derivados e restantes instrumentos de negociação, por categoria de instrumento:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Swaps de taxa de juro e swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSs) .....	8 964 706	3 661 697
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs) .....	312 070	(1 561 994)
Futuros e OTs .....	(111 960)	215 795
Opções .....	46 927	5 905
	<u>9 211 743</u>	<u>2 321 403</u>

38 — Método do *fair value* (justo valor) para os instrumentos financeiros:

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros, nos casos em que é praticável a identificação de tais valores:

*Swaps* de taxa de juro:

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs):

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Opções de moeda:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas tendo em conta estimativas de ganhos/perdas, assumindo os preços/taxas actuais do mercado.

Futuros:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas assumindo as cotações actuais do mercado.

Contratos a prazo de moeda (*forward exchange contracts*):

O *fair value* é calculado com base na obtenção do valor de mercado aplicável aos períodos até às respectivas maturidades.

A decomposição das operações de derivativos de negociação do Grupo e o respectivo *fair value* é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Capital de referência	Diferença entre o <i>fair value</i> e o valor contabilístico	Capital de referência	Diferença entre o <i>fair value</i> e o valor contabilístico
Operações de negociação:				
<i>Swaps</i> de taxa de juro .....	2 538 635 575	—	3 009 372 830	464 161
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs) .....	144 838 659	—	1 056 690 550	—
Futuros .....	80 855 206	—	109 107 308	—
Opções de moeda compradas .....	11 606 142	282 047	9 795 790	150 663
Opções de moeda vendidas .....	11 671 343	(229 794)	11 206 686	(326 314)
	<u>2 787 606 925</u>	<u>52 253</u>	<u>4 196 173 164</u>	<u>288 510</u>

39 — Contingências:

Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 294/95, de 17 de Novembro, que regulamenta os fundos imobiliários, e nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 276/94, de 2 de Novembro, que regulamenta os fundos mobiliários, as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados.

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
AF Investimentos – Fundos Imobiliários, S. A. ....	45 099 000	48 786 000
AF Investimentos – Fundos Mobiliários, S. A. ....	1 349 107 000	1 327 842 000
AF Investimentos International, S. A. ....	150 210 000	51 015 000
BCP Investimentos International, S. A. ....	6 965 000	103 725 000
Prime International, S. A. ....	41 841 000	69 535 000
	<u>1 593 222 000</u>	<u>1 600 903 000</u>

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo por tipo de fundo é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Fundos de investimento mobiliários .....	1 548 123 000	1 552 117 000
Fundos de investimento imobiliários .....	45 099 000	48 786 000
	<u>1 593 222 000</u>	<u>1 600 903 000</u>

## 40 — Distribuição de resultados:

A distribuição de resultados pelos accionistas e empregados é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	1999	1998	1999	1998
Pagamento de dividendos do Banco Comercial Português, S. A. ....	23 256 000	14 817 282	23 256 000	14 817 282
Distribuição de resultados pelos empregados das empresas do Grupo .....	1 981 542	1 450 783	1 450 000	921 000

## 41 — Principais alterações na estrutura do Grupo durante o ano de 1999:

Durante o ano de 1999, as principais alterações na estrutura do Grupo são analisadas como segue:

(Em percentagem)

	Participação detida em 31 de Dezembro de 1999	Participação adquirida/ (alienada)
Aquisições:		
Leasefactor – SGPS, S. A. ....	100	50
Alienações:		
Banco Banif – Banqueros Personales, S. A. ....	–	(50)

Em Dezembro de 1999, no âmbito da cessação do acordo de parceria com o Grupo Banco Santander Central Hispano, o Grupo BCPAtlântico adquiriu a participação de 50% no capital social da Leasefactor – SGPS, S. A., detida pelo referido Grupo espanhol. Em simultâneo, o Banco alienou aquele Grupo a participação que detinha de 50% no capital social do Banco Banif – Banqueros Personales, S. A.

## 42 — Pensões de reforma:

De acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea n), a responsabilidade por pensões de reforma das empresas do Grupo, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Responsabilidade por benefícios projectados .....	(202 487 534)	(172 763 111)
Valor do fundo de pensões, provisões constituídas e valores a pagar .....	208 917 884	185 323 436
Excesso/(insuficiência) do Fundo .....	6 430 350	12 560 325
Custos correntes de serviços relativos ao exercício .....	6 647 992	5 634 729

As responsabilidades e cobertura referente ao exercício de 1999 são analisados em detalhe como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999
Responsabilidade:	
Benefícios projectados contratualmente obrigatórios .....	168 211 259
Benefícios facultativos atribuídos por serviços passados .....	18 528 791
Benefícios facultativos do exercício .....	2 351 082
Responsabilidades não abrangidas pelo fundo .....	13 396 402
	<u>202 487 534</u>
Cobertura das responsabilidades:	
Valor do fundo de pensões .....	185 760 798
Provisões constituídas e valores a pagar ao fundo de pensões .....	23 157 086
	<u>208 917 884</u>
Excesso/(insuficiência) do Fundo .....	6 430 350

Os benefícios projectados são baseados nos anos de serviço dos empregados e na compensação obrigatória no último ano antes da reforma. Para o exercício de 1999, a responsabilidade por benefícios projectados inclui também a responsabilidade por complementos de reforma atribuídos de uma forma facultativa aos colaboradores do Grupo, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da

regulamentação colectiva (plano complementar). A política de obtenção de fundos é a de efectuar contribuições de forma a cobrir as responsabilidades por serviços passados dos colaboradores no activo e a responsabilidade pelos reformados determinada pelos estudos actuariais efectuados no final do ano anterior. O estudo actuarial é actualizado anualmente de forma a determinar as respon-

sabilidades com pensões de reforma com base nos dados efectivos a 31 de Dezembro de cada ano.

A maioria dos activos dos fundos de pensões compreende títulos de rendimento fixo e acções cotadas.

De acordo com os princípios previstos no aviso n.º 6/95 do Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea *n*), em 31 de Dezembro de 1999 as responsabilidades adicionais resultantes das alterações dos pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades para o Grupo Atlântico é de 15 095 972 000\$ (1998: 15 707 825 000\$). Este montante será amortizado no período remanescente de 15 anos.

Em 31 de Dezembro de 1998, o valor das responsabilidades por serviços passados não financiadas relativas a beneficiários facultativos projectados no plano complementar que poderão vir a ser atribuídos aos colaboradores abrangidos pelo antigo Fundo de Pensões BCP, era de 9 128 356 000\$. Este montante foi totalmente provisionado no exercício de 1999 e está incluído no quadro acima apresentado.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros mínimos exigidos pelo aviso n.º 6/95, do Banco de Portugal.

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

(Em percentagem)

	1999		1998	
	Fundo BCP	Fundo Atlântico	Fundo BCP	Fundo Atlântico
Taxa de crescimento salarial .....	3	3	3	3
Taxa de rendimento do Fundo .....	6	6	6	6
Taxa técnica para pensionistas .....	4	4	4	4
Taxa de crescimento das pensões .....	—	—	—	—
Tábuas de mortalidade .....	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77

#### 43 — Créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas:

À data de 31 de Dezembro de 1999, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de aplicações em instituições de crédito, de crédito a clientes e de obrigações, acções e outros títulos, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Aplicações em instituições de crédito	Crédito de clientes	Títulos de rendimento fixo	Total
Banco Comercial de Macau, S. A. R. L. ....	616 394	—	—	616 394
Banco de Investimento Imobiliário, S. A. ....	188 469 458	—	—	188 469 458
BCP Finance Company .....	1 635 619	—	—	1 635 619
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd. ....	471 468 213	—	—	471 468 213
BCP IF — SGPS, Sociedade Unipessoal, L. <sup>da</sup> .....	—	3 520 711	—	3 520 711
BCPA — Banco de Investimento, S. A. ....	123 199 123	—	5 469 949	128 669 072
CrédiBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A. ....	27 945 082	—	—	27 945 082
Grupo Banco Português do Atlântico .....	500 725 728	—	10 414	500 736 142
Grupo Leasefactor .....	60 378 518	—	10 074 100	70 452 618
Luso-Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A. ....	—	7 300 000	1 300 000	8 600 000
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviço, ACE ....	—	1 234 273	—	1 234 273
	1 374 438 135	12 054 984	16 854 463	1 403 347 582

#### 44 — Débitos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas:

À data de 31 de Dezembro de 1999, os débitos do Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de débitos para com instituições de crédito, débitos para com clientes, débitos representados por títulos e de passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Débitos para com instituições de crédito	Débitos para com clientes	Débitos representados por títulos	Passivos subordinados	Total
Banco Comercial de Macau, S. A. R. L. ....	391 634	—	—	—	391 634
Banco de Investimento Imobiliário, S. A. ....	688 567	—	—	—	688 567
Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L. ....	1 691 686	—	—	—	1 691 686
BCP IFSC, Ltd. ....	—	1 765 398	—	—	1 765 398
BCP Capital Finance, Ltd. ....	—	—	—	99 782 003	99 782 003
BCP Finance Company .....	11 718 460	—	—	80 192 800	91 911 260
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd. ...	674 859 626	—	—	—	674 859 626
BCP Empresas — SGPS, L. <sup>da</sup> .....	—	1 332 586	—	—	1 332 586
BCP Finance Bank, Ltd. ....	333 067	—	—	154 371 140	154 704 207
BCP IF — SGPS, Sociedade Unipessoal, L. <sup>da</sup> ....	—	858 843	—	—	858 843
BCP International Bank, Ltd. ....	—	—	—	4 306 481	4 306 481
BCP Internacional II — SGPS, Soc. Unipessoal, L. <sup>da</sup> .....	—	5 133 932	—	—	5 133 932
BCPA — Banco de Investimento, S. A. ....	16 349 906	—	402 729	1 000	16 753 635
CISF Dealer — Soc. Financ. de Corretagem, S. A. ....	2 301 415	—	—	—	2 301 415
CrédiBanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A. ....	200 482	—	—	—	200 482
Comercial Imobiliária, S. A. ....	—	325 943	—	—	325 943
Grupo AF Investimentos .....	4 791	12 588 821	—	—	12 593 612
Grupo Banco Português do Atlântico .....	1 142 182 888	—	16 675	750 000	1 142 949 563
Seguros e Pensões Gere — SGPS, S. A. ....	—	17 620 458	—	—	17 620 458
SPR — Soc. Portuguesa de Capital de Risco, S. A. ....	—	405 339	—	—	405 339
	1 850 722 522	40 031 320	419 404	339 403 424	2 230 576 670

45 — Oferta pública de compra do Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.:

O Banco Comercial Português mantém a sua oferta pública sobre a totalidade do capital social do Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM) e retira as ofertas públicas sobre a Mundial Confiança (MC) e o Crédito Predial Português (CPP). Esta decisão foi tomada na sequência da publicação dos termos do acordo entre a Caixa Geral de Depósitos (CGD), o Sr. Champalimand e o Banco Santander Central Hispano (BSCH). Nos termos da oferta, o BCP propõe-se adquirir a totalidade das acções representativas do capital social do BPSM, oferecendo um prémio de 40% sobre a cotação por acção na data do anúncio preliminar da oferta pública de aquisição do BPSM pelo BCP (16 de Julho de 1999). A oferta sobre o BPSM consiste na troca de 125 acções do BCP (equivalentes a 25 acções antes do *stock-split* de 1 para 5) por 27 acções do BPSM, podendo em alternativa o pagamento ser efectuado em dinheiro, sendo a contrapartida de 23,156 euros (4642\$) por cada acção do BPSM. A oferta fica condicionada à respectiva aceitação por titulares de acções que assegurem ao Banco Comercial Português a aquisição da maioria das acções e dos direitos de voto inerentes ao capital social do BPSM, ficando igualmente sujeita à condição de que qualquer venda das participações directas do BPSM no Banco Totta & Açores (BTA) e no CPP far-se-á a preços não inferiores a 26,136 euros (5240\$) por cada acção do BTA e a 14,35 euros (2877\$) por cada acção do CPP, correspondendo aos valores anunciados pelo BCP no âmbito das ofertas sobre o BPSM e o CPP.

46 — Eventos subsequentes:

O Banco Comercial Português, S. A., e a SIVA – SGPS, S. A., celebraram um acordo, no âmbito do qual, o Grupo BCP Atlântico irá adquirir 50,1% do Interbanco, S. A., subordinado à condição da não oposição do Banco de Portugal. O valor do investimento foi no montante de 11,5 milhões de contos. O Interbanco, S. A., é uma instituição financeira especializada no financiamento ao sector automóvel, com enfoque na aquisição de viaturas por particulares e empresas.

Em 12 de Janeiro de 2000, o Grupo José de Mello e o Banco Comercial Português, estabeleceram um acordo de integração dos respectivos grupos financeiros. Nos termos deste acordo, o Grupo José de Mello irá transferir para o BCP as suas participações correspondentes à totalidade do capital social da Uniparticipa e da Finimper, que controlam directamente 51% do capital social do Banco Mello e da Companhia de Seguros Império, S. A., pelo valor

de 90,8 milhões de contos e 38,1 milhões de contos, respectivamente. Posteriormente, o BCP irá lançar operações públicas de troca gerais sobre o remanescente do capital social do Banco Mello, S. A., e da Companhia de Seguros Império, S. A., oferecendo aos accionistas destas instituições a possibilidade de optarem pela troca por acções do BCP ou por um pagamento alternativo em dinheiro. As condições de troca destas operações serão de 213 acções do BCP por cada 100 acções do Banco Mello, S. A., e 153 acções do BCP por cada 100 acções da Companhia de Seguros Império, S. A. O pagamento alternativo em dinheiro será de 11,5 euros por cada acção do Banco Mello, S. A., e de 8,25 euros por cada acção da Companhia de Seguros Império, S. A. Os valores totais de investimento a efectuar pelo BCP em relação à aquisição do Banco Mello, S. A., e da Companhia de Seguros Império, S. A., serão de 177,5 milhões de contos e 75 milhões de contos, respectivamente.

A realização destas operação está sujeita à não oposição das autoridades de supervisão, bem como aos anúncios preliminares das operações públicas de troca. A assembleia geral de accionistas do BCP, a realizar em Março, irá deliberar sobre uma proposta de aumento do capital social no montante necessário para suportar a emissão das acções a entregar como contrapartida da aquisição das acções nas operações públicas de troca.

Em 29 de Dezembro de 1999, a Achmea Holding NV (Grupo Achmea) e o BCP anunciaram um acordo de aquisição pelo BCP de uma participação de 30% no capital social da Achmea Bank Holding NV, representando um investimento de 44 milhões de contos (cerca de 220 milhões de euros), a realizar no ano 2000.

O Grupo Achmea é um dos principais grupos financeiros holandeses e parceiro do BCP na aliança pan-europeia Eureko. A Achmea Bank Holding NV, consolida todas as actividades bancárias do Grupo Achmea, distribuindo produtos e serviços financeiros nos países do Benelux através das marcas Staal Bankiers, Central Beher, FBTO, Avéro, Zilveren Kruis, Woofonds, Eduard de Graaff, Europabank (Bélgica) e Banque Colbert (Luxemburgo). A actividade bancária do Grupo Achmea apresentava, em 31 de Dezembro de 1998, activos e proveitos totais de 24,8 milhões de florins e 1900 milhões de florins (cerca de 2300 milhões de contos e 178 milhões de contos), respectivamente. O Grupo Achmea reportou em 1998 activos totais e proveitos consolidados de 69 900 milhões de florins e 13 200 milhões de florins (cerca de 6600 milhões de contos e 1300 milhões de contos), respectivamente, bem como um total de activos financeiros sob gestão de 103 900 milhões de florins (cerca de 9800 milhões de contos).

### Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

#### ACTIVO

	1999	1999	1998
	Milhares de euros	Milhares de escudos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	879 208	176 265 403	81 482 586
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	734 821	147 318 334	132 699 343
Outros créditos sobre instituições de crédito .....	2 220 900	445 250 412	588 457 567
Créditos sobre clientes .....	23 735 512	4 758 542 903	3 643 010 496
Obrigações, acções e outros títulos .....	6 610 770	1 325 340 346	1 160 347 213
Acções próprias .....	249 328	49 985 676	4 724 100
Participações financeiras .....	705 254	141 390 805	101 393 186
Imobilizações incorpóreas .....	608 237	121 940 626	151 965 861
Imobilizações corpóreas .....	1 005 187	201 521 978	196 026 191
Outros activos .....	1 002 406	200 964 446	182 648 471
Contas de regularização .....	1 427 719	286 232 000	180 348 985
	39 179 342	7 854 752 929	6 423 103 999

#### PASSIVO

	1999	1999	1998
	Milhares de euros	Milhares de escudos	
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista .....	92 055	18 455 286	119 930 649
A prazo .....	11 065 557	2 218 445 042	1 527 021 549
Débitos para com clientes:			
À vista .....	7 132 907	1 430 019 529	1 237 810 456
A prazo .....	8 312 899	1 666 586 576	1 715 609 828

	1999	1999	1998
	Milhares de euros	Milhares de escudos	
Débitos representados por títulos .....	3 348 929	671 400 070	253 768 815
Outros passivos .....	586 194	117 521 315	140 734 187
Contas de regularização .....	976 808	195 832 358	218 423 532
Provisão para riscos e encargos .....	3 596 367	721 006 826	536 649 002
Passivos subordinados .....	751 460	150 654 295	149 250 872
<i>Total do passivo</i> .....	<u>35 863 176</u>	<u>7 189 921 297</u>	<u>5 899 198 890</u>
<b>Situação líquida</b>			
Capital .....	1 000 000	200 482 000	196 969 000
Prémio de emissão .....	587 202	117 723 467	115 197 231
Reservas e resultados acumulados .....	226 028	45 314 449	(3 587 416)
<i>Total da situação líquida</i> .....	<u>1 813 230</u>	<u>363 519 916</u>	<u>308 578 815</u>
Interesses minoritários em subsidiárias .....	585 387	117 359 712	119 220 410
Interesses minoritários em acções preferenciais .....	917 549	183 952 004	96 105 884
<i>Total de interesses minoritários</i> .....	<u>1 502 936</u>	<u>301 311 716</u>	<u>215 326 294</u>
	39 179 342	7 854 752 929	6 423 103 999

**Demonstração dos resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998**

	1999	1999	1998
	Milhares de euros	Milhares de escudos	
Juros e proveitos equiparados .....	1 648 298	330 454 171	350 208 087
Juros e custos equiparados .....	783 811	157 139 960	191 120 896
Margem financeira .....	864 487	173 314 211	159 087 191
Provisão para riscos de crédito .....	150 532	30 178 943	29 495 016
Margem financeira após provisão para riscos de crédito .....	713 955	143 135 268	129 592 175
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos .....	76 565	15 349 819	13 011 707
Comissões .....	396 466	79 484 197	71 645 148
Lucros em operações financeiras .....	345 452	69 256 999	88 150 866
Prémios de seguro .....	1 236 129	247 821 590	192 151 093
Outros proveitos de exploração .....	168 189	33 718 906	26 085 635
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas .....	392 601	78 709 481	35 850 337
	<u>2 615 402</u>	<u>524 340 992</u>	<u>426 894 786</u>
Outros custos:			
Comissões .....	61 286	12 286 792	11 162 289
Projuizos em operações financeiras .....	180 376	36 162 187	51 942 205
Custos com o pessoal .....	513 689	102 985 483	92 239 562
Outros gastos administrativos .....	334 863	67 133 993	62 605 118
Amortizações do exercício .....	149 996	30 071 501	30 363 619
Outras provisões .....	973 698	195 208 959	139 594 744
Custos com sinistros da actividade seguradora .....	442 327	88 678 527	69 191 546
Outros custos de exploração .....	47 418	9 506 440	10 191 416
	<u>2 703 653</u>	<u>542 033 882</u>	<u>467 290 499</u>
Lucro antes de impostos .....	625 704	125 442 378	89 196 462
Provisão para impostos sobre lucros .....	65 438	13 119 225	13 143 433
Lucro depois de impostos .....	560 266	112 323 153	76 053 029
Interesses minoritários .....	129 879	26 038 386	21 847 796
Lucro líquido atribuível ao Banco .....	430 387	86 284 767	54 205 233

48 — Demonstrações financeiras consolidadas incluindo as empresas subsidiárias de actividade seguradora pelo método de consolidação integral:

Com vista a proporcionar uma mais correcta informação e compreensão da situação financeira consolidada e comparabilidade plena com a informação relativa a exercícios anteriores, as demonstrações financeiras consolidadas seguidamente apresentadas incluem, pelo método de consolidação integral, as seguintes empresas subsidiárias de actividade seguradora, dada a sua relevância na estratégia integrada do Grupo BCPAtlântico, conforme nota n.º 1, alínea b) e nota n.º 7. Nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas do Banco de Portugal, estas empresas subsidiárias foram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo	
					Porcentagem de controlo	Porcentagem de participação efectiva
Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A. ....	Lisboa	245 000 000	EUR	Gestão de participações sociais .....	50,1	46,2
Bonança Gest – SGPS, S. A. ....	Lisboa	20 000 000 000	PTE	Gestão de participações sociais .....	100	46,2
Companhia de Seguros Bonança, S. A. ....	Lisboa	30 000 000	EUR	Seguros de ramos reais .....	100	46,2
Bonança Vida – Companhia de Seguros, S. A. ....	Lisboa	7 500 000	EUR	Seguros do ramo vida .....	100	46,2
BPA Seguros Gest – SGPS, S. A. ....	Porto	250 000	EUR	Gestão de participações sociais .....	100	46,2
BPA Seguros Vida, S. A. ....	Porto	9 000 000	EUR	Seguros do ramo vida .....	100	46,2
BPA – Seguros, S. A. ....	Porto	7 500 000	EUR	Seguros de ramos reais .....	100	46,2
Luso-Atlântica-Mediadora de Seguros, S. A. ....	Porto	50 000	EUR	Mediação de seguros .....	100	46,2
Corretores Gest – SGPS, S. A. ....	Lisboa	250 000	EUR	Gestão de participações sociais .....	100	46,2
LMB – Corretores de Resseguros e Consultores de Riscos, L. <sup>da</sup> .....	Porto	500 000	PTE	Corretora de resseguros e consultora de riscos .....	84,3	38,9
Luiz Megre Beça & Companhia, L. <sup>da</sup> .....	Porto	250 000	EUR	Corretora de seguros .....	89,3	41,2
Oliveira & Ribas – Mediadora de Seguros, L. <sup>da</sup> .....	Porto	25 000	EUR	Corretora de seguros .....	85	39,2
Solução – Corretores Consultores de Seguros, L. <sup>da</sup> .....	Lisboa	3 000 000	PTE	Corretora de seguros .....	85	39,2
Ocidental Seguros Gest – SGPS, S. A. ....	Lisboa	250 000	EUR	Gestão de participações sociais .....	100	46,2
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S. A. ...	Lisboa	12 750 000	EUR	Seguros do ramo vida .....	100	46,2
S & P Reinsurance, Ltd. ....	Dublin	100 000 000	PTE	Resseguro de riscos do ramo vida .....	100	46,2
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S. A. ....	Lisboa	12 500 000	EUR	Seguros de ramos reais .....	100	46,2
Auto Gere – Companhia Portuguesa de Seguros, S. A. ....	Lisboa	10 000 000	EUR	Seguros do ramo automóvel .....	100	46,2
Pensões Gere, SGFP, S. A. ....	Lisboa	300 000	EUR	Gestão de participações sociais .....	100	46,2
Seguros e Pensões International, B. V. ....	Amesterdão	346 575 500	NLG	Gestão de participações sociais .....	100	45,5
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A. ....	Lisboa	12 000 000	EUR	Seguros do ramo saúde .....	100	46,2
Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, S. A. ....	Lisboa	8 500 000	EUR	Seguros .....	100	46,2
Companhia de Seguros de Macau, S. A. R. L. ....	Macau	15 000 000	MOP	Seguros .....	96	68,5
Companhia de Seguros Macau Vida, S. A. R. L. ....	Macau	30 000 000	MOP	Seguros do ramo vida .....	100	68,4
Seguradora Internacional de Moçambique, S. A. R. L. ....	Maputo	22 710 000 000	MZM	Seguros .....	64,9	43,4
Servicomercial – Consultoria e Informática, L. <sup>da</sup> .....	Lisboa	700 000 000	PTE	Serviços .....	100	46,2

## 47 — Demonstração dos resultados consolidados da actividade seguradora (Seguros e Pensões Gere):

	1999	1999	1998
	Milhares de euros	Milhares de escudos	
Prémios de seguro directo e de resseguro aceite .....	1 317 999	264 234 981	208 368 629
Prémios de resseguro cedido .....	(70 293)	(14 092 406)	(12 087 345)
	<u>1 247 706</u>	<u>250 142 575</u>	<u>196 281 284</u>
Indemnizações de seguro directo e resseguro aceite .....	(462 081)	(92 638 880)	(74 790 208)
Indemnizações de resseguro cedido .....	19 754	3 960 353	5 598 662
Comissões de seguro directo e resseguro aceite .....	(30 577)	(6 130 111)	(5 194 434)
Comissões de resseguro cedido .....	27 025	5 418 082	3 933 077
Provisão técnicas de seguro directo e resseguro aceite .....	(735 263)	(147 407 088)	(118 606 333)
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	4 793	960 847	799 482
Participação nos resultados .....	(41 160)	(8 251 756)	(8 364 526)
Provisão para recibos por cobrar .....	(586)	(117 514)	(516 474)
Outros proveitos/custos técnicos .....	657	131 714	84 859
	<u>(1 217 438)</u>	<u>(244 074 353)</u>	<u>(197 055 895)</u>
Resultados financeiros de investimentos afectos às reservas técnicas .....	148 607	29 793 000	36 930 766
Custos com resseguradores .....	(275)	(55 171)	(53 176)
Prestação de serviços .....	12 556	2 517 230	2 368 666
	<u>160 888</u>	<u>32 255 059</u>	<u>39 246 256</u>
Margem técnica antes da imputação dos custos administrativos .....	191 156	38 323 281	38 471 645
Resultados financeiros de investimentos livres .....	4 977	997 731	841 506
Proveitos/(custos) operativos:			
Administrativos .....	(141 531)	(28 374 319)	(26 106 034)
Amortizações e reintegrações do exercício .....	(15 025)	(3 012 298)	(3 293 906)
Outros proveitos/(custos) .....	12 078	2 421 402	818 974
Amortização de <i>goodwill</i> .....	(7 340)	(1 471 491)	(1 376 894)
	<u>(151 818)</u>	<u>(30 436 706)</u>	<u>(29 957 860)</u>
Resultado antes de impostos .....	44 315	8 884 306	9 355 291
Impostos sobre lucros .....	(11 497)	(2 304 979)	(2 946 473)
Resultado depois de impostos .....	32 818	6 579 327	6 408 818
Interesses minoritários .....	(925)	(185 361)	(85 757)
Resultado após interesses minoritários .....	31 893	6 393 966	6 323 061
Resultados pré-aquisição .....	(22)	(4 498)	(94 637)
Lucro líquido atribuível à Seguros e Pensões Gere .....	31 871	6 389 468	6 228 424

A demonstração dos resultados acima apresentada foi extraída das demonstrações financeiras consolidadas da subsidiária Seguros e Pensões Gere, sendo a sua contribuição para os resultados consolidados do Banco Comercial Português, S. A., no montante de 2 951 934 000\$ e 2 565 033 000\$ para 1999 e 1998, respectivamente.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial Português, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 4 311 748 363 contos e um total de capital próprio de 425 114 340 contos, incluindo um resultado líquido de 44 394 560 contos), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, bem como o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 4 de Fevereiro de 2000. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade.*

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Banco Comercial Português, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 7 076 736 190 contos e um total de capital próprio de 363 519 916 contos, incluindo um resultado líquido de 86 284 767 contos), a demonstração consolidada dos resultados e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Banco Comercial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 4 de Fevereiro de 2000. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade.*

### Relatório e parecer do conselho fiscal

*Srs. Accionistas:*

1 — O conselho fiscal vem submeter a VV. Ex.<sup>as</sup>, os seus relatórios e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A., referentes ao exercício de 1999, dando, assim, cumprimento às disposições legais — alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º e artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais — e estatutárias.

2 — O conselho, a fim de se manter devidamente informado, reuniu, sempre que considerado necessário, com o presidente do conselho de administração e, periodicamente, com o administrador responsável pelas áreas relevantes para a actividade do conselho fiscal, tendo tomado conhecimento, oportuno, das deliberações do conselho de administração e das recomendações e deliberações do conselho superior.

3 — No desempenho das suas funções, teve este conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do conselho de administração e de todos os colaboradores do Banco e do Grupo.

4 — Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas. Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do conselho de administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

5 — Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

6 — Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas e do relatório do auditor externo, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório do conselho de administração e as contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no relatório do conselho de administração.

Porto, 7 de Fevereiro de 2000. — O Conselho Fiscal: *Ricardo Manuel Simões Bayão Horta*, presidente — *Mário Augusto de Paiva Neto*, vogal — *Mário Branco Trindade*, revisor oficial de contas.

### Relatório dos auditores

*Ex.mos Srs. Accionistas.* — Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas internacionais de auditoria.

*Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores.* — A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

*Bases de opinião.* — As normas internacionais de auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

*Opinião.* — Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos mate-

rialmente relevantes, a situação financeira do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2000. — *KPMG*.

### Relatório dos auditores externos

1 — *Introdução*. — Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 341.º do Código do Mercado dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria das contas e da situação financeira, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, os quais compreendem o relatório de gestão e balanço consolidado e individual do Banco em 31 de Dezembro de 1999, a demonstração dos resultados consolidados e individual do Banco e a demonstração de fluxos de caixa consolidada referentes ao exercício findo naquela data e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados que evidenciam:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	Banco
Total do activo .....	7 076 736 190	4 311 748 363
Capital próprio .....	363 519 916	425 114 340
Resultado líquido .....	86 284 767	44 394 560

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração do Banco a preparação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, o resultado individual e consolidado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção das políticas e critérios contabilísticos adequados e aplicados uniformemente em todas as empresas do Grupo e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira do Banco e do Grupo contida nos documentos acima referidos, designadamente no que respeita aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito*. — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras do Banco e do Grupo não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto, a referida auditoria inclui:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação;

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras do Banco e do Grupo.

5 — A nossa opinião abrange ainda o relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação finan-

ceira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, em 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2000. — João Augusto & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *João Albino Cordeiro Augusto*, revisor oficial de contas.

### Extracto da acta n.º 23 da assembleia geral anual

Aos 15 dias do mês de Março de 2000, pelas 15 horas, reuniu na cidade do Porto, no Palácio da Bolsa, a assembleia geral anual dos accionistas do Banco Comercial Português, S. A.

(...) Ordem que era do seguinte teor:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do Banco Comercial Português, S. A., respeitantes ao exercício de 1999, bem como sobre o relatório de gestão consolidado e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais;
- 4.º Deliberar sobre a alteração dos artigos 6.º, 7.º, 8.º-A, 13.º, 18.º, 20.º e 28.º-A do contrato de sociedade;
- 5.º Deliberar sobre a eleição dos órgãos sociais para o triénio de 2000-2002 e sobre a designação da comissão de remunerações e previdência;
- 6.º Deliberar sobre a recomposição do conselho superior;
- 7.º Deliberar sobre o aumento do capital social, e designadamente:

- a) Sobre a subsistência, modificação ou substituição da deliberação tomada na assembleia geral de 28 de Outubro de 1999 de aumento de capital para integrar contrapartida de ofertas públicas de aquisição de acções da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A., e do Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., mediante a emissão de 1 257 115 685 novas acções, no valor nominal de EUR 1 cada uma, com ágio, ao preço de emissão de EUR 4,968 por acção, deliberando nomeadamente que o aumento de capital deixe de abranger as 490 860 000 acções destinadas a integrar contrapartida da oferta de aquisição de acções da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A., e bem assim que passe a compreender, adicionalmente ou não, o aumento de 114 468 414 euros, por novas entradas em espécie, mediante emissão de 114 468 414 novas acções, no valor nominal de EUR 1 cada uma, com ágio, ao preço de emissão de EUR 5,39 por acção, para integrar contrapartida de ofertas públicas de aquisição de acções das sociedades Companhia de Seguros Império, S. A., e Banco Mello, S. A., sendo as novas acções destinadas aos accionistas das referidas sociedades visadas aceitantes da oferta respectiva e consequente subscrição pública, com correspondente alteração do artigo 5.º do contrato de sociedade;
- b) Em particular para o caso de se encontrar encerrado ou executado e registado o aumento de capital a que se refere o ponto 7.º, alínea *a*), sobre aumento de capital autónomo para integrar contrapartida de ofertas públicas de aquisição de acções das sociedades Companhia de Seguros Império, S. A., e Banco Mello, S. A., nomeadamente, aumento de 114 468 414 euros, por novas entradas em espécie, mediante emissão de 114 468 414

novas acções, no valor nominal de EUR 1 cada uma, com ágio, ao preço de emissão de EUR 5,39 por acção, sendo as novas acções destinadas aos accionistas das referidas sociedades visadas aceitantes da oferta respectiva e consequente subscrição pública destes, com correspondente alteração do artigo 5.º do contrato de sociedade.

- 8.º Deliberar sobre a designação de revisor oficial de contas para verificação de entradas em espécie em conexão com as deliberações respeitantes ao ponto 7.º, alíneas a) e b), da ordem de trabalhos;
- 9.º Deliberar sobre linhas gerais de orientação de eventual aumento ou aumentos de capital em numerário a deliberar pelo conselho de administração no âmbito dos seus poderes estatutários, designadamente em articulação com ofertas públicas de aquisição e parcerias estratégicas;
- 10.º Deliberar sobre projecto de cisão e fusão compreendendo a cisão da sociedade BCP-IF, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª, e fusão por incorporação das sociedades Banco Português do Atlântico, S. A., Banco Mello, S. A., e Uniparticipa – SGPS, S. A.;
- 11.º Deliberar sobre aquisição e alienação de acções próprias;
- 12.º Deliberar sobre aquisição e alienação de obrigações próprias.

(...) o Sr. Presidente da Mesa declarou que iria submeter à votação, separadamente, primeiro o relatório de gestão e contas do Banco Comercial Português respeitantes ao exercício de 1999, individual, e, depois, o relatório de gestão consolidado e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício, e, efectuada a votação, verificou-se que tanto o relatório de gestão e contas do Banco Comercial Português, o individual, como o outro, o relatório de gestão consolidado e contas consolidadas, foram aprovados por maioria com 546 756 votos a favor e um voto contra, tendo-se absterido de votar dois accionistas representando 656 votos, resultados que o presidente proclamou também separadamente.

Depois o Sr. Presidente da Mesa anunciou que os trabalhos prosseguiriam com a discussão e a votação do ponto 2.º da ordem de trabalhos, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, e realizou a leitura da proposta respectiva provinda do conselho de administração do Banco, proposta que era do seguinte teor:

1 — Considerando as disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal e reservas especiais;

Considerando a política, prevista aliás estatutariamente, que o Banco sempre tem mantido no sentido de fazer participar os empregados nos resultados do exercício;

Considerando ainda a política que o Banco tem seguido em matéria de distribuição de dividendos e que se julga dever ser mantida, numa fase de grandes investimentos por parte do Banco e de empresas do Grupo;

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação dos

resultados do exercício (44 394 560 496\$46), acrescidos dos resultados transitados do exercício anterior (8 430 432\$18):

- a) 4 439 456 050\$ para reforço da reserva legal;
- b) 200 000 000\$ para reforço da reserva para estabilização de dividendos, a que se refere o n.º 2 do artigo 30.º dos estatutos;
- c) 7 490 000 000\$ para reforço de reservas livres;
- d) 2 200 000 000\$ para distribuição pelos empregados, nos termos do n.º 4 do artigo 30.º dos estatutos, correspondentes a cerca de 5% dos resultados do exercício;
- e) 30 072 300 000\$ para atribuição de dividendos;
- f) 1 234 878\$64, ou seja, o remanescente, para conta nova.

2 — Considerando que a verba global de 30 072 300 000\$, prevista no ponto 1, para dividendos foi calculada, como é tradicional, na base de um dividendo unitário por acção emitida [no caso, 30\$0723 (EUR 0,15) por acção], e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento de dividendos sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, designadamente no acréscimo da liquidez dos seus títulos, propõe-se que se delibere, em relação à aplicação de resultados constante do ponto 1 anterior, que:

- a) A cada acção emitida será pago o dividendo unitário de 30\$0723 (EUR 0,15), que presidiu à elaboração da proposta;
- b) Não será pago, transitando para conta nova, o quantitativo unitário correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria sociedade.

3 — Considerando, finalmente, o direito a dividendo das acções resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas na sequência da deliberação da assembleia geral de 19 de Março de 1996, mais se propõe que se delibere, em relação à aplicação de resultados constante do ponto 1, que:

- a) A cada acção com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 30\$0723 (EUR 0,15);
- b) O pagamento referente a cada acção resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis possa ser efectuado mediante utilização de reservas livres disponíveis.

Como ninguém desejasse usar da palavra foi a proposta submetida à votação, tendo o Sr. Presidente declarado a mesma aprovada por maioria com 547 104 votos a favor e um voto contra, tendo-se absterido de votar um accionista representando 308 votos.

(...)

11566337

## Estudos Gerais • Série Universitária

## Clássicos de Filosofia



**CONFISSÕES**  
SANTO AGOSTINHO  
Tradução e notas  
de Arnaldo do Espírito  
Santo, João Beato  
e Maria Cristina  
de Castro-Maia  
de Sousa Pimentel  
Introdução  
de Manuel Barbosa  
da Costa Freitas  
Edição bilíngue



**DIÁLOGO  
SOBRE  
A ORDEM**  
SANTO AGOSTINHO  
Tradução, introdução  
e notas  
de Paula Oliveira  
e Silva  
Edição bilíngue



IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA, S. A.  
Av. António José de Almeida  
1000-042 Lisboa • Tel.: 21 781 07 00  
www.incm.pt  
E-mail: dco@incm.pt  
E-mail Brazil: livraria.casmoed@incm.com.br



## DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8816/85  
ISSN 0870-9963

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostas a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

1400\$00 — € 6,98



*Diário da República Electrónico*: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt>  
Correio electrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt) • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



## IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES,  
VENDA DE PUBLICAÇÕES,  
IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa  
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa  
Telef. 21 353 03 99 Fax 21 353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa  
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa  
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra  
Telef. 23 982 69 02 Fax 23 983 26 30
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto  
Telefs. 22 205 92 06/22 205 91 66 Fax 22 200 85 79
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070-103 Lisboa  
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)  
Telef. 21 387 71 07 Fax 21 353 02 94
- Avenida Lusfada — 1500-392 Lisboa  
(Centro Colombo, loja 0.503)  
Telefs. 21 711 11 19/23/24 Fax 21 711 11 21 Metro — C. Militar
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa  
Telefs. 21 324 04 07/08 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa  
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto  
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29